Valberto Dirksen

Paganismo e Cristianismo em Roma no Século IV

Durante o século IV aconteceu, em Roma, a último e decisivo embate entre os líderes intelectuais e políticos defensores do tradicional culto pagão e as principais lideranças da religião cristã cujo número de adeptos crescia entre as camadas médias e altas da sociedade.

É sabido que nos três primeiros séculos de sua existência o cristianismo foi ignorado ou perseguido pelas autoridades do Estado Romano. Em 313, Constantino Magno, movido por uma genial intuição política, concedeu liberdade de culto aos cristãos. Para ele, o cristianismo se afigurava como sendo portador de um conjunto de valores capazes de dar novo suporte ideológico ao decadente Estado. Seus sucessores seguiram, em linhas gerais, a mesma política. O Senado, no entanto, guardião das crenças e costumes ancestrais, sentiu-se no dever de preservar as instituições que haviam dado a Roma a glória de ser a capital do mundo.

Em 383, o jovem imperador Graciano, inspirado e influenciado por Santo Ambrósio, bispo de Milão, tomou a decisão de romper em definitivo com o antigo culto. Adotou três medidas que representaram duro golpe na religião tradicional: rejeitou o título de Pontífice Máximo, suprimiu a ajuda financeira para a manutenção dos templos e culto pagão e ordenou retirar da Cúria Júlia (sala de sessões do Senado) o altar da Vitória.

VALBERTO DIRKSEN

PAGANISMO E CRISTIANISMO EM ROMA NO SÉCULO IV

Florianópolis, SC
2022

Para
Maria Dulce Clasen

Sumário

Introdução

Esta pesquisa tem campo definido e escopo determinado. Trata da polêmica entre cristãos e pagãos na pessoa de seus líderes mais expressivos: Ambrósio e Símaco. Em 382, o imperador ordenara a remoção do altar da Vitória da Cúria Júlia e suspendera as subvenções estatais destinadas para a manutenção do antigo culto. Esta ordem abalou profundamente os adeptos da religião tradicional a ponto de suscitar calorosa controvérsia entre os dois cultos conflitantes.

Conquanto tenha sempre presente a mentalidade religiosa de uns e de outros, este trabalho prescinde da parte doutrinal propriamente dita, com o intuito de fazer convergir, com mais ênfase, a atenção sobre o aspecto histórico. No entanto, é forçoso levar em conta as implicações sociais, os costumes, a situação política e o espírito do tempo, no final do século IV na parte ocidental do Império.

Para que o leitor possa se situar melhor no contexto histórico da época, foi necessário traçar uma visão geral da linha de conduta dos imperadores "cristãos" desde Constantino até Graciano. Esses soberanos, com raras exceções e de forma atenuada e passageira, procuraram estabelecer um estado de convivência pacífica, de tolerância mútua entre os seguidores dos dois cultos. O cristianismo, ilegal até Constantino, passa a desfrutar, a partir do edito de Milão, dos mesmos direitos do paganismo; o antigo culto, porém, continua sendo, na prática, a religião oficial do Estado e da sociedade. Embora esses imperadores já fossem, pelo menos oficialmente, cristãos, o Estado

era ainda pagão quanto às suas instituições, suas práticas e seus costumes. Por isso, era impossível romper, de um momento para outro, os liames que vinculavam a religião tradicional às instituições oficiais.

A seguir será apresentado um balanço geral da força, como também da debilidade, do paganismo. Aparentemente, este é soberano; domina ainda a vida pública em todos os setores. Mas, de corpo vivo que é, começa a enfraquecer desde o momento em que o Estado lhe retira sua mão protetora. E era difícil aceitar que a tentativa de reanimá-lo, empreendida por Juliano com um misto de ocultismo e vibrante oratória, pudesse ter sucesso duradouro mesmo que este imperador vivesse muito tempo para consolidar seu programa. Segundo a expressão de Paládio, intérprete da última geração dos pagãos cultos, a vitalidade terminara: "Se nós estamos vivos, então a própria vida está morta".[1]

Mesmo assim, uma minoria da aristocracia romana se constituiu em defensora das antigas tradições. Um dos motivos do triunfo do cristianismo foi, sem dúvida, a decrepitude e o cansaço de seus opositores: o paganismo havia perdido a fé na sua doutrina e em si mesmo. Procurava defender-se, mas não houve consistência e coesão. Faltaram-lhe perspicácia e capacidade de adaptação aos novos valores que vinham se impondo. A doutrina tradicional dos pagãos não soube apresentar respostas aos novos questionamentos e problemas de ordem religiosa e metafísica que o mundo vinha apresentando. Ao contrário, o cristianismo se revelava capaz de satisfa-

---

[1] *Anth. Pal.* X, 82. O neoplatonismo continuou a ser ensinado pelos pagãos em Atenas até o fim de 529, porém, quando Sinésio visitou esta cidade, não encontrou aí mais que um resquício da precedente vida intelectual (Sinésio. *Epistola*, 136).

zer a muitas indagações que a sociedade e as pessoas se colocavam.

O antagonismo entre pagãos e cristãos passou, no decorrer dos tempos, da perseguição direta e da agressão física para o campo da polêmica em nível intelectual, social e político. Gradativamente, a nova religião conquistava para suas fileiras os membros da aristocracia, a quem por tradição cabiam os negócios públicos, a ponto de dividi-la em dois grupos. Aliás, um dos motivos de ressentimento dos pagãos era o efeito que o cristianismo exercia sobre a vida familiar e social. Como toda a fé que exige obediência total do indivíduo, o cristianismo era poderoso fator de divisão. Segundo Eusébio de Cesaréia, "toda cidade e toda casa está dividida entre cristãos e idólatras".[2]

Ambrósio, homem de grande ascendência junto aos imperadores de seu tempo, especialmente Graciano e Valentiniano, é o expoente e o porta-voz dos sentimentos e anseios dos cristãos. Um de seus principais esforços e maior conquista foi o de induzir os imperadores a pensar e a agir como cristãos, seja no que diz respeito à religião cristã como também ao paganismo.

A Igreja, por volta do fim do século IV, encontra-se efetivamente, pela primeira vez, diante da autoridade. E na pessoa de Ambrósio, bispo de Milão, ela impõe também, pela primeira vez, de forma clara, decidida e firme, uma conduta cristã. Nos primeiros séculos, a Igreja estivera sob o regime da perseguição, crescendo na ignomínia, na miséria, nos suplícios.[3] Quando, finalmente, pôde experimentar a liberdade, sofreu a

---

[2] Eusébio de Cesaréia. *Demonstratio evangelica*, VIII, 5.

[3] Ambrósio. *Epistola*, XVIII, 11.

ingerência, mais ou menos manifesta, e a imposição, mais ou menos premente, dos imperadores "cristãos". É na pessoa de Ambrósio que a Igreja se defronta vigorosa com o imperador e estabelece as competências de uma e de outro. Sem a pretensão de transformar-se numa instituição estatal, a Igreja impõe, de fato, ao imperador, e por seu intermédio a todo o Império, o serviço, a colaboração na atividade espiritual, a renúncia oficial ao paganismo e, em conseqüência, sua condenação. O império romano torna-se, assim, não só oficialmente mas também, e de maneira efetiva, cristão, em suas instituições, suas leis e conduta.[4]

Contra os atos legislativos que haviam reduzido o paganismo a um culto privado, ergue-se o orador Símaco, homem culto e ponderado, ardoroso defensor das antigas tradições e costumes pátrios. Em nome do Senado, toma a defesa da antiga religião. Sua correspondência demonstra com que zelo se dedica à salvação do culto agonizante e a paixão com que defende a *mos maiorum*.

Na verdade, sob a influência do cristianismo e do que ele conservava de suas origens orientais e populares, o pensamento afastava-se pouco a pouco das formas clássicas e tradicionais. Não se trata, portanto, de polêmica entre monoteísmo e politeísmo; muito menos de debate entre o rigorismo cristão e laxismo pagão. O bispo de Milão intervém não por interesses políticos mas religiosos.[5] Ambrósio pleiteia campo aberto onde a religião cristã possa se desenvolver livremente sem os obstáculos do paganismo, nem a ingerência do Estado.

---

[4] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 1.

[5] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 13.

Capítulo 1

A política religiosa dos primeiros imperadores cristãos

1 — Política religiosa de Constantino

O início do século IV presenciou uma das mais profundas transformações na história das religiões: o cristianismo, desprezado ou perseguido pelas autoridades durante séculos, é agraciado, em pouco tempo, com ampla liberdade e cumulado de favores e bens materiais. Os imperadores, sem romperem de um momento para outro com o culto tradicional, voltam-se também aos valores que a nova religião oferece. A este processo permanece ligado, em primeiro lugar, o nome do imperador Constantino.

A história é pouco precisa sobre as circunstâncias da "conversão" de Constantino. Dois historiadores, Eusébio de Cesaréia,[1] um cristão cheio de entusiasmo, e Zósimo,[2] um pagão zeloso, explicam, segundo seus pontos de vista, os motivos que levaram o imperador a abandonar os deuses da pátria e abraçar o cristianismo. Esses escritores que o conhece-

---

[1] Eusébio de Cesaréia. *História Eclesiástica*. Texto, version española, introductión y notas por Argimiro Velasco Delgado. Madrid: BAC, 1973.

[2] Zósimo. *Storia Nuova*. I Classici di Storia. Sezione Greco-romana. Direzione de Ida Calabi Limentani. Consulenza per la traduzione di Francesco Maspero. Vol. XXX. Milano, 1977.

ram, disseram a verdade ou se deixaram levar por interesses ou preconceitos pessoais? Historiadores do século XIX e do início do século XX têm emitido opiniões das mais diversas e, por vezes, até contrárias entre si, sobre a conversão do filho de Constâncio Cloro: uns vêem nele um cristão sincero que, iluminado pela luz divina, se dedicou com convicção profunda ao culto do Deus verdadeiro;[3] outros o consideram um ambicioso que usou a religião como meio para objetivar seus interesses políticos mas que nunca mostrou verdadeira piedade;[4] e há também os que sustentam que ele nunca foi cristão, mas apenas um homem de fé, animado de um sincretismo religioso.[5]

Sem entrar nos detalhes desse problema difícil e controvertido, notemos apenas que Constantino, de pagão[6] e adep-

---

[3] Koch, H. *Konstantin d. gr. und das Christentum*, München, 1913; Funk, F. X. "Konstantin d. gr. und das Christentum", in: *Theologische Quartalschrift*, 78 (1896), p. 429-462.

[4] Defendem esta tese: Manso. *Leben Konstantins des grossen*. Vien, 1819; Burckhardt, J. *Die Zeit Konstantins d. gr*. Leipzig, 1853; Brieger, Th. "Konstantin d. gr. als Religionspolitiker", in: *Zeitschrift für Kirchengeschichte*, t. IV, p. 161-293, 1881; Schwarz, E. *Kaiser Konstantin und die Christliche Kirche*. Leipzig, 1913; Andreotti, R. "La politica religiosa di Constantino", in: *Nuova Italia*, p. 6-9 e 54-59, 1933; Boissier, G. *La fin du paganisme*. Paris, 1894; Geffcken, J. *Der Ausgang des Griechisch-Römischen Heidentums*. Heidelberg, 1929.

[5] Esta tendência é representada por: Salvatorelli, L. *Constantino il grande*. Roma, 1928; Piganiol, A. *L'Empereur Constantin*. Paris, 1932.; Keim, *Der Übertritt Konstantins d.gr. zum Christentum*. Zurich, 1862; Flasch, F. M. *Konstantin d. gr. als erster Christlicher Kaiser*. Würtzburg, 1891.

[6] O termo "pagão", para indicar os não crentes em Cristo, entrou em uso pouco depois de 350. Encontramo-lo já numa lei de 370 (CTh. XVI, 2,18) e, de Barônio (†1607) em diante, foi interpretado como uma prova da decadência do paganismo e de seu abandono aos meios rurais. Nesse sentido, pagão vem de *pagus*, isto é, o habitante das aldeias, camponês.

to do culto solar,[7] chegou ao cristianismo lentamente. Se sua convicção cristã pode ser posta em dúvida, é incontestável que, na política, teve o desejo de levar em conta o cristianismo e inseri-lo como fator de unidade no organismo do Império. Príncipe inteligente e liberal, estadista perspicaz e resoluto, constituiu-se no primeiro chefe de governo romano a sentir e compreender as necessidades e tendência de seu tempo. Sua genialidade consiste em ter percebido que o cristianismo era uma força espiritual e moral que devia ser incorporada ao Império em vez de combatida, como o haviam feito seus antecessores.[8]

Com efeito, Diocleciano desencadeara, em todo o Império, a mais terrível perseguição aos cristãos, cuja virulência se prolongou por longos anos com algumas atenuações numa

---

Com maior razão Harnack, A. (*Missioni e propagazione del cristianesimo nei primi tre secoli*, trad. Di Piero Marruschi. Milano, Fratelli Bocca Editori, 1906. p. 430 ss.) e Altaner (ZKG, 1939, p. 130-141), evocando Tertuliano (*De corona militis*, 11) e outros testemunhos, interpretam "paganus" no sentido de "burguês" (não soldado, em contraposição ao cristão como "miles Christi").

Nós usaremos o termo "pagão" para designar aqueles que se opunham à nova doutrina do cristianismo, ou seja, os adeptos da religião tradicional dos romanos.

[7] Os romanos adoravam, desde os tempos da república, divindades orientais, introduzidas no Ocidente por soldados e comerciantes, quando não pelos próprios imperadores. O Mitraismo, um desses cultos, amplamente difundido em todo o Império, estava, de modo especial, generalizado entre as legiões. Moedas da época (Maurice, J. *Numismatique constantinienne*, II, XLIX) mostram o imperador e o monograma, símbolo do *Sol invictus*. Com uma lei de 3 de julho de 321 (CTh. II, 8,1), Constantino decreta o repouso obrigatório do *venerabile die solis*.

[8] Harnack, A. *Missioni e propagazione del cristianesimo nei primi tre secoli*, p. 533, apud Aguiar, E.R.F. "O donatismo e os circunciliões na obra de Santo Agostinho", p. 82.

ou noutra província. Esta perseguição não tinha, como as de Décio e de Valeriano, uma medida de ordem pública, apresentando, antes, um caráter de verdadeira "guerra de religião". O príncipe, tutor dos deuses, havia tentado restaurar seus cultos e protegê-los contra a concorrência cristã. Seu objetivo havia sido suprimir o cristianismo e restabelecer em plenitude a religião oficial, pagã.

O edito de tolerância de Galério, de 30 de abril de 311,[9] pondo fim à perseguição diocleciana, constitui o ponto inicial da cristianização legal do Império. Mas, tal ato de clemência, tão benéfico nesse momento para os cristãos, não instituía propriamente um regime novo, e só era eficaz no Ilírico, parte do Império onde Licínio se tornara o chefe após a morte de Galério. No Ocidente, Constantino, seguidor da política de tolerância herdada do pai, já havia concedido, tacitamente, completa liberdade aos seus súditos da Gália, enquanto que o usurpador Maxêncio, excluído da tetrarquia, demonstrava efetiva tolerância para com os adeptos da nova religião, na Itália e África.[10] Quanto a Maximino Daia, senhor do Oriente, além de não subscrever o edito de Galério, promoveu sérias dificuldades, principalmente administrativas, aos seus súditos cristãos.[11] Todavia, a perseguição não se prolongou por muito tempo. Na primavera de 312, a situação tornou-se ainda mais favorável para os adeptos da nova religião: Constantino, derrotando o usurpador Maxêncio na batalha junto à ponte Mílvia, perto de Roma (28 de outubro de 312), e proclamado pelo Senado como Primeiro Imperador

---

[9] Lactâncio. *De mortibus persecutorum*, 34. Eusébio de Cesaréia. *História Eclesiástica*, VIII, 17.

[10] Lactâncio. *De mortibus persecutorum*, 43. Eusébio de Cesaréia. *História Eclesiástica*, VIII, 14.

[11] Eusébio de Cesaréia. *História Eclesiástica*, IX, 7.

(*maximus augustus*), intima Maximino, a cessar as hostilidades.[12] Maximino se submete a esta exigência mediante o rescrito endereçado a Sabino, prefeito do Pretório.[13] Esta é a primeira iniciativa pessoal, historicamente atestada, de Constantino, em favor dos cristãos.

De outra parte, a condenação póstuma de Maxêncio e a ab-rogação de seus atos (*damnatio memoriae et rescissio actum*), restaurava, na Itália, também a legislação anterior, isto é, a legislação de Diocleciano e, conseqüentemente, também a legislação persecutória do mesmo imperador. É muito provável que Constantino tenha publicado, nos territórios sob a jurisdição de Maxêncio, o edito de Galério que concedia aos perseguidos a liberdade religiosa definitiva.[14] Foi assim que o entendeu também Maximino em seu rescrito a Sabino. Coube, no entanto, a Constantino o mérito de ampliar esta liberdade de consciência à liberdade de reunião e direito a lugares de culto: foi esse o resultado do acordo de Milão, concluído em fevereiro de 313, durante as festividades que marcaram as núpcias de sua irmã Constância com Licínio, e designado comumente como Edito de Milão.[15]

---

[12] Lactâncio. *De mortibus persecutorum*, 37, 1; Eusébio de Cesaréia, *História Eclesiástica*, IX, 9,12. Segundo este último, Licínio teria participado dessa decisão: "ambos, de comum acordo e pensamento", teriam estabelecido "uma lei mui completamente perfeita" que eles teriam comunicado a Maximino. Eusébio confundiu manifestamente esta carta de Constantino, escrita provavelmente logo após sua vitória, com o acordo de Milão, de janeiro de 313. Lactâncio diz claramente: "Constantini litteris".

[13] Eusébio de Cesaréia. *História Eclesiástica*. IX, 9,14-22.

[14] Sobre a *damnatio memoriae* e a *rescissio actorum*, Cf. Stein, E. In: *Byzantinische Zeitschrift*, t. 3 (1932), p. 117.

[15] Lactâncio. *De mortibus persecutorum*, 48, 2-8; Eusebio de Cesaréia. *História Eclesiástica*, X, 5, 2-14. Críticos, especialmente Seeck, O. "Das Sogenante Edikt von Mailand", in: *Zeitschrift für Kirchengeschichte*, 12 (1891), p. 381-386; Knipfing, J. R. "Das angebliche Mailander Edikt von J. 313 im

O acordo firmado nessa ocasião não é propriamente um edito, mas um rescrito em forma de mandato circular,[16] endereçado aos procônsules das províncias, com as instruções e regras necessárias para a aplicação da política religiosa firmada nessa ocasião. O texto é conhecido através do rescrito publicado por Lícinio, em Nicomédia, a 13 de junho de 313.[17]

Com base nesse programa, concedia-se aos súditos do Império e, em particular, aos cristãos, plena liberdade de consciência e de culto; protegia-se e facilitava-se a propagação da nova doutrina;[18] assegurava-se a restituição ou a indenização

---

Lichte der neueren Forschungen", in: *Zeitschrift für Kirchengeschichte*, 40 (1922), p. 206-218; Ortuño, J. B. *La caida del Império Romano*, p. 87, têm procurado demonstrar que não houve Edito de Milão. O documento onde se pensou encontrar a substância da decisão de Milão é o rescrito de Licínio, publicado em Nicomédia em junho de 313.

Em contrapartida, muitos autores tentaram salvar o edito, admitindo que se trata de um simples "protocolo" redigido pelos dois imperadores por ocasião de seu encontro em Milão e do qual Licínio teria publicado em seus novos territórios uma versão, ligeiramente modificada. Este é, em particular, o ponto de vista de Crivelluci, A. "L'editto de Milano", in: *Studi Storici*, 1 (1892), p. 239-250; Crivelluci, A. "In torno all'Editto de Milano", in: *Studi Storici*, 4 (1894), p. 267-273;Wittig, J. "Das Toleranzreskript von Mailand 313", in: *Dölinger*, p. 40-65; Batiffol, P. "L'Édit de Milan", in: *Bulletin d'ancienne littératures et d'archéologie chrétienne*, 3 (1913), p. 241-264; Martroye, F. "A propos de l'Édit de Milan", in: *Bulletin d'ancienne littérature et d'archéologie Chrétienne*, 4 (1914), p. 47-52.

[16] Stein, E. *Histoire du Bas-Empire*. T. 1 (De l'État romain à l'État Byzantin), p. 458, nota 143: "não um *edictum* no sentido técnico da palavra, mas antes um *mandatum* circular".

[17] Para maiores detalhes sobre o rescrito de Licínio, Cf. Moreau, J. "Les Litterae Licinii", in: *Annales Universitatis Saraviensis*, 2 (1953), p. 100-105; Anastos, M. "The edict of Milan (313). A defence of its traditional authorship and designation", in: *Revue des Études Byzantines*, 25 (1967), p. 13-41; Nesselhauf, H. "Das Toleranzgesetz des Licinius", in: *Historisches Jahrbuch*, 74 (1955), p. 44-61).

[18] Eusébio de Cesaréia. *História Eclesiástica*, X, 5, 15-17.

dos edifícios eclesiásticos e das terras confiscadas durante as perseguições ao *Corpus Christianorum*, isto é, às comunidades cristãs. Se nessa época houvessem se tornado propriedades particulares, a lei previa que o fisco indenizaria os compradores ou donatários desses bens.

Na verdade, essas disposições já estavam substancialmente expressas no edito promulgado por Galério, em 311; porém, agora, consistiam na aplicação de um princípio e não de um simples expediente político. Consagravam a liberdade de consciência solenemente reconhecida e alicerçavam a igualdade, perante a lei, de todos os cultos vigentes no mundo romano de então.

O decreto de Milão, alicerçado na aliança dos imperadores ocidentais e selado pelo matrimônio da irmã de Constantino com Licínio, instaurou uma nova ordem das coisas.

Proclamar, ao sair de uma terrível crise religiosa, a liberdade de consciência e prometer aos diversos cultos um tratamento igual, era algo relativamente fácil; todavia, conciliar com os fatos da vida concreta esses novos princípios e ajustá-los aos costumes públicos não era tão simples. Aquela sociedade que estava sendo intimada a aceitá-los não era abstrata, mas um organismo vivo, com seus hábitos seculares, seus preconceitos, suas tradições e sentimentos profundamente arraigados.

Os adeptos do antigo culto, apoiados numa secular tradição, manifestaram, evidentemente, resistência à inovação de Constantino. Os do novo culto outrora perseguidos, mostravam, por sua vez, uma real impaciência diante da possibilidade da participação oficial no processo do desenvolvimento histórico do Império. Nesse contexto de obstáculos e dificuldades, desenvolveu-se a obra de pacificação religiosa inaugurada pelo Edito de Milão.

O próprio *mos maiorum* envolvia Constantino numa situação embaraçosa. Apesar das demonstrações a favor do cristianismo, tinha, no entanto, como imperador, um compromisso com o culto tradicional: era, de direito, membro dos colégios sacerdotais e o supremo pontífice (*pontifex maximus*). Ao receber a veste pontifical e o manto de púrpura, assumia as obrigações de zelar pelas instituições religiosas e políticas da república (*res publica*). Era-lhe impossível recusar o sumo pontificado sem diminuir, aos olhos da maioria pagã, o prestígio de sua soberania ou atentar contra a liberdade de culto que acabava de proclamar. Zósimo lembra que Constantino, "mesmo depois de haver se afastado do reto caminho quanto à religião, teve a preocupação de conservar o título e as honrarias de *Pontifex Maximus*".[19]

Tertuliano parece pressentir esta contradição de um imperador que se manteve oficialmente como chefe do culto pagão depois de havê-lo abandonado na prática: "É impossível ser ao mesmo tempo cristão e César".[20] O que a lógica de um exigente apologista mostrava como contraditório, um gênio mais flexível logrou conciliar: Constantino e seus sucessores praticarão, durante mais de meio século, esta espécie de dualismo.

Para se entender de que maneira o problema foi solucionado pelo primeiro imperador "cristão", será necessário notar que de 313 a 323 Constantino não era imperador único em todo o Império. No Oriente, Licínio, associado inicialmente à política religiosa de Constantino, abandonou em pouco tempo, por motivos de ordem política, o cristianismo, tornando-se-lhe hostil a ponto de combatê-lo energicamente.

---

[19] Zósimo. *Storia Nuova*, 11,32.

[20] Tertuliano. *Apologeticus adv. Gentes*. XXI: "Aut si et Christiani potuissent esse Caesares".

Nessa circunstância, a linha de conduta de Constantino face aos súditos pagãos era, evidentemente, ditada pela prudência, visto que estes constituíam, ainda, a maioria da população do Império, bem como dos quadros da administração pública.[21] Mas, era inspirada também na aversão a toda violação da consciência. Na carta aos provinciais, expõe justamente os princípios dessa linha de conduta: "Consinto que aqueles que estão ainda envolvidos no erro do paganismo gozem da mesma paz que os fiéis. A eqüidade que com eles se observará e a igualdade de tratamento que se dará a uns e outros contribuirão notavelmente para pô-los no bom caminho. Que ninguém moleste o outro; cada qual escolha o que julgar mais conveniente para si; aqueles que se furtam à vossa obediência tenham templos consagrados à mentira, sendo que assim o querem; ninguém atormente aqueles que não compartilham os mesmos sentimentos. Quem goza da luz, sirva-se dela o quanto possível para iluminar os outros, caso contrário, deixe-os em paz. Uma coisa é travar combates para obter a coroa da imortalidade, e outra é usar de violência para coagir alguém a abraçar determinada religião".[22] Percebe-se claramente neste edito de tolerância que Constantino concede a liberdade de culto indistintamente aos cristãos e aos pagãos, mas, no preâmbulo, insiste longamente no erro deste culto, e até parece pedir perdão a seu Deus por conceder semelhante liberdade em nome da paz dos povos.[23]

No entanto, Constantino emitiu, também, decretos que prejudicaram indiretamente o culto tradicional: legislou con-

---

[21] Gregoire, H. "La conversion de Constantin", in: *Revue de l'Université de Bruxelles*, 1930, p. 20.

[22] Eusébio de Cesaréia. *De vita Constantini*, II, 56.

[23] Idem, II, 49-54, 56.

tra os arúspices, interditando-lhes o exercício de sua função em casas particulares. Como se pode auferir da própria legislação constantiniana, o exercício da arte de adivinhar era tolerado somente nos templos e, portanto, em público e segundo ritos pré-estabelecidos.[24] Além destas proibições, o imperador ameaçou com severos castigos aqueles cujos sortilégios mágicos eram dirigidos contra a vida ou o pudor. Dessas ameaças excetua as consultas inofensivas, cujo único objetivo eram a cura de enfermidades e a preservação das colheitas contra as intempéries.[25] Disso tudo se conclui que Constantino não visou diretamente arruinar o antigo culto, e sua legislação em nada modificou as cerimônias públicas do culto tradicional.[26]

Outras medidas de Constantino, dessa mesma época, foram promulgadas ou ditadas segundo o espírito do Edito de Milão e tinham como objetivo igualar os direitos dos cristãos aos dos pagãos. Numerosas cartas imperiais endereçadas a funcionários provinciais modificaram totalmente a situação jurídica dos cristãos. Pela primeira vez, cada comunidade, cada Igreja teve, oficialmente, reconhecidos os seus direitos. O clero teve salvaguardado sua missão espiritual pela concessão de privilégios equiparados aos dos sacerdotes pagãos.[27] Em 321,

---

[24] CTh. IX, 16, 1 (1º de fevereiro de 319). Cf. também CTh. IX, 16, 3 (23 de maio de 321).

[25] CTh. IX, 16, 2 (15 de maio de 319).

[26] Libânio. *Pro templis*, VI.

[27] Eusébio de Cesaréia. *História Eclesiástica*. X, 8, 2: "...aqueles que na província a ti confiada estiverem prestando pessoalmente seus serviços a esta santa religião na Igreja Católica, presidida por Ciciliano, e os que costumam denominar clérigos, quero que, sem mais, e uma vez por todas, fiquem isentos de toda função pública civil". Cf. CTh. XVI, 2, 1 (31 de outubro de 313); CTh XVI, 2, 2 (21 de outubro de 319; CTh XVI, 2, 7 (5 de fevereiro de 330).

concedeu a permissão de testar em favor das igrejas, igualando-as, sob este aspecto, aos templos pagãos que já estavam autorizados a receber donativos desde tempos antigos.[28]

Quando Constantino autorizou a construção de basílicas às custas do tesouro público em Roma, na Itália, na África e na Ásia, quando celebrou sua dedicação e lhes confirmou a restituição de seus bens, deu ao culto cristão atenção equivalente ao culto pagão. Zósimo censura esse procedimento de Constantino de se servir das finanças do Estado para construções "inúteis".[29]

A lei de 321, que ordenava aos juízes, às corporações e aos particulares observar o *dies solis*, não era propriamente um favor especial aos cristãos;[30] equiparava, apenas, seus dias feriados aos dos pagãos e durante os quais deviam cessar todas as atividades que não fossem indispensáveis.[31] A lei de 323, com que proíbe forçar os cristãos a praticar atos pagãos,[32] mostra como a vigilância era ainda necessária ao imperador para assegurar a liberdade de consciência a todos.

As primeiras leis e ordenações são a expressão dos sentimentos de um soberano que ainda está indefinido em matéria religiosa; mostram a preocupação de garantir uma situação legal a todos os cultos.

Beugnot afirma que Constantino sempre deixou transparecer um secreto desprezo pelas cerimônias pagãs.[33]

---

[28] CTh. XVI, 2, 4 (3 de julho de 321). *Digesta*, XXX, III, 1 e 20; XXX, 2, 16 e 17; XXXV, 2, 1.

[29] Zósimo. *Storia nuova*, 11, 32.

[30] CTh. II, 8, 1. Cf. Código. Justiniano, III, 12, 2.

[31] Cícero. *De legibus*, II, 12 e 29. Cf. verbete "Dies", in: *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, t. II, p. 174.

[32] CTh. XVI, 2, 5 (25 de maio de 323).

[33] Beugnot, A. *Histoire de la destruction du paganisme en Occident*, t. I, p. 74: "La conduite de Constantin peut être expliquée [...] par son ancien

Os panegiristas que narram a entrada de Constantino em Roma, após a batalha de Ponte Mílvio, falam dos espetáculos aos quais assistiu, mas não fazem menção de sacrifícios, nem de visita ao Capitólio. Em 314, deviam ser celebrados os jogos seculares dos quais, segundo a tradição, dependia a prosperidade do Império. Constantino omitiu-se e os jogos não foram celebrados. Zósimo atribui todos os males que mais tarde se abateram sobre o Império como sendo uma conseqüência natural dessa impiedade.[34] Nas leis e decretos, sempre que pôde fazê-lo sem ferir a liberdade de consciência, inspirava-se visivelmente nos princípios cristãos. Nesse sentido, emitiu uma série de leis introduzindo, no direito romano, preocupações de ordem moral claramente inspiradas no evangelho: revoga as leis de Augusto contra o celibato;[35] prevê severas sanções contra os culpados de roubo, seus cúmplices e mesmo a vítima, se esta consentiu;[36] contra a fornicação do tutor com a tutelada;[37] contra o adultério da senhora com seu escravo;[38] contra a prostituição das domésticas de albergue.[39] O concubinato, que a lei e os costumes toleravam, é doravante passível de diligências processuais;[40] o divórcio é dificultado;[41] a própria bastardia é sujeita a penalidade.[42] Emite também leis

---

mépris pour le culte païen". Eusébio de Cesaréia (*Vita Constantini*, II, 30) diz que Constantino "distanciando-se dos ritos sagrados, atraiu sobre si o ódio do Senado e do povo".

[34] Zósimo. *Storia Nuova*, II, 7.

[35] CTh. VIII, 16, 1 (31 de janeiro de 320).

[36] CTh. IX, 24, 1 (1º de abril de 326).

[37] CTh. IX, 8, 1 (4 de abril de 326).

[38] CTh. IX, 9, 1 (29 de maio de 329).

[39] CTh. IX, 7, 1 (3 de fevereiro de 326).

[40] Cód. Just. V, 26, 1 (14 de junho de 326).

[41] CTh. III, 16,1 (fim de 331).

[42] CTh. IV, 6, 2 (29 de abril de 336).

que revelam o desejo de defender os fracos e os inocentes contra a violência e o egoísmo: a difamação e a delação são severamente punidas;[43] os prisioneiros são protegidos contra a brutalidade dos carcereiros;[44] os escravos contra as de seus patrões;[45] os filhos contra as de seus genitores;[46] a sociedade assume a tutela dos órfãos e das viúvas.[47] Assim, mediante a legislação de Constantino, a nova lei do evangelho penetra o velho direito romano.

Em 323, Constantino tornou-se o senhor único de todo o Império ao derrotar, em Crisópolis, seu rival Licínio. Muitos historiadores eclesiásticos estabelecem grande diferença entre a conduta de Constantino antes e depois da derrota de Licínio. Esta conduta, que pode ser comprovada por fatos incontestáveis, não autoriza, no entanto, a afirmar que se tenha transformado de prudente, moderado e conciliador, em intolerante e opressor.

A transferência da capital do Império para Bizâncio constitui um grande marco na política religiosa e no desenvolvimento do cristianismo em todo o Império. Constantinopla não tinha um passado para defender, nem antigas instituições para venerar. Era o centro das idéias novas. Apesar de ser constituída, na sua grande maioria, por pagãos, Constantino nunca adotou medidas que pudessem ser motivo de queixa para os cristãos. Em Constantinopla, ele idealizou assegurar

---

[43] CTh. IX, 34, 1 (29 de março de 319).

[44] CTh. IX, 3, 1 (31 de dezembro de 320); CTh. IX, 3, 2 (3 de fevereiro de 326).

[45] CTh. IX, 12, 1 (11 de maio de 319): pune aquele que tortura ou mata um escravo; CTh. II, 25, 1 (29 de abril de 325): proíbe separar, quando vendidos como escravos, membros de uma mesma família.

[46] CTh. XI, 27, 2 (6 de julho de 322); CTh. XI, 27, 1 (13 de maio de 329).

[47] CTh. I, 22, 2 (17 de junho de 334).

os destinos da Igreja. Conferenciava com os bispos, ouvia suas longas homilias, presidia os sínodos e aprofundava-se no conhecimento do cristianismo. O exame dos atos públicos de Constantino durante o último período de seu reinado mostra que, no fundo, pouco ou quase nada mudou em seu sistema de tolerância adotado em 313. As modificações são, principalmente, na forma: demonstra cada vez menos interesse pela religião romana e pelo culto de Mitra, e uma sensível dedicação ao cristianismo.

Constantino, no entanto, manteve-se oficialmente como chefe do antigo culto: as inscrições de 328 lhe dão o título de soberano pontífice, isto é, presidente dos colégios sacerdotais da velha Roma.[48] Permaneceu nessa função mas não sacrificou mais aos ídolos, não subiu mais ao Capitólio nos dias solenes onde Júpiter Capitolino recebia as homenagens do Senado, do exército e do povo;[49] não leu mais o futuro da pátria nos livros sibelinos. Porém, esses não eram os únicos deveres de um soberano pontífice. Cabia ao supremo mandatário do culto dirigir, velar e proteger o clero pagão. Constantino tinha consciência de que não lhe era possível, nem conveniente, rejeitar a veste pontifical como o fez, mais tarde, Graciano. Sua conduta era claramente ordenada pela situação política e religiosa do momento. Uma lei posterior a ele, mas que faz alusão aos fatos de 333, mostra que nessa época não era ainda permitido, em Roma, demolir um monumento funerário, mesmo ameaçado de ruína, sem a devida autorização do colégio dos pontífices.[50] Os flâmines e os sacerdotes das provín-

---

[48] Eckhel. *Doctr. Numm*. T. VIII, p. 76; Orelli. Inscr. 1080, apud Allard, P. *Le christianisme et l'empire romain de Néron à Théodose*, p. 175.

[49] Beugnot, A. *Histoire de la destruction du paganismo en Occident*, t. 1, p. 74.

[50] CTh. IX, 17,2 (28 de março de 349).

cias gozavam de imunidades curiais. A manutenção de um privilégio tão importante pertencia, de direito, ao supremo pontífice. Duas leis de 335 e de 337 confirmam, na África, os privilégios perpétuos dos flâmines e dos sacerdotes municipais.[51] Moedas cunhadas durante seu reinado mostram o quanto estava ainda comprometido com os costumes pagãos da época. Após a derrota de Licínio, o *labarum* aparece habitualmente nas moedas imperiais, porém, mais como uma bandeira gloriosa coroada pela vitória ou então como estandarte salvador do Império, segundo a expressão de Eusébio,[52] do que como símbolo declarado da religião cristã.[53] Não raras vezes, o *labarum* aparece entre as mãos da Vitória alada dos pagãos. Além das moedas com esse símbolo, o *labarum*, há muitas outras com legendas em honra a Júpiter, Marte, Hércules, Sol.[54]

Para Eusébio de Cesaréia e muitos outros historiadores eclesiásticos contemporâneos,[55] Constantino teria proibido o culto dos deuses e a construção de templos e estátuas, teria proibido a predição do futuro pelos arúspices e adivinhos, bem como a imolação de vítimas. No entanto, um edito seu inserido em sua história pelo próprio Eusébio, seu biógrafo,

---

[51] CTh. XII, 1, 21 (4 de agosto de 335) e CTh. X, 5, 2 (21 de maio de 337).

[52] Eusébio de Cesaréia. *Vita Constantini*, I, 28-31.

[53] Sulzberger, M. "Le symbole de la croix et le monogramme de Jésus chez les premiers chrétiens". In: *Byzantion*, 2 (1925), p. 337-448): "Il faut souvenir que les romains de l'époque classique rendaient un culte à les *signa militaria*. Le monogramme qui le surmonte est certainement chrétien, puisqu'il a été supprimé par Julien et rétabli ensuite" (p. 421).

[54] Banduri. *Numismata imperatorum romanorum*, t. II, p. 248-300.

[55] Eusébio de Cesaréia. *Vita Constantini*, II, 45; IV, 23 e 25; Sócrates. *História Eclesiástica*, I, 18; Sozômeno. *História Eclesiástica*, I, 8; Teodoreto. *História Eclesiástica*, I, 1 e III, 21; Orósio. *Historiarum libri septem*, VII, 28.

apresenta uma situação bem diferente. Esse testemunho mostra o quanto Constantino estava longe da idéia de proscrever o paganismo.[56]

Constantino manteve, no entanto, o princípio de tolerância durante os quatorze anos em que reinou sozinho. Com o intuito de dar a todos um tratamento igual, suprimiu muitas regalias com as quais o Estado romano agraciara a religião tradicional. Em 326, ordena aos governadores das províncias terminar a construção dos edifícios públicos começados por seus predecessores, antes de iniciarem outros, exceto os templos que poderão permanecer inacabados.[57]

Por volta de 327, quando os habitantes de Spello lhe solicitam a permissão de erigir, em honra de sua família, um templo que seria o centro e ocasião de uma nova instituição de jogos provinciais, Constantino impõe esta condição: "o templo será um simples edifício comemorativo e não deverá ser profanado com a fraude de alguma contagiosa superstição".[58]

Quando se examina mais de perto os atos e as palavras do imperador, percebe-se que quis estabelecer não uma liberdade religiosa tal como nós a entendemos hoje, mas uma espécie de *modus vivendi* entre duas forças por muito tempo em conflito: o paganismo tomado em seu conjunto e o cristianismo.

Constantino morreu em 337, com sessenta e três anos de idade e mais de trinta de reinado. Os pagãos imediatamente se preocuparam com sua memória, apesar de haver sido bati-

---

[56] Eusébio de Cesaréia. *Vita Constantini*, II, 56.

[57] CTh. XVI, 1, 3 (29 de julho de 326). Cf. Allard, P. "Paganisme au milieu du IVème. siècle". In: *Revue des Questions Historiques*, 12 (1894), p. 326.

[58] Orelli-Henzen, 5580, apud Allard, P. *Op. cit.* p. 178.

zado cristão e sua profissão de fé ser claramente conhecida por todos em todo o Império. Segundo o costume, o Senado colocou-o entre o número dos deuses, os quais ele menosprezara. A fórmula *DEVOTUS NUMINI MAIESTATISQUE EIUS*[59] esteve durante toda a sua vida nos monumentos erigidos em sua honra e, após sua morte, não se duvidou em dar-lhe a qualificação de *divus*. As moedas dão igualmente a Constantino o título de deus. Mas, curiosamente, foi representado armado do *labarum* nas moedas onde era chamado deus.[60]

A grande maioria dos pagãos não teve consciência dos resultados que a "conversão" do chefe de Estado poderia ter para seu culto. Aparentemente tudo continuava como sempre. Os templos estavam abertos, as cerimônias tradicionais eram celebradas segundo os ritos antigos e a aristocracia pagã ocupava os mais importantes cargos do Império. Seria necessário inquietar-se só porque o imperador, no fim de sua vida, havia dado livre curso em seu espírito às doutrinas perigosas pregadas com audácia por uma seita inimiga da sociedade? O Império, suas leis, os costumes e as crenças seriam valores cuja sorte dependeria da convicção pessoal do príncipe? Este era, certamente, o raciocínio dos pagãos que não enxergavam além das aparências. Outros, mais inteligentes, fingindo não perceber a enormidade da falta cometida por Constantino, empenhavam-se em atenuar a importância do "crime" e tornar mais difícil a posição de seus sucessores, se estes se preocupassem com uma orientação política semelhante à dele. Sem dúvida, nesse espírito foi redigida a inscrição em que

---

[59] Devoto dos deuses e de sua majestade.

[60] Maurice, J. *Numismatique constantinienne*, t. I, p. CV, CVI e CXXX.

Constantino é denominado *Auctor religionis*; esse príncipe que havia desertado dos altares da pátria. Os pagãos preferiram conceder a Constantino honras que não merecia, a compartilhar, pelo silêncio, com a falta cometida. Mais tarde, quando os seus filhos deram continuidade à política do pai, o atentado à tradição romana lhes pareceu bem claro. Quando as ilusões se dissiparam, quando a dissimulação não foi mais útil nem possível, então teve lugar uma violenta reação à sua memória. O soberano que havia sido chamado *auctor religionis*, que com tanta pressa havia sido posto entre o número dos deuses, foi depois reconhecido inimigo da pátria, chefe dos adversários do gênero humano e a origem de toda a discórdia no corpo do Estado.[61]

As acusações dos pagãos tinham fundamento: os cristãos reconheciam em Constantino o inimigo declarado das antigas instituições.[62] Os líderes da religião tradicional não se enganavam quando acusavam Constantino de haver lançado, na sociedade, os germes de morte. Pelo simples fato de abraçar o cristianismo, contribuiu poderosamente para a ruína da antiga civilização pagã. Podiam, aqueles homens que haviam sido formados à sombra dessa civilização, e à qual tudo deviam – idéias, costumes, crenças, usos –, permitir sua degradação? Resistiam, por isso, a todas as conseqüências de sua conversão. Tentaram reduzir o memorável fato a uma decisão puramente pessoal, séria para Constantino, mas sem importância para o Império.

Todos esses recursos não lograram êxito. A “conversão” de Constantino teve uma influência ponderável para o triun-

---

[61] Amiano Marcelino. *Res Gestae*, XXI, 10.

[62] Cf. Sozômeno. *História Eclesiástica*, II, 32.

fo do cristianismo. Ao deixar aberto o campo a todas as religiões, ele mostrou confiança no poder da nova religião e preparou o terreno para o seu triunfo sem o recurso à violência. O objetivo dele era incluir a liberdade de culto entre os costumes da *res publica*. Este objetivo foi atingido, e seus sucessores não fizeram mais que desenvolver, gradualmente, os princípios por ele estabelecidos. Durante seu governo, os pagãos de Roma, da Itália e das províncias tiveram liberdade religiosa tão ampla que não houve motivos para legítimas queixas. Nenhum pontífice, nenhum flâmine foi molestado no exercício de suas funções. Nenhum templo, ainda em uso para algum culto, foi destruído ou despojado de seus ornamentos; as cerimônias públicas, os ritos sagrados conservaram seu antigo caráter e o próprio imperador não recusou o supremo pontificado. Libânio e Zósimo, os mais ardorosos porta-vozes do paganismo, não ousaram lançar a menor dúvida sobre esses fatos.

2 — Conduta dos filhos de Constantino

Constantino morreu em Nicomédia poucos dias depois de haver sido batizado pelo bispo ariano Eusébio. O corpo embalsamado do imperador foi trasladado para Constantinopla e enterrado no túmulo que ele mesmo havia mandado construir para si, na Igreja dos Santos Apóstolos. As solenes cerimônias cristãs de seu enterro mesclaram-se com o culto que os pagãos renderam à estátua em honra a Constantino-Sol, erigida no novo Fórum de Constantinopla. O Senado decretou a *apoteosis*, o culto da antiga religião aos imperadores mortos.[63]

---

[63] Beugnot, A. *Histoire de la detruction du paganisme en Occident*, t. I, p. 109.

Constantino quis que a transmissão do poder fosse hereditária, porém suas decisões, no concernente à unidade e repartição, são pouco claras. Morreu quando preparava, ao que parece, a partilha entre seus herdeiros, os cinco césares que sobreviviam dos sete por ele nomeados.[64] As incertezas relativas à sucessão favoreceram as intrigas da corte, que, dona do poder absoluto, o paralisou. As invejas entre os filhos – os césares Constantino, Constâncio e Constante – e os sobrinhos – os césares Dalmácio e Anibaliano – bloquearam a sucessão. Durante mais de cem dias o Império foi governado em nome de Constantino morto. Prevendo sedições que o vazio do poder poderia alentar, o exército fez "uma revolução por temor à revolução"[65] exterminando os ramos colaterais em linha masculina da família de Constantino. Só puderam escapar Galo e Juliano.[66]

A monarquia absoluta e a sucessão hereditária resultaram fortalecidas pela iniciativa do exército. Passada a tormenta dos massacres, os três filhos repartiram entre si o governo do Império: a Constantino II coube o ocidente, com sede em Tréveris; a Constante, em Sírmio, as províncias centrais e a Constâncio, em Antioquia, o Oriente. A ordem hierárquica dos Augustos salvara o princípio da unidade: preeminência do mais velho sobre seus irmãos. Porém, esse ordenamento logo se quebrou. Morto Constantino II, reinaram seus irmãos Constâncio II no Oriente e Constante no Ocidente, durante dez anos. Embora preparados cuidadosamente por Constantino para o comando, porém frustrados como gover-

---

[64] Rémondon, R. *La crisis Del Império Romano, de Marco Aurélio a Anastásio*, p. 72.

[65] Gregório Nazianzeno. *Contra Julianum*, I, 21.

[66] Rémondon, R. *Op. cit*. p. 72.

nantes pela personalidade avassaladora do pai, eram medíocres e foram manejados por servidores ambiciosos, intrigantes e espertos. Dentro desta situação, que rumos tomará a política religiosa inaugurada por Constantino? Como se desenvolverão, sob seus sucessores, as relações entre paganismo e cristianismo?

Constâncio e Constante haviam sido educados no cristianismo. Todavia, não professavam a mesma fé cristã. Constante era niceno como, praticamente, toda a Igreja do Ocidente; já Constâncio, que vivia no Oriente, onde a maioria dos bispos era ariana, professava o arianismo. No entanto, as complicações da questão ariana não desviaram as atenções dos dois filhos de Constantino daquilo que havia preocupado seu pai, isto é, o problema que representava o paganismo. Mas, enquanto Constantino, por força das circunstâncias do momento, agiu com prudência e precaução, seus filhos procederam com severidade e sem muita circunspeção.[67]

Nos primeiros anos de reinado, mantiveram a liberdade de culto. Duas leis de Constante são suficientes para mostrar o quanto respeitou o sentimento pagão que ainda dominava especialmente na parte ocidental do Império. Os romanos veneravam os túmulos como monumentos sagrados. O culto dos ancestrais tornava invioláveis as últimas moradas do homem.[68] O cristianismo adotou essa concepção que o paganis-

---

[67] Joanou, P. P. "La legislation impériale et la chistianisation de l'empire romain (311-476). In: *Orientalia Christiana Analecta*, 192 (1972), p. 39 e 41.

[68] Em Roma, para que uma sepultura pudesse ser transferida de lugar, era necessária a autorização dos pontífices. Cf. Plínio. *Epistola*, X, 73; CTh. IX, 17 (28 de março de 349).

mo havia divulgado sobre o respeito devido aos restos mortais. Venerava os despojos de seus mártires mas, ao mesmo tempo, via com desdém os monumentos faustosos que ostentavam símbolos do paganismo. Após o reinado de Constantino, a violação dos sepulcros pagãos havia se tornado um delito freqüente entre os cristãos.[69] Constante julgou-se no dever de reprimir o abuso e por isso declara que todo aquele que for encontrado demolindo um sepulcro sem autorização do proprietário, será condenado ao trabalho nas minas; se o demolidor estiver munido de licença, será condenado à deportação.[70] Como as ameaças não atemorizassem os demolidores, pronunciou, contra os mesmos, a pena capital. Posteriormente amenizou a severidade da lei com outra segundo a qual os culpados são punidos com multas.[71] Uma disposição desta última chama nossa atenção: o legislador ordena que a execução do decreto seja confiada, nas províncias, aos juízes locais e, em Roma, aos pontífices e ao prefeito da cidade.[72] O reconhecimento do direito devido aos pontífices de zelar pela conservação dos túmulos, e de autorizar sua restauração ou demolição faz ver que se tratava, nessa época, de uma tarefa religiosa na qual o imperador intervinha como protetor legal da religião do Estado.

A conduta prudente e reservada dos imperadores impacientava os cristãos no sentido de estranharem que a conversão dos chefes do Império não exercesse alguma influên-

[69] A violação de túmulos era um delito praticado tanto por cristãos como por pagãos. Vide WALTZ, Pierre. *Anthologie Palestine*. Epigrammes de Saint Grégoire le Théologien. Les Belles Lettres, Paris. 1960.

[70] CTh. IX, 17, 1 (25 de janeiro de 340).

[71] CTh. IX, 17,2 (28 de março de 349).

[72] Idem.

cia negativa sobre o antigo culto. Fírmico Materno representa bem o espírito desses cristãos irrequietos para quem a circunspeção era timidez e a prudência, fraqueza. Com veemência intima os imperadores para que exterminem de vez o paganismo pela força. Em seu livro *De errore profanarum religionum*, e dedicado aos dois filhos de Constantino, assim se expressa: "Pouco falta para que, graças às vossas leis, o demônio seja completamente abatido, apagada a idolatria e abolido esse funesto contágio. O veneno já perdeu sua nocividade; cada dia diminui o alimento das paixões profanas. [...] O Cristo, em sua benevolência, reservou a seu povo, mediante a obra de vossas mãos, a destruição da idolatria e a ruína dos templos. Fundi esses deuses e fazei deles moedas. Reuni os bens dos pontífices ao vosso domínio".[73]

Em outra passagem, o neófito aconselha com impaciência: "Sacratíssimo imperador, decepai o escândalo pela raiz, destrui-o completamente, opondo-lhe o rigor das leis para que o erro dessa superstição não contamine por mais tempo o mundo romano".[74] As conseqüências não tardaram a se fazer sentir. A legislação tornou-se tão rigorosa que, tomando-a ao pé da letra, poderia levar a concluir que visava erradicar o culto pagão.

O sistema de liberdade de culto implantado por Constantino e que mantivera em equilíbrio a balança entre cristianismo e paganismo durante um quarto de século, recebe agora o primeiro impacto. A determinação de 341, assinada pelos dois Augustos, Constante e Constâncio, dispõe o seguinte: "Cesse a superstição, seja abolida a insânia dos sacrifícios. Pois,

---

[73] Júlio Fírmico Materno. *De errore profanarum religionum*. XXIX.

[74] Júlio Fírmico Materno. Idem. XXIX.

todo aquele que, em contrário às disposições de nosso divino pai e a esta ordem de nossa benevolência, ousar celebrar sacrifícios, seja punido e lhe seja aplicada a presente sentença".[75] É de se ressaltar o zelo com que os dois imperadores invocam, em apoio às suas rigorosas medidas, intenções semelhantes às de Constantino, alegando um ato formal como este.[76] O decreto emitido por Constante e Constâncio não podia deixar de agradar aos cristãos, especialmente os mais entusiastas. Mesmo no Ocidente, onde o paganismo tinha ainda raízes mais fortes, a medida despertou esperanças prematuras. A acolhida que os espíritos impacientes deram a essa resolução parece provar que se inaugurava uma política nova e dava-se passo decisivo numa direção em que Constantino mal havia enveredado. Fírmico Materno reconhece os dois imperadores como destruidores dos templos e deuses: "Vossas leis têm abatido o diabo quase por completo e dissipado o funesto contágio com a idolatria.[77] Exorta-os a que dêem continuidade à obra e que destruam, com o rigor das leis, os resquícios do antigo culto.

---

[75] CTh. XVI, 10, 2 (? ? 341).

[76] O teor desta lei é interpretado diferentemente. Uns vêem nela um golpe terrível infligido contra a religião tradicional (Geffcken, J. *Der Ausgang des Griechisch-Römischen Heidentums*. Heidelberg, 1929. p. 97); outros observam que, como nesta data Constante se valia ainda do título de *pontifex maximus*, o termo *superstitio* não podia juridicamente designar o antigo culto romano, e que, portanto, esta lei visa simplesmente as práticas de adivinhação e os sacrifícios ocultos, preocupação conforme aquela já manifestada por Constantino (MARTROYE, F. "Le titre de pontifex maximus et les empereurs chrétiens". In: *Bulletin de la Société National des Antiquaires de France*. Paris, (1915), p. 283 e ss., e *Revue Historique de Droite Français et Étranger*. Nouv. Sér. 9 (1930), p. 673 e ss.).

[77] Júlio Fírmico Materno. *Op. cit.* XXI.

Um ano depois do preceito que inspirou a Fírmico Materno tais pronunciamentos, Constante endereça uma outra determinação a Catulino, prefeito de Roma, atenuando o efeito da primeira. O imperador, conhecendo os sentimentos e o apego de seus súditos, sobretudo dos romanos, aos antigos costumes, empenha-se em acalmar suas inquietudes, ordenando: "Ainda que toda a superstição deva ser inteiramente erradicada, queremos, no entanto, que os templos situados fora dos muros da cidade sejam conservados intactos, pois a muitos dentre eles se deve a origem dos jogos, corridas e combates que proporcionam, desde a antiguidade, alegria ao povo romano".[78] Não há nenhuma contradição entre esta lei e a precedente, pois, o imperador não retira nenhuma proibição feita anteriormente. A superstição continua proibida e os sacrifícios não são autorizados. Apenas ordena que os edifícios de templos situados fora dos muros da cidade sejam conservados em vista dos jogos públicos.

Podemos continuar estabelecendo o paralelo entre as leis destinadas a destruir a idolatria e os fatos que a mostram em pleno vigor. Em 354, Constâncio, já senhor único de todo o Império em conseqüência da derrota de Magnêncio, que havia usurpado o trono de Constante por ocasião de morte deste, promulga nova lei, injuriosa aos pagãos e com terríveis sanções, inclusive a pena de morte para os idólatras. Prescreve que os templos deverão ser fechados e os sacrifícios interditados: "É de nossa vontade que em todos os lugares e cidades os templos sejam imediatamente fechados, que o acesso seja interditado a todos e negada aos depravados (*perditis*) a faculdade de pregar. Queremos, também, que todos se abste-

[78] CTh. XVI,10,3 (1º de novembro de 346).

nham dos sacrifícios. Todo aquele que tiver cometido alguma falta desse gênero, seja atingido pelo gládio vingador. Os governadores das províncias que negligenciarem punir tais crimes, sofrerão os mesmos castigos".[79] Se esta lei foi realmente promulgada, então o epíteto "destruidor de ídolos" cabe antes a este imperador que a Constantino, e, desde então, a religião pagã teria deixado de ter existência legal em todo o Império.

A esta conclusão vem, no entanto, contradizer as inscrições que mostram ser permitida ainda a entrada nos templos, bem como o exercício de funções pontifícias. Nesse mesmo ano, o prefeito de Roma, Órfito, que por excepcional favor permaneceu no cargo durante cinco anos sucessivos, conserva, nas inscrições, os títulos de Pontífice do Sol e Pontífice de Vesta.[80] O calendário romano cita, como ainda observadas, todas as festas pagãs, não somente aquelas que faziam parte dos jogos e espetáculos, mas também as que consistiam em peregrinações, procissões e sacrifícios.[81]

Numa terceira lei, de 356, Constâncio decreta de novo a pena de morte contra todo aquele que cooperar nos sacrifícios ou adorar os *simulacra*.[82] No ano seguinte, quando visita Roma, contrário ao que seria de se esperar, admira a beleza dos templos, confirma às Vestais seus privilégios e ao culto os subsídios costumeiros. Desempenha literalmente também as funções de soberano pontífice quando, na mesma ocasião, nomeia membros da aristocracia romana para os diversos sa-

---

[79] CTh. XVI, 10,4 (1º de dezembro de 346)

[80] *Corpus Inscriptionum Latinarum*, t. VI/1, 1737-1742.

[81] Idem, I, p. 234 e ss.

[82] CTh. XVI, 10, 6 (19 de fevereiro de 356).

cerdócios.[83] O único testemunho que deu de suas convicções religiosas pessoais foi a determinação de remover do interior da cúria a estátua da Vitória – símbolo oficial do paganismo do Senado – no dia em que ele mesmo aí esteve presente à sessão.[84] Reportando-se à visita de Constâncio a Roma, Símaco faz, alguns anos mais tarde, um inesperado elogio ao autor das leis de 341, 354 e 356: "Manteve o antigo culto, ainda que, pessoalmente, seguisse outra religião".[85]

Permaneceram estas ordens letra morta? Certamente, não. É provável que tiveram pouco efeito no Ocidente onde a tradição pagã era ainda muito acentuada. No Oriente, onde a influência da tradição pagã já havia sido substituída por costumes cristãos, a aplicação das determinações variava de uma localidade para outra. Havia regiões onde os cristãos constituíam a maioria, quando não a totalidade. Nestas localidades, nem o fechamento dos templos, nem a interdição dos sacrifícios ofereceram dificuldades: a iniciativa popular precedeu ali, muitas vezes, a própria lei. Datam dessa época, nesses locais, igrejas construídas com as ruínas de santuários pagãos.[86] De outra parte, não há registro de caso algum em que a pena capital tenha sido infligida a algum pagão no exercício de sua religião. O tio de um dos discípulos do célebre retor Libânio "vivia mais em comércio com os deuses que com os homens" e, ainda segundo a expressão do mesmo retor, não deixou de

---

[83] Símaco. *Epistola*, X, 3. Cf. Amiano Marcelino, XVI, 20. No mesmo ano de 357, foi visto em Roma um ilustre personagem presidir às iniciações mitraicas. Cf. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, t. VI/1, 749.

[84] Ambrósio. *Epistola*, 18.

[85] Símaco. *Epistola*, X, 3.

[86] Sozômeno. *História Eclesiástica*, III, 37.

lhes prestar culto, "apesar da lei que pronunciava a pena de morte contra os adoradores".[87]

Ao que parece, nas cidades onde dominava o paganismo, a lei não foi executada contra os templos nem tão pouco contra as pessoas.

Constâncio combateu o paganismo ainda de outra maneira, atacando-o obliquamente com leis contra a arte da adivinhação. Estas normas são do fim de seu reinado, dos anos 357 a 358. Emprega um linguajar vago, proibindo, sob penas severas, consultar os mágicos, os caldeus, os adivinhos, os áugures e os arúspices.[88] Ao que tudo indica, não quis proscrever o aruspício oficial, reconhecido ainda por Constantino; muito menos, acabar com o colégio dos áugures, composto pelos grandes personagens de Roma e que as inscrições mostram ainda em exercício até o fim do século.[89] Visava antes os áugeres e arúspices particulares que agiam clandestinamente, sem o controle oficial e, portanto, à margem da legislação. No entanto, é difícil de comprovar se o único escopo dessas leis era impedir os perigos da adivinhação ou obstaculizar gradativamente as cerimônias regulares do culto pagão.[90] O retor Libânio, algumas dezenas de anos mais tarde, não as interpreta diversamente: "Explica-te pois. Que entendes tu dessa horrível tormenta? Entendo aludir ao tempo de Constâncio. O mal já veio de seu pai; mas foi ele que propagou a centelha, atiçou-a e fez dela um vasto incêndio. Seu

---

[87] Libânio. Apud Allard, P. *Op. cit*. p. 189.

[88] CTh. IX, 16, 4 (25 de janeiro de 357); CTh. IX,16, 5 (4 de dezembro de 357); CTh. IX, 16, 6 (5 de julho de 358).

[89] *Corpus Inscriptionum Latinarum*, t. VI, 503, 504, 511, 1778.

[90] É a tese de Martroye, artigo publicado na *Revue Historique de Droit Français*, p. 676; Cf. Labriole, Pierre de. *Histoire de l'Église*, t. III/1 p. 182.

pai havia despojado os deuses de suas riquezas; ele arrasou os templos, aboliu todos os ritos sagrados, e se deu a que? Bem o sabemos! O aviltamento da religião se estendeu às letras, e isso se compreende, pois a religião e as letras se unem por um estreito vínculo de parentesco: são irmãs. Filósofos e sofistas, e todos os iniciados nos mistérios de Hermes e das Musas, não tiveram mais acesso ao palácio. [...] Seus favoritos, aqueles que o rodeavam e de quem tomava conselhos e lições, eram os bárbaros, miseráveis eunucos".[91] Este testemunho mostra o ponto de vista pagão da política religiosa de Constâncio. Mesmo ignorando a política de tolerância implantada por Constantino, não alcançou os resultados esperados. Apenas favoreceu sua ruína lá onde já acontecia por si mesmo e, com suas normas drásticas e radicais, semeou na alma dos pagãos germes de cólera que eclodirão sob Juliano. Assim, no todo, retardou mais que precipitou a ruína inevitável do antigo culto.

3 — Juliano e a reação pagã

Já temos bastante informações sobre a força relativa de cada um dos dois grupos para antever que os defensores do culto tradicional procurarão reparar, por meio de uma forte ofensiva, a derrota que a conduta religiosa de Constantino lhes havia infligido. Repor a antiga religião no trono imperial lhes pareceu uma tarefa urgente, antes que os povos consolidados pela sábia política dos imperadores cristãos se acostumassem a julgá-la como exilada. Por isso, nos últimos anos do reinado de Constâncio, procuraram algum personagem

---

[91] Libânio, Τούς ἀποσώφαντας, §8.

ilustre que consentisse em tomar a defesa das antigas tradições e restituir aos deuses ultrajados seu poder e sua glória. Esse homem foi encontrado na pessoa de Juliano.

Não é nossa intenção trazer à tona os trágicos acontecimentos que marcaram a vida desse soberano romano. Lembramos apenas que, por ocasião do massacre da família de Constantino, seu tio, provavelmente com o consentimento do novo imperador Constâncio, escapou por uma espécie de acaso ao ferro assassino. Viveu cerca de vinte anos em meio a inquietudes mortais, ora encerrado no fundo de alguma fortificação deserta, ora confinado em alguma das grandes cidades do Império, sempre vigiado e ameaçado por um príncipe temeroso e fraco que não se decidia a matá-lo nem a deixá-lo viver. Nesta vida, entremeada de tantas peripécias e agitada por inúmeros acontecimentos exteriores, a posteridade sempre viu, sobretudo, aquilo que na realidade mais o caracterizou: o drama interior que o afastou do cristianismo; depois, o esforço ininterrupto para destruí-lo e restaurar o culto dos deuses. Esta idéia o acompanhou até a Gália, seguiu-o na marcha contra Constâncio e inspirou toda sua política desde quando se tornou imperador único, até o fim da vida.

É difícil dizer como Juliano foi levado a romper com o cristianismo. Teria sido o ódio contra Constâncio, a quem acusava do assassínio de seu pai ou o arianismo do clero oriental, a quem havia sido confiada sua educação religiosa?[92] Tudo leva a crer que influências mais diretas o conduziram ao antigo culto. Teve como preceptor um eunuco da Cítia, de nome Mardônio, um fervoroso admirador da cultura e das tradições helênicas e que o instruiu desde cedo nos princípios da escola estóica.

---

[92] Amiano Marcelino. *Res Gestae*, XXII, 9.

Juliano entregou-se com afinco ao estudo das letras clássicas e das doutrinas helênicas. O isolamento moral em que viveu durante longo tempo sem outro companheiro de sua idade além de seu irmão Galo, de gostos totalmente diferentes dos seus, favoreceu com que se entregasse completamente ao estudo dos poetas e filósofos. Assim, quando recebeu a permissão para estudar nas escolas de Constantinopla, depois de Nicomédia, Pérgamo e Atenas, já era de pensamento e de coração um pagão, ou pelo menos, um heleno. Máximo de Éfeso, afamado e estimado em todo o Oriente pelo conhecimento da arte da adivinhação, Temístio, de grande influência em Constantinopla, Libânio, orador oficial do antigo culto, o velho Edésio, Crisanto, Himério e outros tantos filósofos célebres encantaram, com suas idéias, o espírito desse jovem que a natureza dotara de raras qualidades. Desde 351, Juliano aderira ao paganismo: foi ao lado de Máximo de Éfeso que se submeteu à iniciação ritual que fez dele um devoto do Sol, como já o fora seu tio Constantino, antes de 312, e também os fundadores da segunda dinastia claudiana, da qual ele se sentia herdeiro autêntico. Ele mesmo, na carta que escreve aos alexandrinos, em 362, fixa em doze anos atrás, isto é, em 350, época em que começou a freqüentar as escolas dos sofistas, a data de sua adesão interior ao paganismo.[93] As práticas cristãs que ainda observava por prudência, e que continuou a seguir até a morte de Constâncio, encobriam uma fé morta. Mas, se ele já tinha aversão pelo cristianismo, nem por isso fora totalmente conquistado pelo paganismo. Diz Boulenger: "O absurdo dos mitos pagãos repugnava ao seu espírito filosófico e a indignidade dos deuses de Homero revoltava a sua consciência".[94]

---

[93] Juliano. *Epistola*, 51.

[94] Boulenger, A. *L'antiquité chrétienne*, t. I, vol. III, p. 70.

Para apreciar com equidade seu retorno à religião pagã da qual havia sido afastado por vontade alheia à sua, é preciso considerar o que as leis do Império, suas tradições e seus costumes defendiam ou permitiam em matéria religiosa. Quando Constantino concedeu aos cristãos a liberdade de culto, não fez mais do que tomar uma decisão justa e corajosa, que as próprias tradições pátrias autorizavam. O imperador, como primeiro magistrado da república, tinha o dever de respeitar o culto nacional. Porém, como indivíduo, assistia-lhe o direito de seguir livremente o impulso de sua consciência. Juliano serviu-se desse direito e retornou ao culto tradicional seguido por grande número de concidadãos que tinham ainda grande influência nos costumes e idéias da época. À semelhança de Constantino, ele se decidiu por aquilo que julgou ser a verdade e não impôs diretamente a ninguém a obrigação de seguir seu exemplo. Esta conduta não era contrária às tradições e usos do Império, mas constituía uma ameaça para o cristianismo. Devemos recordar que não havia nenhuma lei que declarava o cristianismo como religião do Estado, nem ordenava que o imperador devesse ser escolhido dentre os cristãos. O erro que Juliano cometeu foi o de não ter percebido que o mundo caminhava num processo de transformação irreversível rumo à cristianização.

Na teoria, Juliano sempre se manifestou tolerante em matéria religiosa. Certa vez, mandou chamar um cidadão de Berea, que havia deserdado e expulso da família seu filho porque se convertera ao paganismo, dirigindo-lhe estas palavras: "Deixai ao vosso filho a liberdade de seguir outra religião que a vossa, como eu vos deixo a faculdade de seguir outra que a minha, ainda que não me seja nada fácil".[95]

---

[95] Teodoreto. *História Eclesiástica*, III, 17.

Quando reabriu os templos, anunciou com solenes editos que não perturbaria em nada os demais cultos. Escreve ele a Ecebólio: "Resolvi empregar doçura e humanidade para com todos os galileus [cristãos!], e não permitir que algum deles seja em algum lugar, molestado, arrastado aos templos, forçado a fazer qualquer ação contrária ao seu modo de pensar".[96]

Não forçava conversões e não se preocupava em aumentar o número de pagãos por abjurações rápidas, mas determinou que os neoconvertidos só seriam admitidos às cerimônias sacras depois de se haverem purificado. Lê-se no preâmbulo de um edito, datado de 1° de agosto de 362, endereçado aos habitantes da cidade de Bostra:[97] "Se alguém, por sua própria escolha e de bom grado, quiser participar de nossas libações e nossas lustrações, deve antes de tudo oferecer sacrifícios de expiação e entregar-se aos deuses favoráveis. Não admitimos nos nossos sacrifícios nenhum ímpio, a menos que tenha purificado sua alma com ardentes preces, e seu corpo com sacrifícios indulgentes".[98]

Juliano quis manter a sociedade em paz para que cada qual pudesse, à sua maneira, contribuir espontaneamente para o triunfo de suas doutrinas. Se os pagãos violaram esse princípio de tolerância, entravando a prática do culto cristão ou transformando igrejas em templos, tais atos certamente não tiveram a aprovação explícita de Juliano.[99]

Todos esses testemunhos mostram que Juliano, animado de princípios religiosos diferentes, seguiu uma linha de

---

[96] Juliano. *Epistola*, 40. Nos escritos de Juliano, galileu é sinônimo de cristão.

[97] Cidade da Arábia, próxima da fronteira com a Palestina.

[98] Juliano. *Epistola*, 41.

[99] Beugnot, A. *Op. cit*. t. I, p. 189: "tels actes n'avaient pas l'approbation même secrète de Julien".

conduta muito semelhante à de Constantino. A linguagem dos dois imperadores não difere.

Constantino determina: "Dê-se a cada um a faculdade de seguir aquela religião que julgar conveniente".[100]

Diz Juliano: "Não queremos que algum galileu seja forçado a fazer qualquer coisa contrária ao seu modo de pensar".[101]

Tanto da parte de um como de outro, o mesmo respeito pela liberdade de consciência.

No entanto, contrariamente a essas atitudes, há outras em que os cristãos são tratados com desprezo. Promete tratá-los com justiça e moderação, mas não consegue pronunciar seu nome sem ultrajá-los impiedosamente. Escreve contra eles, infama-os com sarcasmos e injúrias. A sátira "Os Césares´" contém calúnias absurdas. Nela, reaparece a antiga censura de imoralidade na qual ninguém acreditava mais desde o reinado de Diocleciano. Nos "Sete livros contra os cristãos" reúne todas as calúnias que outrora constituíam o *odium generis humani*.[102] Todas essas zombarias são, certamente, obra de Juliano como admirador do culto tradicional e como escritor mordaz e espiritual que invoca, em socorro de uma causa praticamente perdida, os expedientes de seu espírito esquisito e zombador e não de um juiz ou de um chefe de Império.

Não esqueçamos: Juliano prometeu ser tolerante, porém não imparcial. Não arrastou ninguém para os templos e, contrariamente ao que haviam feito seus predecessores, não forçou os cristãos a sacrificarem aos deuses. Também não se comprometeu a tratar com eqüidade ambos os cultos, nem em

---

[100] Eusébio de Cesaréia. *História Eclesiástica*, X, 5, 5.

[101] Juliano. *Epistola*, 40.

[102] Tácito. *Annalium*, XV, 44.

lhes conceder favores iguais. A religião dele é a religião do Estado pagão e como adepto da religião tradicional, conduz sua política segundo os princípios desta em detrimento do cristianismo. Para ele, as mesmas ações mudam de caráter de acordo com o culto que se professa. Para ele, os pagãos que não renegam sua fé são mártires, e os cristãos que recusam abjurar são ímpios. Enquanto proíbe aos bispos conseguir novos adeptos,[103] procura por todos os meios propagar sua doutrina e para ela atrai os ambiciosos com a isca das dignidades públicas: "Não quero, pelos deuses, que se mate ou se açoite injustamente os galileus ou que sofram qualquer outra injúria; mas quero, em absoluto, que se dê preferência aos adoradores dos deuses e não a estes".[104] Com essa afirmação, determina que os cargos públicos estavam inteiramente reservados aos adeptos de seu culto. Os historiadores eclesiásticos daquela época, impressionados com a inesperada reintronização do paganismo, colocaram Juliano entre os perseguidores da Igreja, atribuindo-lhe abomináveis crimes.[105] No entanto, durante seu governo, o cristianismo podia, eventualmente, ainda ser combatido, porém, já não mais ser perseguido. O cristianismo, no decorrer do século, havia penetrado em todas as camadas da sociedade e minado profundamente as crenças populares demonstrando, ao culto tradicional, sua fraqueza e deficiência.[106]

---

[103] Vide carta 24 de Juliano em que ordena a expulsão de Atanásio do Egito: "esse miserável que sob meu reinado ousou batizar mulheres gregas da nobreza".

[104] Juliano. *Epistola*, 37.

[105] Teodoreto. *História Eclesiástica*, III, 27.

[106] Engel, Jean-Marie e Palanque, Jean-Rémy. *O Império Romano.* São Paulo: Atlas, 1978. p. 136-141.

Para alcançar os objetivos que se havia proposto, Juliano percebeu a necessidade de restaurar o paganismo, criando outro sistema religioso com os restos do antigo politeísmo. Apesar de seu entusiasmo por Homero, compreendeu que a época da guerra de Tróia havia passado e que a nova sociedade emergente esperava por uma renovação religiosa à qual era necessário atender se quisesse sobreviver. No entanto, não percebeu que os ritos helênicos, introduzidos em Roma por interesses políticos, não tinham mais força suficiente para dirigir a consciência dos numerosos partidários da antiga tradição. A incredulidade reinava desde há muito tempo entre os membros da religião romana; a fé não era mais depositada aos pés dos altares e, em seu lugar, campeavam, por toda parte, o indiferentismo religioso e o interesse pessoal. Escreve Juliano a Aristoxeno: "Vejo que muitos sacrificam de má vontade. Os que o fazem de bom grado são em pequeno número e não sabem as regras dos sacrifícios".[107]

A Arsácio, pontífice da Galácia, assim se expressa: "Se o helenismo não faz mais os progressos de outrora, é por causa da omissão daqueles que o professam".[108]

Numa passagem do *Misopogon*, Juliano pinta com simplicidade o estado de decadência em que se encontra o culto cujos altares se propõe restaurar e cuja decrepitude reativar. "No décimo mês, segundo vossa maneira de contar e que é, como penso, aquele que vós chamais Loos, se realiza a solenidade de Apolo. A cidade toda costuma dirigir-se nesta ocasião a Dafne para celebrar sua festa. Deixei o templo de Dion Kásios [Zeus], pensando encontrar toda a pompa de que Dafne é

---

[107] Juliano. *Epistola*, 35.
[108] Juliano, *Epistola*, 22.

capaz. Fui com a imaginação repleta de vítimas, de libações, de perfumes, de jovens vestidos de magníficas túnicas, símbolos da pureza de seus corações; mas tudo não passava de um belo sonho. Ao entrar no templo, aí não encontrei incenso, nem alimento, nem animal algum para o sacrifício. Fiquei pasmo: julguei que os preparativos fossem externos e que, respeitando minha qualidade de soberano pontífice, fossem atendidas minhas ordens para entrar. Quando perguntei o que a cidade tinha para oferecer ao deus nessa solenidade anual, o sacerdote respondeu: tenho aqui somente um ganso que trouxe de casa; a cidade nada preparou".[109]

Os povos da antiguidade nunca tiveram símbolos de fé fixos. As religiões consistiam num conjunto de ritos e de mitos que cada qual podia interpretar à sua maneira mas que se era obrigado a cumprir rigorosamente. Por mais que se investigue os mitos helênicos ou as crenças romanas, jamais se encontrará um credo, que tenha servido de base à religião. Em que consistiu, então, o processo de revitalização em que Juliano tanto se empenhou? O primeiro ato de sua reforma religiosa foi a reorganização do culto. Todo sistema religioso exige um clero instruído capaz de organizá-lo e de renová-lo constantemente. Ora, nas religiões antigas não havia propriamente um clero, no sentido como os cristãos o entendiam. Os sacerdotes pagãos eram quase sempre magistrados comuns, nomeados como os demais magistrados, dos quais não se exigia, para lhes conferir as graves funções, uma prévia educação específica, nem disposições particulares. O caráter sacerdotal, diz ele na carta 22, merece o respeito e veneração, mesmo quando o homem que dele está revestido se mostre

---

[109] Juliano. *Misopogon*.

indigno das funções sacras. O sacerdote deve fazer todo esforço para levar uma vida exemplar. Aceitando esse título, está comprometido com as mais altas virtudes. Deve cultivar uma grande piedade para com os deuses, uma exatidão escrupulosa nos seus deveres litúrgicos, ser simples de vida, de vestimenta e de costumes, observar a continência, abster-se de más leituras, de espetáculos desonestos, das tabernas, de ofícios vergonhosos. Na escolha dos pontífices, deve-se tomar ainda em consideração particularmente a virtude e o amor à humanidade. A pobreza e a origem humilde não são motivos de exclusão. Os pontífices deverão se destacar pela pureza dos costumes; farão preces três vezes ou, pelo menos, duas vezes ao dia; não deixarão transcorrer um dia ou uma noite sem sacrificar e uma só noite sem fazer lustrações. Durante os trinta dias de festa, não ficarão em casa ou no fórum, mas nos templos. Normalmente o traje será simples, a não ser nos dias de festa, quando aparecerão vestidos com magnificência. Prestarão socorro aos pobres; jamais freqüentarão o teatro e não terão por amigo nenhum ator, nem cocheiro, nem comediante, nem dançarino. Não aceitarão convites de jantar a não ser de cidadãos sábios e de boa reputação. Seus escritos e seus discursos apresentarão caráter de seriedade. Quanto aos sistemas filosóficos, escolherão aqueles que colocam os deuses acima de tudo, tais como os sistemas de Pitágoras, de Platão, de Aristóteles, de Crisipo e de Zenão, e nesses sistemas procurarão ainda o que diz respeito à piedade; estudarão a história e não as fábulas.[110]

Tal é, para Juliano, o ideal do sacerdote. Em nenhum outro aspecto o restaurador do helenismo se mostrou menos

[110] Juliano. *Epistola*, 22.

romano. Em Roma, os mais altos personagens políticos eram, ao mesmo tempo, os membros do colégio sacerdotal e os titulares dos grandes cargos religiosos; na "igreja" pagã que Juliano organiza, a ordem sacerdotal quase não deve ter contato com os leigos. Recomenda aos sacerdotes abster-se dos afazeres públicos, visitar raramente os magistrados e freqüentar pouco a ágora ou o fórum.

Embora não se tenha servido oficialmente do modelo cristão como base para a restauração do paganismo,[111] ainda assim parece que transportou virtudes cristãs para o mundo pagão. O sacerdote que Juliano descreve não é o romano nem o grego, mas sim o sacerdote cristão, cuja escolha independe do nascimento, ou seja, da origem social e da fortuna. A ele as leis da Igreja impõem não somente a pureza de vida, mas ainda a abstenção de funções seculares, de más companhias, de funções vergonhosas e dos espetáculos.[112]

Juliano mesmo deu o exemplo, exercendo todas as funções sacras, a ponto de ser alvo de zombarias daqueles que o viam levar lenha ao altar, soprar o fogo, manejar a faca do sacrificador, consultar as entranhas das vítimas.[113] Segundo Libânio, Juliano preferia o título de soberano pontífice ao de imperador. Devemos ver nele antes um reformador do clero que um reformador da religião. O objetivo da disposição religiosa de Juliano era proporcionar aos deuses um clero exemplar.

Os historiadores pagãos estão de acordo em acusar Juliano de supersticioso. Figuras de crenças egípcias predominam nas moedas de Juliano. Em algumas, ele aparece representan-

---

[111] Beugnot, A. *Op. cit*. t. I, p. 199-202.

[112] Cânones apostólicos. 17, 18, 20, 42, 43, 54, 81, 83.

[113] Sócrates, *História Eclesiástica*, III, 2; Sozômeno, *História Eclesiástica*, V, 3.

do a figura de Serapis, e Helena, sua esposa, sob a figura de Isis.[114] Há outras moedas que apresentam imagens de Isis e de Osiris, de Isis e de Horus, de Serapis, de Anubis, de Harpocrates, do Nilo e de Fênix. Há uma medalha cunhada durante o seu reinado em que se vê Isis num carro, espécie de honra reservada aos deuses da *res publica*; isto faz pensar que Juliano pôs a deusa Isis no rol das divindades guardiãs do Império. Esta predileção pelo culto das divindades do Egito provinha da sua afeição pelas doutrinas da escola de Alexandria.[115]

Ele esmerou-se por toda parte no restabelecimento dos sinais exteriores que pudessem lembrar a antiga aliança entre a religião nacional e as instituições romanas. Nos ornamentos imperiais dos templos, fez-se representar postado entre Marte e Mercúrio, recebendo das mãos de Júpiter a coroa e o manto de púrpura.[116]

Para ele, o cristianismo era a crença dos ímpios, dos bárbaros e dos insensatos. Não só o afirmou reiteradas vezes, mas procurou prová-lo mais de uma vez. O antigo culto lhe parecia totalmente bom e o novo completamente mau. Com esse espírito foi incapaz de seguir a política inaugurada no início do reinado de Constantino pelo Edito de Milão, e de manter a balança em nível igual entre as duas religiões. Inúmeras vezes ele declarou-se pela liberdade de culto, mas, na prática, nem sempre agiu de acordo com esse princípio. Em seus livros, bem como em sua correspondência, exprime-se sobre os cris-

---

[114] Banduri. *Numismata Imperatorum Romanorum*. Paris, 1718. t. II, p. 437.

[115] Beugnot, A. *Op. cit*. t. 1, p. 207 citando Banduri, t. II, p. 437.

[116] Sozômeno. *História Eclesiástica*. XXII, 12.

tãos em termos tão ultrajantes que os copistas dos séculos posteriores não ousaram reproduzi-los todos.[117] Mostrar abertamente tais sentimentos era o mesmo que combatê-los e estas hostilidades manifestaram-se por medidas oblíquas, isto é, excluindo pouco a pouco os cristãos do direito comum.

A primeira preocupação do imperador foi o restabelecimento do paganismo como religião oficial. Os sacrifícios começaram a ser oferecidos pelos magistrados em nome do Estado; as figuras pagãs substituíram nos estandartes o monograma de Cristo; os soldados, ao receberem os donativos imperiais, eram obrigados a queimar incenso diante dos ídolos ou diante das águias.[118]

Juliano não se contentou com a restauração civil e militar do antigo culto. Não lhe pareceu suficiente fazer novamente do paganismo a religião do Estado sem que os personagens oficiais se tornassem igualmente pagãos. No tocante aos funcionários e magistrados cristãos, afastou uns do governo e a outros ofereceu a alternativa de escolher entre seus cargos ou sua fé.[119] Nesse aspecto exerceu sobre as consciências, em proveito do paganismo, pressão tão forte que nem mesmo Constantino e Constâncio haviam ousado exercer. Basta lembrar que Constantino e Constâncio nomearam pagãos para as mais altas funções.[120]

Outras medidas mostram quanto estava distante da idéia de conceder aos dois cultos um tratamento igual, como havia

---

[117] Vide lacunas nas cartas 51 e 63 e do *Fragmento de uma carta a um sacerdote*.

[118] Sozômeno. *História Eclesiástica*, V, 17; Gregório Nazianzeno, *Oratio*, IV, 64, 82 e 84.

[119] Sócrates, *História Eclesiástica*, III, 13 e 22; Sozômeno, *História Eclesiástica*, V, 18; VI, 6.

[120] Juliano, *Epistola*, 27.

feito Constantino. Este, declarando o clero cristão isento de cargos municipais e especialmente das obrigações da cúria, não lhe concedera propriamente um privilégio, mas fizera-o participar de um direito que desde tempos imemoriais gozavam os membros do clero pagão.[121] Juliano apressou-se em suprimir a isenção concedida aos ímpios, segundo as palavras de Libânio.[122] Uma lei de 362 fez voltar às assembléias das cidades os decuriões que dela haviam deixado de participar por terem ingressado no clero cristão.[123] Uma breve carta endereçada aos habitantes de Bizâncio mostra este preceito aplicado pela reintegração forçada de todos os *galileus.*[124] Uma outra carta, endereçada aos habitantes de Bostra, nos faz saber que os chamados clérigos foram igualmente despojados de seus poderes jurídicos concedidos, em certos casos ao bispo e a seus conselheiros.[125] Juliano foi mais longe ainda: suprimiu aos membros do clero os subsídios outrora outorgados por Constantino e Constâncio.[126] Em tudo procurava pôr os cristão fora da lei ou, o que dava no mesmo, criava para eles uma legislação especial.

Juliano deixou-se influenciar profundamente pelos sofistas. Esses retores, que falavam livremente nas escolas, nos

---

[121] CTh. XII, 1, 49 (29 de agosto de 361).

[122] Libânio. *Epitaph. Iuliani*.

[123] CTh. XII, 1, 50 (13 de março de 362); CTh. XIII, 1, 4 (13 de março de 362). Contrário ao seu costume, Juliano, em vez da desdenhosa expressão *galilei*, emprega aqui a palavra *christiani* que, neste texto, como mostra Allard, P. (*Julien l'Apostat*. Paris: Librairie Victor Lecoffre, 1903), é equivalente a *clerici*.

[124] Juliano, *Epistola*, 39.

[125] Idem, *Epistola*, 41. Cf. também CTh. I, 27, 1 (23 de junho de ?) e *Constituição Sirmondiana*, 1 (5 de maio de 333).

[126] Sozômeno. *História Eclesiástica*. V, 5. O historiador alega, como prova, as dificuldades apresentadas pelos agentes do fisco.

teatros, nas termas, e que apareciam como oradores oficiais nas grandes cerimônias, sentiram-se abalados em seu prestígio quando Constantino chamou os sacerdotes cristãos para compartilhar desse privilégio. Esses temores não eram sem fundamento; sob o reinado de Constâncio as escolas dos sofistas esvaziaram pouco a pouco, enquanto que a dos "doutores" cristãos atraíam cada vez mais a juventude ávida de conhecer as idéias da nova ordem que vinha se estabelecendo. Outros motivos menos nobres também conduziam aos templos cristãos homens que, de resto, pouca diferença faziam entre a *declamação* do retor e a *homilia* do bispo. Sem condições de cativar suficientemente a atenção pública e condenados a falar a um número de adeptos cada vez mais restrito, os retores não se limitaram, como seu chefe Libânio, a lamentar os males da época, mas recorreram ao apoio do poder, e o príncipe, apesar de não se cansar de repetir que queria manter os direitos de cada um, não teve a coragem de dizer *não* aos seus protegidos: impôs silêncio aos cristãos. A 17 de junho de 362, foi decretada a lei que submetia à aprovação do imperador toda nomeação de professores públicos, decisão que, por si só, mostra até que ponto chegou seu devotamento pelos sofistas retores.[127]

Esta lei certamente não é expressão do pensamento oficial do paganismo mas da vontade particular do imperador. Amiano Marcelino, eco fiel dos pagãos sinceros, protestou contra tal medida, reprovando o ato como repugnante aos costumes romanos tão favoráveis à liberdade de ensino.[128] No Oriente, os sofistas eram praticamente os únicos que comba-

---

[127] CTh. XIII, 3, 5 (17 de junho de 362); Juliano. *Epístola*, 36.

[128] Amiano Marcelino. *Res Gestae*. XXII, 10.

tiam com obstinação as novas idéias; todavia, nem todos eles gozavam entre os próprios pagãos, de grande consideração. Mas, mesmo assim, a velha e ilustre aristocracia se esforçou em associar seus interesses e suas idéias à daqueles homens.

Juliano, proibindo aos cristãos ensinar as letras clássicas, desvirtuava os costumes do Império. Por isso, procurou mostrar que não feria, com esta lei, a liberdade de consciência dos cristãos; tentou provar, com exemplos, que os cristãos não podiam ensinar convenientemente uma ciência cujos princípios e modelos se encontram nos poemas ou nos escritos dos pagãos. "Não quero obrigar ninguém, diz ele, a mudar de sentimentos; deixo a alternativa ou de não mais explicar estes escritores cuja doutrina condenam, ou se os explicarem, de fazer ver por sua conduta que aprovamos seus sentimentos, e de ensinar à juventude que Homero, Hesíodo e outros que são acusados de erro, de impiedade e de extravagância, não são, em absoluto, assim como têm sido apresentados. Os que deles têm tão má idéia, mas que vivem de seus escritos, mostram que são escravos de um interesse sórdido e, por algumas dracmas, capazes de tudo".[129]

O estudo das letras clássicas não tinha só como finalidade e conseqüência entreter os estudantes cristãos com a mitologia, mas abrir-lhes também os tesouros da sabedoria e o gosto pelos valores que as gerações haviam acumulado. Os conselhos que Basílio de Cesaréia dará mais tarde a seus ouvintes sobre a leitura dos escritores profanos, já estavam na boca dos mestres cristãos. O fundo de seu ensinamento pode ser resumido nesses versos de Gregório de Nazianzo: "Despreza as divindades ridículas de que falam os poetas, admira

---

[129] Juliano. *Epistola*, 36.

a beleza das palavras; sobre o tronco das letras antigas, deixa o espinho e colhe a rosa".[130] Esta flor, Juliano visava arrancar aos seus adversários. No fundo, esperava ver, como bem o percebeu o historiador eclesiástico Sócrates, que as novas gerações da Igreja crescessem numa espécie de isolamento intelectual e, pouco a pouco, toda a população dos miseráveis *galileus* retornasse ao estado de iletrados e bárbaros. Esquecidos da arte de bem-falar, das regras da lógica, de toda a ciência profana, desconhecendo o que se aprende nas escolas e o que dá somente a cultura clássica, achava que os cristãos perderiam toda influência sobre as elites e nos meios bem-pensantes.

Qual foi o resultado da política religiosa de Juliano? Para se fazer idéia justa da conduta desse imperador em matéria religiosa, é necessário que abandonemos momentaneamente a Itália e nos desloquemos do Ocidente para o Oriente. O último pagão, para restaurar o culto dos deuses, devia escolher entre duas ordens de idéias opostas: entre as doutrinas mais filosóficas que religiosas do helenismo e as doutrinas mais políticas que religiosas do paganismo romano. Juliano não hesitou. Filho espiritual da Grécia, dirigiu suas idéias, seus votos e esperanças ao helenismo, isto é, a um sistema de crenças incapaz de reavivar a senectude do politeísmo e cujo esforço foi incapaz de impedir, depois de três séculos de resistência, a implantação do cristianismo no Oriente. Juliano não compreendeu que a crença pagã, desprovida do princípio da fé que faz viver a religião, era somente sustentada por costumes e instituições; também não compreendeu que os elementos de defesa só seriam encontráveis no Ocidente, ou melhor, em

---

[130] Gregório Nazianzeno. *Ad Seleucium*, CXIV.

Roma. Estava persuadido de que o Senado e a aristocracia poderiam fazer menos pelo culto nacional que os sofistas de Atenas ou de Antioquia. É compreensível esta atitude: sua educação se dera totalmente fora da civilização romana ocidental e formara um homem alheio aos costumes de seu tempo.

Juliano não viu nada além dos limites de um país que há muito tempo não punha mais nenhum peso na balança dos interesses políticos. Foi lá que estabeleceu o centro de interesses e de esperanças. Para ele, a capital do mundo era Atenas. Roma estava em segundo plano. Julgava o poder e a glória das cidades pelo número de retores que nela havia; e como na Grécia havia mais que na Itália, aquele país despertava mais interesse que este. A glória do Império é, sem dúvida, a meta constante de seus votos e ações; seu coração pulsa de patriotismo, mas, por uma das mil contradições que assinalam seu caráter, não se contenta com uma identidade romana. Para ele, Roma é como uma colônia grega. Bajulando o patriotismo dos bizantinos, assim se expressa: "Vós sois gregos pela vossa antiga origem; conservai em vossos sentimentos e em vossa conduta essa gloriosa marca de nobreza".[131]

Aquilo que os pagãos, em séculos anteriores, censuravam no cristianismo nascente, ou seja, de por em perigo a unidade moral e a existência material do Império, Gregório Nazianzeno o atribui agora ao paganismo renascente.[132]

As apostasias foram numerosas. Em virtude da sua própria disciplina, muitos militares retornaram ao paganismo com a mesma facilidade com que o haviam abandonado, substi-

---

[131] Juliano. *Epistola*, 39.

[132] Gregório Nazianzeno. *Oratio*, IV, 74.

tuindo o *labarum* por imagens dos deuses.[133] Entre o povo também houve apostasias interesseiras.[134] Diante dessas fraquezas, os exemplos contrários também são abundantes. Para muitos, os mais diretamente tentados, a resistência chegou até ao martírio. Outros, entre os quais citam-se altos funcionários, para manterem a fé, tiveram o mérito de permanecer insensíveis às promessas ou às ameaças.[135]

No final de tudo, os esforços de renovação da antiga religião fracassaram. Quando Juliano morreu, a religião pagã estava menos forte que quando subiu ao trono. A afirmação *venceste, Galileu*,[136] atribuída a Juliano ferido, certamente não foi proferida por ele, mas saiu da consciência do povo.

Durante o terceiro e quarto século o cristianismo se viu às voltas com dois inimigos terríveis: o neoplatonismo e a apostasia. Um campeava no Oriente e o outro em ambas as partes do Império. O primeiro servia-se dos Evangelhos, deformando-os; o segundo semeava, na sociedade, o escândalo da degradação. Os dois princípios igualmente contrários à consolidação do cristianismo, personificavam-se, para os cristãos, na pessoa de Juliano. Nesse sentido, deve-se, em grande parte, aos cristãos essa imagem negativa e depreciativa que se tem de Juliano.

Ao que parece, o reinado de Juliano, cuja importância foi exagerada por escritores da época moderna, não teve outro resultado que aumentar a rivalidade entre os dois grupos antagônicos, sem proveito nem para um nem para outro. Logo que Joviano assumiu o governo, tudo retornou à situação em

---

[133] Juliano. *Epistola*, 38; Gregório Nazianzeno. *Oratio*, IV, 64-65.

[134] Cf. Sócrates. *História Eclesiástica*. III, 13.

[135] Gregório Nazianzeno. *Oratio*, IV, 65.

[136] Teodoreto. *História Eclesiástica*, III, 20.

que Constantino a deixara. O paganismo, religião oficial passou a ser uma religião permitida, enquanto o cristianismo voltou a ser a religião do imperador.

4 — Transição – Joviano, Valentiniano e Valente

Joviano. O reinado de Juliano não foi mais que um acidente na trajetória histórica do desaparecimento oficial do paganismo no mundo romano. Morto este imperador, as coisas retomaram seu curso natural e um cristão assumiu o poder. Segundo os escritores eclesiásticos da época e estudiosos modernos que neles se inspiraram, a nomeação de Joviano foi uma vitória para o cristianismo.[137] Teodoreto afirma que Joviano, logo após sua eleição, teria declarado: "Sou cristão e não posso comandar pagãos". A esta afirmação, seus soldados teriam respondido: "Vós comandareis cristãos; o reinado da superstição durou muito pouco para apagar de nossos espíritos e de nossos corações as instruções do grande Constantino e de Constâncio seu filho. A impiedade não teve tempo de criar raízes na alma daqueles que a abraçaram".[138]

Havia, no exército romano, pagãos e cristãos provavelmente em igual proporção como, de modo geral, na sociedade civil. Não se pode afirmar que o exército fosse cristão sob Constantino, pagão sob Juliano e agora novamente cristão. Particularmente cada qual honrava Deus à sua maneira e, quando lhes cabia desempenhar uma tarefa religiosa, o exército se conformava, sem dificuldade, aos antigos costumes da pátria.[139]

---

[137] Sócrates. *História Eclesiástica*, IV, 1.
[138] Idem, III, 19.
[139] Beugnot, A. *Op. cit*. t. I, p. 222.

Logo após a eleição, o Senado de Constantinopla lhe enviou, segundo o costume, uma delegação para felicitá-lo, composta de personagens dos mais eminentes da ordem senatorial. Entre eles se distinguia Temístio, partidário zeloso do paganismo, amigo de Juliano e senador de grande influência. A delegação encontrou-se com Joviano em Dardastana a 1° de janeiro de 364. O eloqüente Temístio lhe dirigiu a palavra em discurso, todo perpassado de entranhado apreço pela antiga religião numa brilhante defesa da liberdade de consciência. Segundo Temístio, Deus inscreveu no coração de cada homem o sentimento religioso; é necessário permitir que cada um possa adorá-lo segundo sua própria consciência, sem sofrer qualquer coação contrária à liberdade concedida por Ele próprio.[140] Em defesa da liberdade de consciência, retoma a linguagem dos cristãos de sessenta anos atrás – não porque tal liberdade lhe parecesse um apanágio do espírito humano – e, felicita Joviano por havê-la mantido para pagãos como para os cristãos.

Joviano não exerceu, durante seu breve reinado, grande influência sobre os destinos do Império Romano. O espírito da época era favorável à tolerância. Confirmou, por uma lei formal, a liberdade de consciência já prescrita por seus predecessores. Apesar desta lei não se encontrar no Código Teodosiano, não se pode duvidar quanto à sua aplicação prática.[141]

---

[140] Temístio. *Oratio*, V: "Só tu compreendes que os soberanos não devem forçar seus súditos, que há algo que escapa à autoridade e à força. A virtude, sobretudo a piedade para com os deuses e a religião, está nesse rol. Para que sua atitude não degenere em falsa aparência, é preciso que cada príncipe deixe a cada um a faculdade de seguir o livre e voluntário impulso de sua alma."

[141] Temístio. *Oratio*, V: "Tu, ó divino imperador, tens declarado mediante lei, que aquilo que diz respeito à religião e ao culto da divindade

Os historiadores eclesiásticos, que não mediram seus exageros, asseguram que Joviano fechou templos, que os pontífices se viram obrigados a se ocultar, que os sofistas depunham seus mantos e cortavam a barba; numa palavra, o terror reinava entre os pagãos.[142] Não há dúvida de que os sofistas sentiram o fim infeliz daquele príncipe que os cumulara de tantos favores. Se tais ordens foram expedidas contra o paganismo, resta saber se foram realmente executadas. Há conhecimento de pequeno número de templos destruídos ou transformados em igrejas.[143] Mas, mediante lei promulgada poucos dias antes de sua morte, Joviano anexa a seu patrimônio pessoal todos os bens pertencentes aos templos que, sob diversos príncipes, haviam sido objeto de doações a particulares.[144]

Pelo visto, é de se concluir que Joviano respeitou a liberdade de consciência e que, por outro lado, a breve duração de seu reinado não trouxe nenhuma modificação na política religiosa do Império desencadeada por Constantino.

Valentiniano. Após a morte de Joviano, as legiões elegeram Valentiniano.[145] Procuremos conhecer alguns anteceden-

---

será deixado ao livre arbítrio de cada um. [...] Considero esta lei tão importante para nós quanto o tratado concluído com os Persas: por este tratado passamos a viver em paz com os bárbaros; tua lei nos permite viver sem tumultos nem dissensões".

[142] Sócrates. *História Eclesiástica*, III, 23-24; Teodoreto. *História Eclesiástica*, V, 20.

[143] Libânio. *Epistola*, 1147.

[144] CTh. X, 1, 8 (4 de fevereiro de 364).

[145] Valentiniano nasceu na Panônia em 321. Foi escolhido imperador em Nicéia, a 26 de fevereiro de 364. A 28 de março do mesmo ano, associou ao governo seu irmão Valente, com quem dividiu o exército e o Império. Nessa partilha tomou para si o Ocidente, deixando o Oriente para Valente.

tes desse imperador para compreender sua conduta na política religiosa. Um dia, assim narra Sozômeno,[146] o imperador Juliano, acompanhado do cortejo ordinário dos imperadores, dirigia-se ao templo de Fortuna para sacrificar. Os pontífices, postados nos dois lados da porta, aspergiam com água lustral as pessoas que entravam para sacrificar, segundo o rito pagão. Um tribuno dos escudeiros, que precedia o imperador, tendo recebido algumas gotas de água sobre a clâmide, indignou-se a ponto de bater no sacerdote, dizendo-lhe que havia sido sujado e não purificado. A cena produziu um ligeiro tumulto. Juliano tendo feito deter o culpado, ordenou-lhe sacrificar ou abandonar a milícia. Esse tribuno era Valentiniano.

A conduta do novo imperador poderia levar a crer que, ao menos para o Ocidente, que ele reservou para si na partilha do Império com seu irmão Valente, inauguraria uma era de reação cristã. Mas isto não aconteceu. Logo após sua eleição ocorreu outro fato aparentemente pouco importante mas sugestivo para ilustrar o quanto para os cristãos daquele tempo os antigos costumes ainda consistiam em forte protesto contra a nova religião: Valentiniano aumentou de um dia o intervalo que, segundo o costume, devia transcorrer entre a eleição e a tomada de posse, para que esta última cerimônia não ocorresse no dia intercalar do ano bissexto, considerado nefasto para os pagãos.[147]

Embora cristão, assumiu comportamento de imparcialidade religiosa mencionada e reverenciada seguidamente por

---

[146] Sozômeno. *História Eclesiástica*, VI, 6. Cf. também Teodoreto. *História Eclesiástica*, III, 16; Ambrósio. *De obitu Valentiniani*, 55; *Epistola* 21; Sócrates. *História Eclesiástica*, IV, 2.

[147] Amiano Marcelino. *Res Gestae*, XXVI, 1.

escritores pagãos.[148] A resposta que deu, logo no começo de seu reinado, ao bispo ortodoxo de Heracléia quando este lhe pediu que fizesse uso do poder em favor da fé cristã, resume toda sua política religiosa: "Sou leigo; não me cabe, em absoluto, examinar curiosamente os dogmas. Isto é tarefa dos prelados".[149]

De todos os imperadores cristãos, Valentiniano foi o que tratou com mais imparcialidade a liberdade de culto. Limitou-se a ser o depositário leigo do poder, mesmo quando legislava em favor dos cristãos. Amiano Marcelino caracteriza com grande justeza de expressão sua conduta religiosa: "O que fez a glória de seu reinado foi a posição imparcial entre as diversas religiões; não inquietou uma única pessoa, não obrigou ninguém a seguir este ou aquele culto, nem forçou com leis ameaçadoras seus súditos a adorar o seu Deus, mas deixou os cultos assim como os encontrou".[150]

Logo que assumiu o poder, seu primeiro desvelo foi tornar sem efeito a lei de Juliano que proibia aos professores cristãos ensinar as letras antigas. Valentiniano não opôs à invectiva de Juliano longos argumentos para refutar a verbosa ordem do defensor do paganismo. Resumiu tudo em algumas linhas, mostrando, assim, a vontade de ser justo, silenciando suas preferências pessoais: "Todo aquele que for, por seus costumes e talento, digno de ensinar a juventude, terá o direito seja de abrir escolas, seja de reunir novamente o auditório disperso".[151] É a imperiosa brevidade do legislador antigo: o próprio

---

[148] Amiano Marcelino. *Res Gestae*, XXX, 9.

[149] Sozômeno. *História Eclesiástica*, VI, 7. Cf. também Ambrósio. *Epistola*, 13.

[150] Amiano Marcelino. *Res Gestae*. XXX, 9.

[151] CTh. XIII, 3, 6 (? ? 364).

Constantino, tão conciso enquanto legislador, não falava nesse estilo quando um interesse religioso estava em jogo.

Dentre as medidas adotadas por Juliano em detrimento do cristianismo, uma suscitava exacerbadas reclamações. Constantino e, sobretudo, Constâncio haviam-se julgado no direito de dispor dos bens que, pertencentes a templos abandonados, só serviam para entreter a ociosidade de alguns pontífices; mas, em vez de reuni-los ao domínio imperial, aqueles príncipes os haviam doado às igrejas cristãs, ou então, e principalmente, a funcionários do palácio imperial. Libânio já se fizera eco das queixas dos pagãos contra esse procedimento. Juliano, restaurando o paganismo por toda parte, teve como primeira preocupação anular as doações de seus predecessores e devolver aos santuários os bens dos quais haviam sido despojados. Valentiniano retomou-os, não para doá-los a particulares, mas os reuniu ao patrimônio imperial: "Todos os lugares, todas as terras que agora estão em poder dos templos, mas que tenham sido vendidos precedentemente ou doados por diversos príncipes, retornarão ao nosso domínio privado".[152]

Na distribuição de favores aos cristãos e pagãos, Valentiniano, se pendeu para um lado, então foi para os cristãos, eximindo-os de cargos que repugnavam sua consciência. Proibiu todo processo judiciário aos domingos;[153] concedeu anistia por ocasião da festa de Páscoa;[154] dispensou os soldados cristãos de montar guarda à porta dos templos pagãos;[155] proi-

---

[152] CTh. X, 1, 8 (? ? 364; CTh. V, 13, 3 (23 de dezembro de 364).

[153] CTh. VIII, 8, 1 (21 de abril de 368? 370? 373?)

[154] CTh. IX, 38, 3 (5 de maio de 367); CTh. IX, 38, 4 (6 de junho de 370).

[155] CTh. XVI, 1, 1 (17 de novembro de 364).

biu condenar cristãos a participar nos jogos de gladiadores;[156] isentou da profissão teatral os comediantes ou as comediantes que tivessem recebido o batismo por motivo de grave enfermidade, ou suas filhas, se estas levassem uma vida honrosa.[157]

Por outro lado, jamais concedeu aos cristãos privilégios contrários aos interesses do Estado. Restringiu o direito de asilo nas igrejas;[158] ordenou retornar às cúrias aqueles que se haviam feito ordenar sacerdotes para fugir aos cargos municipais.[159] Por uma lei endereçada ao Papa Dâmaso, proibiu ao clero de receber donativos ou heranças de viúvas cristãs, a menos que fossem legítimos herdeiros.[160] Proibiu ao clero de freqüentar as casas de viúvas a fim de obter heranças; só lhe foi permitido recolher heranças legítimas.[161] Como o clero considerasse injuriosa esta lei, ordenou que fosse lida nas igrejas.

Sua conduta com relação aos pagãos não foi diferente: jamais os molestou no exercício de seu culto. Concedeu-lhes um favor que deve ter ferido profundamente a sensibilidade dos cristãos: pela lei de 28 de junho de 371, confirmou a legislação de Constantino e aumentou os privilégios dos pontífices provinciais do culto pagão.[162] O imperador, querendo ser fiel ao princípio de igualdade dos cultos e vendo que depois do reinado de Constantino os sacerdotes não faziam mais parte

---

[156] CTh. IX, 40, 8 (15 de janeiro de 365).

[157] CTh. XV, 7, 1 (11 de fevereiro de 371); CTh. XV, 7, 2 (6 de setembro de 371).

[158] CTh. XIV, 3, 12 (1º de dezembro de 370).

[159] CTh. XII, 1, 59 (12 de setembro de 364); CTh. XVI, 2, 17 (10 de setembro de 364).

[160] CTh. XVI, 2, 20 (30 de julho de 370). Mais tarde, quando Santo Ambrósio refuta os argumentos de Símaco, lembra que o clero cristão não participa do direito comum por esta lei (Ambrósio. *Epístola,* 18,14).

[161] Ambrósio. *Epistola,* 18,14.

[162] CTh. XII, 1, 75 (28 de junho de 371).

da cúria, julgou dever conceder a mesma isenção aos pontífices; no entanto, fez pender a balança para o lado pagão quando lhes concedeu as honras dos condes.

Na lei endereçada aos habitantes de Bizâncio, no ano de 364, encontra-se mais um sinal de que as antigas idéias exerciam ainda grande influência na mentalidade do imperador.[163] Declara que na escolha dos sacerdotes, bem como na regulamentação de seus privilégios, não deve ser esquecido o *vetus mos*, esse antigo princípio da sabedoria romana. Ora, o respeito pelas antigas idéias e tradições era sinal evidente de identificação de um pagão, fosse qual fosse sua manifestação religiosa.

Reafirmou as leis contra os que celebravam sacrifícios secretos, os adivinhos, os áugures; estas leis haviam sido suprimidas por Juliano, e, como era de um caráter duro, fê-las aplicar com desapiedada severidade.[164] Dessa lei estava excluído o aruspício oficial, pois não tencionava suprimir "nenhuma das práticas em uso entre os antepassados".[165] Ainda que tivesse proibido rigorosamente as cerimônias que se celebravam durante a noite, e que davam lugar a muitos abusos, Zósimo refere que, por insistência de Pretextato, governador da Acaia, fez uma exceção em favor dos mistérios de Elêusis.[166]

Nenhuma lei, nenhum ato do reinado de Valentiniano dá motivo para pensar que Amiano Marcelino tenha cometido algum erro quando diz que este imperador *inter diversitates religionum medius stetit*. Valentiniano restabeleceu o equilíbrio entre os grupos religiosos opostos, deixando-os mais ou menos como Constantino os deixara.

---

[163] CTh. XII, 1, 60 (12 de setembro de 364).
[164] CTh. IX, 16, 7 (9 de setembro de 364).
[165] CTh. IX, 16, 9 (29 de maio de 371).
[166] Zósimo. *Storia Nuova*, IV, 3.

Valente, irmão de Valentiniano que com ele partilhava o Império, lembra, em certos aspectos, Constâncio: ambos professavam a fé ariana. Constâncio havia sido inimigo declarado tanto dos pagãos como dos cristãos nicenos: sob seu reinado as leis de proscrição da idolatria alternavam-se com os atos de perseguição contra os cristãos da fé nicena. Valente, por sua vez, não atacou o paganismo. Se os pagãos sofreram alguma dificuldade sob seu reinado, não foi por motivos religiosos mas políticos: eram perseguidos os que recorriam ao vaticínio para saber quem seria o futuro imperador. Como as artes mágicas eram professadas pelos pagãos, foi contra eles que desdobrou seus rigores: muitos dos antigos amigos de Juliano foram vítimas de suas leis.[167] Todavia, não se tem conhecimento de leis com as quais visasse prejudicar ou destruir o antigo culto. Além de não proscrevê-lo, deixou-lhe plena liberdade. "Durante todo o seu reinado, diz Teodoreto, via-se os pagãos acender o fogo nos altares, sacrificar vítimas aos ídolos e celebrar suas refeições sagradas no Fórum".[168] O autor parece indicar que esse príncipe devolveu aos pagãos privilégios que haviam sido supressos anteriormente. O mesmo historiador afirma mais adiante: "Durante sua estada em Antioquia permitiu que cada qual celebrasse as cerimônias de seu culto. Os gentios, os judeus e mesmo os heréticos gozavam dessa liberdade. Em comunhão com os demônios, os gentios festejavam seus deuses. As vaidades da idolatria estimuladas por Juliano, mas proibidas por Joviano, floresciam novamente. O culto de Júpiter, de Baco, as festas de Ceres não eram mais celebradas secretamente e as bacantes circu-

---

[167] Amiano Marcelino. *Res Gestae*, XXIX, 1; Zósimo. *Storia Nuova*, IV, 15.
[168] Teodoreto. *História Eclesiástica*, IV, 21; V, 20.

lavam livremente pelas praças públicas".[169] Libânio também se mostra satisfeito com a atitude do imperador, pois, ao defender os templos, sempre os resguardou contra os inimigos do Império e que, em caso de necessidade, lutou pela defesa dos mesmos dentro do território.[170]

Os cristãos nicenos colocaram Valente entre o número dos perseguidores da Igreja. Batizado por um bispo ariano, não no fim da vida, como Constantino, mas logo no começo de seu reinado, Valente teria feito o juramento de converter ao arianismo todos os seus súditos cristãos não arianos.[171] Chamavam-no de s*atélite da impiedade*. Durante seu reinado as discussões entre os cristãos degeneraram amiúde em atos de violência: houve até mortes em muitos lugares em favor ou contra uma palavra grega cujo sentido a maior parte dos combatentes nem sequer compreendia.[172] Em várias localidades, os pagãos aproveitaram-se desses incidentes entre os próprios cristãos para dar vazão a antigos ódios recalcados.

---

[169] Teodoreto. *História Eclesiástica*, IV, 21; V, 20.

[170] Libânio. *Oratio pro templis*, 191.

[171] Allard, P. *Op. cit.* , p. 248.

[172] A heresia ariana teve início por volta de 320 no seio da Igreja de Alexandria, estendendo-se depois por todas as comunidades cristãs do Império. De fundo cristológico, este pensamento heterodoxo consistia basicamente na negação da divindade completa de Cristo. O Concílio de Nicéia em 325, tentou resolver a questão declarando o Filho (Jesus Cristo) consubstancial – isto é, da mesma substância – ao Pai (*homooúsios*). Mesmo assim, a polêmica teológica prolongou-se praticamente por todo o século IV. Na época dos imperadores Valentiniano e Valente o cisma ariano vivia um momento particularmente complexo utilizando várias fórmulas para definir a Pessoa do Filho. Assim, além de *homooúsios* vamos encontrar *homoioúsios* (de substância semelhante mas igual ao Pai), *anómoios* (completamente diferente do Pai), etc. Cf. Simonetti, M. "La crisi ariana nel IV secolo. In: *Studi Ephemeridis Augustinianum*, 11, Roma, 1975.

Freqüentemente os magistrados pagãos eram executores das ordens de Valente.

A opinião pagã, contudo, parece não ter sido unânime em prestar seu apoio a Valente. Separando-se da massa violenta e fanática dos idólatras, alguns, mais distintos, reprovavam os excessos cometidos contra os cristãos nicenos. Estes eram homens dispostos a crer que todos os cultos têm algo de bom e convergem para a mesma divindade. Homens do mundo, habituados a viver em harmonia com os cristãos, não admitiam que estes devessem ser perseguidos. Assim se explica a intervenção, segundo se diz, do filósofo Temístio, para obter que Valente cessasse de perseguir os que professavam o credo emanado do concílio de Nicéia. Mesmo permanecendo fervoroso adepto do paganismo, de cuja causa ele havia sido dez anos antes o advogado de Joviano, empreendeu estabelecer um relacionamento cortês com grandes personagens eclesiásticos.[173] Temístio julgou-se no dever de levantar a voz em favor dos cristãos nicenos, se este é realmente o sentido e objetivo de seu décimo segundo discurso. Teria feito ver ao imperador que é preciso admitir diferenças na doutrina dos cristãos, pois que, entre os seguidores do helenismo a diversidade de opiniões é infinita. Segundo o mesmo orador, Deus se compraz com essa variedade de idéias: apraz-lhe ver as criaturas lutar por aquilo que melhor honra sua majestade.[174]

Impressionado com esse argumento, Valente teria sido levado a pronunciar penas menos severas contra os nicenos.

---

[173] Temístio. *Oratio*, IV; Gregório Nazianzeno. *Epístola*, 24 e 38.
[174] Temístio. *Oratio*, XII.

Capítulo 2

O paganismo romano no fim do século IV

1 — Aspectos sociais da época

Para uma melhor compreensão da importância e alcance da questão que nos propomos analisar, será necessário averiguar como viviam os romanos e como cultivavam, nessa época, a antiga tradição, que procurou resistir à introdução dos novos valores e da qual se pode dizer que não foi de todo vencida, pois deixou muito de si na religião vitoriosa.

Em 382, quando teve início a última e decisiva polêmica entre as lideranças dos dirigentes cristãos e os defensores do culto tradicional, os pagãos eram ainda, ao que tudo indica, muito numerosos em Roma.[1] Não há dados para comprovar se havia mais cristãos ou pagãos. A estatística das crenças religiosas é a mais difícil de se estabelecer, principalmente quando se trata de uma época em que muitos tinham interesse ou necessidade em ocultar seus sentimentos e identidade religiosa, enquanto que outros vacilavam entre opiniões contrá-

---

[1] A maioria do Senado era, em 382, pagã ou cristã? A questão tem sido muito debatida. Consideramos que a palavra mais abalizada está com Wytzes, J. *Der Streit um den Altar der Viktoria*, p. 132-134. Para este autor, contrariamente à afirmação de Santo Ambrósio (*Epistola*, 17,9) e São Jerônimo (*Adversus Jovianum*, II; *Epistola*, 107), os pagãos eram mais numerosos (talvez um pouco) até o reinado de Teodósio, quando então as conversões se multiplicaram repentinamente (Cf. Prudêncio. *Contra Symmachum*, I).

rias. Assim, os historiadores do Império Romano e da Igreja cristã, tanto do passado como da atualidade, quando avaliam em cifras a força dos dois grupos religiosos, não apresentam mais que cálculos imaginários.[2]

Nessa época, apesar de a religião cristã já se haver estabelecido solidamente em Roma, havia provavelmente ali mais pagãos que em qualquer outra parte ou cidades do Império. Isto se compreende facilmente: numa cidade onde se vivia em contato direto com o patrimônio cultural do passado, era natural que se permanecesse por mais tempo fiel às antigas tradições. A memória dos antigos persistia bem viva em Roma no final do século IV. Estátuas e monumentos da época do apogeu continuavam de pé, testemunhando o esplendor e a grandeza do passado. Inscrições do fim do século IV mostram os magistrados ocupados em conservá-los e repará-los. Esses monumentos, na maioria edifícios sagrados, construídos em honra de alguma vitória, provavam, pelo menos para o grande público, de maneira visível e vitoriosa, que o Império devia seu poder e sua grandeza à proteção dos deuses. Esses templos tinham sido construídos pela "devoção", a *pietas*, que resumia a tenacidade sobrenatural com que os romanos haviam procurado transmitir, de pai para filho, o padrão de um estilo de vida firmemente arraigado no mundo terreno. O que em outros lugares se pretendia conseguir por meio de argumentos falados ou escritos para manter os adeptos fiéis ao antigo culto, em Roma tratava-se de verdade indiscutível que não era necessário demonstrar, pois bastava abrir os olhos para

---

[2] Beugnot, A. *Histoire de la destruction du paganisme en Occident*, p. 413, assim se expressa: "Si une chose peut sembler hors de doute, c'est que la majorité du Sénat appartenait à l'ancien cult". Cf. também Gibbon, Edward. *Histoire du déclin et de la chute de l'Empire Romain*, t. I. p. 374.

constatar isso. Nesse sentido, o historiador Beugnot anota o seguinte: "Esses monumentos, manifestação do orgulho não menos quanto da piedade, autorizam supor uma enormidade de atos do paganismo que, embora não tenham sido gravados no mármore, devem, no entanto, ser tomados em consideração pelo historiador. Nem todos os amigos dos ídolos podiam erigir estátuas aos deuses, consagrar altares, cobrir os vestíbulos dos templos com inscrições votivas ou legar suas cinzas em magníficos mausoléus. A piedade das classes pobres não aparece aos nossos olhos, mas o espírito de um partido ou de uma seita pode ser avaliado suficientemente pelo devotamento de seus chefes".[3]

Em Roma, centro do *mos maiorum*, das tradições dos antepassados, a formação do indivíduo estava inspirada nos antigos e tradicionais valores. Nas escolas oficiais, a mente do discípulo era plasmada segundo os modelos da literatura e da tradição não-cristã.

Os pagãos da Urbe eram não só poderosos quanto ao número, mas desfrutavam ainda de outra grande vantagem que os favorecia sobremaneira no movimento de resistência ante a crescente ameaça do cristianismo: tinham expressiva influência social e política. No entanto, serviram-se dessa força quase que exclusivamente para defender a antiga e secular estrutura, desgastada e sem vitalidade suficiente para resistir à novidade do cristianismo. A aristocracia tradicional, assim procedendo, manteve-se impermeável aos novos valores porque não percebeu e não tomou consciência do processo que vinha se desenrolando. Na qualidade de religião oficial, o antigo culto estava habituado a contar com a proteção do Esta-

---

[3] Beugnot, A. *Histoire de la destruction du paganisme en Occident*, t. I, p. 333.

do. Fracassou e tudo veio a lhe faltar quando não teve mais o apoio do soberano. Nesse transe, pouco ou de quase nada lhe valeram os sacerdotes.[4] Aqui será oportuno lembrar que na religião romana o sacerdócio não era o exercício de um ministério espiritual; era antes uma magistratura civil. Apesar das reformas que Juliano tentou introduzir – mas que não tiveram grande êxito, pelo menos no Ocidente –, não havia entre os sacerdotes espírito de "corpo" e ardor religioso necessário para a defesa do culto ameaçado. Por isso, mais tarde, quando os imperadores decidiram proibir os sacrifícios e fechar os templos, não encontraram nenhuma oposição ou resistência por parte dos sacerdotes.[5]

Em um ou outro lugar fora de Roma, houve iniciativas no sentido de defender algum templo ou divindade de maior popularidade: no Egito morreram pagãos defendendo o templo de Serapis e no norte da África os mesmos incidentes ocorreram na defesa de estátuas dos deuses.[6] Esses esforços, no entanto, não lograram êxito. Os adeptos do antigo culto, sem o apoio da autoridade, sem organização e direção, sucumbiram ante a irrevogabilidade dos decretos imperiais.

Bastante diferente era a situação em Roma: havia um centro comum, o Senado, ao redor do qual podiam agrupar-se e resistir. Sendo ainda em grande parte composto por membros pertencentes à religião romana, o Senado se constituía numa proteção do culto que seus membros professavam. É verdade que não dispunha mais do mesmo poder que tivera em tempos passados, pois, com a reforma de Diocleciano, perdera praticamente sua finalidade específica. Era antes um

---

[4] Lactâncio. *Institutiones divinae*, V, 20.

[5] Boissier, G. *La fin du paganisme*, t. II, p. 233.

[6] Ibidem.

órgão decorativo e meio de projeção social da aristocracia que um corpo deliberativo. No entanto, quanto ao aspecto exterior, conservou seu prestígio. Esta foi, sem dúvida, a razão dos obstáculos que os imperadores encontraram na aplicação eficiente e rigorosa dos decretos que emitiam contra o paganismo.[7] Libânio afirma nos seus discursos em defesa dos templos que os sacrifícios eram tolerados em Roma, enquanto que noutras partes do Império eram proibidos.[8] Aliás, essa praxe já era antiga. Quando Constâncio II foi a Roma, esqueceu-se por alguns momentos de seus sentimentos pessoais de aversão ao antigo culto, chegando mesmo a visitar e admirar os templos pagãos.[9] Símaco, testemunhando esse fato, escreve: "Olhou-os sem cólera; leu o nome dos deuses aos quais estavam consagrados; informou-se sobre sua origem, louvou aqueles que os haviam construído; e, apesar de seguir uma religião diferente, respeitou a nossa".[10]

Enquanto suprimia as práticas externas do culto pagão em outras partes do Império, respeitou-as em Roma e arredores. Depois de Constâncio, e mesmo nos tempos mais difíceis para o paganismo, sob Teodósio e seus filhos, a imunidade que gozavam em Roma não foi de todo ab-rogada. Amiano Marcelino diz que, no seu tempo, a estátua da Mãe dos deuses era levada anualmente, no sexto dia antes das calendas de abril, até o riacho de Almo onde era banhada segundo antigo costume.[11] Mais tarde, já no tempo do Imperador Honório,

---

[7] Dudden, F. H. *The life and times of St. Ambrose*, p. 256

[8] Libânio. *Pro templis*. Estes discursos foram provavelmente proferidos em 387. Cf. Boissier, G. *Op. cit.*, t. II, p. 234.

[9] Amiano Marcelino. *Res Gestae*, XVI, 10.

[10] Símaco. *Relatio*, 7.

[11] Amiano Marcelino. *Res Gestae*, XXIII, 3. Amiano Marcelino escreveu sua História (*Res Gestae*) no tempo do Imperador Teodósio, provavelmente em 392.

Macróbio afirma que ainda existia a *Ara Maxima* onde continuavam sendo oferecidas vítimas como no tempo do rei Evandro.[12] Os romanos eram, em virtude de sua própria índole, muito religiosos e apegados às tradições dos ancestrais. Seus historiadores orgulham-se disso "*maiores nostri, religiosissimi mortales*". Tudo indica que esse fervor religioso e esse amor às tradições se acentuaram à medida que sentiam seus princípios religiosos e seus valores culturais ameaçados. Monumentos e inscrições dessa época mostram os sentimentos de piedade dos grandes senhores pagãos de Roma no desempenho de suas funções religiosas.[13]

O Senado encaminhou inúmeras moções aos imperadores pedindo que erigissem estátuas douradas em honra de cidadãos beneméritos. Na época de Graciano, muitos desses cidadãos deixaram gravado nos monumentos o testemunho de sua fidelidade aos deuses tradicionais.[14]

Também as moedas e as medalhas reproduzem símbolos do paganismo. Uma destas, decorada com a imagem de Hércules, foi cunhada em comemoração dos votos públicos. Outras havia com símbolos das divindades tradicionais. Essas exceções, no entanto, não devem levar a esquecer que o cristianismo tinha o privilégio incontestado de impor seus símbolos nas moedas públicas.

Dos fatos até aqui reunidos, não se pode, em absoluto, tirar uma conclusão rigorosa nem supor que uma piedade profunda e ardente dominasse a vida de todos os que não professavam o cristianismo. Por trás dos faustosos monumen-

---

[12] Macróbio. *Satirae*. III, 6.

[13] Boissier, G. *Op. cit.*, t. II, p. 235.

[14] Cf. Cânon Muratori, p. 288, nº 1. A data destas inscrições corresponde ao ano de 376 ou 377.

tos e inscrições, em que se patenteia com tanta satisfação o pretendido respeito pelos deuses, se escondia, não raro, um sentimento oposto à verdadeira piedade. Não é de se crer que todos esses dignitários – cônsules, prefeitos, vigários – tão diligentes em publicar suas funções religiosas, cumprissem rigorosamente as obrigações que o cargo lhes impunha. Por outro lado, não se pode negar que houvesse homens piedosos e responsáveis entre aqueles cujos nomes o tempo nos conservou. Estes certamente não constituíam a maioria. A maior parte buscava nas atribuições religiosas, títulos de honra e não um ministério espiritual. Delas se ornavam como as antigas famílias o faziam com os adornos tradicionais: não podiam rejeitá-las como não lhes era possível abdicar da glória de seus nomes ou da memória de seus ancestrais.[15] Assim, "o orgulho de nascença vinha em socorro do paganismo pois não havia fraqueza ou vício de que não se lançasse mão para firmar-se".[16]

Roma, no fim do século IV, não era mais o palco dos grandes acontecimentos e o centro das decisões políticas de outrora. Enquanto o imperador residia no Palatino, não só se sentia o contrapeso dos problemas distantes, mas os menores incidentes do palácio, as intrigas da corte, as deliberações do Senado ocupavam a opinião pública; eram narrados e comentados nos banquetes, nas rodas de amigos, nas praças públicas e, por vezes, recebendo mais importância que tinham na realidade. Tudo mudou com a transferência do governo, primeiro para Constantinopla e, mais tarde, para outras cidades do Império. Os acontecimentos grandes ou pequenos da administração pública registravam-se, na maior parte, longe de

---

[15] Claudiano. *Carmina omnia*, XVII, 336.

[16] Beugnot, A. *Op. cit.*, t. I, p. 343.

Roma, razão pela qual não despertavam o mesmo interesse que em outros tempos. O Senado, reduzido a mero conselho municipal de Roma, perdera muito de suas prerrogativas e privilégios.

Não obstante, a aristocracia tinha ainda muita influência e gozava de grande projeção. Era uma necessidade de qualquer grande senhor, de origem nobre, no exercício de funções públicas, estar rodeado de um séqüito de amigos clientes. Símaco, nas entrelinhas de sua correspondência, nos dá uma imagem de como vivia o nobre cidadão romano: "Não há, em Roma, honra maior do que estar rodeado de muitos amigos".[17] O cliente visitava seu senhor e rendia-lhe a devida homenagem esperando em troca que o patrão se ocupasse dele e o recomendasse a seus conhecidos e amigos. Esse modo de proceder era dever de cortesia a que um homem honrado dificilmente podia subtrair-se.[18] Tais obrigações preenchiam a maior parte do tempo da aristocracia. Era motivo de preocupação, por exemplo, as desculpas a serem apresentadas na impossibilidade de se comparecer a uma festa de casamento para a qual tinha sido convidado. Símaco narra que quando morria um *optimates*, o cliente permanecia durante três dias fechado em casa, em sinal de luto, porque se achava no dever de fazer pelo amigo aquilo que gostaria que lhe fosse feito.[19] Intérprete da mentalidade e costumes da época, considera essas convenções sociais como sagradas e não hesita em chamá-las de "religião".

---

[17] Símaco. *Epistola*, VI, 32. Cf. Carcopino, J. *La vie quotidienne à Rome à l'apogé de l'empire*, p. 203-205.

[18] Símaco. *Epistola*, II, 91.

[19] Símaco. *Epistola*, VIII, 40.

Os magistrados, como já foi frisado acima, haviam mantido muitas atribuições e encargos. Um deles era o ônus de proporcionar jogos e espetáculos ao público. Nos tempos da República, quando as eleições eram realizadas nos comícios, os jogos tinham a finalidade específica: o candidato tratava de agradecer aos seus eleitores e ao mesmo tempo preparava sua próxima candidatura.[20] Porém, desde o momento em que os magistrados passaram a ser escolhidos e nomeados pelo príncipe, tais obrigações tornaram-se dispensáveis. Os próprios imperadores tinham suas razões particulares para não serem favoráveis a esse tipo de gastos e exibições. Se eram sábios e prudentes, não podiam permitir que se despendessem fortunas imensas com liberalidades banais; quando não se sentiam muito seguros no poder e temiam algum competidor, não podiam ver com bons olhos que este atraísse sobre si a simpatia da multidão e criasse popularidade perigosa. Entretanto, o povo os reclamava e os magistrados se viam forçados a fornecê-los, pois se tratava de exigência social a que dificilmente conseguiam se esquivar.

Os espetáculos públicos foram a última grande paixão desse Império moribundo. Nenhuma catástrofe era capaz de desfazer ou acalmar esse frenesi.[21] Pelas cartas de Símaco sabe-se que até os últimos anos do século IV os combates de

---

[20] Cf. Boissier, G. *Op. cit.*, t. I, p. 80-82. Quanto aos jogos públicos, vide Carcopino, *op. cit.*, p. 321-390.

[21] Santo Agostinho narra que os fugitivos de Roma que haviam demandado a África para escapar dos bárbaros, apesar de terem visto perecer a família e a fortuna no saque da cidade, não deixavam o circo e o teatro de Cartago. Sabe-se também por Salviano que os sobreviventes de Tréveris, cuja cidade havia sido pilhada e destruída quatro vezes seguidas, confessavam que se sentiriam completamente consolados se lhes fossem devolvidos os espetáculos costumeiros.

gladiadores eram freqüentes em Roma. Constantino, no fervor de neoconvertido, quis aboli-los. Numa de suas leis diz o seguinte: "Não me agradam os espetáculos em que corre o sangue".[22] Mas, como agradavam muito ao povo, a lei não foi respeitada. Mais tarde, Valentiniano retomou a questão, proibindo condenar cristãos a combater na arena.[23] Símaco, ardoroso defensor da tradição romana, vê nos jogos públicos não um divertimento, mas uma maneira de honrar os deuses. O poeta cristão Prudêncio combate essa mentalidade e, na obra *Contra Symmachum*, exprime o desejo de se fazer cessar esses morticínios e que não morra mais ninguém cuja morte seja um espetáculo e um divertimento. Com a autoridade de seu talento, de sua classe, de seus serviços, dirige-se ao Imperador Honório: Que Roma áurea já não contemple mais esse gênero de crimes. Rogo-vos, augustíssimo chefe do Império Latino: ordenai que este horrível sacrifício seja suspenso como os demais. [...] Vosso pai proibiu derramar o sangue de touros em Roma; vós, proibi verter o sangue de homens. Que na cidade não morra mais ninguém cujo suplício seja um divertimento! Que os rostos das virgens não sorriem mais para as carnagens humanas! Que a arena infame se contente com animais. Que não brilhe aí nenhuma arma tinta de sangue humano!"[24] Em 404, Honório aboliu para sempre os combates de gladiadores.[25] Só os combates de animais

---

[22] CTh. XV, 12, 1 (1º de outubro de 325).

[23] CTh. IX, 40, 8 (15 de janeiro de 365)

[24] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 1114-1129.

[25] Em 399 foram fechadas, em todo o território romano, as escolas imperiais de gladiadores (Allard, P. "Rome au IVe. siècle d'après les poèmes de Prudence". In: *Revue des questions historiques*, 36 (1884, p. 20-21). Em 404, Honório aboliu definitivamente esse gênero de espetáculo

foram mantidos, mas de uma maneira diferente como Prudêncio os entendia. "Que a infame arena se contente com animais, que a morte de homens cesse de ensangüentá-la", havia dito ele. Evidentemente, o poeta admite somente os combates de animais entre si, e não as lutas entre homens e animais, onde aqueles com freqüência sucumbem nos dentes e garras destes. Esses combates, essas caçadas (*venationes*), como eram chamadas, duraram até o fim do Império no Ocidente: seu fim coincidiu com a ruína do Império, quando os últimos resquícios desse tipo de crueldade humana arrancaram ainda de Salviano um veemente grito de indignação.[26]

Outro aspecto a destacar na análise das preocupações e ocupações do cidadão romano no seu dia-a-dia é o apaixonado amor às letras. Os grandes senhores romanos não apenas protegiam os que se dedicavam a esse tipo de atividade, mas eles mesmos as cultivavam. Faziam versos, permutavam-nos entre si e felicitavam-se mutuamente pelos êxitos literários.[27] Muitos magistrados, além do cargo público, eram também verdadeiros literatos profissionais. Ausônio, dos mais ilustres poetas da época, em Roma, era ministro do imperador Graciano; Messala, a quem o imperador constituiu prefeito

---

(Lavarenne, M., *Prudence* (Oeuvres). Paris: Belles Lettres, 1943-1951, t. III, p. 196). Conta-se que, naquele ano, durante os jogos realizados em Roma em homenagem ao sexto consulado de Honório, um monge oriental, de nome Telemáquios, teria se interposto entre os combatentes para impedir o morticínio (Teodoreto. *História Eclesiástica*, V, 26). O monge teria sido lapidado pela multidão; mas seu gesto teria decidido o imperador a decretar a supressão definitiva dos combates de gladiadores. Provavelmente os eloqüentes protestos de Prudêncio também exerceram forte influência na resolução de Honório.

[26] Salviano. *De gubernatione Dei*, VI, 2.

[27] Símaco. *Epistola*, I, 1, 2, 14, 23.

do pretório, havia se recomendado ao príncipe por versos bem trabalhados e discursos eloqüentes.[28] Flaviano, colaborador de Eugênio na usurpação do trono imperial, é autor de obras de história;[29] Pretextato, chefe dos pagãos e grande luminar do Senado, ficou conhecido como filósofo e tradutor das *Analíticas* de Aristóteles. Macróbio narra nas *Saturnais* que todos esses grandes personagens se reuniam na casa de Pretextato durante os festejos em honra a Saturno, discutindo questões científicas ou literárias.[30]

Nessa sociedade polida e letrada, o nobre romano levava, sem dúvida, existência suntuosa. Correspondência de Símaco informa que os senadores e nobres romanos tinham sua casa de campo nos arredores de Roma ou em outras regiões da Itália. A situação não era muito diferente nas outras grandes cidades. Nos últimos anos do Império o problema do abastecimento provocava freqüentes distúrbios da ordem e paz social; por isso, muitos abandonavam a cidade à procura de vida tranqüila. Símaco, líder dos pagãos no Senado, ressentia-se desse êxodo de seus companheiros, e procurava detê-los ou chamá-los de volta. Para ele, como para tantos outros cidadãos fiéis à antiga tradição, Roma, a "cidade eterna", "pátria comum", jamais deveria ser abandonada. Mesmo que o imperador não residisse mais ali, considerava-a como sendo a *caput mundi* (capital do mundo).

Os historiadores têm se perguntado muitas vezes sobre o que dizer da moralidade pública no século IV. Quando se

---

[28] Símaco. *Epistola*, VII, 91.

[29] Flaviano (*334-†394) foi Vigário da África (376), Prefeito do Pretório da Itália, Ilírico e África (390) e Cônsul (394). Aliou-se ao usurpador Eugênio. Após a derrota na batalha junto ao rio *Frigidus* contra Teodósio I, suicidou-se, seguindo a tradição dos nobres romanos.

[30] Macróbio. *Saturnalia*.

considera a estrutura social do Império se desmoronando, contando uns poucos anos de vida, nos sentimos tentados a explicar seus desastres como conseqüência de suas próprias faltas e a crer que mereceu esta sorte infeliz. Entre outros motivos, atribui-se também a decadência do Império a um relaxamento dos costumes e à degradação moral.

Três escritores de destaque, Amiano Marcelino, pagão sério e ponderado, São Jerônimo e Prudêncio, cristãos zelosos e preocupados, tiveram o gosto de retratá-la num quadro bastante negativo. Como pertencem a dois grupos religiosos opostos, parece natural, posto que concordam, que retratem a verdade.

O primeiro consagrou aos senadores de Roma dois longos capítulos de sua história.[31] Neles relata a existência, nesse grande mundo, de espíritos bastante medíocres: néscios, que se julgavam grandes homens porque seus aduladores lhes erguiam estátuas; vaidosos que se faziam conduzir em carros magníficos, trajando vestes multicoloridas de seda que o vento agitava; poderosos que falavam sem cessar de sua riqueza; efeminados a quem um pouco de calor sufocava; ateus que não saíam de casa sem consultar os horóscopos; homens pródigos, lisonjeadores e vis quando queriam dinheiro emprestado, mas negligentes para devolvê-lo.

Não se pode, no entanto, generalizar as afirmações de Amiano Marcelino. Símaco, mais reservado e circunspeto, faz ver que havia muitos cidadãos sinceros, preocupados com Roma e seu destino. Amiano admite que Roma, apesar de tudo, sempre grande e gloriosa, tem seu esplendor compro-

---

[31] Amiano Marcelino. *Res Gestae*. XIV, 6 e XXVIII, 4. Os dois capítulos não se assemelham muito ao restante da obra, pois apresentam caráter mais satírico e retórico que histórico.

metido pela criminosa imprudência de alguns que não tomam consciência de serem seus cidadãos. Desses dois testemunhos pode-se auferir que a sociedade daquela época embora não sendo ideal, não era constituída totalmente de pessoas corruptas.

As invectivas de São Jerônimo são do mesmo teor que as de Amiano Marcelino. Compreende-se sua atitude: pessoas do seu temperamento, ao se converterem, costumam tomar atitude radicalmente oposta a que levavam antes, passando a detestar por completo aquilo que mais os seduzia. Para ele, Roma é outra Babilônia, "a meretriz vestida de púrpura".[32] Acusa-a de toda a espécie de corrupção e desmandos. O passatempo favorito é olhar e ser visto, receber e fazer visitas, falar bem e mal das pessoas... Critica indistintamente cristãos e pagãos; mostra que os vícios da velha sociedade passaram a contaminar os cristãos. Mesmo assim, acredita na eternidade de Roma. "Se Roma pode perecer, escreve Jerônimo, o que estará salvo?"[33]

O poeta Aurélio Prudêncio também retrata com a genialidade de seus versos, alguns aspectos da vida moral romana. Percebe na Roma *aurea* não só a grandiosidade e a beleza dos monumentos como também outros aspectos menos dignos de uma cidade onde a maioria agora já é cristã.[34] Provinciano recém-chegado da Gália, decepciona-se e lamenta a situação em que encontra a Urbe. Admite que se conceda um lugar amplo à arte, que se respeitem as antigas lembranças, mas horrorizam-no a devassidão dos costumes. Prudêncio lhes reserva toda a severidade de sua poesia. Invoca a Musa que

---

[32] Jerônimo. *Interpretatione Libri Didymi Alexandrini de Spiritu Sancto*, 107.

[33] Jerônimo, *Epistola*, 123, 16.

[34] Prudêncio. *Hamartigenia*, 264 e ss.

três séculos antes manejara as mãos rudes de Juvenal, ou reveste sob a forma de belos versos as eloqüentes objurgações de Tertuliano.

Nesta multidão adornada que passa diante de seus olhos, o poeta cristão nem sempre reconhece a vestimenta modesta e o passo grave dos verdadeiros discípulos do Evangelho. O luxo das mulheres o escandaliza. Elas escondem sob um esplendor fictício sua beleza natural. Delas dá esse testemunho: "Sua beleza natural não lhes basta; acrescentam atrativos enganadores. Imaginam que o Divino Artista, que modelou seu semblante, deixou sua obra incompleta; amarram na fronte um diadema de pérolas preciosas, cingem seu pescoço puro com brilhantes colares, nas orelhas penduram pesadas esmeraldas, enrolam nos belos cabelos correntinhas de alvas pérolas, cobrem a cabeça com um rígido entrelaçado de correntes de ouro".[35]

O luxo dos homens não é menos excessivo. Parece, diz o poeta, que têm vergonha de ser do sexo oposto, tanto se mostram efeminados no vestir e no enfeitar-se. "Apraz-lhes usar vestimentas não feitas de lã de ovelhas mas do produto de uma larva do Oriente[36] e cobrir com tecido feminino seu corpo varonil. A isto se acrescenta a arte: o pano tecido com fios multicolores, formando uma grande variedade de figuras. Este usa uma túnica e, quando se movimenta um pouco rapidamente, expõe sua indecência; aquele se veste com roupas te-

---

[35] Prudêncio. *Hamartigenia*, 264-276. Vide também: Knecht, A. *In Gregor von Nazianz gegen die Putzsucht der Frauen*. Heidelberg, 1972.

[36] Trata-se da seda. Um contemporâneo de Prudêncio, Amiano Marcelino (*Res Gestae*, XXIII, 6) fala do uso da seda, outrora artigo de luxo dos ricos, agora usado também pelas camadas populares da sociedade.

cidas de plumas de aves; aquele outro, pintado, polvilhado, exala pelos ares os perfumes de mulher".[37]

Aonde vão tais mulheres enfeitadas como ídolos e esses homens adamados? Prudêncio o diz: vão sentar-se no Grande Circo para aplaudir com frenesi as corridas de carros e cavalos,[38] para contemplar as acrobacias dos funâmbulos que atravessam os ares numa corda tensa no espaço, ou dos domadores que saltam, mesmo arriscando a vida, sob os animais ferozes;[39] vão sentar-se nos degraus de algum teatro para assistir a espetáculos menos inocentes.

Apesar dos esforços da Igreja, o teatro não era mais sadio no fim do século IV do que no tempo de Nero ou de Domiciano, e o povo não era menos sensível que então às degradantes seduções. O entusiasmo pelos comediantes, palhaços e dançarinos chegava ao auge. Transgredindo a proibições de Teodósio,[40] os ricos continuavam entretendo em suas casas, e a apresentar em seus festins, tocadoras de liras e cantoras;[41] o povo, que não podia dar-se a tanto luxo doméstico, conseguiu fazer com que o pessoal dos teatros permanecesse sempre completo, e, em caso de fome, preferia o afastamento dos professores, para poder manter os comediantes, palhaços e três mil dançarinas. Só a indicação desse pessoal é suficiente para concluir o quanto valorizavam a arte dramática. É de se ressaltar que muitos comediantes e dançarinos eram eunucos.[42]

---

[37] Prudêncio. *Hamartigenia*, 285-299.
[38] Prudêncio. *Hamartigenia*, 361-364.
[39] Prudêncio. *Hamartigenia*, 367-370. Cf. Cassiodoro. *Var*., 42.
[40] CTh. XV, 7, 10 (24 de junho de 385).
[41] Amiano Marcelino. *Res Gestae*, XIV, 6.
[42] Prudêncio. *Hamartigenia*, 309-311.

O realismo, ou – como diríamos hoje – o naturalismo, era comum nos espetáculos teatrais. Segundo testemunha o poeta, durante as representações das peças de Plauto, os espectadores mais refinados – os pontífices dos deuses – sentados nos lugares de honra, riam às gargalhadas ao assistirem as desventuras conjugais de Anfitrião.[43]

A crueldade e a imoralidade são irmãs: aos espetáculos voluptuosos, sucediam-se, ainda quando escrevia Prudêncio, espetáculos sangrentos; e o poeta , indignado, pergunta: quando terão fim essa arte imoral, esses jogos insensatos, essas mortes de homens ainda jovens, esses divertimentos nutridos de sangue na arena fúnebre, o triste espetáculo de toda essa pompa do anfiteatro?

Não se pode, evidentemente, generalizar e aceitar literalmente Prudêncio, São Jerônimo e Amiano Marcelino. A correspondência de Símaco fornece uma imagem menos parcial, sem pretender julgar a sociedade de sua época, nem fazer um tratado de moral. Expressa com naturalidade o que pensa, mostra-se como é e pinta as pessoas sem ter consciência de o estar fazendo. Apresenta, nas entrelinhas, uma plêiade de gente honrada, possuidora de sentimentos mais elevados.

Há outra informação que a correspondência de Símaco fornece, contrariando, em parte, a opinião que se tem dessa época. Julga-se que as pessoas dessa geração, pelo menos as mais atentas ao processo histórico dos acontecimentos, deveriam ter tido alguma noção dos perigos que ameaçavam o Império e, se tivessem estado de ouvidos atentos, poderiam ter percebido que a sua máquina estava emperrada e prestes a quebrar. As cartas de Símaco mostram que se engana quem

---

[43] Prudêncio. *Peri Stephanon*, X, 226-227.

assim pensa. As pessoas, mesmo as mais ilustres, os homens de Estado, os políticos, não suspeitavam que o fim estava próximo. Na véspera da catástrofe (o saque de Roma em 410), tudo era tão normal como de costume: gente comprando, vendendo, observando, "construindo casas para a posteridade".[44]

Símaco, de otimismo imperturbável, acreditava decididamente na eternidade do Império e não era capaz de imaginar que o mundo poderia continuar sem o domínio de Roma. Todavia, tinha razões para estar também descontente: o Senado, de cuja pertença tanto se envaidecia, já não tinha mais nenhum poder de decisão e o culto que praticava estava sendo seriamente ameaçado. Mesmo assim, sentia-se satisfeito com sua época: as escolas nunca haviam sido tão numerosas, a instrução tão difundida e a ciência tão honrada. No ardor do entusiasmo, exclamava: "vivemos realmente num século amigo da virtude em que as pessoas de talento só podem valer-se de si mesmas para conseguir os postos dos quais são dignas.[45] Não podia compreender que uma sociedade tão ilustre, que tanto apreciava as letras e que reservava lugar tão importante à instrução, pudesse ser algum dia destruída pelos bárbaros.

Não obstante, via e notava incidentes deploráveis, sintomas que revelavam o mal de que sofria o Império e que o faziam pensar. Escreve, a alguém que o esperava, que não podia sair de Roma porque as estradas estavam infestadas de bandidos.[46] Findava a *pax romana*, tão exaltada nas inscrições, nas medalhas e nas moedas, pois ninguém estava mais seguro, nem mesmo às portas da cidade. Lamenta que o impera-

---

[44] Símaco. *Epistola*, VI, 70.
[45] Símaco. *Epistola*, III, 43.
[46] Símaco. *Epistola*, II, 22.

dor, não tendo mais soldados suficientes, deva pedir aos ricos os escravos como soldados.[47]

Outro sintoma do estado endêmico do Império era a deplorável situação das finanças públicas. O fisco havia esgotado tudo, os ricos estavam sem recursos, os arrendatários sem dinheiro para pagar o proprietário, a terra, que havia sido sempre um manancial de riquezas, não era mais que um motivo de despesas.[48]

Todos esses sintomas eram graves. Símaco os percebia, os anotava, mas não o alarmavam. O mal já vinha de longe e crescia intensamente. Como Roma continuasse vivendo apesar das razões que tinha para morrer, havia-se acostumado a crer que necessariamente viveria sempre. Assim viveu nessa ilusão até o último instante, e a catástrofe final, o saque de 24 de agosto de 410 pelo exército de godos chefiado por Alarico, que teria sido fácil de prever, foi para ele como para muitos, uma surpresa.

2 — Principais expoentes contrários ao cristianismo

O quadro que viemos esboçando da sociedade romana do fim do século IV concerne, naturalmente, antes aos pagãos que aos cristãos. Todavia, tem muitos traços comuns aos membros de ambos os cultos. Não há duvida de que, no fundo, os *Anicii*, o *Probi*, os *Gracchi*, os *Bassi*, ilustres senadores que abraçaram a religião do imperador, levassem vida semelhante à de tantos outros nobres pagãos.[49]

---

[47] Símaco. *Epistola*, VI, 64.

[48] Símaco. *Epistola*, V, 63; IX, 136; I, 5.

[49] Prudêncio. *Contra Symmachum*, I, 545-575. O autor enumera nesses versos as grandes famílias da época. Os Anicii eram os representan-

Durante o século IV, e mesmo depois, o paganismo recrutou seus mais enérgicos defensores entre os nobres letrados. Santo Agostinho anota, em sua obra *Confissões*, a propósito do retórico Vitorino e de sua conversão, que "até então ele havia participado da adoração dos ídolos e de seu culto sacrílego, pelo qual se entusiasmava quase toda a nobreza romana, como em delírio [...]. O velho Vitorino, que por tantos ano defendera as divindades com eloqüência impressionante, não se acanhou de tornar-se servo do teu Cristo".[50]

Na segunda metade do século IV, principalmente no último decênio, muitas famílias nobres se converteram ao cristianismo; mas outras tantas permaneceram obstinadas ao anúncio da Boa Nova e "se recusaram a abrir os olhos à luz da verdade".[51] A nobreza pagã, exceto as conversões a que aludimos acima, se manteve forte e impermeável durante muito tempo.

Até 408, o "Estado cristão" adotou uma política extremamente liberal com relação aos membros do antigo culto.[52]

---

tes mais expressivos. Imensamente ricos, com um notável patrimônio na Tripolitânia e um palácio, todo de mármore, em Roma. A descendência masculina havia-se extinguido na metade do século IV, mas o nome foi retomado pelos descendentes em linha feminina: Anicius Anchenius Bassus, prefeito da cidade em 382, e Sextus Petronius Probus abraçaram o cristianismo e foram, no Senado, os líderes da "minoria" cristã. Os membros dessa nobreza senatorial ocupavam os mais altos cargos do Império na época do declínio, como bem o provam as numerosas inscrições. Formavam uma aristocracia fechada, casando-se quase só entre si. A essas famílias nobres estavam ligados também os Paulinii. Paulino de Nola, bispo e poeta (†431), é o representante mais expressivo.

[50] Agostinho. *Confissões*, VIII, 2. A conversão de Mário Vitorino ocorreu entre 353-357.

[51] Prudêncio. *Contra Symmachum*, I, 592ss.; I, 574ss. Cf. Jerônimo. *Epistola*, 66.

[52] CTh. XVI, 5, 42 (14 de novembro de 408).

Houve épocas em que quase todos os postos importantes do Império eram ocupados por funcionários pagãos. Muitos filósofos, sofistas, gramáticos e retóricos perpetuavam nas escolas o cultivo da antiga literatura e da velha religião, arrebatados pelo êxtase diante do "gênio do paganismo".[53] O ensino permaneceu nas mãos dos pagãos até praticamente o fim do século V, e foi esta certamente a razão da sobrevivência das crenças pagãs nas classes mais cultas apesar de tantos editos imperiais e medidas rigorosas.

É muito vago afirmar que parte da sociedade permaneceu fiel ao antigo culto, pois havia muitas maneiras de alguém ser pagão. Uma religião, como o paganismo, sem dogmas precisos nem credo definido, oferecia grande liberdade para seus adoradores e permitia infinita multiplicidade de expressões da fé quanto às diferentes divindades.

Mais cautelosos que seus antepassados, os pagãos do tempo que estamos analisando compreenderam que o emprego da violência não oferecia vantagens aos interesses do culto tradicional ameaçado. Forçados por sua própria debilidade a adotar aparente moderação, voltados aos seus princípios por necessidade, à tolerância pela lembrança dos insucessos no passado, os pagãos mostraram nesse processo de transformação uma apatia e resignação não comuns face à nova religião. O paganismo, para inspirar sentimentos adequados à situação do momento, incentivava seus partidários a inundar com obras literárias aquela sociedade cuja direção já não lhes pertencia mais.

Durante muito tempo o paganismo do Ocidente não havia mais produzido escritor de renome. No fim do século IV,

---

[53] No século XIX, Chateaubriand, extasiado diante do esplendor da civilização cristã, escreve sua imortal obra *Le Génie du Christianisme*.

porém, apesar da decadência e do cansaço de toda uma estrutura tradicional, surgem alguns autores ilustres, tais como Amiano Marcelino, Aurélio Victor, Eutrópio, Símaco, Lucélio, Macróbio, Vegécio, Sérvio, Ausônio, Claudiano e outros. Esses homens eram profundamente religiosos. Podiam competir com os cristãos em sua sólida fé nas recompensas e punições depois da morte. Não eram conservadores obstinados e isolados: eram o centro de uma vasta intelectualidade que se espalhava por todas as províncias do Ocidente. Todos eles haviam-se formado nos últimos anos do reinado de Constantino, época de paz e de trabalho profícuo em que o Império parecia preparar-se, por um repouso não habitual, para enfrentar um novo e último combate. Causa admiração que esses renomados escritores tenham permanecido tão indiferentes em relação aos graves problemas de sua época. Eram os homens, por suas luzes e talento no falar ou no escrever, responsáveis por exercer legítima influência nos espíritos de seus concidadãos. O cristianismo, atacando a religião que professavam e a tradição política que veneravam, introduzia na sociedade valores novos capazes de minar as antigas estruturas. A elite pagã, responsável pelo cultivo e manutenção dos costumes tradicionais, não soube ou não quis armar-se adequadamente para a defesa. Os únicos recursos que ofereceram ao culto moribundo foram alguns poemas, resumos históricos ou escritos literários de cunho pagão, onde, por motivos táticos ou por menosprezo, o cristianismo nem sequer é citado.

Do lado cristão, a atividade literária era muito mais profícua. Enquanto Ambrósio, Jerônimo, Agostinho, Paulino de Nola, Prudêncio inundavam o Ocidente com seus escritos, no Oriente se destacavam Atanásio, Basílio o Grande, Gregório de Nazianzo, João Crisóstomo, Cirilo de Jerusalém, Dídimo o

Cego, quais astros de primeira grandeza a iluminar com a acuidade de seu espírito a doutrina cristã. Todos eles refutavam uma a uma as crenças que serviam de base ao politeísmo, enquanto que os pagãos escreviam sobre assuntos próprios para entreter os espíritos como se nenhuma novidade atraísse as atenções ou nenhum perigo ameaçasse os costumes tradicionais. Não se deve olvidar que esses escritores, conscientes do sucesso do cristianismo e da atitude ameaçadora do poder, agora já em mãos de cristãos, certamente escondiam uma grande dor no fundo da alma e acreditavam que atacando aberta e diretamente a nova religião, distanciar-se-iam cada vez mais das simpatias populares. Apesar de nas outras partes do Império não ser mais permitida nenhuma manifestação anticristã, em Roma ainda havia liberdade de expressão[54] tanto é verdade que Amiano Marcelino, quando leu publicamente sua História em que compara os cristãos a bestas ferozes, foi festejado, coroado e incensado.[55]

Seria interessante analisar cada um dos ardorosos defensores da antiga tradição, mas a brevidade do presente trabalho não permite caracterizá-los individualmente, pelo que serão agrupados e conhecidos por intermédio de seus representantes mais expressivos.

a) Escritores radicais

No século IV e primeira metade do século V circulavam provavelmente numerosos panfletos, em prosa ou verso, nos quais se insultava os cristãos e se difamava o cristianismo. Seus autores, obcecados pelo fanatismo religioso, adotavam

---

[54] Beugnot, A. *Op. cit.*, t. I, p. 441.

[55] Libânio. *Epistola*, 983.

uma linguagem bastante radical. Infelizmente muito pouco ou quase nada chegou até nós; a religião vitoriosa os fez desaparecer.[56] Para estes homens, o cristianismo se afigurava como uma religião incompatível com os pressupostos naturais de uma cultura inteira. Os grandes platônicos de sua época, Plotino e Porfírio, eram capazes de lhes oferecer uma visão profundamente religiosa do mundo, que brotava naturalmente de uma tradição imemorial. As afirmações dos cristãos, em contraste, não tinham fundamento intelectual. Para eles, segundo Santo Agostinho, os pagãos eram os sábios, os peritos, os prudentes, e os cristãos eram estúpidos.[57]

Na segunda metade do século IV, foi traduzido, do grego para o latim, um dos livros chamados *herméticos*, intitulado *Asclepius*.[58] Trata-se de um diálogo que teria acontecido na alta antiguidade entre Hermes Trismegisto, detentor dos mistérios secretos, e aqueles a quem doutrinava: Asclépio, Hammon e Tat. Na realidade, Trismegisto mantém o segredo, e as raras questões que transmite a Asclépio não são mais que atrativos para novos iniciados.

O texto original foi escrito em grego e sob esta forma Lactâncio o conheceu e citou no início do século IV.[59] A supracitada tradução foi feita por um pagão que não se ateve a simples tradução, mas acrescentou ao texto observações pessoais

---

[56] Os imperadores proibiram, sob pena de pesadas multas, guardar os livros de Porfírio, Ário e outros (CTh. XVI, 5, 65).

[57] Santo Agostinho. *Questiones Veteris et Novi Testamenti*, CXIV, 8.

[58] Os livros "herméticos" têm essa denominação porque o personagem principal é o deus da ciência egípcia *Hermes Trismegistos.* O tom consternado dos protestos em *Asclépios* leva a crer que a versão latina foi feita bem tarde no século IV, quando as disposições legais contra o paganismo eram cada vez mais enérgicas e categóricas.

[59] Lactâncio. *Institutiones Divinae*, IV, 6, 4; VII, 13, 3; VII, 18, 3.

alusivas à legislação dos imperadores cristãos contra o paganismo. A obra contém, no capítulo XXIV e seguintes, vivas lamentações e queixas contra a sorte infeliz dos homens de fé e do culto que lhes é caro. O diálogo está repleto de sonhos míticos, de idéias cosmológicas mirabolantes, de preces fervorosas ao Deus único que "flui por toda a natureza como um rio", que anima o mundo e com ele se identifica. Lamenta também a triste sorte do Egito, terra santa onde são fechados os templos. "Como é próprio do sábio prever todas as coisas, esta não nos é permitido ignorar: tempo virá em que hão de reconhecer haverem os egípcios inutilmente honrado a divindade com fiel culto; as cerimônias mais santas cairão no esquecimento e na vileza. Os deuses, abandonando a terra, volver-se-ão para o céu, abandonarão o Egito; esta terra, morada de delubros e templos, estará então coberta de sepulcros e mortos. Estrangeiros virão para habitar este país, esta terra, e não somente se deixará de prestar atenção às observâncias, mas, coisa ainda mais penosa, mandar-se-á, por meio de presumidas leis, sob castigos prescritos, abster-se de toda prática religiosa, de todo ato de piedade ou de culto para com os deuses. Então, esta terra santíssima, pátria dos santuários dos templos, permanecerá totalmente coberta de sepulcros e de mortos. Oh! Egito, Egito! De teus cultos restarão apenas mitos e nem sequer teus filhos, mais tarde, crerão neles, nada sobreviverá, a não ser as palavras gravadas sobre as pedras que contam tuas piedosas façanhas. O cita, ou o hindu, ou qualquer outro semelhante a eles, isto é, um vizinho bárbaro, estabelecer-se-á no Egito. [...] Por que chorar, ó Asclépio? O próprio Egito deixar-se-á arrastar a muito mais do que isto e a algo pior: será maculado com crimes muito mais graves. Ele, noutro tempo, o santo que tanto amava os deuses, [...] ele, que ensinava aos homens a santidade e a piedade, dará

exemplo da mais atroz crueldade. Nessa hora, cansados de viver, os homens olharão o mundo como objeto de sua admiração e reverência. [...] As trevas serão preferidas à luz, achar-se-á mais útil morrer que viver, ninguém mais levantará os seus olhos para os céus; o homem piedoso será olhado como um louco, o ímpio como um sábio; o louco frenético será olhado como um valente, o pior criminoso como um homem de bem. A alma e todas as crenças que a ela se referem [...], serão apenas motivo de riso, mais ainda serão vistas como pura vaidade. Inclusive, creia-me, será um crime capital, segundo os textos da lei, o estar dedicado à religião do espírito. Será criado um novo direito, novas leis. Nada santo, nada piedoso, digno do céu e dos deuses que o habitam se fará ouvir jamais nem se achará fé em parte alguma da alma. Produz-se uma dolorosa separação entre homens e deuses; restam apenas anjos nocivos que se mesclam aos homens desventurados e os constrangem pela violência, a todos os excessos de uma audácia criminosa, comprometendo-os em guerras, piratarias, más ações e em tudo que é contrário à natureza da alma".[60]

Hermes Trismegisto termina este lúgubre presságio com o anúncio de grandes desordens na natureza. Uma vez extintos os cultos pagãos, o universo necessariamente perecerá ou então se renovará, e o *deus primi potens* saberá extirpar os elementos maus para restituir-lhe a natureza primitiva. Para o tradutor do *Asclépio*, cristianismo significa barbárie, aversão à luz, aversão à vida; enche de túmulos a terra outrora ornamentada de belos templos; inverte todas as tradições consagradas pelo tempo; usa a força das leis para coagir as almas

---

[60] Hermes Trismegisto. *Corpus Hermeticum* e *Discurso de Iniciação* com a Tábua de Esmeralda.

verdadeiramente religiosas. O tradutor do *Diálogo de Asclépio* é um desconhecido, mas conhecedor do cristianismo. Não se sabe ao certo quando viveu e de que rancores se fez intérprete, admitindo-se que externe os sentimentos de muitos outros correligionários de seu tempo.

Motivo de muita polêmica entre pagãos e cristãos foi também o pequeno poema de Cláudio Rutílio Numaciano,[61] única obra daquela época que manifesta sem reserva a cólera dos pagãos mais radicais. O autor narra, em versos, seu regresso de Roma a Gália, sua terra natal. Rutílio, depois de haver exercido elevados cargos na administração da província, desempenhou outros na sede do Império. Os imperadores, como se sabe, costumavam admitir na administração romana, pessoas de escol das províncias, conferindo-lhes lugares de destaque dentro da aristocracia senatorial. Rutílio enaltece com efusão essa política de generosidade com a qual, inclusive ele, foi agraciado. Neste sentido, assim se expressa: "O Senado não fecha seu santuário ao mérito estrangeiro e considera como seus, todos os que são dignos de sê-lo".[62]

Sem dúvida, para um provinciano como Rutílio, a carreira foi brilhante. Entre outros cargos que ocupou, foi prefeito de Roma em 414. Porém, esses altos postos que o ligavam à Urbe não apagaram a lembrança de sua terra natal. Pensa na Gália, naquele momento cruelmente assolada pelos bárbaros: "É um crime leve esquecer seus concidadãos quando vivem bem. Todavia, as desgraças públicas reclamam a fidelidade de todos; é dever de todos solidarizar-se com aqueles que têm os lares arruinados".[63] Estava convencido de que

---

[61] Cláudio Rutílio Numaciano. *De reditu suo itinerarium*.
[62] Rutílio. *Op. cit.*, I, 13-14.
[63] Rutílio. *Op. cit.*, I, 23-26.

é dever sagrado reparar os desastres de sua pátria, pelo menos o quanto isto lhe era possível, ou como ele mesmo diz, "levantar algumas cabanas para abrigar aqueles que perderam suas casas".[64] Com grande pesar parte de Roma e, como era praxe o político ser ao mesmo tempo versejador, Rutílio narra, em poesia, sua viagem de volta à Gália. Descreve com muita exatidão a natureza e os acontecimentos históricos de seu tempo. Não são, porém, esses aspectos históricos que interessam aqui e sim as passagens que suscitaram muita polêmica entre os membros dos dois "credos".

Rutílio, patriota ardente, recém-chegado a Roma, encarnou com mais ardor os afetos e ódios de seus correligionários. Amava profundamente Roma e suas tradições tanto que, quando precisou deixá-la, entoou este hino em honra de sua grandeza: "Escuta-me, rainha magnífica de um mundo submetido às tuas leis, Roma, que ocupas um lugar entre as divindades do céu".[65] Apesar das derrotas que vem sofrendo, Roma é sempre, a seu modo de ver, a *regina mundi*, a rainha do mundo,: "Teus benefícios se estendem tão longe quanto os raios do sol, até as extremidades da terra que o oceano circunda. Por ti retorna Febo cujo curso abrange o universo; seus corcéis se deitam e se levantam em teus reinos".[66]

A história do passado lhe ensina que o Império cresceu apesar dos desastres, e está convencido de que Alarico não será mais perigoso que Hanibal. Termina seu elogio a Roma anunciando novos triunfos: "Ergue tua cabeça, ó Roma, coberta de louros, e que teus cabelos brancos se disponham sobre tua fronte sagrada como a cabeleira de uma jovem deusa".[67]

---

[64] Rutílio. *Op. cit.*, I, 30.
[65] Rutílio. *Op. cit.*, I, 47-50.
[66] Rutílio. *Op. cit.*, I, 57-60.
[67] Rutílio. *Op. cit.*, I, 115-116.

Compreende-se facilmente por que este patriota exaltado, como tantos outros membros do Senado, permaneceu fiel ao antigo culto. Quando estes, de ordinário, se calavam, ele, no ardor de suas convicções, não podia deixar de falar. Ao longo do poema de setecentos versos, por três vezes, a cólera lhe escapa: ao visitar uma rica cidade, foi mal acolhido pelo administrador que não quis ser incomodado. Rutílio não lhe perdoa a infelicidade de ser judeu, pois, segundo o poeta, o judaísmo é a *radix stultitiae*, a raiz do cristianismo.[68]

Mais adiante, passando pela Calábria, toma conhecimento de que uma pequena ilha é habitada por monges. Contra eles assim se expressa: "Ao longe, surge, diante de nós, no mar, Caprária. É uma ilha repleta daqueles homens que fogem da luz. Eles mesmos se dão o nome, tirado do grego, de "monges" porque pretendem viver a sós e sem testemunhas. Fogem do gozo da fortuna porque temem suas funestas conseqüências. Tem sentido ser deliberadamente desgraçados só por medo de poder vir a sê-lo? Não é o delírio de uma mente transtornada, não poder suportar o bem por medo do mal? São prisioneiros que cercam um refúgio para expiar seus delitos? Ou um negro fel inunda seu triste coração? É assim que Homero atribui a um excesso de bílis o humor melancólico de Belerofonte, o jovem herói que, ferido pelos dardos de uma dor cruel, desprezou o gênero humano".[69]

Na tarde do quinto dia de sua viagem, Rutílio chega em Vada, porto de Volterra, onde, por motivo de uma tempestade, teve que permanecer até a manhã do dia seguinte. No trajeto de Vada a Piza avista a ilha de Górgona e uma triste

---

[68] Rutílio. *Op. cit.*, I, 381-390.

[69] Rutílio. *Op. cit.*, I, 439-452.

recordação o assalta: "Do meio das ondas surge Górgona (Urgo) entre a costa de Piza e Cirnos (Córsega). Afasto os olhos desse rochedo que me desperta triste recordação bem recente. Lá, um dos nossos concidadãos se perdeu e se sepultou vivo. Era um de meus amigos, jovem, de nobre família; sua fortuna e seu matrimônio correspondiam à sua origem. Impulsionado pela ira, abandonou os deuses e os homens, e a superstição o fez amar o exílio de vergonhosa solidão. Infeliz! Imagina que os suplícios do corpo agradam os céus; submete-se a torturas que nem sequer os deuses ofendidos lhe infligem. Pergunto agora: esta seita não é mais funesta que os piores venenos de Circe?[70] Os de Circe agiam só sobre o corpo, mas estes transformam a alma".[71]

Note-se o alcance desses impropérios: por trás da crítica aos monges, Rutílio visa o cristianismo, enquanto o monaquismo lhe parece produto natural da seita "que embrutece as almas".

b) Escritores moderados

Rutílio é o único escritor da época que se manifesta diretamente contra o cristianismo. Como ele, tantos outros alimentavam ódio contra a nova religião, porém o temor das leis não lhes permitia manifestar seus sentimentos. Nas pala-

---

[70] Circe, segundo a mitologia grega, é filha do Sol e da Oceânida Perse, do Dia e da Noite, ou do Sol e da Lua, segundo diferentes versões. Casou-se com o rei dos Sármatas, povo nômade e belicoso habitante do norte do Cáucaso. Dotada de poderes extraordinários, preparava filtros e venenos capazes de transformar os homens em animais. Cf. Grimal, Pierre. *Dictionnaire de la mythologie greque et romaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

[71] Rutílio. *Op. cit.* I, 515-526.

vras calculadas e cheias de reticências, sente-se o clamor surdo da cólera que não eram capazes de conter. Entre esses inimigos secretos do cristianismo, encontra-se Macróbio. Também ele exerce importantes funções administrativas em Roma no início do século V. Era, acima de tudo, um literato, um erudito e é bem provável que deveu sua carreira política à grande reputação literária.

Legou-nos dois trabalhos literários, diferentes quanto à forma, mas semelhantes às de Rutílio quanto ao objetivo. As obras dos dois autores estão animadas do mesmo espírito. As de Macróbio revelam um aspecto próprio da oposição discreta e dissimulada ao cristianismo; por isso merecem estudo particular.

O comentário de Macróbio sobre *O Sonho de Cipião* inspira-se nas doutrinas da escola neoplatônica, a qual, apesar de seu caráter eminentemente grego, contava com muitos seguidores em Roma. Plotino viveu nesta cidade os anos mais fecundos de sua vida, onde ensinou durante vinte anos. Teve como discípulos homens do mais alto coturno, mulheres famosas, senadores como Rogaciano que se tornou voluntariamente pobre para melhor praticar seus preceitos. Gozava de grande reputação junto ao imperador Galieno que, segundo se conta, teria tido a idéia de fundar, sob sua direção, uma cidade platônica onde habitariam somente sábios, e que serviria de modelo a todas as outras cidades do Império.

Não é sem razão que Macróbio escolheu *O Sonho de Cipião* para comentar. Trata-se de um dos relatos mais belos, religiosos e mais admiráveis que a antiguidade nos legou e do qual Cícero fez o epílogo em sua *República*. Resume nessa obra os mais elevados ensinamentos da filosofia de seu tempo sobre o mundo e Deus. Apresenta, sobretudo, ensinamentos precisos e firmes sobre a vida futura que não eram, de praxe,

apresentados nas escolas. Expõe sentimentos quase cristãos. O que impede de sê-los é que as recompensas da outra vida não se destinam a todos mas somente aos que "socorreram, salvaram e engrandeceram sua pátria",[72] restringindo-se a meras satisfações da inteligência. Os bem-aventurados contemplarão os astros, compreenderão as leis eternas do mundo, e a natureza não terá mais segredos para eles. "As almas daqueles que serviram condignamente à comunidade retornam do corpo para o céu e lá desfrutam da eterna bem-aventurança". Todavia, esse céu é um paraíso para sábios e políticos a que os pobres e humildes não têm acesso, destinado, portanto, só para aqueles a quem escrevia. Para seus interlocutores, o cristianismo se afigurava como sendo uma religião incompatível com os pressupostos naturais de toda uma cultura. Os grandes platônicos de sua época, Plotino e Porfírio, eram capazes de lhes oferecer uma visão profundamente religiosa do mundo, que brotava naturalmente de uma tradição imemorial.

Entre as passagens mais curiosas desse comentário, é preciso destacar aquela em que o autor mostra a alma descendo do céu, onde reside, para enclausurar-se no corpo que deve animar. É uma viagem pelo espaço, de astro em astro, em que perde constantemente parcelas de sua essência celeste que, por sua vez, é preenchida pelos diversos elementos da nova natureza. Questões idênticas foram propostas por Santo Agostinho quanto à natureza da alma, à visão beatifica, ao que era a alma antes de se unir ao corpo e o que virá a ser quando dele se separar. De ambas as partes, levantavam-se as mesmas questões e apresentava-se a mesma curiosidade pelo

[72] Macróbio. *Somnium Scipionis*, I, 1.

desconhecido para compreender seus mistérios. Na tentativa de desvendá-los, Macróbio recorreu aos princípios da filosofia neoplatônica.

Apesar de sua aparência científica e séria, o comentário é, no fundo, um livro de polêmica, uma obra em que o autor pretende, com o auxílio da nova filosofia, fornecer ao antigo culto aquilo que nunca fora, isto é, uma doutrina e dogmas, e dessa forma, torná-lo capaz de sustentar, de maneira menos desigual, a luta contra o inimigo. Macróbio deve ter imaginado que a bela descrição de Cícero, elucidada e completada por Plotino e seus discípulos, abriria, aos espíritos sedentos de novas idéias, as perspectivas da outra vida de que estavam tão ávidos, e que lhes poderia fornecer a certeza da imortalidade que procuravam no cristianismo.

O *Sonho de Cipião*, um tratado tão repleto de sábias especulações, era acessível apenas a uma pequena elite de gente instruída e letrada. As *Saturnais*, por sua vez, destinavam-se a público mais numeroso. Tratava-se de um livro de "Conversas imaginárias" que retratava os grandes conservadores romanos em seu apogeu, por volta de 380. A obra tem, como idéia central, o diálogo entre pessoas instruídas, por ocasião das festas de Saturno em Roma que conservavam ainda grande popularidade e eram celebradas anualmente no mês de dezembro com jogos e todo gênero de divertimentos. Macróbio imagina alguns homens sérios e pacíficos, celebrando-as à sua maneira, ou seja, reunidos durante três dias para comer juntos e discutir em comum questões filosóficas, pois "consagrar as solenidades ao estudo é honrar os deuses".[73] Nessas conversas, entretanto, podemos sentir algo mais do que o deleite

---

[73] Macróbio. *Saturnalia*, I, 1.

elegante com um passado grandioso: trata-se de uma cultura inteira correndo precipitadamente para ficar imóvel. A antiga tradição, *vetustas*, deveria ser "sempre adorada". Esses últimos pagãos ansiavam por enraizar suas crenças num passado dourado e distante, não perturbado pela ascensão do cristianismo.

Os convivas dessas refeições não são personagens imaginários, mas políticos que desempenham funções das mais elevadas. Entre eles estão alguns letrados: o orador Símaco, o retórico Eusébio o mais eloqüente dos gregos, o filósofo Eustático, o gramático Sérvio, um médico célebre, Disário, e Pretextato, o grande especialista em religião. Alguns deles eram os chefes dos pagãos no Senado. Os demais, que a eles estavam intimamente ligados pelo caráter e pelas idéias, professavam evidentemente as mesmas doutrinas. Todos eles são representantes da resistência pagã. Não se fala diretamente do cristianismo nas *Saturnais*. No entanto, seus personagens estão preocupados com questões religiosas, zelosos pelo culto tradicional, envaidecidos de seu glorioso passado e firmemente apegados aos antigos costumes.

É evidente que durante reuniões como estas em que se celebrava uma das festas mais antigas e respeitadas, e onde se tocava em tudo quanto era assunto, se falasse também no cristianismo. A essa suposição deve-se acrescentar a atitude do imperador, de proibir os sacrifícios e fechar os templos. Quando Macróbio escreveu as *Saturnais*, a religião que ele tanto glorifica estava prestes a perecer em virtude do rigor das leis que a proibiam. No entanto, ao longo de toda a exposição, nenhuma palavra revela a triste situação em que o culto se encontrava; nenhuma alusão é feita aos perigos que o paganismo enfrentava e sob os quais iria sucumbir.

O mesmo silêncio é observado por outros escritores pagãos desse tempo, dando a impressão de que todos persistiam em praticar normalmente o antigo culto. Não é certamente mero acaso que todos se omitam quanto ao nome da religião que tanto detestam. É um silêncio intencional, uma atitude propositai, a conspiração do silêncio que qualquer um poderia entender. Esse silêncio, altivo e insolente, foi a última forma de protesto encontrada pelo culto proscrito.

Aliás, esta maneira de proceder não era uma novidade em Roma pois, desde o início, a alta sociedade adotou como tática combater o cristianismo com a arma do desprezo. Quando os judeus da sinagoga de Corinto se insurgiram contra Paulo e o levaram ante o procônsul da Acaia,[74] foram pessimamente recebidos. Este limitou-se a dizer-lhes: "Se fosse na realidade uma injustiça ou verdadeiro crime, seria razoável que vos atendesse. Mas se são questões de doutrina, de nomes e da vossa Lei, isso é lá convosco. Não quero ser juiz destas coisas. E mandou-os sair do tribunal".[75]

É bem provável que os cristãos permanecessem ignorados por muito tempo se não tivessem sido supliciados por Nero ou perseguidos por outros imperadores. De modo geral, durante muitos anos, só se conhecia seu nome, e poucos se preocupavam com sua doutrina. Tácito, que escreveu meio século depois da perseguição de Nero, limitava-se a invectivar algumas injúrias contra os cristãos. Segundo ele, os cristãos constituem uma "execrável superstição... homens odiosos por seus crimes... culpados e merecedores dos últimos suplícios...".[76]

---

[74] O procônsul da Acaia era Galião, irmão de Sêneca. Vide Sêneca. *Epistola*, 104.

[75] *Atos dos Apóstolos*, 18, 14-16.

[76] Tácito. *Analium*, XV, 44.

Plínio, o jovem, magistrado e procônsul na Bitínia, em vez de condená-los suamriamente, procurou primeiro conhecê-los melhor. De espírito mais imparcial, informou-se antes junto àqueles que haviam aderido e depois abandonado o cristianismo. Pôs o imperador a par da maneira de viver e proceder dos cristãos e assim termina a sua carta: "Não encontrei neles nada de repreensível a não ser a superstição ridícula e exagerada".[77] Todavia, contrário ao que se poderia esperar, conclui que, por causa de sua inflexível obstinação, devem ser punidos.[78] Comentando esta passagem, o historiador Boissier chega à conclusão que Plínio deixou-se dominar pelos preconceitos de seu tempo e de sua nação: como homem honesto e sábio, fez a consulta, mas, como romano, condenou-os.

Celso, por sua vez, se expressa de modo bem diverso: "Suponho que não esperais que os Romanos abandonem, para abraçar a vossa fé, as suas tradições religiosas e civis, e invoquem o vosso Deus, o altíssimo ou qualquer outro nome com que o chameis, a fim de que desça do céu e combata por eles, de modo que não tenham necessidade de nenhuma outra ajuda. Porque esse mesmo Deus, segundo dizeis, tinha outrora prometido as mesmas coisas e ainda mais magníficas aos seus fiéis. Ora vedes que serviços prestou aos judeus e a vós mesmos. Aqueles, em vez do império do mundo, nem sequer tem um torrão ou um lar. E, quanto a vós, se há ainda cristãos errantes e escondidos, procuram-nos para lhes aplicar a pena capital".[79]

---

[77] Plínio. *Epistola*, X, 97.

[78] Plínio. *Espístola*, X, 97.

[79] Celso. *Contra os cristãos*, 116.

É muito fácil e cômodo julgar e condenar sumariamente uma doutrina sem antes se dar ao trabalho de estudá-la e conhecê-la. Até o final do conflito entre cristãos e pagãos, esses grandes senhores recusavam orgulhosamente ocupar-se desse "culto de bárbaros". À medida que o cristianismo se expandia e se firmava no Império, principalmente depois de haver obtido as boas graças do imperador, o desprezo não tinha mais o sentido de antes. Como qualquer outro povo, também, e de modo especial, o romano vivia de tradições e, por isso, manteve o costume do desdém por meio do silêncio; porém o que antes era menosprezo convicto, transformou-se, com o passar do tempo, em meio tático para combater o adversário.

Tem-se a impressão de que Macróbio, silenciando sobre o cristianismo, quis persuadir seus leitores de que tudo continuava como antes, e com aquilo que estava acontecendo não valia a pena preocupar-se. Omitindo-se, quis convencer que a vitória dessa nova religião não era mais que aparente, sem maiores conseqüências e sem futuro, e que tudo retomaria em breve seu curso normal.

3 — Os líderes pagãos do Senado

Os chefes da antiga religião, restringindo seus esforços aos estreitos limites dos interesses puramente terrenos, fomentavam a indiferença religiosa. Muitos homens ilustres permaneciam fiéis ao culto tradicional só pelo fato de nele haverem nascido e se criado, e não viam razões para mudar de religião. Os cristãos atacavam os princípios e costumes da religião, e seus seguidores, sem argumentos suficientemente convincentes para defendê-la, optavam pelo silêncio.

Quando aconteceu o último grande embate entre os dois grupos em confronto, havia claras divergências entre os adep-

tos da religião tradicional: uns eram mais devotados ao ideal religioso e outros de propensão puramente política. Queremos caracterizar os três mais dignos representantes desses amigos dos deuses.

a) Vécio Agório Pretextato

O primeiro grande luminar da religião pagã que, durante o reinado de Valentiniano II, exerceu incontestável influência, chamava-se Vécio Agório Pretextato. Os historiadores calculam que nasceu durante o governo de Constantino.[80] O imperador Juliano, que conhecia seu zelo pelo paganismo, nomeou-o procônsul da Acaia. No tempo de Valentiniano, valendo-se da influência junto a este imperador, obteve a permissão de se celebrar novamente os mistérios de Elêusis, cujas práticas haviam sido proibidas por imperadores precedentes bem como pelo próprio Valentiniano.[81] Entre os membros da liderança pagã ocupava um dos primeiros lugares: assim o testemunha Macróbio pelo destaque com que é tratado nas *Saturnais*. Na sua casa reuniam-se os mais ilustres senhores de Roma sob sua presidência e direção. Ninguém melhor do que ele, conhecia a razão dos costumes religiosos; todos escutavam com respeito as explicações que prestava, por ser grande conhecedor e intérprete do paganismo, o *princeps religiosorum*, o *sacrorum omnium praesul*, como diz Macróbio.[82] Foi, durante muitos anos, o representante infatigável dos interesses do antigo culto. Beugnot admite que, quando o imperador Graciano recusou o sumo pontificado, Pretextato te-

---

[80] Segundo alguns autores, Pretextato nasceu por volta de 325 e morreu no fim de 384 ou início de 385.

[81] Boissier, G. *Op. cit.*, t. II, p. 278.

[82] Macróbio. *Saturnalia*, I, 17.

ria assumido este importante cargo.[83] Em torno dele, reunia-se aquela plêiade de cidadãos que via com grande pesar a destruição dos costumes nacionais. Boa parte da correspondência de Símaco é dirigida a esse amigo íntimo.[84] Tais cartas refletem a simpatia e a admiração que todos sentiam por Pretextato. Disso é testemunha Macróbio: "Quando Pretextato terminou de falar, todos os ouvintes, de semblante imóvel, traíam com seu silêncio o reconhecimento que por ele alimentavam. Em seguida, começaram a louvá-lo: um sua ciência, outro sua memória, todos celebravam sua piedade. Afirmavam ser o depositário dos segredos dos deuses; que somente ele seria capaz, pelo poder de seu espírito e encanto de sua eloqüência, de compreender e tornar compreensíveis as coisas divinas.[85] Como o depoimento que saiu da pena de Macróbio foi escrito muito tempo depois da morte de Pretextato, aufere-se que seu prestígio era conseqüência do esplendor de sua vida pois o pontífice não publicou nenhuma obra.

Pretextato exerceu muitas magistraturas políticas. Além de procônsul da Acaia, foi enviado sete vezes, pelo Senado, aos imperadores, e numa dessas missões, como já foi frisado, obteve de Valentiniano a permissão para a celebração dos mistérios de Elêusis. Os áugures não tinham ninguém melhor que ele para assumir a defesa de seus interesses, pois o próprio Pretextato dedicava-se a essa arte.[86]

Durante o consulado de Valentiniano II, em 387, Pretextato foi homenageado com uma estátua e a inscrição

---

[83] Beugnot. A. *Op. cit.*, t. I, p. 442.

[84] Símaco. *Epistola*, I, 44-45.

[85] Macróbio. *Saturnalia*, I, 24.

[86] Símaco. *Epistola*, 1, 51.

gravada no pedestal lembrava suas funções políticas e religiosas: *Pontifex Vestae, Pontifex Solis, Quindecemvir, Augur, Tauroboliatus, Neocorus, Hierofanta et Pater Sacrorum.*[87] Pretextato era *Pontifex major* e, pode-se dizer, reunia, sob sua direção, todas as honras e funções sacerdotais. As dignidades gregas de Hierofante e de Neócoro, que recebeu provavelmente quando exercia o consulado na Acaia, mostram que não pertencia à classe de pagãos cuja piedade reprovava a não distinção entre pontificados estrangeiros e pontificados nacionais.

Nomeado prefeito do pretório da Itália, em 384, dirigiu-se a Roma onde entrou solenemente, acompanhado pelos magistrados; subindo ao Capitólio como triunfador, pronunciou, em presença do Senado e do povo, comovente discurso, exortando os cidadãos a alimentarem grande amor e respeito pelo príncipe Valentiniano II.[88] Para o ano seguinte, foi designado cônsul, mas morreu antes de tomar posse. A morte de Pretextato fez Roma mergulhar numa grande aflição. O povo, que estava no teatro quando se espalhou a funesta notícia, saiu, consternado, pelas ruas, gritando de tristeza e dor.[89] Tal era a veneração dos romanos por esse eminente defensor das instituições nacionais. Sua esposa teria declarado que Pretextato foi arrebatado aos céus e estabelecido *in lactei coeli palatio.*[90] Aliás, a imortalidade na Via Láctea, aos homens que agissem com correção dentro do estilo tradicional, era uma crença generalizada entre os pagãos. Símaco, prefeito de Roma

---

[87] Donati. *Ad novum thesaurum veterarum inscriptionum Maratori supplementum*, t. I, p. 72, n. 2.

[88] Beugnot, A. *Op. cit.*, t. I, p. 445.

[89] Símaco. *Epistola*, X, 10 e 24.

[90] Jerônimo. *Epistola*, IV, 56.

nessa ocasião, mergulhou num profundo abatimento ao saber que morrera seu mestre e amigo, aquele com quem partilhava suas preocupações e esperanças e cujas virtudes espargiam tanto esplendor sobre a religião nacional. Renunciando às funções de prefeito, dirige-se a Valentiniano e Teodósio nestes termos: "Quisera transmitir-vos somente notícias agradáveis, mas o dever do cargo exige que leve ao vosso conhecimento algumas notícias tristes. Vosso Pretextato, esse homem investido de tantas honras, o esteio das antigas virtudes, luminar de grandes qualidades públicas e particulares, a morte cruel acaba de arrebatar. Quanto será difícil para vossa majestade, que não quer chamar ao exercício das funções públicas senão os mais dignos cidadãos, encontrar um substituto que a ele se assemelhe. Pretextato deixa atrás de si o exemplo de um amor sincero à República e a dor que fere o coração dos cidadãos gratos. Logo que a triste notícia de sua morte se espalhou em Roma, o povo abandonou os solenes divertimentos do teatro e manifestou com clamores o quanto a memória de Pretextato lhe era cara, acusando o destino cruel de lhe haver arrebatado os benefícios dos piedosos imperadores. Parece não ser verdade, mas Pretextato não existe mais. Para mim, que era seu confidente e amigo, peço repouso como remédio. Silencio sobre outros assuntos que são motivo para não mais suportar a prefeitura. A perda do amigo, que tanto sinto, justifica suficientemente o meu pedido".[91]

Mais tarde, escreve novamente nesses termos: "Ainda que Vécio Pretextato não exista mais, continua, no entanto, vivo na memória e no amor de todos os cidadãos. O Senado, desolado pela perda de que é acometido, procura consolo nas hon-

---

[91] Símaco. *Epistola*, X, 10 (ano de 384).

ras que quer tributar à sua virtude. Suplica à vossa divindade que perpetue à posteridade por meio de estátuas os traços desse homem que foi objeto de admiração em nosso tempo. Não que Pretextato se tenha jamais envolvido nas honras terrestres, ele que durante sua vida experimentou tanto desprezo pelas alegrias externas, mas porque as honras tributadas aos bons cidadãos levam a imitar, e porque uma virtuosa emulação se alimenta com o espetáculo das recompensas concedidas a outro... É justo que os traços daquele que viveu em todos os corações estejam sempre diante dos olhos dos cidadãos. Ele foi superior às suas dignidades, indulgente para com os outros, severo para consigo mesmo, simples com a nobreza, respeitado sem inspirar medo. Quando recebia algum bem em herança, entregava-o aos legítimos herdeiros do defunto. A prosperidade não o corrompeu; não era insensível à desgraça alheia; jamais foi visto ostentar falsa magnificência, ele que palmilhou com tristeza o caminho do poder; ele com quem ninguém pôde igualar em eqüidade. Deveria, gostaria de dizer-vos mais, porém é preciso tudo reservar para o testemunho que Vossa Clemência prestará à sua memória. O louvor é mais belo quando procede da divindade...[92]

Os imperadores, longe de contestar tão magníficos elogios tributados com tanta pompa ao adversário mais notável de sua religião, apressaram-se em autorizar o que o Senado solicitava: duas estátuas foram erigidas em honra a Pretextato.

As vestais quiseram honrá-lo com uma terceira, mas tal desejo estava em oposição aos tradicionais costumes, pois a pureza que devia proteger e defender as sacerdotisas de Vesta não permitia que rendessem semelhante homenagem a um

---

[92] Símaco, *Epistola*, X, 12 (ano de 384).

homem, fosse qual fosse a reverência. Símaco e outros pontífices se opuseram ao projeto das Vestais; mas o tempo em que tais infrações ao direito pontifical podia trazer conseqüências, havia passado. Além do mais, tratava-se menos de conceder a uma virtude ilustre nova glória, que tornar mais sensível aos cristãos um ato que os feria profundamente.[93] Existe a inscrição da estátua que a viúva de Pretextato fez erigir em honra à *Coelia Concordia,* representando as virgens de Vesta, em reconhecimento ao gesto de ela haver erigido uma antes em honra de seu marido.[94]

Pretextato havia unido à sua sorte Fábia Acônia Paulina, filha de Fábio Acônio Catulino Filomático, cônsul em 349. Esta mulher não era menos zelosa que seu marido na defesa da antiga religião. Acompanhou Pretextato em sua missão à Grécia onde foi investida de muitas dignidades religiosas as quais fez perpetuar na memória das gerações gravando-as em monumentos. Uma inscrição encontrada em Benevento mostra que ela havia sido iniciada nos templos de Elêusis, de Lerna e de Egina, nos mistérios de Baco, de Ceres e de Cora; que ela era hierofante de Hécate, sacerdotisa de Isis, e que, enfim, havia recebido o taurobólio. No monumento em honra dos esposos, Pretextato rende pomposa homenagem à pureza, à sabedoria e à piedade de Acônia; ele a chama de *dicata templis* e *amica numinum*.[95] Pretextato podia, sem dúvida, gloriar-se das honras sacerdotais concedidas à sua esposa, pois fora ele quem a havia iniciado no respeito para com as coisas divinas e preparado para cumprir entre as mulheres romanas o papel que ele mesmo desempenhava entre os patrícios.

---

[93] Beugnot, A. *Op. cit.*, t. I, p. 448.

[94] *Corpus Inscriptionum Latinarum*, t. VI/1, 2145.

[95] Beugnot, A. *Op. cit.*, t. I, p. 449.

Esse concerto de elogios recíprocos, esses arroubos de piedade sugerem que para a posteridade pagã existia no coração dessas duas pessoas um verdadeiro sentimento de piedade que os triunfos do cristianismo não foram capazes de esmorecer. Repetimos: a verdadeira convicção religiosa era rara entre os pagãos do ocidente; e não é indiferente encontrá-la viva, manifesta e mesmo prenhe de entusiasmo num homem que, colocado numa situação tão eminente, dava o exemplo a seus concidadãos.

Do lado dos cristãos as expressões eram bem diferentes. São Jerônimo chama-o de *miserabilis* e de *sacrilegus homo*,[96] coloca-o não no céu, mas *in sordentibus tenebris*,[97] e Acônia não é para ele mais que uma infeliz. Afirma que Pretextato teria tido a ironia de dizer, em tom de deboche, ao papa Dâmaso: "Fazei-me bispo de Roma e imediatamente me tornarei cristão".[98] O caráter de Pretextato, todavia, era sério demais para semelhante provocação. Provavelmente essa afirmação é uma das maledicências que nesse tempo de paixão, cada grupo se julgava no direito de divulgar contra os representantes do partido oposto.

b) Quinto Aurélio Símaco

O legado espiritual e religioso de Pretextato passou para o senador Símaco pois os romanos tributavam o mesmo respeito aos dois homens que se assemelhavam em muitos aspectos.

---

[96] Jerônimo, *Epistola*, I, 662.

[97] Jerônimo, *Contra Iohanem Hierosolymitanum*, 1, 99.

[98] Ibidem.

Símaco (*340–†402) era filho de Lúcio Aurélio Aviano Símaco, personagem que havia exercido altas funções públicas, que pertencera ao colégio dos pontífices maiores, e cujos longos e honrosos serviços haviam sido recompensados com duas estátuas erigidas, segundo o costume, uma em Roma e outra em Constantinopla.[99] Lúcio Aurélio, tendo sido enviado pelo Senado como embaixador junto ao imperador Constâncio que então, isto é, em 360, se encontrava em Antioquia, conheceu nessa cidade o ilustre Libânio, a quem confiou seu filho a fim de formá-lo na eloqüência e, certamente também, confirmá-lo nas idéias pagãs. Esta circunstância, que os biógrafos de Símaco geralmente não tomam em consideração, exerceu grande influência no caráter desse senador pagão.[100]

Símaco contraiu, no seu relacionamento estreito com o chefe dos sofistas do Oriente, o hábito de considerar o paganismo sob um aspecto completamente diferente daquele sob o qual era apresentado em Roma. Retornou à sua pátria convencido de que existia no seio das doutrinas pagãs um princípio suficientemente forte, capaz de salvar a antiga tradição; os interesses políticos, por sua vez, poderosos a seu modo de ver, não o eram, na verdade, tanto a ponto de prevalecer sobre as idéias religiosas. Mesmo que seus amigos e parentes mostrassem pouco interesse pelas cerimônias sacras, ainda que visse o pontificado cair pouco a pouco em descrédito, ele conservava as convicções que havia adquirido na Ásia e se empenhava em transmiti-las à alma de seus concidadãos. A piedade de Símaco era ativa, persistente, refletida e inflexível.

---

[99] Boissier, G. *Op. cit.*, t. II, p. 267-268; Callu, F. P. *Simaque*, Lettres, t. I, introduction, Paris: Belles Lettres, 1972, p. 8-9.

[100] Beugnot, A. *Op. cit.*, t. I, p. 451; Callu, J. P. *Op. cit.*, p. 9.

Nas inscrições dos monumentos, toma apenas a simples qualificação de *Pontifex major*,[101] e as crenças de Mitra e da Mãe dos Deuses parece não terem recebido suas homenagens. Ainda que o caráter desse patrício não tenha sido um tipo mas uma exceção, é, no entanto, curioso estudá-lo, pois assumiu a defesa da religião moribunda com o mesmo zelo que aqueles que contribuíram para a formação da mesma.

Símaco identifica-se pelo zelo da religião que seus antepassados haviam praticado e transmitido. O que o atraía ao antigo culto é que em tudo amava o passado; os antigos costumes lhe eram igualmente caros e desejava que nada fosse modificado. Celebrava com perfeita regularidade as cerimônias do culto, e acreditava sinceramente que a salvação de Roma dependia dos sacrifícios que se ofereciam aos deuses.[102] Quando ficou sabendo que os exércitos romanos haviam sido vencidos, que os germanos penetravam na Gália e que os godos invadiam o Oriente, persuadiu-se de que isto acontecia só porque não haviam sido imolados alguns bois a Júpiter. "Deuses da pátria, exclamava, perdoai as negligências nas funções sacras".[103]

Símaco era a alma do colégio dos pontífices e, ainda que lançado num momento oportuno na agitação da vida política, sempre deu preferência às funções religiosas. Censurava Pretextato, a seu ver algumas vezes negligente; infelizmente este não era o único culpado; também Flaviano foi inúmeras vezes objeto das benévolas repreensões do zeloso pontífice: "As cerimônias aos deuses e as festas exigidas pela divindade

---

[101] Reinesius. *Syntagma inscriptionum antiquarum a Grutero omissarum*. Lipsiae, 1682, in-fol., p. 399.

[102] Boissier, G. *Op. cit.*, t. II, p. 269-270.

[103] Símaco. *Epistola*, II, 7.

nos são conhecidas. Tu queres que te substitua; sabes como é costume delegar nas funções sacras; tu me impões as obrigações do cargo: aproveita o justo descanso. Nós nos conformaremos às tuas ordens; mas lembra-te que, depois das festas, compartilharemos com teu lazer, e aqueles a quem terás tanto fatigado se associarão ao teu jejum".[104] Em outra passagem lhe diz: "Julguei que com tua presença ornarias a festa da Mãe dos Deuses. Insistes com teus amigos que se unam a ti e voltas as costas a nós e à pátria".[105]

Comunica com alegria a Pretextato que serão prestadas honras extraordinárias aos deuses: "Assuma a direção das coisas importantes. Meu irmão advertido executará melhor aquilo que é solicitado. Os pontífices decidiram que, para garantir a segurança dos cidadãos, daremos testemunho público de nosso respeito para com os deuses. A benevolência divina se perde quando não se a entretém mais com o culto. Os deuses serão honrados de uma maneira infinitamente mais pomposa que de costume".[106]

Assim era Símaco. Uma cerimônia sua, de um culto celebrado com magnificência, fazia-lhe esquecer todos os males que então ameaçavam a pátria. Qualquer pontífice, dos melhores tempos da república, certamente não teria falado com tanta preocupação dos maus resultados de um sacrifício que deixou de ser oferecido. Comunica a Pretextato: "Estou profundamente aflito porque depois de inúmeros sacrifícios, o funesto presságio que acometeu Espoleto ainda não foi expiado publicamente. Apenas Júpiter mostrou-se favorável com a oitava imolação. [...] Conclua daí em que estado nós estamos.

---

[104] Símaco. *Epistola*, II, 53.
[105] Símaco. *Epistola*, II, 34.
[106] Símaco. *Epistola*, I, 40.

Trata-se de convocar agora os colegas para uma assembléia. Agirei de sorte que tu saberás se terão descoberto algum remédio divino".[107]

Uma festa, um sacrifício, uma reunião do colégio pontifical eram acontecimentos importantes na vida de Símaco. O homem político desaparece diante do pontífice: um é triste, abatido, desanimado, o outro é quase sempre tomado de piedoso zelo. Muitas vezes a indiferença, outras tantas o desânimo dos pagãos provocavam grande aflição em sua alma. Numa carta a Pretextato deixa transparecer essa tristeza e esse desgosto, sentimentos muito normais num homem cujo espírito era capaz de perceber que o Império Romano não estava longe do abismo. "Nós tínhamos decidido permanecer ainda algum tempo fora da cidade, mas, um enviado da pátria agonizante fez mudar nossos planos. Minha segurança nas adversidades comuns seria inexplicável. A administração do sacro pontificado exige minha dedicação durante o mês indicado. Não suporto a idéia de me fazer substituir por um colega numa época em que os pontífices se mostram tão negligentes. A delegação nas coisas santas não teria inconvenientes em outros tempos. Agora, distanciar-se dos altares é meio de fazer a corte".[108] Esta última frase é importante pois retrata, numa só pincelada, o espírito religioso da facção pagã.

Os pontífices maiores tinham jurisdição sobre os pontífices de segunda ordem, e, particularmente, sobre as virgens de Vesta, sacerdotisas *ingenuae et clarissimae*. Símaco zelava por elas com uma ternura paternal que via, pouco a pouco,

---

[107] Símaco. *Epistola*, I, 43.
[108] Símaco. *Epistola*, I, 45.

diminuir o número de suas filhas. Aconselhava-as, orava por elas, admoestava-as para que mantivessem o respeito público. Opôs-se ao projeto de erigir uma estátua em homenagem a seu grande amigo Pretextato; em nome das santas tradições, fez calar a voz da amizade. Sobre esse assunto, escreve a seu confidente, Flaviano, pagão sincero mas pontífice negligente, ao deixar a província: "não se faz, não se diz aqui nada que um espírito e um coração sincero possam aprovar; seja qual for a situação reinante, se estivesses em Roma e nos prestássemos auxílio mútuo, nós a tornaríamos melhor. No momento estou sozinho, enfrentando os graves ataques desfechados contra tudo: citarei um exemplo donde concluirás facilmente o resto. As virgens sacerdotisas de Vesta, propondo-se erigir uma estátua a nosso Pretextato, consultaram os pontífices. Estes, antes de examinarem o que se devia ao supremo sacerdócio, ao costume antigo e às circunstâncias presentes, decidiram, apesar do pequeno número dos que seguiam meu conselho, que o projeto das Vestais fosse aprovado. Eu sustentava que as honras tributadas pelas virgens a esse homem eram contrárias à honestidade, pois não haviam sido concedidas nem a Numa, o fundador de nosso culto, nem a Metelo, seu conservador, nem aos soberanos pontífices. Calei-me, com receio de que os adversários de nossa religião tirassem proveito de nosso desentendimento. Escrevi àqueles que comigo consideram inusitado esse ato, dizendo-lhes que este é um exemplo a ser evitado, porque uma homenagem bem intencionada poderá mais tarde ser concedida por bajulação a homens que não sejam dignos".[109]

Símaco devotava piedoso respeito pelas virgens de Vesta. Todavia, causavam-lhe também grandes dissabores. Na qua-

---

[109] Símaco. *Epistola*, II, 36.

lidade de sumo pontífice, tinha o dever de vigiá-las e mantinha-as sob sua custódia. Certo dia, quando soube que uma delas, da cidade de Alba, havia transgredido o voto, dirigiu-se imediatamente, em nome do colégio dos pontífices, ao prefeito de Roma para requerer a aplicação das devidas penas à culpada.[110] Primigênia, a incestuosa, não foi a única sacerdotisa de Vesta a sofrer sob a penosa regra a que as virgens estavam submissas. Para outra, que se suspeitava culpada, escreve Símaco: "Os boatos não confirmados não têm qualquer valor. Não permito que se fale superficialmente diante de mim da honra das Vestais. Como pontífice e senador, acato somente os fatos comprovados. Há quem queira que abandones o culto de Vesta antes da época fixada por lei: não creio em boato público. Espero que tenhas falado, que tenhas confirmado ou desmentido o que dizem de ti".[111]

A situação de Símaco era extremamente penosa porque havia poucas pessoas ativamente fiéis ao culto tradicional com quem pudesse partilhar suas preocupações pelo culto sagrado. Totalmente absorvido na sustentação da luta contra o cristianismo, não pôde contar com o apoio de seus amigos e colegas de profissão, que na maioria olhavam com indiferença seus esforços quase sempre infrutíferos.

Por outro lado, havia também divergências entre a corte imperial e a administração pública da capital. Esse desajuste, que cada grupo procurava encobrir, ocorria, às vezes, por motivos insignificantes; porém, como o poder estava nas mãos sólidas da aristocracia, as disposições incômodas dos imperadores produziam poucos efeitos.[112]

---

[110] Símaco. *Epistola*, IX, 118.

[111] Símaco. *Epistola*, IX, 119.

[112] Beugnot, A. *Op. cit.*, t. I, p. 464.

A correspondência de Símaco indica que estava em contato permanente com todos os homens poderosos de sua época. A maior parte de suas cartas é endereçada a Estilicão, Ricômero, Bauto, Ausônio, Drepânio, Flaviano, Protádio, Minérvio, Florentino, entre outros. Depois de Pretextato, Flaviano e Ausônio foram os que mais influência exerceram sobre ele. Teve quatro irmãos, entre os quais estimava particularmente Celsino Ticiano que era pontífice e áugure.[113] Foi a este irmão que, ao recomendar um bispo da África, chamado Clemente, dizia: *Commendari a me Episcopum forte mireris. Causa istud non secta persuasit.*[114] Sua correspondência não contém nenhum ataque direto aos cristãos. Parece que se impôs extrema reserva nesse assunto irritante o que, de alguma forma, chega a ser surpreendente, quando se considera que a maior parte de suas cartas era dirigida àquelas pessoas com quem simpatizava abertamente.

Símaco era do pequeno número dos romanos que estava em comunhão constante com os retóricos e sofistas da Ásia; suas idéias sobre a situação geral do paganismo eram, por isso, bem mais amplas do que as da maioria de seus compatriotas. Seu relacionamento com os sofistas datava da época em que seu pai o havia levado para Antioquia e entregue aos cuidados de Libânio. O tempo e os infortúnios do paganismo haviam estreitado os laços que o uniam a esse homem que, entre outras raras qualidades, possuía a de fazer nascer no coração do discípulo o sentimento do mais vivo reconhecimento. A distinção entre mestre e discípulo deu entre Libânio e Símaco lugar à intimidade e confiança para unir dois ho-

---

[113] Símaco. *Epistola*, I, 63.

[114] Símaco, *Epistola*, I, 69.

mens preocupados com as mesmas idéias e a quem os mesmos acontecimentos entristeciam ou alegravam.[115]

Todavia, a amizade entre ambos e a aparente semelhança nas situações em que se encontravam, não deve levar à conclusão de que não houvesse divergências contrastantes entre os dois personagens. Libânio falava das instituições romanas mais ou menos como os demais romanos; divinizava a cidade eterna. Mas, para ele, essa espécie de apoteose seria mais uma fórmula de linguagem do que uma crença sincera. Exaltava os luminares e a sabedoria do Senado, mas esse nobre corpo era para ele simplesmente um dos elementos da constituição política, e parece ter ignorado que a aristocracia foi durante todo o quarto século o único esteio sólido para as crenças pagãs. Para ele, enfim, o paganismo se apresentava sem mescla de interesses ou preconceitos políticos. Empenhava-se na sua defesa, não porque essa religião fosse antiga e por esse motivo venerável, não porque detestasse as transformações, mas porque acreditava realmente na superioridade do culto nacional em relação ao culto cristão e porque via nas tradições gregas a fonte inesgotável dos belos e grandiosos pensamentos. Símaco, durante sua permanência em Antioquia, foi influenciado por todas essas idéias; mas de volta à sua pátria, no turbilhão dos afazeres públicos, sentiu-se forçado a misturar seus princípios religiosos com as idéias políticas para poder ser entendido por seus concidadãos.

Há uma oposição ainda mais acentuada na atuação desses dois personagens: Símaco poderoso no Senado, era reverenciado por todos os pagãos da capital; como membro influente e ativo do colégio dos pontífices maiores tinha sob

---

[115] Libânio. *Epistola*, 923.

seus cuidados os afazeres religiosos no âmbito da prefeitura da cidade. Por outro lado, não mantinha nenhum relacionamento ou compromisso com os pagãos das províncias; estes ignoravam o que se passava em Roma. Combatia na sede do paganismo, lá onde devia ser decidida a vitória. No entanto, não recebeu nenhum reforço ou apoio das províncias.

Libânio, ao contrário, exercia influência nas províncias da Ásia. Seus numerosos discípulos, espalhados na Grécia, no Egito ou na Síria, recebiam dele inspirações, planos de combate e até fórmulas de se expressar.

Símaco era o eco de um grupo político pertinaz, preocupado com a sobrevivência dos costumes ancestrais, pouco diplomata e pouco hábil na arte de defender sua própria causa. Libânio, por sua vez, comandava um grupo ativo, buliçoso, loquaz que, pela natureza de sua organização, parecia ser a única força capaz de combater com sucesso os esforços do clero cristão.

Conhecemos suficientemente Símaco. Perseguido por terríveis decepções, reduzido a alimentar-se de ilusões, transformado, por sua piedade rígida e irrequieta, em censor fatigante para seu próprio partido, ensina-nos o quanto é triste a sorte dos homens que dedicam suas forças e seus talentos a serviço de uma crença sem futuro.

c) Vírio Nicômaco Flaviano

Depois de Pretextato e Símaco, o personagem que maior influência exerceu no grupo pagão foi Vírio Nicômaco Flaviano. Manteve-se tão fiel às aspirações de seu pai Murrano Vírio Venusto quanto seu filho Nicômaco às suas. O amor ao culto nacional era tradição nessa família que, apesar de sua oposição declarada aos interesses da corte imperial, não dei-

xou de exercer, durante todo o quarto século, ativa e constante influência na política do Ocidente.

Nicômaco Flaviano era o verdadeiro chefe dos pagãos. Como Pretextato e Símaco, estava ligado ao antigo culto; porém, suas decisões não tinham, em absoluto, o mesmo caráter. Primeiramente, porque não lhe interessavam todos os deuses. O único título que recebeu nos monumentos erigidos em sua honra foi o de membro do Colégio dos Pontífices. Seu caráter também não parece ter sido tão diligente quanto o de seus dois companheiros. Gaston Boissier, analisando o caráter religioso de Flaviano, diz que era mais supersticioso que devoto.[116]

Os pontífices serviam aos deuses por turno. Flaviano era negligente no desempenho das funções de pontífice: quando ausente de Roma, fazia-se esperar ou, então, representar por alguém.[117] Nos dias de festa em que o jejum era de rigor, contratava alguém para jejuar em seu lugar.[118] Se as cartas de Símaco fossem mais francas, mais íntimas, mais que simples troca de gentilezas e de cumprimentos, conheceríamos Flaviano a fundo, pois é um de seus correspondentes mais familiares. Como todos os grandes ambiciosos fracassados de Roma, Flaviano fala dos prazeres do retiro, dos encantos do campo. Recusa-se a voltar a Roma quando lho rogam; anuncia que está decidido a retirar-se dos negócios públicos.[119] Flaviano era, na verdade, um descontente. Concebeu, talvez, grandes idéias e alimentou grandes esperanças que, por um motivo ou outro, não conseguiu realizar.

---

[116] Boissier, G. *Op. cit.*, t. II, p. 281.

[117] Símaco. *Epistola*, II, 50.

[118] Símaco. *Epistola*, II, 53.

[119] Símaco. *Epistola*, II, 18.

Macróbio faz menção a Flaviano; e, apesar de esse ardente defensor dos ídolos ter sido vencido e morto em combate contra Teodósio, honra sua memória com os seguintes termos pomposos: "Flaviano sobrepujava seu próprio pai Venusto tanto no decoro de seus costumes e na seriedade de sua vida, quanto pela simplicidade de sua profunda erudição".[120] Ninguém lhe dedicou apologia mais longa e mais viva que Símaco. Às vezes, chama-o de filho ou então amigo do meu peito (*pectoris mei dominus*).[121]

Flaviano entrou em momento oportuno na vida pública, e alcançou mais que seu amigo. Durante o reinado de Graciano, foi governador na Sicília e os cristãos, certamente, não viram com bons olhos essa nomeação. A seguir, encontramo-lo vigário da África, qüestor do palácio, prefeito da Itália e da Ilíria; enfim, como termo de sua ascensão, Eugênio o elevou ao consulado. Parece que no tempo da revolta de Máximo ou talvez antes, renunciou à vida política para dedicar-se ao estudo, logrando grande progresso. De fato, o filho de Símaco, casado com a filha mais moça da Flaviano, honrando-o com um monumento, qualifica-o na inscrição de *historicus disertissimus*.[122] O segundo livro de Símaco, repleto de cartas endereçadas a Flaviano, mostra que esse patrício era homem ativo, empreendedor, muito pouco preocupado com as cerimônias do antigo culto, apesar de membro do Colégio dos Pontífices Maiores, e mais ocupado com o triunfo dos interesses políticos de seu partido que com a defesa das bases desgastadas do paganismo. Nesse aspecto, assemelha-se pouco ao seu amigo, mas representa melhor que ele o espírito e o caráter geral dos pagãos do Ocidente.

---

[120] Macróbio. *Saturnalia*, I, 5.

[121] Símaco. *Epistola*, III, 86 (da carta a Rufino. Ano de 382-383).

[122] Reinesius. *Op. cit.*, p. 441, nº 92.

Para ser mais completa a lista dos chefes do grupo tradicional, deveríamos citar os nomes de quase todos os personagens com quem Símaco manteve correspondência. No entanto, poderia tornar-se longa e ofereceria pouco interesse, pois existe reduzido número de documentos sobre a época em questão. Além do mais, seria impossível, citando simplesmente o nome de algum pagão célebre e poderoso, indicar a participação efetiva desse personagem na polêmica travada em defesa da religião tradicional. Por outro lado, os personagens pagãos, dos quais tomamos conhecimento aqui, são suficientes por si mesmos para caracterizar as diferentes correntes de idéias que, sem causar divisão, existiam no seio da facção tradicional.

Pretextato representa a influência do patriciado no que tinha de mais elevado e mais nobre. Vivia ele cercado não só de uma multidão de clientes, de libertos e de escravos, mas da população da Urbe em geral. Exercia, ali, poder praticamente igual ao do imperador – não legal mas de fato. A grande popularidade de que gozava não era conseqüência somente da posição social: sucede que Pretextato exercia com honra funções importantes. Muitos outros senadores lhe eram iguais, seja pela antiguidade da família, seja pelas grandes riquezas, mas é preciso buscar alhures a origem dessa popularidade extraordinária. Beugnot pretende que os princípios religiosos de Pretextato eram, se não a única, pelo menos a principal fonte do poder e influência sobre seus concidadãos. Após a fundação de Constantinopla, Roma ficara reduzida a simples cidade, onde a opinião pública anticristã podia desenvolver-se livremente. Pretextato, encarnando a situação dos pagãos que tiveram seus sentimentos feridos pelos imperadores cristãos, devia naturalmente subir a um grau de popularidade ao qual há muito tempo ninguém havia chegado em Roma. Seu

caráter é, pois, o de um chefe eminente da oposição aos cristãos de Roma. Percebe-se que nesse caráter havia muito de pessoal, fruto das circunstâncias da época. Para seus contemporâneos, é pouco provável que houvesse outro patrício tão hábil quanto ele, capaz de cativá-los e dirigi-los.

Símaco veio a ser o depositário das esperanças e sofrimentos do grupo pagão. Foi ele capaz de preencher o vazio deixado por Pretextato? Tudo leva a crer que não, porquanto a morte desse homem contribuiu sensivelmente para o ocaso de uma religião, cuja situação estava, a nosso ver, no último grau de fraqueza a que um sistema religioso possa chegar.

Pondo de lado Pretextato, que constitui verdadeira exceção, tentemos caracterizar agora os pagãos que Símaco representava.

A convicção e o interesse pessoal são princípios dos quais se servem os grupos religiosos ou partidos políticos para se firmar, fortificar, expandir ou resistir. Nos partidos políticos, prevalece, em geral, o interesse pessoal, enquanto que nas ideologias religiosas, a convicção parece ser o primeiro móvel. Esses motivos são geralmente constantes e comuns; contudo, não podem ser aplicados aos chefes dos pagãos, para quem a religião não passava de um motivo simulado. A aristocracia não se cansava de falar de sua veneração pelos deuses, da fé no seu poder. Fingia chorar sobre os altares desolados, mas na realidade vivia preocupada com o perigo que ameaçava seus próprios interesses. Não devemos, no entanto, generalizar: havia, no Império, homens de profunda convicção pagã. Habitantes dos campos e das cidades, notadamente os de condição mais humilde, demonstravam fidelidade aos deuses sem segundas intenções. Suas queixas não ressoavam tão forte quanto as da aristocracia; não se envaideciam a todo o instante da glória do passado e do respeito tributado à grandeza de Roma. Mas, sua dor era viva e profunda. Diante do cristianismo triunfante e da indiferença disseminada den-

tro do paganismo, esperavam reavivar a fé nos altares dos deuses. Símaco é a mais digna personificação desse grupo de verdadeiros pagãos. Por sua reta intenção, sua integridade e seu talento, mereceu que os cristãos lamentassem não tê-lo entre seus membros.[123]

Flaviano, homem ambicioso, ativo, empreendedor, instigador de revoltas, negligente no desempenho de suas funções religiosas, detrator irônico das novas idéias, inimigo obstinado de Teodósio, pereceu em combate no comando de um exército pagão. Representava a imagem viva do interesse aristocrático, tal qual aparece no século IV.

Por fim, existia no paganismo um terceiro elemento, independente dos dois anteriores, que exercia notável influência no espírito dos homens esclarecidos da antiga religião: os filósofos, os retóricos, os sofistas. Todos esses pretensos reformadores das doutrinas de Platão eram homens de crédito e estima em toda Ásia, conquanto no Ocidente, sua influência e autoridade fossem menores. No entanto, os professores que lecionavam nas escolas de Roma, Milão, Bordéus, Tréveris,Toulouse, Narbona e outros centros, sob o pretexto de ensinar as letras clássicas, de explicar Homero ou Hesíodo, Aristóteles ou Platão, empenhavam-se em incutir nos espíritos jovens as idéias favoráveis ao antigo culto. Grande parte desse professores era simpatizante dos sofistas gregos e primava, como estes, na arte de conciliar com as idéias, os gostos e a educação de seus discípulos, os sistemas filosóficos os mais opostos ao cristianismo. Os imperadores não desconheciam esse fato. Vemo-los muitas vezes ordenar a esses "doutores" que, indevidamente se vestiam com as insígnias da filosofia, vindos a Roma de todas as direções a fim de ensinar a juven-

---

[123] Prudêncio. *Contra Symmachum*, I, 636.

tude, retornem para suas respectivas cidades de origem. Valentiniano I ordena a Probo, prefeito do Pretório: "Seja repatriado todo aquele que estiver fazendo uso indevido das insígnias da filosofia, exceto aqueles que, uma vez aprovados como aptos, sejam separados desse ecletismo".[124] Os imperadores certamente compreendiam que, enquanto a educação estivesse nas mãos desses homens, o antigo culto, fosse qual fosse de resto a situação política, continuaria recrutando partidários nas altas esferas da sociedade; e quando Graciano, o "espoliador" do clero pagão, estabeleceu, em 376, remuneração para os retóricos e gramáticos,[125] não se sabe o que impressionou mais, se a força dos costumes públicos que levava o príncipe cristão a favorecer os propagadores da fé pagã ou a pouca sagacidade de que dispunha o conselho do príncipe. Seja qual for o motivo, é certo que esses homens, que do alto das tribunas onde era permitido falar livremente, impregnavam a mente da juventude de idéias anticristãs, constituíam parte importante do grupo pagão. Tinham pelo menos o mérito de não se acovardar no silêncio, se isto era para eles um mérito, e de responder com seus frágeis recursos aos ataques do cristianismo satisfeito de encontrar adversários que não recuavam diante da discussão.

Percebe-se, portanto, três matizes de mentalidades pagãs: Os **político**s, mais poderosos e mais ativos; os **devotos**, fracos em Roma mas numerosos nas províncias; os **sofistas**, influentes na capital e em algumas outras metrópoles.

Penetramos, o quanto a escassez dos documentos históricos o permitiu, no âmago do pensamento pagão. Depois

---

[124] CTh. XIII, 3, 7 (19 de janeiro de 369).

[125] CTh. III, 3, 11 (23 de maio de 376).

de esboçar as instituições e idéias que apresentavam resistência ao cristianismo, reproduzimos a imagem dos homens cuja missão era sustentar uma sociedade em declínio e deter a difusão das verdades que conquistavam o mundo.

Capítulo 3

Novos rumos na política religiosa do Estado Romano

Retomamos aqui o assunto que deixamos para trás no primeiro capítulo, e analisaremos os novos rumos da política religiosa que o Estado Romano adotou na pessoa de seu soberano, o imperador Graciano, na qual teve influência decisiva a figura de Santo Ambrósio. Desta vez, porém, em vez de proibir a religião do Estado, adotou medidas que a reduziram a uma religião particular.

Os cristãos estavam cansados da conduta reservada e dúplice dos seus imperadores. Viam com desgosto os anos se sucederem, sem que a conversão de Constantino produzisse os resultados esperados. Os templos continuavam abertos a todas as crenças; o imperador trazia ainda as insígnias de sumo pontífice; no início de cada ano, os cônsules, antes de começar as funções, subiam ao Capitólio para sacrificar a Júpiter; o povo continuava apaixonado pelas festas e jogos instituídos em honra dos deuses; numa palavra, o paganismo era ainda a base da cultura que dirigia a sociedade. Constantino estava morto há trinta e oito anos e o Império continuava na mesma situação em que o havia deixado. Os cristãos compreendiam que não deviam permitir que sua primeira vitória ficasse sem efeito por vão respeito pelo adversário; assim, conjugaram seus esforços e desfecharam contra o antigo culto o golpe decisivo. As suas aspirações e anseios concentraram-se na pessoa de

Santo Ambrósio que, por seu talento, posição social e influência política, desempenhou papel decisivo na luta final das duas facções.

1 — Santo Ambrósio

a) Origem, conversão e formação espiritual de S. Ambrósio

Ambrósio (*339–†397), nascido em Tréveris, descendia de uma das mais ilustres famílias romanas, a dos *Aurelii*, a que pertencia também Símaco, de sorte que os dois adversários eram parentes bastante próximos.[1] Por nascimento, educação, preparo intelectual, inclinação e livre escolha, ele podia ser alto funcionário do governo ou ilustre general romano. Filho do prefeito da Gália, foi nomeado em momento oportuno governador da Itália Setentrional, onde se destacou pela eqüidade, desapego de si mesmo, clareza de idéias e decisão de caráter.[2] O Império contava com ele para os mais altos cargos públicos, mas a Providência Divina o chamou para o serviço da Igreja. Quando morreu o bispo de Milão, os fiéis, reunidos na basílica, não conseguiam chegar a um acordo sobre a escolha de seu sucessor. Os ânimos se exaltaram de tal modo que chegaram à iminência da agressão física. Nesse momento, o governador Ambrósio se apresentou na assembléia para restabelecer a ordem. Expressou-se com tanta firmeza e bom senso que impressionou a todos. Em meio ao silêncio geral, fez-se ouvir uma voz que repetiu por três

---

[1] Boissier, G. *Op. cit.*, t. II, p. 278; Cf. Dudden, F. H. *The life and times of St. Ambrose*, Oxford, 1935. p. 2, nº 5. Ambrósio e Símaco eram primos.

[2] Boissier, G. *Op. cit.*, t. II, p. 279.

vezes: "Ambrósio, Bispo!" A aclamação foi repetida por todos. A respeito da escolha, São Basílio escreve mais tarde a Santo Ambrósio nesses termos: "Rendamos glória a Deus que sabe, em cada geração, chamar homens dignos de sua escolha. Outrora, foi entre os pastores que buscou o príncipe de seu povo, e de Amós, o pastor, fez um profeta animado do Espírito Santo. Agora, busca numa cidade real um homem preposto ao governo de todo um povo, colocado entre os primeiros pela sumidade de seu espírito, pela glória de sua linhagem, de sua riqueza e de sua eloqüência. Vá, pois, homem de Deus, a ti que o Senhor escolheu dentre os juízes da terra para fazer-te assentar na cátedra dos apóstolos. Vá combater o bom combate e cura a enfermidade de teu povo".[3]

Quando Ambrósio foi escolhido como Bispo para a sede de Milão em 374, o mundo romano já era em grande parte cristão. Ambrósio foi o homem certo que a Igreja encontrou para completar a conversão do Império, especialmente a parte Ocidental. Um pequeno detalhe, aparentemente insignificante, ilustra bem que a conversão do Império era ainda incompleta: Ambrósio, embora nascido numa família cristã, ainda não havia sido batizado quando o entusiasmo popular o propôs ao clero e prelados como pastor da Igreja de Milão.[4] O mesmo se sabe do filho da piedosa Mônica, Agostinho, que se fez batizar aos 32 anos de idade, por Ambrósio. Compreende-se: o retórico de Tagaste teve pai pagão e ele próprio enveredou-se durante quinze anos pelas vias do paganismo moral e metafísico. Mas o futuro bispo de Milão, ao contrário, tivera educação e formação cristãs, e tudo leva a crer que

---

[3] Basílio. *Epistola*, CVII.

[4] Palanque, J.R. *Saint Ambroise et l'Empire Romain*. p. 6.

ele, como também seu irmão Satiro, levava, tanto na casa paterna quanto na breve carreira de funcionário público, vida irrepreensível. O batismo tardio de Ambrósio e de tantos outros homens da aristocracia romana mostra a estreita união que havia entre as famílias da elite romana, onde cristãos e pagãos viviam lado a lado e socialmente comprometidos. Apegados aos cuidados dos afazeres seculares e tolhidos por uma espécie de respeito humano, viviam inconscientemente ligados ao paganismo.[5]

Seu ingresso no estado eclesiástico e a extraordinária elevação ao episcopado não foram somente um acontecimento incomum e sobrenatural, mas algo de intimamente inesperado para Ambrósio. Era um chamado contrário às suas previsões, seus sonhos, sua preparação espiritual e sua vontade. Não tivera nenhum desejo de tornar-se Bispo, não era um eclesiástico, não estava, portanto, preparado espiritualmente para assumir tão grande responsabilidade.[6]

É verdade, observa Dudden,[7] que a dignidade episcopal era aspirada pelos homens ambiciosos, mas a eminente sede de Milão não podia atrair demais o jovem funcionário que há pouco havia iniciado a carreira das promoções oficiais. Palanque,[8] pelo contrário, sustenta que a eleição ao episcopado não foi para Ambrósio nem uma conversão, nem um rompimento assim tão extraordinário. Demonstra isso com o fato de que a cristandade inteira não teve nenhuma dificuldade em reconhecê-lo como um dos seus, a começar pelos bispos que estavam reunidos para a eleição.

---

[5] Broglie, Le Duc de. *Saint Ambroise*. p. 3 e ss.

[6] Morino, C. *Chiesa e Stato nella Dottrina di S. Ambrogio*. p. 51.

[7] Dudden, F.H. *The life and times of st. Ambrose*. p. 67-68.

[8] Palanque, J.R. *Op. cit.*, p. 18.

Surge uma questão: a vontade de Ambrósio mudou imediatamente com a aceitação da dignidade episcopal; mas como mudou a sua mentalidade? Ambrósio era funcionário público e homem de Estado: como e em que medida tornou-se ministro e homem de Igreja?

Apesar de seu compromisso com a Igreja, não pôde abandonar de todo e de um momento para outro o passado que nele se havia tornado como que uma segunda natureza, tanto que algumas de suas mais fortes expressões e decisivas ações denotam mais o funcionário romano que o bispo cristão.[9] Ambrósio sentia-se de corpo e alma cidadão do Império Romano, e isso foi, muitas vezes, o ponto de partida e o motivo de ação na política religiosa e intervenções no campo civil e político.[10]

Na juventude ele recebera alguma formação religiosa, mas esses conhecimentos não iam, talvez, além dos primeiros elementos da fé e da doutrina cristã. Embora a História Sagrada lhe fosse familiar desde a infância, todavia, quando a providência divina o chamou ao estado de presbítero, e levado à dignidade episcopal, Ambrósio sentiu a imensa e urgente necessidade de se instruir nas coisas divinas e de se aprofundar no conhecimento e no estudo da Sagrada Escritura, bem como, e acima de tudo, da teologia católica. Pelo estudo, pela prática ascética e oração autêntica, sua mentalidade mudou profunda e radicalmente; em conseqüência dis-

---

[9] Ambrósio. *Epistola*, II, 6: Ambrósio fala em nome de Deus, seu soberano Senhor. Por isso, não roga, manda; não implora, ameaça. Em Milão, à porta da igreja, trajando as vestes litúrgicas, negou a entrada de Teodósio, após o massacre de Tessalônica (Cf. Teodoreto. *História Eclesiástica*, V, 16).

[10] Morino, C. *Op. cit.*, p. 54.

so, seu interesse pelas coisas civis e preocupações com a ordem política passaram a ter outro ponto de partida: Deus, a religião, a Igreja e seus interesses.

b) Formação jurídica de Ambrósio

A origem, a condição social, a formação literária e jurídica deviam fazer de Ambrósio não só um súdito fiel e leal do Império, mas o porta-estandarte de seu poder e de sua grandeza. Na Cidade Eterna, entre o esplendor e a magnificência dos monumentos, que testemunhavam a grandeza e a opulência do Império, teve lugar sua formação literária e jurídica. Seus escritos, que não só demonstram uma profunda cultura clássica, fazem não raras referências à literatura pagã. Contra a acusação de leviandade, porque se servia dos mitos pagãos para ilustrar as verdades cristãs, defendia-se dizendo que não só as sentenças, como também os versos estavam inseridos nas escrituras sagradas.[11]

Ambrósio tinha razão quando afirmava de si mesmo que "fora arrancado dos tribunais e das insígnias da administração e chamado ao sacerdócio",[12] porque a carreira a que estava destinado era a administração civil na qual, certamente, teria alcançado os mais altos cargos como seu pai. Esta preparação e consagração ao serviço do Império mostram bem qual a concepção, dedicação e acatamento que teve Ambrósio pelo Estado. Morino[13] não acredita que Ambrósio tenha se enveredado na carreira eclesiástica por interesse pessoal, como faziam tantos nobres romanos daquele tempo. Antes, além da posição social e familiar que o

---

[11] Ambrósio. *De Fide*, Lib. III, 3.

[12] Ambrósio. *De officiis*, I, 4.

[13] Morino, C. *Op. cit.*, p. 104.

levaram a seguir as pegadas paternas, foram as convicções internas e o confiante entusiasmo na perpetuidade da grandeza da potência romana que o levaram aos ofícios administrativos e governativos do Império.

Estas poucas considerações nos garantem que podemos confiar plenamente em Ambrósio quando fala do Estado, de suas atribuições e funções, porque pelo seu estudo e por sua experiência na carreira forense e na administração da justiça, conhecia plenamente sua natureza, sua finalidade e sua organização.[14] Além do mais, sua profissão de advogado, de juiz e de governador, o obrigou a um aprimoramento no conhecimento das leis, do *Ius honorium*, do *Senatus consultus*, dos editos e mandatos, que eram indispensáveis para a reta e justa administração da *Res publica* e da justiça.

Finalmente, devemos observar que não se encontra nos escritos de Ambrósio nenhuma aversão ao Estado romano e às suas leis, como se verifica em outros escritores como Tertuliano[15] e São Jerônimo,[16] mas olha com simpatia, e até muitas vezes com orgulho, o Império Romano.

2 — Religião e Estado na doutrina e ação de Santo Ambrósio

O Estado, ou melhor, o imperador que encarna o Estado e lhe assume todos os poderes, é posto por Ambrósio defronte à Igreja e defronte a Deus. A Igreja não é uma sociedade humana ou uma *civitas terrena*, à qual se possa contrapor, no mesmo nível, a outra, o Estado.

---

[14] Campenhausen. H. von. *Ambrosius von Mailand als Kirchenpolitiker*, p. 259: "Ambrosius ist von Haus aus Beamter und ein Mann des Staates".

[15] Tertuliano. *Apolog.*, 21, 24.

[16] Jerônimo. *Epistola*, 77.

Ambrósio destaca bem nos seus escritos e na sua ação política, a natureza da Igreja desde sua fundação até o seu momento de poder, sua ação sobrenatural e seu fim transcendental. Por isso, segundo seu pensamento, não é concebível uma justaposição ou uma contraposição entre Igreja e Estado, porque aquela está no plano sobrenatural e eterno, e este, no terreno e temporal. A Igreja encarna a verdadeira religião, representa Deus; o Estado é a sociedade terrena, é o imperador. Por conseguinte, a Igreja está acima do Estado e este é subordinado àquela. O Estado, por disposição divina, é ordenado a ser submisso e a colaborar nas tarefas espirituais e interesses eternos da Igreja.[17]

Bem diversa era a concepção e a posição da autoridade civil no paganismo, e a do imperador no direito romano. No conceito pagão e no direito romano, a religião era uma função do Estado e parte da administração civil. No direito de Roma, o sacerdócio dependia, ora mais ora menos conforme a época (régia, republicana, imperial), da autoridade política. Desde o tempo de Augusto, o imperador era, de direito, o *Pontifex maximus.*[18] A religião, no Estado pagão, era instrumento de governo; por isso, não tinha um caráter finalístico em si mesma, mas era ordenada ao bem-estar, ao incremento e à estabilidade do Estado. As cerimônias religiosas, os ritos sagrados, os sacrifícios eram pedidos pela autoridade civil, em relação a acontecimentos que interessavam à vida do Estado e do próprio imperador.[19] O Estado romano não só tolerou os

---

[17] Ambrósio. *Epistola*, 17, 1.

[18] Cf. Mommsen, Theodor. *Disegno del diritto púbblico romano*, Lib. II, C. II: *Il Governo Sacro* e Lib. IV, C. I: *Negozi Sacri dei Magistrati*. Traduzione di P. Bonfante, Milano, 1964.

[19] Mommsen, T. *Op. cit.*, p. 107: "Como o ordenamento, assim a execução dos atos sagrados do Estado não é um direito sacerdotal; pelo contrá-

vários cultos, inclusive os cultos estrangeiros importados – exceto o cristianismo –, mas até os reconheceu, encorajou e cumulou de favores, a ponto de erguer em Roma um templo a todos os deuses porque todos podiam servir e tornar-se úteis.[20] Quando, porém, se apresentou a religião cristã, que não podia ser instrumento porque tinha um fim em si mesma, os imperadores não titubearam em perseguí-la, tentando, até mesmo, eliminá-la. É inegável que alguns imperadores cristãos, especialmente os de tendência ariana, tenham procurado servir-se da Igreja e tenham favorecido ou imposto a unidade da fé, como fez Constâncio em 359, no Concílio de Rimini, para finalidades eminentemente políticas, fazendo, ou pelo menos tentando fazer, da Igreja instrumento de domínio e meio de fortalecer o poder imperial. Segundo Campenhausen,[21] "a pouca clareza que Constantino Magno deixou nos limites entre a competência religiosa e política, tinha também a finalidade de dar a supremacia da direção eclesiástica ao imperador, e de assentar os alicerces da nova teocracia imperial no espírito do paganismo." O mesmo autor acrescenta ainda que a tendência da política eclesiástico-estatal, desde Constantino até Teodósio, era a de dissolver e reprimir, na medida das possibilidades, as controvérsias que podiam pôr em perigo a unidade eclesiástica, visando reforçar o Império com a unidade da fé, assim como havia tentado, no seu tempo, Diocleciano, ensejando uma reforma religiosa que desse unidade ao Império com base na religião pagã.

---

rio, até para a execução, quando não é tomada outra disposição, é reservado o direito ao magistrado chamado a representar o Estado."

[20] Cf. Mommsen, Theodor. *Disegno del diritto pùbblico romano*. p. 416.

[21] Campenhausen, H. von. *Op. cit.*, Introdução, p. 2.

A história, no entanto, mostra que não foram os imperadores, com suas manobras político-religiosas, que deram unidade doutrinal à Igreja, mas os intrépidos campeões da fé, que no terceiro e quarto século escreveram, lutaram e sofreram pela ortodoxia.

Ambrósio tem uma concepção espiritual e sobrenatural da Igreja, e o ideal de seu ministério apostólico é dirigido unicamente a Deus e à eternidade, e não permite uma interpretação humana e política de sua doutrina e ação. Por outro lado, a decidida intransigência com que reivindica a autonomia da Igreja, na doutrina, no ensinamento, no governo e na ação, responde plenamente à sua concepção da natureza, dos poderes e dos fins da própria Igreja. A superioridade da Igreja sobre o Estado está na natureza das coisas, e a intolerância religiosa é uma conseqüência natural da sólida fé no único Deus e na única Igreja.

a) *Imperator intra Ecclesiam*

O poder político, em si e diretamente, não está sujeito ao poder eclesiástico; quanto a sua origem, porque provém diretamente de Deus, nem na sua essência, porque concerne às coisas terrenas e temporais, nem no seu exercício, porque procura a paz e o bem estar terreno.[22]

Segundo Santo Ambrósio, o poder político vem, de fato, diretamente de Deus: *De privato imperatorem te feci.*[23] Os cristãos devem estar sujeitos ao poder superior e, nos assuntos de religião, o imperador não tem nenhum poder: *Ea quae sunt divina, imperatoriae potestati non esse subiecta,*[24] mas naquilo

[22] Cf. Morino, C. *Op. cit.*, p. 161.

[23] Ambrósio. *Epistola*, 40, 22.

[24] Ambrósio. *Epistola*, 20, 8.

que não é religioso ou atinente à religião, não existe nem dependência, nem limitação para o imperador. A superioridade da Igreja é, portanto, uma superioridade espiritual. Segundo Dudden,[25] Ambrósio considera a Igreja e o Estado como duas autoridades independentes, cada uma autônoma em sua própria esfera, mas prestando ajuda e assistência mútua. A Igreja oferece preces pelo Estado; o Estado é o "braço secular" que executa as decisões da Igreja.

Da afirmação e demonstração da superioridade da Igreja em relação ao Estado, promana necessariamente a dependência e a subordinação deste em suas instituições e em seus membros. Ambrósio não se limita a afirmar e sustentar a primeira, mas proclama e impõe energicamente a segunda; e isto o fez na pessoa do próprio imperador que, segundo a organização romana, não só era o vértice da sociedade política, mas encarnava praticamente o Estado, assumindo todos os direitos e todos os poderes.

A doutrina do bispo de Milão sintetiza-se numa das afirmações que ele não só proclamou com decisiva clareza, mas que traduziu na prática com extremo rigor: *Imperator enim intra Ecclesiam, non supra Ecclesiam est*,[26] o imperador está na Igreja, não acima da Igreja. A sentença de Ambrósio é de clareza cristalina e de teor amplíssimo: o imperador está dentro da Igreja, isto é, ele é filho, fiel, súdito, sujeito à Igreja; conseqüentemente não pode estar acima, nem fora dela; não tem, por isso, nenhum direito sobre as questões estritamente religiosas e sacras, como também não pode considerar-se estranho aos interesses, ao bem-estar e ao triunfo dessa mesma Igreja. Sua maior honra, afirma ainda Ambrósio na mesma

---

[25] Dudden, F.H. *Op. cit.*, p. 501.

[26] Ambrósio. *Sermo contra Auxentium*, 36.

passagem, é a de ser chamado filho da Igreja: "Que honra maior que a do imperador ser chamado filho da Igreja?"[27]

Do contexto da passagem e de todo o discurso infere-se facilmente que se trata do imperador enquanto chefe de Estado, e não do imperador enquanto pessoa particular. Admite que pode exigir impostos;[28] também as terras da Igreja pagam tributos e o imperador pode sujeitá-las aos impostos e confiscá-las.[29] A Igreja, todavia, é de Deus, e não pode ser entregue a César, porque o templo de Deus não pode ser um direito do césar.[30] Por isso, Ambrósio afirma e pleiteia a submissão do imperador enquanto tal à Igreja, isto é, enquanto chefe da comunidade política. Esse princípio concorda e se harmoniza perfeitamente com o conjunto das doutrinas ambrosianas quanto às relações entre Igreja e Estado.

Há autores que interpretam diversamente a afirmação de Ambrósio e sustentam que o imperador é considerado aqui não como chefe de Estado, mas como pessoa particular.[31] Ambrósio não faz absolutamente distinção entre o imperador enquanto pessoa pública e pessoa privada. Não admite em hipótese alguma que o imperador possa ser cristão como fiel e pagão ou indiferente como chefe de Estado. Campenhausen interpreta e explica claramente: "Ambrósio não faz, no imperador, distinção entre o homem privado e a pessoa política; com isso objetiva seu escopo político-religioso. Com essa afirmação está terminada a posição sincrética e superpolítica do imperador. O imperador não pode mais ser

---

[27] Idem, 36.
[28] Idem, 33.
[29] Idem, 33.
[30] Idem, 35.
[31] Journet, Ch. *L'Église du Verbe Incarné*, t. I, p. 308.

neutro; deve ser partidário e, atrás dele, está a Igreja que não tolera mais que ele dê um passo para trás".[32]

Com maestria escreve Palanque: "Ele jamais distingue o Estado – pessoa moral – da pessoa do soberano. O imperador é um cristão revestido da púrpura; é pois, submisso à lei moral como todos os fiéis. Mas, como detentor da autoridade, tem também a missão de defender a 'causa de Deus', protegendo a vida da Igreja e destruindo os adversários".[33]

A verdadeira interpretação do pensamento ambrosiano não está no distinguir entre a pessoa particular e a pessoa pública do imperador, mas no determinar a natureza e os limites da subordinação do imperador à Igreja, isto é, a sociedade política à sociedade religiosa. Ora, é claro que Ambrósio entendia a subordinação do Estado à Igreja nas questões religiosas, nos interesses de Deus e na salvação das almas. Ambrósio se referia, portanto, àquilo que diz respeito a Deus, à doutrina, à ação, às intenções e interesses da Igreja, e, por isso, a subordinação do imperador não está na linha política e civil, mas na linha religiosa e espiritual e, conseqüentemente, é indireta e não direta.[34]

No paganismo, a religião estava sujeita ao estado, melhor, como vimos anteriormente, era uma parte da administração estatal. Os apologistas, os confessores, os mártires dos primeiros séculos lutaram, sofreram e foram mortos, porque não obedeceram ao Estado no que dizia respeito à religião; com Ambrósio a religião toma o seu lugar, e o Estado, na pessoa de Graciano e depois, com Teodósio, admite e reconhece, na prática, a sua dependência e subordinação à Igreja. Con-

---

[32] Campenhausen, H. von. *Op. cit.*, p. 181.

[33] Palanque, J.R. *Op. cit.*, p. 355.

[34] Morino, C. *Op. cit.*, p. 169.

cluímos nossas considerações sobre o trinômio Imperador, Igreja, Estado, com as inspiradas palavras de Albert de Broglie: "O soberano político, inimigo da Igreja durante três séculos, tornou-se seu aliado com Constantino ao querer ser seu igual, pretendendo dominá-la com Constâncio, cedeu-lhe definitivamente o passo com Teodósio e se contentou com o segundo lugar no mundo. O próprio Ambrósio caracterizou, mediante incisiva expressão, esses contatos novos dos dois poderes que havia, mais que ninguém, contribuído para fazer prevalecer: "a Igreja, diz ele, não está no Império; o Império é que está na Igreja".[35]

b) *Omnes qui sunt in Ecclesia, Deo Militant*

O Bispo de Milão estabelece um princípio que é como um axioma categórico, cheio de graves e marcantes conseqüências: "Todos os que estão na Igreja, lutam por Deus".[36] Este princípio, válido para todos os cristãos, diz respeito, de modo especial, aos imperadores, e Ambrósio o proclama e lembra, por isso, de modo claro e explícito: "Como todos os homens que são submissos ao poder de Roma, combatem por vós imperadores e príncipes da terra; do mesmo modo vós também, combatei pelo Deus todo-poderoso e pela santa fé".[37] Com essas palavras solenes e peremptórias, Ambrósio inicia sua tão notória carta ao imperador Valentiniano II, a propósito da questão do altar da Vitória no Senado de Roma.

O que significa, qual o conteúdo e o alcance da expressão: *militare Deo*? Ambrósio esclarece os imperadores e, indi-

---

[35] Broglie, A. de. *L'Église et l'Empire Romain au IVe. siècle*. t. II, p. 441.

[36] Ambrósio. *Epistola*, 27, 15.

[37] Ambrósio. *Epistola*, 17, 1.

retamente, também a nós o que significa e exige o *militare Deo*. Não é certamente combater no sentido literal e específico do termo; não é partir com armas em punho; não é lutar com a intenção de matar ou com o perigo de ser morto; não é guerrear armado para dilatar o reino de Deus ou defender suas fronteiras. O termo é usado por Ambrósio para indicar uma função, um ministério, um ofício que leva consigo um compromisso e uma prestação de contas.[38] Isso muda a natureza da função, deixando, porém, o espírito na execução. Assim, na carta 17, quando admoesta o imperador sobre a obrigação de *militare Deo*, indica e esclarece a natureza desse combate: "Todo aquele que é soldado desse Deus verdadeiro e que guarda seu culto no fundo de sua alma, deve dar provas, não de dissimulação, nem de complacência, mas de zelo pela fé e pela religião".[39] Quem, portanto, combate pelo Deus verdadeiro e o recebe para adorá-lo com afeto íntimo, não usa de dissimulação ou conivência mas o zelo da fé e da devoção. Encontramos quase as mesmas palavras no parágrafo seguinte da mesma carta onde ele fala da obrigação que o imperador tem para com o verdadeiro Deus: "deveis testemunhar vossa fé no Deus verdadeiro, bem como vosso desvelo, vossa prudência e vossa devoção por essa mesma fé".[40] Portanto, o imperador deve manifestar não só fé no verdadeiro Deus, mas também dedicação e proteção a essa mesma fé. Essas afirmações do Bispo de Milão indicam explicitamente que a atitude do imperador cristão acerca da fé e da Igreja, não pode ser passiva, mas ativa, como o serviço militar cumprido com zelo e amor.

---

[38] Cf. Ambrósio. *Epistola*, 40, 2 e 4.

[39] Ambrósio. *Epistola*, 17, 3.

[40] Ambrósio. *Epistola*, 17, 3.

Para explicitar ainda melhor as relações entre Igreja e Estado e os deveres do imperador em ambas as esferas, Ambrósio lança mão de termos carregados de significado. O termo *studium* indica esse cuidado interessado e, diria até, quase passional, pela causa de Deus e da Igreja. Já o termo *devotio* não significa simplesmente devoção, como se poderia facilmente pensar, mas indica também dedicação completa e generosa aos intentos e interesses da religião cristã.

O Estado pagão cumpriu uma função providencial preparando a difusão do evangelho e a dilatação da Igreja. Conforme Ambrósio, Deus difundiu o poder do Império Romano em todo o orbe, pacificou os povos rebeldes e uniu, mediante a paz, as nações para que os apóstolos pudessem atingir o maior número de povos e para que, assim, todos os homens sob o único e universal Império, aprendessem a confessar com espírito fiel a autoridade do único Deus onipotente.[41] Sublinha, com insistência, a conversão interna, total e vital dos imperadores, porque como não é concebível para ele que um imperador seja cristão somente na sua vida particular, também não é admissível que algum o seja na aparência.

O êxito da ação político-religiosa de Ambrósio não dependeu tanto da força de suas idéias e da loquacidade com que expõe seus princípios, quanto da sincera e generosa religiosidade do povo e dos próprios imperadores. Estes, especialmente Graciano e Teodósio, fizeram tanto pela Igreja, pela ortodoxia, pela paz e pela unidade não só porque aconselhados e impelidos pelo zelo apostólico do Bispo de Milão, mas porque pessoalmente, como bons cristãos e filhos fiéis da Igreja, se empenharam na expansão e no triunfo da fé cristã.[42]

---

[41] Cf. Morino, C. *Op. cit.*, p. 172.

[42] Cf. Ambrósio. *Epistola*, 13, 1; *De obitu Theodosii oratio*; *De obitu Valentiniani oratio*.

c) O poder secular

Se, teoricamente, é difícil mostrar que o imperador, enquanto tal, está *intra Ecclesiam*, pode-se, no entanto, provar que colocou sua autoridade e seu poder a serviço da religião cristã.

Ambrósio, em nome do Concílio de Aquiléia, agradece aos imperadores Graciano, Valentiniano e Teodósio por haverem providenciado a paz e a tranqüilidade da Igreja.[43] Isso significa que não só se interessaram pelos problemas religiosos, mas trabalharam pela paz, unidade, bem-estar e triunfo da fé nicena. Os bispos, e Ambrósio de modo particular, declaram-se abertamente devedores dos imperadores pela leal e generosa colaboração na pacificação da Igreja, no afastamento das heresias e na extinção do paganismo.[44]

Um dos préstimos maiores que os imperadores deram à Igreja no tempo de Ambrósio foi a convocação dos concílios e a execução dos decretos e decisões dos mesmos. Não lhes era permitido intervir e participar diretamente das reuniões. Conforme o eminente e geral princípio proclamado e feito observar especialmente por Ambrósio, em questões de fé (*in causa fidei*) os leigos e os próprios imperadores não têm nenhuma autorização de fazer ouvir sua voz e expressar seu pensamento.[45] No entanto, como já frisamos, exerciam grande papel na convocação dos concílios, na execução dos decretos e nas determinações dessas grandes assembléias. Ambrósio não vê nisto nenhuma lesão aos direitos da Igreja; ao contrário, defende a necessária colaboração da autoridade política. Os concílios

---

[43] Ambrósio. *Epistola*, 10, 12.

[44] Cf. Ambrósio. *Epistola*, 10, 12; *De obitu Theodosii oratio*.

[45] Ambrósio. *Epistola*, 21, 4.

eram convocados pelos imperadores que também normalmente forneciam os meios para a viagem e hospedagem dos bispos. O pedido ou a sugestão da convocação partia destes, enquanto que a modalidade da participação era estabelecida pelo imperador com certa liberdade e independência.[46]

O longo relatório, escrito provavelmente por Ambrósio e dirigido aos imperadores Graciano, Valentiniano e Teodósio pelos padres conciliares,[47] que descreve detalhadamente os trabalhos do concílio e como chegaram à condenação de Paládio e Secundino e ao decreto de sua destituição, mostra bem e com muita clareza, de um lado, a condescendência dos bispos e, de outro, o interesse dos imperadores pelas questões eclesiásticas. O relatório nos permite concluir que se tributava grande respeito ao poder político e se proclamava oficialmente que os imperadores enquanto tais eram e deviam considerar-se como os verdadeiros protetores da Igreja e executores fiéis de seus decretos e pedidos. Era um explícito uso daquilo que se passou a chamar "braço secular", que começou a agir no século IV com a conversão dos imperadores e que nunca foi mais importante e decisivo que no tempo de Ambrósio.[48]

Não se faz apelo a princípios especiais para invocar esta intervenção; é solicitada como algo pacífico, que os bispos julgam poder pedir sem dúvidas nem temor. Quando se tem presente a doutrina de Ambrósio acerca dos deveres dos

---

[46] Ambrósio. *Epistola*, 12, 5-6.

[47] Ambrósio. *Epistola*, 10.

[48] Cf. Palanque. J.R. *Op. cit.*, p. 369; Journet, Ch. *L'Église du Verbe Incarné*, p. 344; Turmel, I. "Chronique d'Histoire Ecclésiastique", in: *Revue du clergé français*, janvier (1906), p. 389; Glgli, G. *Il Regno dell'imperatore Graziano*, p. 137; CTh. XVI, 5, 5 (3 de agosto de 379)

imperadores com Deus e sua Igreja, é compreensível e natural que façam o que está ao seu alcance para cooperar na unidade da Igreja e da religião que abraçaram. Quando Ambrósio diz que os imperadores não estão acima mas na Igreja, que devem militar em prol do cristianismo e da verdadeira fé cristã, que devem ordenar a execução dos decretos dos concílios e as petições dos bispos, não faz outra coisa senão indicar e determinar as competências e os deveres dos imperadores cristãos para com sua religião.

d) Conseqüências da doutrina de Ambrósio: abandono e proscrição do paganismo

O cristianismo introduziu no mundo romano não só a separação entre religião e Estado, a dependência espiritual dos governantes da Igreja e o necessário serviço destes aos supremos fins espirituais da Igreja, mas implantou também os princípios da unidade da religião cristã e, conseqüentemente, a exclusão dos demais cultos. Foi esta a fé marcada pelo sangue de tantos mártires e proclamada pelo sofrimento de tantos confessores, que preferiram morrer e sofrer antes de abdicar de sua fé no Deus único e verdadeiro; foi esta também a fé que se radicou profundamente na consciência do povo cristão.

Por outro lado, a religião pagã, aquela que os gentios e, de modo especial, os romanos haviam observado por tantos séculos e que ainda cultivavam, era a religião do Estado, a serviço do Estado, subvencionada pelo Estado. O paganismo simbolizava a majestade do Estado e atraía fortemente a todos aqueles que se gloriavam da grandeza de Roma.[49]

---

[49] Dudden, F.H. *Op. cit.*, t. I, p. 243.

Os primeiros imperadores cristãos haviam praticamente dissimulado sua identidade confessional, deixando que a religião pagã caminhasse livremente e o erário municipal ou imperial continuasse a subvencioná-la, enquanto que eles próprios empreendiam o caminho da nova religião. Desde Constantino até Graciano, o paganismo e o cristianismo eram igualmente reconhecidos pelo Estado. Nesse lapso de aproximadamente 70 anos, houve pequena exceção: Constâncio mostrou-se, até certo ponto, hostil ao antigo culto, ordenando a abolição de alguns sacrifícios pagãos suspeitos e o fechamento de alguns templos.[50] Fez remover também o altar da Vitória do Senado de Roma.[51] A remoção foi passageira. Ao término da visita de Constâncio a Roma a divindade retomou seu primitivo lugar.

Em páginas precedentes, observamos que as determinações dos imperadores contra o paganismo não foram executadas rigidamente, pelo menos na parte ocidental do Império. Outros demonstraram ostensiva tolerância para com o antigo culto. Mais cedo ou mais tarde, porém, chegaria o momento em que seria proposta a questão: "pode um imperador cristão subvencionar um culto pagão? Pode ele permitir que outros, em seu nome, interpretando a dissimulação por consenso, honrem os deuses? Pode ele, finalmente, admitir que sob seu governo sejam adorados publicamente os deuses?"[52] A questão se tornou cruciante e decisiva no tempo de Ambrósio, e até se pode dizer que foi o próprio Bispo de Milão que nesta questão deu uma contribuição substancial para uma solução

---

[50] CTh. XVI, 10, 4 (1º de dezembro de 356).

[51] Ambrósio. *Epistola*, 18, 32.

[52] Ambrósio. *Epistola*, 18,22.

do problema como, de resto, fez no que diz respeito ao relacionamento entre Igreja e Estado.

Na questão Igreja-Estado-paganismo, Ambrósio é claro quando afirma que o imperador, não só como pessoa privada e simples fiel mas também como pessoa pública e investida da mais alta autoridade, está dentro da Igreja e, por conseguinte, sujeito à Igreja e ao seu serviço. Com esse princípio, o Bispo dá, indiretamente, resposta à questão das relações entre o imperador cristão e os cultos pagãos, no sentido de o imperador não poder ser indiferente, ou simular, ou não zelar pelas necessidades e interesses da Igreja em cujo seio vive e pela qual deve militar, e que, conseqüentemente, não só não pode praticar o culto pagão, mas nem sequer favorecê-lo ou subvencioná-lo.

3 — Aplicação dos princípios de Ambrósio na política religiosa de Graciano

O imperador Valentiniano quis, em 367, não só fazer-se assessorar por um colega, como afirmam os historiadores, mas assegurar a coroa para seu filho Graciano, com oito anos de idade. O desejo de fixar a hereditariedade do poder na própria família era o sonho habitual dos imperadores. O exército, que freqüentemente destronava até velhos e ilustres príncipes, aceitou sem maiores dificuldades este menino como chefe.

Morto Valentiniano em 375, Graciano, que não tinha mais que dezesseis anos de idade, foi reconhecido como imperador do Ocidente. As legiões gaulesas acampadas na Ilíria, apressaram-se em associar a Graciano seu irmão Valentiniano II, com a idade de quatro ou cinco anos. Valente, senhor do Oriente, e Graciano, do Ocidente, não acolheram de início, com muita simpatia o novo colega; porém mais tarde, reconhece-

ram a utilidade da escolha e lhe prodigalizaram os testemunhos de acatamento e estima.

Em 378, os godos, já convertidos ao cristianismo mas na forma do credo ariano, avançaram até Adrianópolis. Valente deu-lhes batalha, mas foi derrotado e pereceu no dia 9 de agosto de 378. Em conseqüência dessa circunstância, Graciano tornou-se também o senhor do Oriente. Porém, temeroso diante de um cargo de tamanha responsabilidade e amplitude, e não se sentindo capaz de garantir o império do Oriente contra os ataques dos bárbaros, partilhou o poder com um general de renome, Teodósio. Desta forma, o Ocidente era governado por Graciano e seu irmão Valentiniano II, e o Oriente obedecia a Teodósio.

Nenhuma suspeita fazia crer aos amigos do antigo culto que encontrariam em Graciano um adversário declarado. Seu passado levaria a sugerir que nada mudaria: o exemplo de seu pai, a educação pagã, pois seu preceptor havia sido Ausônio, a política religiosa adotada pelos imperadores desde Constantino, consolidada já em tradição do Estado, a sua tenra idade, a poderosa influência do patriciado pagão, entre outros .

a) Os primeiros anos: 375-379

Graciano, ao assumir o governo, conformou-se, nos primeiros anos, em tudo, com as diretrizes de governo de seu pai, inclusive no que diz respeito à política religiosa. Contribuiu certamente para esta sua orientação o contato com Ausônio que, embora pagão mas de espírito aberto, inspirou no príncipe uma atitude de respeito para com os vários cultos. A política de neutralidade religiosa por parte do Estado, inaugurada por Joviano, encontrou sua consolidação em

Valentiniano I e foi desenvolvida por Graciano nos primeiros anos de reinado. Com a lei de 17 maio de 376, o imperador confirmava, de fato, a decisão de seu pai em matéria de jurisdição eclesiástica: as questões religiosas seriam julgadas pelos sínodos, mas especificava que as questões criminosas, mesmo que nelas estivessem implicados eclesiásticos, cairiam sob a jurisdição ordinária.[53]

Esta política de neutralidade parece contrastar com a precedente lei de 22 de abril de 376, datada de Tréveris e endereçada ao prefeito do Pretório, Hespério, filho de Ausônio.[54] O contraste, porém, é antes aparente que real. A lei endereçada a Hespério se referia quase certamente aos donatistas, para quem o problema político, nacional, social e econômico era igual ou preponderante ao problema puramente religioso. Tanto é verdade que, para combater o perigo multiforme do donatismo africano, Graciano solicitou apoio e ajuda de Valente. De fato, em 377, Valente promulgou uma lei contra os rebatizadores, isto é, contra os donatistas.[55] Encontramo-nos diante de uma lei punitiva, decretada mais por razões políticas que religiosas.

O Papa Dâmaso, em comunhão com a doutrina político-religiosa de Ambrósio, não se contentava com a imparcialidade de Graciano. O Bispo de Roma pleiteava o poder estatal em auxílio da Igreja para o triunfo da ortodoxia sobre as heresias e o antigo culto. Foi assim que no concílio de Roma, que se realizou do fim de 377 até o início de 378, fez aprovar pelos

---

[53] CTh. XVI, 2, 23 (17 de maio de 376).

[54] Encontramo-nos, provavelmente, diante de um erro material do códice, porque Hespério, em 376, era procônsul da África e não prefeito do pretório. Estudiosos preocupados na solução desse equívoco, como Otto Seeck, propõem ler *proconsul* em vez de *praefectus*.

[55] CTh. XVI, 6, 2 (17 de outubro de 377).

padres conciliares uma petição direta ao Augusto, a quem se solicitava que as sentenças pronunciadas pelos sínodos fossem executadas pelo "braço secular".

Graciano, querendo manter-se ainda fiel à política de neutralidade herdada do pai, mas, por outro lado, sob forte influência de Ambrósio e provavelmente também do Papa Dâmaso, deixou-se levar à importantíssima concessão, respondendo afirmativamente com a lei de 21 de abril de 378.[56] Com esta disposição, podemos dizer que nos encontramos diante de uma ruptura da política de neutralidade religiosa. Seria absurdo pensar que Graciano tivesse a intenção de oferecer imparcialmente o braço secular ao clero católico e, ao mesmo tempo, favorecer também os cultos pagãos e outros credos cristãos considerados heterodoxos. Respondendo afirmativamente ao concílio de Roma com a supramencionada lei, encontramo-nos diante de uma primeira "conversão" do Augusto.

Para evitar qualquer dúvida, recordemos que Graciano sempre foi cristão fiel à ortodoxia. A "conversão" de que falamos, consiste mais precisamente nisto: até o fim de 377, o imperador é indiferente às questões religiosas e fechado à influências eclesiásticas em virtude da prática de neutralidade herdada do pai; de 378 em diante, interessa-se cada vez mais pelas coisas da religião e pelos problemas dogmáticos nos quais é instruído por Ambrósio. Na carta que o jovem príncipe dirige ao Bispo de Milão, manifesta o desejo de encontrar-se com Ambrósio para ser por ele instruído: "Apressai-vos, pois, venerável presbítero de Deus, em vir até

---

[56] CTh. XVI, 5, 5 (3 de agosto de 378); Cf. também *Corpus Scriptorum Ecclesiasticarum*, XXXV, 1, 54.

junto de mim para ensinar-me a verdadeira doutrina; não que eu goste das discussões ou que eu queira circunscrever Deus em fórmulas antes de adorá-lo em meu coração e em meu espírito, mas para que a revelação da essência divina se fixe mais em minha mente."[57]

Foi nessa circunstância que o grande Padre da Igreja, que vinha se aprofundando nos problemas teológicos sob a orientação de Simpliciano, escreveu, para servir de instrução ao imperador, o primeiro tratado contra o Arianismo, o *De Fide ad Gratianum Augustum*. A obra compõe-se de cinco livros: os dois primeiros, escritos em 378, contêm a essência da demonstração do dogma trinitário; nos outros três, terminados em 379-380, aprofunda a demonstração da *fides* já exposta, isto é, do problema da Trindade.[58]

A conseqüência dessa nova orientação na política religiosa de Graciano foi a aquiescência ao pedido de Ambrósio de convocar um concílio em Sírmio para deter o avanço da heresia. O concílio foi celebrado em julho de 378. Para nós, o interesse principal do conclave não está tanto nas tentativas de negociação com os bispos orientais acerca da heresia macedoniana[59] e do cisma de Antioquia, quanto na deposição dos seis bispos arianos do Ilírico, e na estreita colaboração

---

[57] Sozômeno. *História Eclesiástica*, II, 751

[58] Os dois primeiros livros apresentam mais um caráter de tratado e de especulação ao passo que os outros três constituem, por sua vez, copiosa exegese neotestamentária.

[59] Macedonismo é uma heresia fundada por Macedônio, patriarca de Constantinopla, morto em 370. O prelado havia sustentado que o Espírito Santo não é Deus mas uma simples criatura, superior aos anjos e aos homens mas não participante de nenhum dos atributos divinos. Já Orígenes e Dídimo haviam-se empenhado em demonstrar a divindade daquele que Cristo chama de Paráclito.

do imperador com os padres do concílio de acordo com a lei de 21 de abril de 378. Poder-se-ia objetar que a oferta do "braço secular", em Sírmio, não apresenta muita importância pelo fato de já existir a lei de 21 de abril de 378. Não há dúvida quanto a isso, mas quem tem experiência na praxe legislativa sabe muito bem que uma lei, na sua formulação geral, pode receber, no curso de sua utilização prática, inúmeras medidas restritivas a ponto de transformá-la, às vezes, completamente. Isto significa dizer que a lei de 21 de abril podia ser regulamentada de tal modo a não funcionar no momento em que o concílio fizesse apelo ao "braço secular". No entanto, isso não aconteceu em Sírmio. O concílio decretou a deposição dos bispos e o imperador fez executar a sentença conciliar. Desta forma, a lei de 21 de abril entrava efetivamente no campo da aplicação prática e o Estado se encaminhava, em concreto, para se tornar o "braço secular" da Igreja.[60]

Em virtude da idade, do temperamento e da complexidade dos problemas a resolver, Graciano mostrou-se hesitante. Marcado ainda pela política paterna e, provavelmente influenciado por Ausônio, retornou, subitamente, após o desastre de Andrinópolis, à política de neutralidade, concedendo a todos a liberdade religiosa.[61] Esta atitude do imperador pode parecer, à primeira vista, contraditória, fruto de fraqueza. Na realidade, porém, é a aceitação da dura situação de fatos cujas conseqüências tentou atenuar com o recurso político-religioso. Após a grave derrota de Andrinópolis, onde os Visigodos, bárbaros de confissão ariana, derrotaram os romanos e foi morto Valente no campo de batalha, era oportuna

[60] Gigli, G. *Il regno dell'imperatore Graziano (375-383)*. p. 146-147.

[61] Cf. Sócrates, V, 2; Sozômeno, VII, 2.

uma política de distensão em tudo que pudesse colaborar para a paz religiosa e para a segurança comum. Este edito de Graciano deve ser considerado como uma oportuna flexibilidade do poder diante de uma situação nova da qual era preciso acercar-se para atenuar as conseqüências desastrosas.

Em julho de 379, em circunstâncias pouco conhecidas, Ambrósio reconquistou sua influência sobre o imperador, consolidada na primavera de 380 mediante troca de correspondência e um encontro pessoal.[62] De agosto de 379 em diante, Graciano seguirá progressivamente uma política intervencionista em favor da Igreja.

b) A nova política religiosa de Graciano

A nova política religiosa de Graciano tomou consistência e se definiu entre 3 de janeiro e 3 de agosto de 379. Ainda as moedas postas em circulação a 3 de janeiro uniam a efígie do soberano reinante com a dos símbolos pagãos. Porém, a emissão de 3 de agosto daquele ano foi a última de caráter pagão, ou melhor, foi a última na qual a efígie imperial aparece associada à de símbolos pagãos. Chamamos a atenção sobre esse fato porque os círculos pagãos de Roma, ainda poderosos diante da fraqueza do poder central, obtiveram um parcial sucesso: a imagem do imperador não aparece mais sobre as moedas com os símbolos pagãos (tal associação Graciano tivera força e coragem de romper), mas os senhores de Roma, especialmente aqueles mais devotados ao culto das divindades isíacas, lograram a permissão para cunhar moedas em

[62] Cf. Palanque, J.R. *Op. cit.*, p. 64-69 e 501-502.

nome do Estado, com a efígie de Sarápis isolada, sem a figura do imperador.[63]

O rescrito de 21 de abril transformara o Estado em "braço secular" da Igreja. Para se compreender melhor a importância dessa afirmação, será preciso alargar o quadro de nossas considerações para analisar como inicialmente o próprio cristianismo era visto pelo Estado do ângulo do governo espiritual dos povos. Em todos os tempos do mundo clássico e pós-clássico, os chefes de Estado, ainda não cristãos, eram considerados como "pastores dos povos". Não havia, portanto, súdito que pudesse celebrar atos de culto e, legitimamente, ensinar sem sua autorização. Isto em virtude do princípio superior de que a educação dos cidadãos pertencia ao Estado, indiferentemente monárquico ou republicano (pólis ou cívitas).

Depois do advento do cristianismo, os imperadores cristãos procuraram normalmente manter essa prerrogativa pagã, intrometendo-se em assuntos de âmbito propriamente eclesiásticos.[64] Os césares cristãos consideravam-se naturalmente, como os predecessores pagãos, "pastores do povo", exigindo muitas vezes que fosse ensinado ao povo sob sua tutela só aquilo que era do seu interesse. Por esse motivo, os cristãos nicenos (católicos romanos), não querendo submeter-se ao magistério ariano de Constâncio II e de Valente, foram perseguidos, assim como antes do reconhecimento de Constantino haviam sido perseguidos por Décio, Diocleciano e Galério.

---

[63] Alföldi, A. "Festival of Isis in Rome under the christian emperors of the IVth. Century", in: *Diss. Pannon.*, ser. II, fasc. 7, 1937.

[64] A intromissão dos imperadores no magistério eclesiástico já é perceptível em Constantino, e bem mais ainda em Constâncio e Valente.

Os cristãos, sentindo-se sempre perseguidos por motivos os mais diversos, chegaram à conclusão de que a única solução seria assenhorear-se do poder. O motivo era convincente: servir-se do poder como instrumento de formação, conversão, santificação e salvação dos homens. Dado que os homens devem ser plasmados espiritualmente, essa missão compete à Igreja porque para isso fora instituída pelo próprio Cristo: para tanto o Estado devia se adaptar à Igreja, transformando-a em "braço secular". Germes de uma tal concepção já se encontram em Atanásio e em Basílio de Cesaréia, mas Ambrósio sintetizou de forma mais completa e explícita esta teoria,[65] obtendo, inclusive, do imperador Graciano uma legislação baseada nesse princípio.[66]

Conhecemos os vínculos espirituais que uniam Ambrósio e Graciano, e sabemos também como Graciano foi, completa e definitivamente, influenciado por Ambrósio de julho de 379 em diante. Os efeitos desse relacionamento estão manifestos nas leis de 3 de agosto de 379, de 22 de abril de 380 e nas medidas contra o paganismo em 382.[67] Com essas normas e medidas, a *pars Occidentis* renunciava definitivamente à política de neutralidade religiosa, dando-se início à organização da Igreja tutelada pelo Estado onde o imperador é o protetor da ortodoxia e o adversário declarado de toda e qualquer doutrina não cristã e não ortodoxa.

---

[65] Ambrósio. *Epistola*, 11.

[66] CTh. XVI, 5, 5 (3 de agosto de 378); CTh. XVI, 5, 4 (22 de abril de 376 ou 378).

[67] Palanque, J.R. *Saint Ambroise et l'Empire Romain*, p. 119. O autor acredita que Santo Ambrósio é o promotor e o inspirador desses decretos imperiais. Prova-o com o ardor com que Ambrósio sustentou a contenda contra o culto pagão.

c) Graciano e o paganismo

Para situar mais precisamente o problema do paganismo na política religiosa de Graciano, será necessário remontar a alguns anos atrás. Após a morte Juliano, o Apóstata (†26.06.363), e de Joviano (†17.02.364), o exército, que voltava em grande desordem da desastrosa expedição contra os persas, escolheu Valentiniano como imperador. Este, movido talvez por força de circunstâncias históricas, implantou um sistema de completa neutralidade e tolerância religiosa. Conhecendo a situação do Império, não quis somar dissensões internas aos perigos externos.

Desde a morte de Juliano havia relativa convivência pacífica entre pagãos e cristãos. É provável que, se essa época fosse conhecida melhor, ver-se-ia suas importantes conseqüências para a definição do relacionamento entre paganismo e cristianismo. Quando as hostilidades recomeçaram em decorrência dos atos legislativos de Graciano, as duas religiões começavam a habituar-se uma à outra. Até Teodósio II, que em 416 excluiu formalmente os pagãos das funções públicas,[68] eram numerosos os adeptos da religião tradicional que ocupavam cargos entre as altas dignidades do Império e, ao que parece, quando eram nomeados, não lhes eram pedidas contas de suas crenças. Cristãos e pagãos tinham igualmente acesso junto aos príncipes e ocupavam os mesmos postos. Sentados nos mesmos conselhos, colegas nas mesmas magistraturas, associados aos mesmos empreendimentos,

---

[68] CTh. XVI, 10, 21 (7 de dezembro de 416): "Os que se contaminam com erro profano do rito ou crime pagão, isto é, os gentios, não sejam admitidos à milícia, nem sejam distinguidos com a honra de administrador ou juiz".

viam-se forçados a suportar-se mutuamente, a esquecer suas inimizades religiosas. As cartas de Símaco mostram que todas essas pessoas conviviam relativamente bem e que, no mútuo relacionamento, procuravam esquecer os preconceitos religiosos que os separavam. Entre seus correspondentes, ele nem sempre distingue entre os que professam o seu culto e o culto cristão; dirige-se a todos com a mesma cordialidade. O mesmo provavelmente ocorria nos diversos graus da hierarquia administrativa: os dois cultos, abrangendo a mesma realidade social, procuravam, de uma ou outra forma, harmonizar-se em nível de povo.

O resultado dessas mútuas complacências concorreu para que se constituísse no limite extremo entre os dois grupos uma gama de indiferentes e de indecisos. O poeta Ausônio, entre muitos outros, representa bem a classe alta da sociedade; eram certamente também numerosos entre as classes mais humildes, dos quais muitos praticavam ritos próprios, amalgamando os costumes, crenças e superstições do paganismo e do cristianismo. Tudo indicava que essa situação se manteria assim por muito tempo. Parecia que o jovem imperador, calmo, e moderado por natureza, conservaria da educação semi-pagã o respeito pelas instituições do passado e alguma complacência pelas divindades da Fábula. De fato, durante os primeiros sete anos de governo, conduziu-se, em relação ao paganismo, como o havia feito seu pai: o culto continuava sendo celebrado do mesmo modo como nos tempos passados. As cartas de Símaco, referentes a essa época, tratam a cada instante de cerimônias públicas e de sacrifícios solenes; todos os sacerdotes estavam nos seus postos e os pontífices se reuniam nos dias prescritos; os arúspices observavam os presságios e as vestais mantinham o fogo sagrado.[69] Aparen-

---

[69] Seeck, O. De Symmachi vita, in: *Monumenta Germaniae. Auctores Antiquissimi*, v. VI, 1.

temente nada havia mudado e tudo continuaria no mesmo ritmo. Nesse momento, no entanto, surge Santo Ambrósio, homem intransigente no relacionamento entre cristianismo e paganismo. Dada sua origem de família, sua posição social e sua capacidade intelectual, não hesitou em fazer valer sua influência junto ao imperador Graciano. Esta foi tão decisiva que a questão do binômio Igreja e Estado pagão foi resolvido definitivamente. Nesse sentido escreve Campenhausen: "A posição sincrética, politicamente suprapartidária do imperador, terminou com a imposição do princípio de Ambrósio. A partir desse momento, o imperador não podia mais ser neutro; devia tomar posição partidária pois, atrás dele, estava a Igreja, que não tolerava que ele desse, em momento algum, um passo atrás".[70] É de se notar que a solução de Ambrósio não era um juízo abstrato ou uma proposta teórica mas um princípio prático e definido que o imperador provavelmente adotou de início, contrário ao parecer dos conselheiros[71] e, depois, com o assentimento deles.[72] Cabe, sem dúvida, a Ambrósio o mérito da decisão final da luta entre os dois grupos e o estabelecimento sólido da religião cristã na vida pública do Império.

Em 382, a trégua foi rompida e o imperador recomeçou as hostilidades. Dessa vez as medidas foram habilmente ajustadas. Guardou-se da solicitude contraproducente de Constâncio, que tentara resolver tudo com um só golpe.

---

[70] Campenhausen. H. von. *Op. cit.*, p. 168; Cf. também Palanque, J.R. *Op. cit.*, 115 e ss.; Dudden, F.H. *Op. cit.*, p. 267.

[71] Cf. Ambrósio. *De obitu Valentiniani*, 19; Palanque, J.R. *Op. cit.*, p. 136, nota 74.

[72] Campenhausen, H. von. *Op. cit.*, p. 178: "Bauto e o comandante do exército Rumerido, ainda que zelosos pagãos desde a juventude, consentiram explicitamente".

Graciano deixou os templos abertos não proibindo as cerimônias e os sacrifícios. No entanto, adotou uma série de medidas decisivas que levaram ao resultado da separação (certamente não cordial) entre Estado e paganismo. Com essas medidas, Graciano laicizou o Estado Romano que, até então, era pagão.

Os textos de Símaco e de Ambrósio trazem ao nosso conhecimento duas dessas medidas que suscitaram a mais viva polêmica entre pagãos e cristãos no Senado romano e nos conselhos dos imperadores do Ocidente: a remoção do altar da Vitória da Cúria de Roma e a supressão dos estipêndios pagos pelo Estado aos sacerdotes pagãos e às vestais, bem como o confisco dos bens dos templos.[73] A estas duas, acrescenta-se uma terceira, em princípio não menos importante que as outras, mas que não agitou tanto a opinião pública: Graciano renunciou ao título de *Pontifex maximus* à pessoa do imperador.[74]

Analisaremos agora, uma a uma, as três medidas de Graciano para avaliarmos sua importância e alcance. Pela celeuma que despertaram, percebe-se que estas medidas legislativas atingiram o âmago do paganismo e o feriram mortalmente.

4 — A legislação religiosa de Graciano

a) A remoção do altar da Vitória

A deusa Vitória é uma abstração personificada. Como quase todas as divindades desse tipo, ela só recebeu tardiamente um culto distinto. Desde os tempos homéricos, a Vitória era considerada como um dom dos grandes deuses, em

---

[73] Ambrósio. *Epistola*, 17 e 18; *Relatio Symmchi Urbis praefecti*.

[74] Zózimo. *Storia Nuova*, v. 36. Quanto à data e conteúdo dessa medida, vide Palanque, J.R. "L'empereur Gratien et le grand pontificat paien", in: *Byzantion*, t. VIII (1933), p. 41-47.

particular de Zeus, e até o fim oficial do paganismo havia deuses concessores de vitórias.

Seu culto tem origem na mais remota antiguidade e, praticamente, se perde na noite do tempo. Em Roma parece ser anterior à importação da *Niké* grega. Para encontrar suas origens longínquas, é necessário remontar às antigas religiões itálicas. Sem dúvida, os romanos tiveram conhecimento de um tipo de *Niké* por intermédio da arte etrusca, seja para figurar seus *Lasas* familiares, seja como simples motivo de decoração;[75] contudo, nada prova que tenham adorado uma deusa personificando Vitória. Por outro lado, a *Vacuna* dos Sabinos, ainda popular no final do Império, era interpretada pelos romanos ora como deusa mãe e protetora dos campos (Ceres), ora como divindade caçadora e protetora dos bosques (Diana), ora como deusa guerreira (Minerva), como também uma vitória indígena (Vacuna); enquanto protetora de um sol e de um povo, reunia, de fato, todos esses caracteres. Todavia, desde o fim da República, começou a predominar a idéia de que se tratava de uma deusa nicéfora, isto é, concessora de vitória.

Varrão, considerado o maior intérprete da religião pagã do tempo de César, identifica Vacuna com Vitória, cujos altares trazem, como motivo de ornamento, a palma e a coroa, atributos ordinários da deusa Vitória. Há uma legenda que mostra Rômulo ordenando que se coloque no templo de Vulcano uma quadriga de bronze e sua própria estátua que o representa coroando a Vitória.[76] Segundo uma tradição, transmitida por Dionísio de Halicarnasso, o rei Evandro teria consagrado no Palatino um altar à Vitória, sendo-lhe oferecido a cada ano, no templo de Dionísio, um sacrifício instituído por esse grande rei.[77]

---

[75] Gerhard, O. *Etrusken Spiegel*, XXXVII, apud Saglio, M.E. *Dictionnaire des Antiquités grecques et romains*, t.V, p. 836.

[76] Plutarco. *Romulus*, 32.

[77] Dionísio de Halicarnasso, I, 32,5.

Somente no ano de 294 a. C., apareceu pela primeira vez na história de Roma um culto oficial em honra à deusa Vitória. Naquele ano, o cônsul L. Postúmio Megelo, antes de deixar a Urbe para combater os Samnitas, dedicou um templo em honra à deusa. Havia dado início à construção do mesmo durante o ano de sua edilidade curul.[78] Admite-se que tenha havido nessa época (294 a. C.), uma influência helênica através da Campânia. Já se erguia então, no Fórum, uma estátua da Vitória como as que eram vistas nas cidades gregas. Nesse sentido, moedas romano-campanianas que trazem no reverso a imagem de uma Vitória alada com a inscrição ROMANUS, datam do período compreendido entre 342 e 286 a. C. Foram cunhadas pelos generais de Roma que dirigiam a guerra contra os Samnitas.[79] A epigrafia mostra que na metade do século III antes da era cristã a influência grega tornou-se ainda mais evidente.

Em 195 a. C., o cônsul M. Pórcio Catão (Catão, o antigo), provavelmente durante sua expedição a Espanha, fez o voto de erigir um oratório (*aedicula*) em honra à Vitória Virgem; celebrou a dedicação da edícula dois anos mais tarde, no Palatino, nas vizinhanças do templo de Vitória.[80] Os dois cultos palatinos de *Victoria* e *Victoria Virgo* foram naturalmente associados, tanto que o aniversário de fundação dos dois cultos era celebrado no mesmo dia, ou seja, 1° de agosto.

No último século da República, as relações de Roma com o Oriente tiveram como conseqüência, entre outras, uma decisiva influência sobre o culto de Vitória. Já em 197 a.C., o conquistador da Macedônia, T. Quíncio Flamínio, mandara

[78] Tito Lívio. *Ab Urbe condita libri*, X, 33.

[79] Cohen, Henry. *Description historique des monnaies frappées sous l'Empire Romain, commument appelées Médailles Impriales*. t. I, p. 348.

[80] Tito Lívio, XXXV, 9.

cunhar um estáter de ouro com sua efígie e a da Vitória triunfante, imitação dum tipo monetário de Alexandre e dos reis macedônios, de quem pretendia ser sucessor.[81] Quando César erigiu uma estátua de Mário no Capitólio, cercou-a de Vitórias trazendo troféus.[82] No ano de 46 a. C., durante a procissão que antecedia os jogos, foram levantadas, lado a lado, as estátuas da Vitória e a do futuro ditador.[83] Roma e Itália seguiam o exemplo das cidades da Ásia, que levantavam estátuas dos imperadores romanos em seus templos de *Niké*. Se os jogos são uma tradição muito antiga do culto romano, é à maneira dos *Nikaia* que se fundam em Roma os *Ludi Victoriae*. Sila instituiu os primeiros jogos em honra de Vitória para comemorar sua vitória de Porta Colina (1º de novembro de 82 a. C.). Oficializados no seguinte pelo pretor Séstio Nônio, sobrinho do ditador, e celebrados ainda com grande esplendor no tempo de Augusto, os *Ludi Victoriae Sullanae* duravam sete dias, de 26 de outubro a 1° de novembro.[84] Esses jogos não existiam mais no século IV. Em 46 a. C., César criou novos jogos em honra à deusa Vitória, os *Ludi Victoriae Cesaris*.[85] Prometera-os a *Venus Genitrix*, antes da batalha de Farsália. Ao que parece, esses jogos não sobreviveram à dinastia Júlio-claudiana.

As denominações *Victoria Sullana*, *Victoria Caesaris*, não eram somente destinadas a estabelecer distinções necessárias, mas correspondiam a uma idéia religiosa que os romanos igualmente tomaram emprestado dos reinos helenísticos. À per-

---

[81] Babelon, *Monnaies de la Republique romaine*, t. II, p. 389-391.

[82] Plutarco. *Caesar*, 6. Cf. também Plutarco, *Sylla*, 6.

[83] Cícero. *Epistola*, XIII, 44.

[84] Cícero. *Verrinas*, I, 19, 31; *Corpus Inscriptionum Latinarum*, IX, 4769.

[85] Cícero. *Epistola*, XI, 28, 16.

sonalidade do *imperator*, como à do rei aliado ou inimigo de Roma, está ligada uma Vitória que lhe é própria e que representa seu poder vitorioso. As Vitórias pessoais do imperador manifestam a presença de sua divindade pelo feliz sucesso nas batalhas e nas necessidades por prodígios cuja freqüência atesta mesmo a importância do culto de Vitória.[86]

A Vitória pessoal, simbolizada por pequena estátua de ouro (*Victoriola áurea*) acompanhava o general em suas campanhas militares e era transportada por um soldado, com pompas e cerimônias.[87] Tal fetiche reproduzia o tipo das estatuetas de ouro que eram colocadas nas mãos das divindades portadoras da vitória.[88]

Desta forma foi alicerçado, na época da República, o destino desse culto tão caro ao Império. Apesar da influência helenística em sua evolução, conservou, no entanto, caráter eminentemente romano em virtude das condições próprias em que se desenvolveu. Diferentemente da Grécia, onde a Vitória era uma divindade pacífica, patrona dos jogos, em Roma a deusa era quase que exclusivamente militar, associada à glória das armas e à comemoração de vitórias. Na Grécia, os prêmios concedidos nos grandes jogos, corridas, lutas, concursos, não eram menos gloriosos que as recompensas atribuídas ao valor militar. Em Roma, cujos cidadãos eram apenas espectadores e onde predominavam os jogos do circo, as funções agonísticas da deusa perderam seu principal interesse; teriam talvez até perdido toda significação nacional se não possuíssem relação direta com os atributos guerreiros. Vitória participava da *pompa circensis*; ocupava, inclusive, aí, o

---

[86] Cf. Plutarco, *Sylla*, 15; *Brutus*, 44.
[87] Plutarco. *Brutus*, 44.
[88] Cícero. *De natura deorum*, III, 34.

primeiro lugar, ao menos no tempo de Augusto.[89] No entanto, a *pompa circensis* rememorava a pompa do triunfo que primitivamente coincidia com o início dos jogos votivos. A maior parte dos jogos estava relacionada com a história bélica de Roma, e muitos tinham como origem a comemoração de vitórias.[90] Em pouco tempo a deusa Vitória tornou-se uma divindade quase que exclusivamente militar, associada por Roma à glória de suas armas, associada pelos últimos generais da República ao sucesso de suas ambições e, por Otávio Augusto, à fundação do Império.

Otávio Augusto, com efeito, após a batalha de Ácio (31 a.C.) quando se tornou o soberano único,[91] instituiu a Vitória como divindade tutelar do novo regime, *Custos imperii Virgo*.[92] Na Cúria Júlia,[93] construída por César e dedicada por Otávio Augusto no ano 29 a. C., o príncipe rendeu à deusa significativa homenagem. Erigida em acrotério no cume do frontão, a deusa dominava o fórum.[94] Na sala de sessões havia um altar sobre o qual se encontrava uma estátua da Vitó-

---

[89] Ovídio. *Amor*, III, 2, 45.

[90] Marquardt, Joachim. *Le culte chez les Romains*. t. II, p. 248-250; 265-267; 273-274.

[91] A 11 de novembro de 43 a. C. foi instituído o triunvirato composto por Marco Antônio, Lépido e Otávio. No ano de 36 a.C. Lépido é afastado do triunvirato e a 2 de setembro de 31 a.C. Otávio, na batalha de Ácio, derrota seu rival Marco Antônio, aliado de Cleópatra, tornando-se senhor único de todo o Império. A 16 de janeiro de 27 a.C. o Senado confere a Otávio o título honorífico de Augusto.

[92] Claudiano. *Carmina omnia*, XXIV, 205-206.

[93] A Cúria Júlia chamava-se inicialmente *Cúria Hostília*. Foi destruída por um incêndio no tempo de Cícero e reconstruída por Otávio.

[94] Uma moeda de Augusto, cunhada entre 35 e 28 a. C., apresenta a fachada da Cúria. Cf. Babelon. *Op. cit*., t. II, p. 66, nº 16; Huelsen-Carcopino. *Le Fórum Romain*, p. 114, fig. 52 e p. 117.

ria, que seria uma obra de arte grega encontrada pelos romanos quando tomaram Tarento.[95] Posteriormente, havia sido adornada com os mais preciosos ornamentos trazidos por Otávio Augusto do Egito.[96] A deusa parecia presidir as deliberações do Senado,[97] uma vez que no início das sessões cada senador, antes de tomar seu lugar, oferecia vinho e queimava alguns grãos de incenso aos seus pés.[98] Uma festa anual, fixada no dia 28 de agosto, lembrava a dedicação da *Ara Victoriae*.[99] No dia 3 de janeiro, quando o Senado pronunciava os votos solenes pela saúde do imperador e pela prosperidade do Império, todos estendiam as mãos para a deusa, a salvação do mundo (*Salus generis humani*). Para ela, faziam o mesmo gesto quando prestavam juramento de fidelidade ao novo imperador.[100] Entende-se daí a proclamação de Claudiano: "A própria Vitória com suas asas tutelares cobre a magistratura romana reunida em seu templo, e com seus pomposos troféus orna o augusto santuário onde se reúnem os senadores."[101]

Esta mística sobreviveu a Augusto e, com o passar do tempo, transformou-se em símbolo dinástico. Quando o Império foi partilhado entre os vários Augustos e vários césares, aconteceu também uma espécie de fragmentação da Vitória em *Victoriolae* oficiosas. Mas a própria Vitória, simbolizada em cada parte do Império por uma estatueta de ouro, mante-

---

[95] Boissier, G. *Op. cit.*, t. II, p. 260.

[96] Cf. Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 27-38.

[97] Suetônio. *Octavius*, 100; *Corpus Inscriptionum Latinarum*, VIII, 1823.

[98] Suetônio. *Octavius*, 35.

[99] *Corpus Inscriptionum Latinarum*, I, p. 237.

[100] Símaco. *Relatio*, 5.

[101] Claudiano. *Carmina Omnia*, XXVIII, 597-599.

ve-se una e única. Esta unicidade da Vitória subsistiu na tetrarquia: os Augustos e os Césares aparecem nas moedas, mesmo quando há partilha territorial, sustentando um globo encimado pela Vitória, ou de mãos dadas diante da deusa que pousa suas mãos nos ombros de ambos num gesto de contato benéfico.

Sob Constantino e seus sucessores, a mística da Vitória permaneceu viva. Apesar dos juramentos militares: "por Deus, por Cristo, pelo Espírito Santo" o Imperador invencível (*Imperator invictus*) ou Invencibilíssimo (*Invictissimus*) era rodeado de veneração; não deixava de representar a encarnação da Vitória que mantinha os homens em sua felicidade e Roma na sua glória.[102]

Para os Romanos, foi Vitória quem fundou a Império; chamavam a nova era de "era da Vitória" (ἔτος νίκης). Era por ela que o Império se perpetuava (*Victoria perpetua*). O culto da deusa tornou-se hereditário na casa imperial. Não era somente uma das divindades protetoras do Augusto: *Victoria Augusta*, Co*nservatrix dominorum nostrorum*, mas, era sua companheira: *Victoria comes Augusti*. O Imperador Postúmio lhe dera esse título nas moedas[103] e Símaco inscreveu-o no pedestal de uma Vitória de bronze que dedicou, em 364, na ponte Valentiniano sobre o Tibre.[104] Da mesma forma, a deusa aparece também figurada nos monumentos onde precede, segue ou sobrevoa o imperador; ela o coroa enquanto sacrifica, dá audiência, instrui suas tropas, combate, triunfa e, enfim, está nas cenas de apoteose. Os monumentos e as moedas mostram o papel efetivo da deusa no cerimonial da corte e na vida religiosa do príncipe.

---

[102] Bloch, R. e Cousin, J., *Roma e o seu destino*, p. 386.
[103] Cohen. *Op. cit.*, t. V, p. 56, nº 301.
[104] *Bull. Archeol. Comum. di Roma* (1892), p. 73.

Sob os mais diversos aspectos recebeu estátuas, altares e templos em todo o Império Romano, principalmente nas fronteiras, regiões ocupadas pelas tropas, pois era, como já acentuamos, uma divindade relacionada preponderantemente com o exército.[105] Rendiam-lhe também culto nos campos. A veneração era muitas vezes associada a outras divindades. Se a Vitória se manteve una, recebeu, contudo, qualificações diversas cujas sucessivas orientações merecem ser aqui destacadas. Desde o início, os laços sagrados prendiam-na ao ciclo de Júpiter que sempre representou para os romanos o deus da conquista e do triunfo (*propagator Imperii, Triumphator*). Era adorada no templo de Júpiter *Optimus Maximus* no Capitólio, onde recebeu imagens. Entre as outras grandes divindades do Panteão imperial, Marte a tomava especialmente por companheira. Moedas imperiais mostram Marte triunfante. Esteve também associada ao culto de Vênus e, sobretudo, ao de Hércules, enquanto não havia sido introduzido o culto do Sol, força cósmica em que há reminiscências apolínicas.

Depois da "conversão" de Constantino e da mudança de seu cognome de *Invictus* para *Victor*, a idéia de Vitória subsistiu. Não tinha mais, na verdade, o mesmo conteúdo, visto que se tratava daí em diante do Deus dos cristãos; contudo, também nesse ponto parece ter havido contatos entre a *Victoria Felix* e a *Victoria Aeterna*, a *Victoria Aeterna* e o triunfo de Cristo. Na própria arte sacra, a iconografia tomou emprestado, na representação de Cristo em majestade, o tipo do príncipe triunfante e, como na arte profana, quer na época de Augusto ou no fim do Império, sobretudo no fim do século III, o im-

[105] Tertuliano. *Apologética*, 15.

perador representado de pé ou montado num cavalo precedido de uma Vitória, levava um globo encimado por uma Vitória – tema cósmico e de triunfo.[106]

Desde Constantino, a Vitória do Senado adquirira grande significado e extraordinária importância na opinião pública. Tornara-se aos olhos dos pagãos e cristãos algo de não simples e inofensiva alegoria. Os dois grupos reconheciam nela o símbolo do paganismo do qual ela consagrava a preponderância oficial. Durante a luta dos dois grupos, o altar da Vitória sofreu vários revezes. Quando o Imperador Constâncio veio pela primeira vez a Roma, em abril de 357, exigiu a remoção do altar da Vitória da Cúria Júlia, determinação essa que estava em conformidade com a política religiosa do imperador.[107] Após sua partida, a facção pagã do Senado, naquela época ainda maior que a dos cristãos em número e influência, recolocou no mesmo lugar o altar. Juliano o restabeleceu oficialmente e Valentiano, fiel à política de tolerância religiosa, respeitou-o.[108] No tempo de Graciano ocupava tranqüilamente o antigo lugar.

O Imperador Graciano, renovando os projetos de Constâncio, e querendo ser conseqüente consigo mesmo, fez remover definitivamente o altar. O que aborrecia os cristãos não era tanto a estátua que, como obra de arte grega, os mais cultos já estavam inclinados a aceitar,[109] mas o altar a ela dedicado. A ordem de Graciano provavelmente só dizia respeito ao altar (que servia ao rito) e não à estátua que, segundo mui-

---

[106] Bloch, R. e Cousin, J. *Op. cit.*, p. 386.
[107] Símaco. *Relatio*, 4.
[108] Símaco. *Relatio*, 3.
[109] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 39 e ss.

tos autores, ficou *in loco*.[110] A Vitória continuou a figurar nos monumentos e nas moedas, purificada pela aliança com o monograma de Cristo.[111] Honório e Valentiniano aparecem tendo numa mão a Vitória e na outra o *Labarum*. A *Victoria Augustorum* se encontra nas moedas do último imperador romano do Ocidente, Rômulo Augústulo.[112] Mesmo sob Justiniano, o símbolo de Vitória estava ainda ligado à pessoa do imperador. Desprovida do caráter cultual pagão, a imagem não perdeu totalmente sua significação religiosa. Se a Vitória não era mais uma divindade, consideravam-na como um benefício divino, como a graça suprema que o imperador e os súditos do Império podiam pedir a Deus diante das ameaças cada vez mais perigosas dos bárbaros.

Graciano, ao fazer desaparecer o altar do seio da Cúria, deu origem a um debate entre a aristocracia pagã e os imperadores cristãos cujo alcance, circunstâncias e conseqüências analisaremos cuidadosamente mais adiante. Observa Palanque: "É à volta desta fria divindade que se desenrola, então, a luta entre as duas religiões: seu ídolo torna-se como que a

---

[110] Os que sustentam esta tese (Puech, *Prudence – Étude sur la poesie latine du IVe. siècle*, p. 192; Casini, N. "Le discussioni sull 'Ara Victoriae' nella Cúria Romana", in: *Studi Romani*, t. V, p. 504) baseiam-se num texto de Claudiano (*De laudibus Stiliconis*, III, 213) e Prudêncio (*Contra Symmachum*, I, 50). Acerca da distinção entre a estátua e o altar, vide Picard, C. "La Victoire d'Auguste dans la Curie Romaine", in: *Revue Arqueologique*, XIII (1939), p. 270 e ss. Entre os que defendem a tese de que tanto o altar como a estátua foram removidos, destacam-se: Allard, P. *Le christianisme et l'Empire Romain de Néron a Théodose*, p. 253; Beugnot, A. *Op. cit.*, t, I, p. 328. Este autor diz textualmente: "(Gratien) donna l'ordre d'enlever du lieu des séances du sénat l'autel et la statue de la Victoire".

[111] Cohen, H. *Op. cit.*, t. IV, p. 164; p. 444; p. 504.

[112] Cohen, H. *Op. cit.*, t. VI, p. 532.

entrada e o símbolo do combate que ainda por quatro ou cinco vezes, se reanimou no curso dos doze anos seguintes".[113]

Estudiosos têm se perguntado sobre os motivos que levaram Graciano à decisão de remover o altar da Vitória. As outras medidas adotadas por esse soberano contra a religião tradicional eram de caráter geral e diziam respeito a todo o Império, enquanto que esta interessava unicamente à cidade de Roma e tinha caráter tão-somente formalístico.

O paganismo via, a cada dia, diminuir o número de seus partidários e já não combatia mais com a antiga energia. O desânimo, a indiferença e a ambição lhe desfechavam golpes não menos cruéis que o cristianismo, mas quanto mais as circunstâncias se tornavam desfavoráveis, mais o Senado redobrava seu zelo pelos interesses do antigo culto, não desistindo da causa dos deuses. Longe de esmorecer diante do êxito do inimigo, esforçava-se para conservar, sem alteração, o caráter pagão de que estava revestido, e para merecer a bela qualificação de *pars melior generis humani*[114] que lhe era conferida por todos os amigos deuses. O Senado não tinha mais, durante o quarto século, a mesma autoridade dos séculos anteriores. Sujeito à corte imperial, denunciado constantemente pela minoria cristã que havia em seu meio, sentia que sua tarefa consistia não em atacar as novas idéias, mas em defender o que ainda restava da antiga sociedade e, sobretudo, de não permitir que o espírito de inovação penetrasse em seu seio.[115] Depois de Constantino, o Senado havia seguido abertamente esta linha de conduta com firmeza e sem medir esforços. Durante todo esse período, canalizou seus esforços em

---

[113] Palanque, J.R. *St. Ambroise et l'Empire Romain*, p. 118.

[114] Símaco. *Epistola*, I, 46.

[115] Beugnot, A. *Op. cit.*, t. I, p. 411.

apoio dos romanos que haviam permanecido fiéis aos deuses e às antigas instituições, a todos aqueles que viam no poder do cristianismo o princípio da decadência do Império; enfim, a todos aqueles que olhavam com inquietude, mas sem preocupação religiosa, a sociedade marchar por novos caminhos pouco conhecidos. Esta antiga e venerável instituição elevava-se no meio de todas as paixões anticristãs e, dando-lhes cobertura, as enobrecia.

A política religiosa de Graciano levou o Senado a mudar de tática. Em vez de atacar, como havia feito no passado, era preciso agora defender-se a si mesmo. As causas de divisão existentes na sociedade haviam penetrado, com o tempo, no próprio Senado a ponto de nele haver, na época que estamos analisando, um verdadeiro "partido pagão" e um "partido cristão". A minoria cristã (!), até então circunspeta e silenciosa, compreendeu que, sustentada pelos imperadores e pelo espírito geral que dominava a sociedade, tinha condições de suprimir ao Senado o caráter de instituição pagã e com isso se justificaria da censura que lhe era feita de tomar parte nas deliberações de uma assembléia onde se queimava incenso em honra dos deuses. Um meio muito simples se apresentou para começar a difícil empresa: convencer Graciano a seguir o exemplo de Constâncio e a ordenar que o altar fosse retirado da Cúria. Essa solicitação parecia estar de acordo com o princípio da liberdade de culto, que advogava eximir os senadores cristãos da obrigação de assistir a cerimônias pagãs tornando-se, ainda que por sua presença forçada, cúmplices de muitos atos que sua consciência reprovava. Os senadores cristãos seguiram, com efeito, esse plano. A maioria pagã (!) compreendeu o alcance do objetivo das reclamações e exigências dos cristãos. Percebeu muito bem que não se tratava de remover um simulacro pagão, nem tão pouco, como se dizia,

de fazer uma justa concessão aos direitos da minoria cristã, mas de subtrair ao Senado o caráter de instituição religiosa que havia recebido desde sua criação e que, através dos tempos, havia se esforçado para conservar. Não se pode desconvir que as astúcias da minoria fossem muito hábeis: o imperador sendo cristão, o sacerdócio estando privado das rendas, como veremos adiante, que mais faltaria para completar a ruína das antigas instituições religiosas, senão impor ao Senado o selo do cristianismo?

A ordem de Graciano de retirar do interior da Cúria o altar (e a estátua) da Vitória foi sem dúvida uma medida dolorosa para os partidários do antigo culto. Este "ato de violência" perpetrado contra a mais venerável de todas as instituições do Império, pareceu aos pagãos um atentado não menos criminoso que aquele do qual Constantino se tornara culpado.

b) Supressão das subvenções estatais às vestais e ao clero pagão

Havia, em Roma, o "magistrado sacerdotal" que presidia os ritos e cerimônias religiosas. A tradição atribui sua criação a Numa.[116] Segundo Tito Lívio,[117] o próprio rei realizava a maior parte das funções sacerdotais. Todavia, prevendo que seus sucessores teriam de sustentar freqüentes guerras e, por isso, não podendo atender às exigências dos sacrifícios, instituiu os sacerdotes – flâmines – para substituírem nessa função os reis quando estes estivessem ausentes de Roma.[118]

---

[116] Cícero. *De oratoria*, III, 19; Dionísio Halicarnasso, II, 73

[117] Tito Lívio, I, 20.

[118] Tito Lívio, IV, 4.

Desde o começo estiveram organizados em "corporações" ou "colégios", com caráter oficial. Inicialmente, o número de pontífices era de três: um para cada tribo. Segundo Cícero, Numa criou cinco pontífices, isto é, um colégio de seis membros dos quais um era o rei.[119] Estes eram os pontífices chamados "maiores"; o mais antigo deles levava o nome de *maximus*. Além disso, havia um certo número de empregados, escribas ou secretários, que ajudavam o colégio dos pontífices maiores nas funções e administração e que receberam, por extensão, também o nome de pontífices. Porém, para distingui-los dos demais, mereceram, provavelmente no tempo de Sila, o qualificativo de "menores".[120] Durante a monarquia o próprio rei presidia e nomeava os pontífices maiores, sendo os menores designados pelo colégio.

Os pontífices não estavam, ao menos no início, adscritos ao culto de uma divindade determinada. Sua missão primordial e mais importante consistia em velar pela observância do culto em geral. Todavia, pela íntima relação que o direito religioso tinha com todos os atos da vida civil e política, esta missão acarretou importantíssimas atribuições particulares, a saber:

- O ofício próprio dos pontífices era conservar, elaborar e formular o direito sagrado (*fas*): eram os "teólogos" e "canonistas", os legisladores do culto e os mestres do direito sagrado.[121]
- Compor o calendário e assinalar os dias fastos e nefastos. Cabia-lhes decidir tudo o que dizia respeito ao cômputo do tempo, em ocasiões e até em assuntos particulares.

---

[119] Cícero. *Republica*, II, 14.

[120] Tito Lívio, XXII, 57; vide também Macróbio. *Saturnalia*, I, 15, 9 e 19.

[121] Cícero. *De dom*., 39; Dionísio Halicarnasso, II, 73.

– Fazer-se presente e atuar em todas as solenidades e atos importantes da vida que, de algum modo, tinham caráter religioso e que se dizia serem feitos *ex pontificio iure*.[122] Daí se compreende a imensa importância do direito religioso e dos pontífices na vida civil.
– Punir os delitos religiosos, impondo penas pecuniárias ou corporais, inclusive a pena de morte.

Os sumos-pontífices tinham jurisdição sobre os pontífices de segunda ordem (os menores) e particularmente sobre as virgens de Vesta, sacerdotisas *ingenuae et clarissimae*. As cartas de Símaco nos informam a esse respeito. Escreve ele a um prefeito: "Segundo o uso e as instituições de nossos ancestrais, a pesquisa sobre o incesto de Primigênia, sacerdotisa de Vesta em Alba, é devolvida a nosso colégio. As declarações provam que o delito foi cometido; donde resulta que ela desrespeitou o pudor sagrado e que Máximo é cúmplice desse horrível crime. Trata-se, agora, de fazer conhecer a severidade das leis àqueles que violaram as cerimônias públicas com um abominável crime. A conduta que deves seguir está indicada por um exemplo recente. Dignar-te-ás, pois, consultando o interesse da República e as leis, vingar, como tens o direito, um crime que até esse dia tem sido severamente punido".[123]

No requerimento em que solicita a aplicação da pena capital para os culpados, Símaco assim se expressa: "Segundo exemplos recentes, nosso mui ilustre e excelentíssimo irmão, o Prefeito da cidade, remete ao nosso colégio a punição do incesto cometido por Primigênia, sacerdotisa de Alba. A carta

---

[122] Cerimônias *ex pontifício iure* eram: matrimônio, adoção, sepultura, dedicação de templos, preces públicas, reuniões dos comícios, etc.

[123] Símaco. *Epistola*, IX, 147.

contém graves considerações. Ele crê que não é conveniente que tão grandes culpados sujem por sua presença os muros da cidade eterna. Quanto ao crime, devendo ser expiado onde foi cometido, julgamos que seja necessário entender-nos com as autoridades locais e com o oficial encarregado do exercício do direito nas províncias, para que se puna, segundo o costume, Primigênia, que violou os mistérios das cerimônias públicas, bem como seu corruptor, Máximo, que não nega seu crime. Dignar-te-ás, pois, tendo em consideração as declarações que fizeram conhecer esse horrível drama, vingar pelo suplício, os criminosos, a honra dum século mui casto".[124]

Há dúvidas se essa jurisdição se estendia tão-somente à autoridade dos pontífices maiores ou a todos os que cometessem algum delito contra a religião, isto é, se era jurisdição em razão das pessoas ou em relação aos delitos. Os primeiros se fundam na aplicação da pena de morte às Vestais e a um pontífice menor; os outros se apóiam nos escritos de Cícero para provar a universalidade da autoridade dos pontífices.[125]

Outra função que os pontífices desempenhavam em caráter profissional era a redação sucinta de uma espécie de crônica ou registro dos fatos notáveis ocorridos durante o ano em curso. Tais registros nos são conhecidos com o nome de *Annales Maximi*. Segundo a tradição baseada em Cícero,[126] Virgilio,[127] Aulo Gélio,[128] os pontífices, por extensão de suas funções relativas à formação do calendário, começaram a redigir uma "tábua anual" que continha , além do nome dos

[124] Símaco. *Epistola*, IX, 148.
[125] Cícero. *De legibus*, II, 9.
[126] Cícero. *De oratoria*, II, 12.
[127] Virgílio. *Aeneida*, I, 373.
[128] Aulo Gélio. *Noctium atticarum*, II, 28.

magistrados, uma espécie de crônica em que faziam constar brevemente os acontecimentos mais notáveis, tais como, as guerras, as colonizações, pestes, fomes, eclipses, prodígios, falecimento de sacerdotes e homens notáveis, decretos do povo e a situação do erário. A tábua era exposta ao público na casa do *pontifex maximus*, passando-se depois o original ou uma cópia para os arquivos pontifícios.

Com a abolição da monarquia, o colégio dos pontífices adquiriu importância ainda maior. Emancipou-se de toda tutela da ordem civil e reivindicou para si a faculdade, que antes tinha o rei, de eleger livremente seus membros, cabendo a presidência do colégio ao *pontifex maximus*. Assim constituído, o colégio passou a ser poderoso instrumento político nas mãos dos patrícios, únicos que tinham o direito de tomar parte do mesmo; porém, quando a tradição foi perdendo sua antiga força e a plebe alcançou igualdade política e civil com o patriciado, os plebeus pleitearam participar do pontificado, o que conseguiram com a lei Ogúlnia (300 a.C.) elevando para nove o número de pontífices. A lei ordenava que quatro fossem patrícios e cinco plebeus. A reação aristocrática, que desembocou na ditadura de Sila, elevou para quinze o número de pontífices.[129]

O aumento do número dos pontífices e a decadência das crenças religiosas romanas em conseqüência da admissão das divindades orientais, tiveram funesta influência no organismo do colégio pontifical.

Na época imperial, os próprios imperadores assumiram a direção suprema da religião e do culto oficial. O imperador era, de direito, o *pontifex maximus* e os indivíduos de sua fa-

---

[129] Tito Lívio, *Epistola*, LXXXIX.

mília, os membros do colégio, fazendo-se a designação daquele e destes pelo Senado.

***

Além do magistrado sacerdotal, havia também, em Roma, outra instituição religiosa intimamente ligada ao colégio pontifício: eram as Vestais, sacerdotisas destinadas ao culto público de Vesta. Foram instituídas para conservar o fogo sagrado e custodiar os penates da cidade, pois, acreditava-se que o destino de Roma estava associado a esse fogo. Formavam uma instituição genuinamente romana. Embora houvesse entre outros povos, como por exemplo da Grécia, todavia, só em Roma o culto foi associado aos destinos da cidade.

A tradição afirma que a criação das vestais, como sacerdotisas colegiadas ao serviço do Estado, se deve ao rei Numa que nomeou quatro.[130] Mais tarde, no tempo de Sérvio Túlio, o seu número foi aumentado para sete. Esse número se manteve inalterado até a extinção da instituição. Em consonância com o alto significado do fogo sagrado que Cícero chama de *foci publici sempiternum* e o sacerdócio destinado a conservá-lo (*sanctissimum sacerdotium*), estavam as qualidades, as honras e as responsabilidades das virgens sagradas.

As vestais eram escolhidas entre moças puras e virgens. Ovídio diz que a razão disto obedecia ao fato de que Vesta também estava adornada com essas virtudes. Quando se fazia necessário substituir uma, o sumo pontífice buscava, entre as famílias romanas, 20 virgens de seis a dez anos. Elas deviam ter pai e mãe vivos, ser de família livre e não ter o menor defeito físico. Além disso, exigia-se que fossem as mais

[130] Tito Lívio, I, 20.

belas e mais bem constituídas fisicamente. Estando reunido o número prescrito, era sorteada aquela que devia exercer o cargo; era retirada do seio de sua família e, a partir daquele momento, cessava a autoridade dos pais sobre ela. Conduziam-na ao templo, onde lhe cortavam os cabelos. A partir de então, a futura vestal não se ocupava mais com outra coisa além do estudo de seus novos deveres. Elas passavam a vida instruindo-se, servindo à deusa e formando e instruindo as novas sacerdotisas. Suas funções, segundo alguns autores, dividiam-se em três ciclos pelos quais passavam sucessivamente. O templo era sua única mansão e nada podia dispensá-las de habitar fora do mesmo, exceção feita em caso de grave enfermidade quando a paciente necessitava de outro ambiente. Nesse caso, o sumo pontífice a entregava aos cuidados de alguma dama romana de boa reputação e virtude reconhecida.

Durante os dez primeiros anos a vestal era submetida a uma espécie de noviciado. Nesse período a noviça era instruída nos mistérios do culto de Vesta. Nos dez seguintes, desempenhava a função específica como sacerdotisa de Vesta, e nos dez últimos se dedicava à instrução das noviças.[131] Passados os trinta anos, podia renunciar ao sacerdócio, desligar-se da instituição e contrair matrimônio, perdendo por completo o caráter que tivera antes como sacerdotisa.[132] A maioria delas, no entanto, ao deixar o templo, continuava solteira, enquanto que outras continuavam servindo no templo.

A idade determinava a presidência do culto. A mais velha, a quem cabia essa tarefa, era denominada "Grande Vestal". A ocupação essencial e mais importante, que exigia toda a

---

[131] Dionísio de Halicarnasso, II, 67.

[132] Dionísio de Halicarnasso, II, 37. Aulo Gélio. *Noctium Atticaram*, VII, 7.

atenção da vestal, era a manutenção do fogo sagrado.[133] Este fogo ardia necessariamente dia e noite. À extinção do mesmo atribuíam-se as mais funestas conseqüências. À crença de que o resplendor do fogo era motivo de feliz augúrio, vinha associada a idéia de que sua extinção era presságio de grandes males. A vestal irresponsável era castigada severamente com o látego, por um sacerdote.

A sacerdotisa que violasse sua virgindade era castigada com mais rigor que aquela que deixasse apagar o fogo sagrado. No tempo de Numa era lapidada; uma lei posterior ordenava que a infratora tivesse a cabeça decepada. Durante o governo de Tarquínio, o Velho, foi introduzido o suplício de enterrá-la viva. Esse suplício tornou-se tradicional para aquela que fosse infiel ao "voto" de castidade.[134] No fim do século IV, estava ainda em vigor esta antiga legislação.[135]

A instituição vestal, órgão dependente do Colégio dos Pontífices, manteve-se durante mais de um milênio com grande luxo e esplendor. Alcançou seu grau mais alto e maior importância na época do Império. Se, por um lado, os deveres impostos a elas eram rigorosos e penosos, por outro lado, desfrutavam também de grandes privilégios, honras e distinções. Era-lhes permitido assistir aos espetáculos públicos onde tinham até lugares reservados.[136] Quando saíam em público, eram precedidas por um lictor para protegê-las contra qualquer insulto e fazer-lhes honra. Foram cumuladas com a honra de serem sepultadas na cidade, honra esta concedida somente a peque-

---

[133] Cícero. *De legibus*, II, 8 e 20; Tito Lívio, V, 52 e XXVI, 27.

[134] Tito Lívio, XXII, 57.

[135] Símaco, *Epistola*, IX, 148.

[136] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 1109-1113; Cf. também Thierry, C. "Amphitheatrum", in: *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines* de Daremberg, p. 246.

no número de famílias ilustres que haviam prestado relevantes serviços à pátria. As vestais eram muito respeitadas: intervinham para estabelecer a paz entre famílias, reconciliar os inimigos, proteger o fraco e desarmar o opressor. Em suas mãos depositavam os maiores e mais importantes segredos. Muitos cidadãos lhes entregavam seu testamento.

Seu traje era a *pretexta*, um manto branco que lhes caia sobre um dos ombros, deixando o outro braço a descoberto. O vestido era uma túnica de linho. A vestimenta, no seu conjunto, de início muito modesta, tornou-se luxuosa no decorrer dos tempos, graças às subvenções do Estado e dos donativos de pessoas piedosas de Roma.

***

Pelo que acabamos de ver, os pontífices e as vestais tinham importância vital na organização religiosa do Estado romano. Esta importância ganhou significado ainda maior quando, na época imperial, Augusto tornou-se, de direito, o *Pontifex Maximus*, isto é, o chefe supremo da religião oficial do Estado. Desde Constantino até Graciano, os próprios imperadores que haviam legislado contra o paganismo, continuavam sustentando-o financeiramente. Constâncio não só desempenhou a função de pontífice supremo nomeando sacerdotes, mas até reservou verbas do erário público para templos e cerimônias.[137]

Graciano, no entanto, foi mais lógico e mais conseqüente em sua linha de conduta no campo da política religiosa: sendo cristão, não podia manter e sustentar o culto pagão. Rompeu o vínculo que fazia do Estado Romano um Estado pagão.

---

[137] Allard, P. *Le christianisme et l'empire romain de Néron a Théodose*, p. 255.

Não proscreveu, nem proibiu quaisquer atos de culto pagão: apenas fez do paganismo um culto privado, com o direito de existir, é verdade, mas não às custas de subsídios oficiais. A medida é resultante de uma ou várias leis, cujos textos desapareceram. Referências a elas, porém, chegaram até nós através de escritos de Símaco,[138] Santo Ambrósio[139] e de uma lei posterior, inserida no Código Teodosiano.[140] Estas determinações suprimiam os privilégios e as isenções dos sacerdotes pagãos; as verbas destinadas à manutenção dos sacrifícios e festas públicas passaram a ser divididas e destinadas ao tesouro público e à caixa do prefeito do pretório; os ordenados pagos às vestais, aos sacerdotes e a outros servidores do altar foram destinados para a manutenção do correio imperial; enfim, todas as terras pertencentes aos templos foram convertidas em propriedade do fisco; as mesmas normas declaram caducas as doações ou heranças de imóveis feitas aos templos e seus servidores.[141]

Estas determinações provêm de Milão onde residia então o imperador e onde este estava em contato direto com Santo Ambrósio, homem de Igreja e de Estado e provável inspirador dessas medidas. Foi o primeiro bispo que teve acesso ao conselho do soberano em questões de ordem política. Constantino dera sua confiança sucessivamente a Ósio de Córdova e a Eusébio de Nicomédia; Constâncio conquistou para seu campo de interesses os bispos da corte; entretanto, esses príncipes só se limitavam a pedir conselhos em questões religiosas e não políticas. Com Graciano e seus sucesso-

---

[138] Símaco. *Relatio*, 14.

[139] Ambrósio. *Epistola*, 17; 18; 37; 57.

[140] CTh., XVI, 10, 20 (30 de agosto de 415).

[141] Boissier, G. *Op. cit.*, t. II, p. 260-261.

res a situação de Ambrósio era bem diferente. Embora sem título oficial, era, no entanto, consultado para a redação de leis, ou então designado como intermediário entre uma facção do Senado e o consistório imperial; outras vezes era convidado como delegado nos casos aparentemente sem solução; era conselheiro prudente, hábil diplomata, dominador das massas ou protetor dos príncipes. Com sua experiência de antigo magistrado, o rigor a e precisão de seu espírito, o conhecimento da aristocracia romana – de quem por nascimento e relacionamento fazia parte –, Ambrósio percebeu claramente o ponto onde as circunstâncias presentes permitiam atingir fatalmente a facção pagã. O golpe foi duro para o antigo culto: o paganismo não tinha outro maior atrativo que a beleza de suas festas e o esplendor de suas cerimônias. Com elas, contava para manter os antigos adeptos e conquistar novos. Mas essa pompa custava caro e só o Estado era suficientemente rico para custeá-las. A antiga religião só tinha condições de subsistir mediante o apoio do Estado. Compreende-se que no edito de Graciano o ponto mais irritante, mais penoso para os pagãos, era aquele de caráter econômico. Era de se esperar que, com a recusa de subvenção pelo Estado, pessoas particulares tomariam a iniciativa de fazê-lo. De fato, alguns, os mais sinceros e mais obstinados, tentaram demonstrar que era possível sobreviver sem os favores oficiais. Há uma inscrição dessa época em que um devoto, tendo construído, às suas custas, um templo de Mitra, diz que não lamenta o gasto feito: "Não enriquece quem partilha sua pequena fortuna com os deuses?"[142] Infelizmente o antigo culto pôde contar com poucos e por pouco tempo com esses bons sentimentos, pois de-

[142] *Corpus Inscriptionum Latinarum*, t. VI, 1, 754.

pressa os particulares deixaram de partilhar com os deuses sua grande ou pequena fortuna.

A situação do paganismo, ainda que tivesse encontrado no devotamento de alguns fiéis o meio de subvencionar os gastos de um culto suntuoso, permanecia, todavia, transformada pelos editos de Graciano. Até então, sendo a religião oficial e nacional, representava o Estado e se confundia com a pátria. Quem se negasse a observar suas práticas não era somente um ímpio, mas um mau cidadão que se excluía da lei do Estado. A verba que o tesouro público lhe concedia era o sinal visível desta união do Estado e da religião. Desde o momento em que os gastos do culto não eram mais pagos, o acordo estava rompido e a religião perdia seu privilégio mais precioso e sua principal razão de existir.

c) A rejeição da veste e do título de *Pontifex maximus*

Na época imperial, o Augusto era também, de direito, o chefe supremo da religião. Enquanto no Oriente o imperador se constituía em obstáculo para os cristãos,[143] no Ocidente o poder imperial rompia pela primeira vez seus liames oficiais com o paganismo. Aquilo que não ousou fazer o todo poderoso Constantino, o que o prudente Valentiniano nem sequer teve a idéia de tentar, seu filho Graciano empreendeu com a audácia própria do jovem, mas também como um espírito tenaz que mostra uma decisão maduramente refletida.

Quando assumiu o governo, nos últimos dias de 375, o colégio dos pontífices teria oferecido a ele, como de costume,

---

[143] Trata-se do imperador Constâncio, de confissão ariana e adversário dos cristãos nicenos (católicos). Vide nota 172, capítulo I.

as insígnias do sumo pontificado. Graciano teria recusado aceitá-las. "Uma tal vestimenta, teria dito ele, não convém a um cristão".[144] Esta decisão, sem ser um atentado à liberdade de culto, nem aos privilégios do culto pagão, resume a política religiosa de Graciano, de separação entre Estado e paganismo.

O historiador bizantino Zósimo é o único a fazer menção direta a esse ato num texto cuja data muitos escritores tem posto em dúvida: "No ato da posse de um novo soberano, é-lhe apresentada também pelos pontífices a veste sacerdotal, e imediatamente é inscrito como pontífice supremo, isto é, como sacerdote do colégio dos pontífices. Todos os imperadores sempre testemunharam a maior diligência em receber esta honra e usar esse título. Mesmo depois que o Império esteve sob o poder de Constantino, que se desviou do reto caminho nas coisas divinas, preferindo a fé dos cristãos, agiram do mesmo modo seus sucessores, Valentiniano e Valente. Os pontífices apresentaram, segundo o costume, a veste a Graciano que a rejeitou, afirmando que não convém a um cristão usar tal vestimenta".[145]

Para muitos historiadores antigos, Zósimo é um pagão fanático e historiador mal informado e, por isso, não merece nenhum crédito. Graciano não podia rejeitar as insígnias de sumo pontífice porque os imperadores cristãos já não usavam mais as insígnias dessa função. A numismática parece, a priori, confirmar esse ponto de vista, pois Constantino é o último imperador que aparece nas moedas com o título de *Pontifex Maximus*; a epigrafia, porém, contradiz essa opinião pois há inscrições em que o sumo pontificado faz ainda parte

---

[144] Zósimo. *Storia Nuova*, IV, 36.

[145] Zósimo. *Storia Nuova*, IV, 36.

dos títulos imperiais.[146] Não se pode, portanto, duvidar do testemunho de Zósimo. Os autores recentes apenas não aceitam a data em que, segundo ele, a rejeição teria ocorrido. O advento imperial a que se refere, aconteceu para Graciano em 367; foi nessa ocasião que Valentiniano I, em Amiens, fez proclamar Augusto seu filho, com oito anos de idade. Seria inverossímil supor que o jovem príncipe, ainda sob a rígida tutela do imperador, tivesse sonhado em separar-se da política paterna, despedindo a delegação pontifical. Mas não é nem necessário fazer apelo a esse argumento psicológico, pois as inscrições de 370 e 371 nos atestam que Graciano era então ainda *pontifex maximus* e em 379 Ausônio lhe dá a qualificação de *pontifex*.[147]

Palanque admite a seguinte solução: "Graciano aceitou em 367 a *stola*, se é verdade que lhe foi oferecida, mas renunciou, por sua vez, aos poderes pontifícios. A rejeição à veste ocorreu mais tarde, certamente em 382, quando adotou as outras medidas hostis ao paganismo".[148]

Depois de Graciano, ninguém mais ocupou oficialmente a função de pontífice supremo; nem mesmo por ocasião da reação pagã de 392-394, há notícia de que o colégio pontifical tivesse reclamado novo titular para essa função. O cargo foi acolhido provavelmente por Símaco que o desempenhou por muitos anos.[149]

---

[146] Cf. Cohen. *Description historique des monnaies impériales*, t. VII e VIII.

[147] Ausônio. *Gratiarum actio*, 35 e 42.

[148] Palanque, J.R. "L'empereur Gratien et le grand pontificat païen", in: *Byzantion*, VIII (1936), p. 45.

[149] Cf. Zeiller, J. "Critique d'une inscription fausse attribuant à l'empereur Justin le titre de Pontifex Maximus", in: *Bulletin de la Societé Nationale des Antiquaires de France* (1928), p. 177.

O sumo pontificado sempre esteve estreitamente associado à dignidade do Augusto. Desde o começo do principado, quando se confundia com o *Imperator Augustus*, esta associação, ou melhor, esta fusão era legítima, num ambiente animado da mesma fé. Depois de Constantino, os imperadores, apesar de haverem pessoalmente aderido ao cristianismo, continuaram, no entanto, por razões políticas, usando a pontifical dignidade pagã. Porém, no tempo de Graciano e de Teodósio, com o extraordinário progresso da nova fé e as numerosas conversões, aquele compromisso havia-se tornado ilógico. Graciano, certamente influenciado pelas idéias político-religiosas de Ambrósio, rompeu com esse dualismo tradicional, subtraindo ao culto nacional, na Cidade Eterna, todo caráter oficial. As decisões que afetaram a Urbe e seu Senado, provocaram uma viva emoção e uma obstinada reação nos meios da tradicional aristocracia pagã. Veremos o empenho de Símaco, líder e porta-voz dos pagãos, para conseguir a revogação dos decretos do imperador.

A renúncia ao título pontifical que, em suma, equivalia à supressão do sumo pontificado, não provocou nenhuma reclamação. Esta dignidade concernia somente à pessoa do príncipe e à sua dignidade imperial. O Senado não tinha, do ponto de vista jurídico, nenhum argumento objetivo para reclamar o título, pois, sendo uma dignidade pessoal, não caía sob a jurisdição do Estado. Assim, não pôde mover ao príncipe nenhuma censura pelo abandono da prerrogativa pontifical, nem obrigá-lo a reassumir a dignidade. Esta é, sem dúvida, a razão porque esse ato de Graciano não entrou no rol das discussões e passou desapercebido pelos contemporâneos.

O acontecimento, aparentemente insignificante, tem, no entanto, grande importância histórica: a originária fusão dos dois poderes – o político e o religioso –, própria dos Estados

pré-cristãos do mundo antigo, acabava sendo abandonada. Por esse gesto, Graciano operava verdadeira separação entre paganismo e Estado, ou seja, a laicização da púrpura. Graciano fez do Estado um Estado leigo, introduzindo, pela primeira vez o conceito e a praxe da separação da religião do Estado. Esta medida colocou inesperadamente a gente pagã numa condição de inferioridade, ao menos na prática, porque o cristianismo tinha, enfim, campo aberto e possibilidade de desenvolvimento imprevisível enquanto que o paganismo, que se apoiava numa hierarquia tradicional tendo como chefe o Imperador, o Pontífice Máximo, ficava desprovido de seu vértice, despreparado para uma luta a fundo, em que manifestava seu fatal declínio.

Capítulo 4

O fim oficial do paganismo

Santo Agostinho, que testemunhou as últimas convulsões do paganismo, diz numa de suas obras que "o antigo culto não tencionava mais que morrer com esplendor".[1] Se for verdade que teve essa suprema ambição, é preciso reconhecer que não foi, de todo, frustrada. De ordinário, as religiões perecem obscuramente, quando o favor público as abandona, e ao ódio que excitavam sucede a indiferença. Refugiam-se então nas camadas inferiores da sociedade, onde conservam maior número de adeptos, e a sombra cai pouco a pouco sobre elas.[2] O paganismo teve, ao menos, a sorte feliz de provocar, antes de morrer oficialmente, um debate solene. Esta luta, cujo pretexto foi o altar da Vitória, e que pôs em confronto dois dos mais ilustres personagens daquele século, teve grande e legítima repercussão. Esse debate representou a última queda de braço das duas facções.

O edito imperial de Graciano mandando remover o altar da Vitória, abalou o grupo dirigente pagão. Imediatamente, se fizeram ouvir em Roma os clamores do Senado. Os pagãos, exasperados com esse ato de autoridade, e chefiados por Pretextato, resolveram enviar ao imperador uma delegação a fim de solicitar não só o restabelecimento do altar da Vitória

---

[1] Agostinho. *De divinatione Daemonum*, X, 14.

[2] Boissier, G. *Op. cit.*, t. II, p. 256

mas também dos bens e dos privilégios confiscados aos sacerdotes e às vestais. Os pagãos sabiam que suas queixas seriam bem acolhidas, não somente por todos os correligionários, como também pelos espíritos indecisos que, embora inclinados ao cristianismo ou abraçando-o completamente, conservavam, no entanto, saudosa lembrança do passado. Entre esses cristãos tímidos havia os que se acomodavam aos usos antigos atenuando-os e explicando-os em seu próprio benefício. Para estes, Vitória não era mais do que um nome de augúrio favorável, uma alegoria e um símbolo que lhes parecia perfeitamente cabível naquele lugar onde se deliberava sobre os assuntos políticos.

Apresenta-se, logo de início, uma questão, que é necessário solucionar. O Senado escolheu Símaco como seu representante para levar ao imperador os sentimentos e as queixas dos pagãos. Por outro lado, o imperador recusa-se a recebê-lo porque, segundo o seu ponto de vista, Símaco não representava o Senado. Perguntamo-nos: até que ponto tinha Símaco o direito de sustentar ser ele o mandatário do Senado? As afirmações são contraditórias. O principal argumento de que se servira o imperador, para suprimir o altar da Vitória, era o de que não convinha que os cristãos participassem de cerimônias e tivessem forçosamente diante dos olhos objetos que ferissem sua fé.[3] O argumento, como se vê, não teria tanta força se não se pudesse estabelecer que o número dos senadores cristãos não fosse considerável. Ambrósio diz categoricamente a Valentiniano e seus conselheiros: "Ninguém ouse afirmar que essa petição partiu do

---

[3] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 7.

Senado! Trata-se de alguns pagãos que se servem desse título que, a rigor, não lhes pertence".[4]

Recordemos que Ambrósio dá a entender em várias passagens de seus escritos que os cristãos formavam a maioria.[5] Por outro lado, Símaco sustenta o contrário, ao afirmar com não menos segurança, que fala em nome do Senado cuja maioria ele estaria representando: "Desde o momento em que o Senado tomou conhecimento das medidas legislativas.[...] reavivou-se a dor contida por muito tempo e, pela segunda vez, incumbiu-me de levar-vos suas queixas".[6]

Quem estava com a razão? Não se pode duvidar de que Símaco tenha sido oficialmente designado por seus colegas para ir ao encontro do príncipe e apresentar-lhe suas reclamações. Sabe-se que a escolha dos delegados que eram enviados ao imperador era precedida de uma discussão e depois, objeto de votação. Daí conclui-se que a maioria do Senado, pelo menos naquele dia, escolheu Símaco. Entre essa "maioria" pagã encontravam-se certamente cristãos indecisos e irresolutos que, por medo de comprometer-se, fortaleceram a facção pagã.

Por outro lado, os senadores cristãos, longe de se manterem omissos, elaboraram e subscreveram um manifesto em que decidiram não comparecer às sessões do Senado, caso o imperador atendesse aos colegas adversários. A esse respeito, Ambrósio certifica o imperador Graciano: "O Papa Dâmaso enviou-me um relatório assinado por grande número de senadores cristãos no qual declaram que não encarregaram ninguém para essa missão; que se manterão alheios às petições

---

[4] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 10.
[5] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 8.
[6] Símaco. *Relatio*, 1.

pagãs desse gênero e que lhes recusaram sua adesão. Acrescentam ainda que não tomarão mais parte nas sessões do Senado, nem em caráter oficial, nem privado, se esta solicitação for atendida".[7]

Quando a delegação, chefiada pelo eloqüente Símaco, se apresentou em Milão onde residia então a corte imperial, Graciano lhe negou a entrada no palácio, alegando que não representava o Senado.[8] Humilhada pela recusa, a delegação retomou tristemente o caminho de volta para Roma.

Dois anos mais tarde, no verão de 384,[9] a facção pagã do Senado decidiu enviar novamente uma embaixada ao Imperador residente em Milão.[10] A situação havia mudado. Em primeiro lugar, houve má colheita: o trigo faltou em toda a Itália e Roma sofreu fome. Os pagãos evidentemente se serviram desse fato para sustentar que eram os deuses que se vingavam. Além disso e acima de tudo, o que lhes pareceu um sinal mais evidente da cólera celeste foi a triste sorte deste príncipe que se havia mostrado tão rigoroso com a religião nacional. No verão de 383,[11] Graciano foi assassinado por um de seus

---

[7] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 10-11.

[8] Símaco. *Relatio*, 1.

[9] Pode-se estabelecer com certa precisão o ano em que a delegação se dirigiu a Milão. Na Epistola XVIII,1, Ambrósio fala de Símaco como *praefectus urbis*, cargo que o senador ocupou entre 384 e 385. De outra parte, ainda estava vivo o Papa Dâmaso, porque, lembrando-o, (Ep. XVII,10) o Bispo de Milão não faz aceno à sua morte, ocorrida em dezembro de 384.

[10] Pode-se estabelecer, com certa precisão, quando a delegação se dirigiu a Milão. Na Epistola XVIII, 1 Ambrósio fala de Símaco como *praefectus urbis*, cargo que o senador ocupou entre 384 e 385. De outra parte, ainda estava vivo o Papa Dâmaso, porque, lembrando-o, o Bispo de Milão não faz aceno à sua morte, ocorrida em dezembro de 384.

[11] Graciano foi morto em Lião pelo general Máximo no dia 25 de agosto de 383.

generais, Máximo, que se fez proclamar imperador da Gália. Esses acontecimentos tornaram as circunstâncias favoráveis para a facção pagã do Senado. O jovem irmão do imperador defunto, Valentiniano II, que na ocasião administrava a Itália, não se sentindo muito seguro no poder, sob a regência da mãe, Justina, de confissão ariana, atemorizado pela desgraça que acabava de acometer sua família e ameaçado por Máximo, sentiu-se obrigado a condescender com os pagãos. Além disso, também não havia ainda estreito relacionamento entre o novo imperador e os cristãos. Sua maneira de viver e seu modo de agir nem sempre se conformavam com os princípios e as exigências da Igreja. Basta lembrar que um de seus primeiros atos foi nomear Símaco para a prefeitura de Roma.[12]

Nessas circunstâncias, a intransigente facção pagã julgou oportuno o momento de renovar a tentativa frustrada anteriormente.[13] Símaco, na qualidade de prefeito, sentiu-se no dever de falar em nome do Senado.[14] Mais. Suas virtudes, sua

---

[12] Ambrósio. *De obitu Valentiniani consolatio*, 13-15.

[13] Por casualidade os pagãos ocupavam nessa ocasião os mais altos cargos do Estado: Pretextato era prefeito do pretório e cônsul designado para o ano seguinte; Bauto, que substituíra Pretextato no consulado, figura de primeiro plano, é comandante da milícia imperial e o homem mais próximo do imperador; seu ajudante nas funções militares é o pagão Rumorido; cônsul daquele ano de 384 figura ainda um outro pagão notável, Ricimério; Máximo, *vicarius Italiae*, é cristão mas de fé pouco segura e, mais tarde, sob Eugênio, passará facilmente para o lado pagão; Flaviano é prefeito do pretório da Italia; Símaco é prefeito de Roma. Otto Seeck pensa, e com muita razão, que esse foi o momento oportuno que reanimou a facção pagã do Senado a realizar nova tentativa junto ao imperador.

[14] Mattacote, Dante. *Símaco: l'antagonista de Ambrogio*. Firenze: Firenze Libri, 1992. Paschoud, F. (org). *Colloque Genevois sur Symmaque: a l'occasion du mille six centieme aniversaire du conflit de l'Autel de la Victoire. Douze exposées, suivis de discussion*. Paris: Belles Lettres, 1986.

eloqüência e, sobretudo, seu zelo pela religião nacional o impulsionavam mais que o dever da magistratura. Assim, pela segunda vez a delegação se dirigiu a Milão onde, na sala do consistório, diante do imperador e seus conselheiros ordinários, os generais, os magistrados e demais assessores, Símaco fez a leitura da *Relatio*, cujo texto felizmente foi conservado no décimo livro de suas cartas, entre os fragmentos oficiais de sua administração.

1— Principais idéias do discurso de Símaco

Faremos agora breve análise desse célebre fragmento em suas passagens essenciais. Símaco não perde tempo em longos preâmbulos. Apenas recorda com algumas breves frases a injúria que os "malvados" lhe fizeram no reinado anterior, sob Graciano, impedindo o imperador de atendê-lo "pois bem sabiam que, se tivesse sido ouvido pelo príncipe, a justiça não teria sido recusada".[15] Símaco sente-se encarregado de duplo dever: enquanto prefeito da cidade, assiste-lhe o dever de defender os interesses públicos, enquanto delegado junto ao príncipe, é porta-voz dos anseios de seus concidadãos.[16]

Depois dessa introdução, entra imediatamente no assunto que se propõe a defender: "Quem é tão amigo dos bárbaros para não reclamar o altar da Vitória? Tomemos precauções com o futuro, evitando o conhecimento de presságios desagradáveis. Se se negligencia a Divindade (*numen*), que se respeite pelo menos o seu nome (*nomen*).[17] Vossa eternidade já

[15] Símaco. *Relatio*, 1.

[16] Símaco. *Relatio*, 2.

[17] Símaco. *Relatio*, 3. Símaco serve-se de um trocadilho com as palavras *numen* (nume, divindade) e *nomen* (nome). Prudêncio retoma a passagem no *Contra Symmachum*, I, 220.

deve muito à Vitória e, para o futuro, a ela deverá ainda muito mais. Aqueles que não experimentaram seus favores, têm ignorado seu poder; mas vós, vós não desprezareis um auxílio que vossos triunfos vos devem fazer estimar. Esta divindade tem sido consagrada por todos os homens; ninguém, pois, pode deixar de honrar aquela cuja invocação é tão útil. [...] Onde juraremos obedecer às vossas leis e executar vossas ordens? Que temor religioso amedrontará o espírito pérfido para que não preste falso testemunho? Tudo está pleno de Deus; não há nenhum refúgio para pérfidos, mas para prevenir o crime, a religião é necessária. E este altar é a garantia da concórdia de todos e o penhor da fidelidade de cada um".[18]

Estas são razões de sentimento que, evidentemente, não podiam comover um cristão. O argumento principal, sobre o qual o orador funda sua esperança, é que a antiga religião tem, por si, a autoridade do passado, isto é, o culto dos antepassados. Por isso, o grupo conservador do Senado deu a Símaco a incumbência de defendê-la. Tem-se a impressão de ouvi-lo falar quando diz: "Permiti, eu vos suplico, que na velhice possamos legar à posteridade a herança que desde a infância recebemos de nossos pais".[19] O passado é tão sagrado que chega a ponto de negar ao imperador o direito de introduzir qualquer inovação: "Não tendes o direito de vos manifestar contra os costumes de nossos antepassados".[20]

O que lhe dá ânimo é a convicção de que a prosperidade do Império depende da fidelidade à tradição da antiga religião. "Reclamamos o estado religioso que por tão longo tempo serviu de apoio à República. Cada povo tem seus costu-

---

[18] Símaco. *Relatio*, 3 e 5.

[19] Símaco. *Relatio*, 4.

[20] Símaco. *Relatio*, 6.

mes e segue seus ritos. A inteligência divina determinou para cada cidade, para protegê-la, cultos diferentes. Assim, como ao nascer cada mortal recebe uma alma, também cada povo recebe seus gênios protetores. Soma-se a tudo isso o interesse, elo de ligação entre os deuses e o homem. Diante do mistério, que impossibilita qualquer explicação racional, donde nos poderá vir o conhecimento dos deuses, a não ser pela tradição e através dos anais da história? Se a longevidade funda a autoridade da religião, conservemos a fé tantas vezes secular e sigamos nossos antepassados que durante tanto tempo têm seguido com proveito os seus".[21]

Para dar mais força às suas palavras, o orador as põe na boca de Roma: "Parece que Roma está diante de vós e vos fala nesses termos: excelentíssimos príncipes, pais da pátria, respeitai minha velhice; devo-a aos sacrossantos ritos; respeitai-os para que me seja permitido seguir o antigo culto; não tenho motivo para me arrepender. Deixai-me viver segundo meus costumes porque sou livre. Esse culto submeteu o mundo às minhas leis. Esses sacrifícios rechaçaram Aníbal de meus muros e os Gauleses do Capitólio. Devo mudar, em minha velhice, o que outrora me salvou?"[22]

Símaco queixa-se evidentemente dos decretos com os quais Graciano suprimiu as subvenções dos sacerdotes e confiscou as rendas dos templos. Esta medida legal era o ato mais grave que se podia desfechar contra o culto oficial. Quando os ataca e critica, torna-se insistente, ousado, quase violento. Afirma que o que um príncipe concedeu, outro não tem o direito de suprimir. Em outras palavras, invoca o princípio do

---

[21] Símaco. *Relatio*, 8.

[22] Símaco. *Relatio*, 9.

direito adquirido. É uma espoliação indevida que nenhuma lei autoriza. Afirma ainda que não é justo negar aos colégios sacerdotais o direito de receber os legados que se lhes deseja conceder; e que é um crime apoderar-se do que se doou e pertence a outros. Os maus príncipes são os únicos que não respeitam a vontade dos moribundos. "O fisco retém os bens legados pela vontade dos moribundos às virgens e aos pontífices. Suplico-vos, ó ministros da justiça! Restituí à religião de vossa cidade a herança de que foi privada. Os cidadãos ditam sem medo seus testamentos, sabem que sob príncipes generosos é respeitado o que assinam. [...] O que acontece nesses tempos começa a inquietar até os mortos. A religião romana não está mais sob o direito romano? Que nome dar a essa espoliação que não está autorizada por nenhuma lei e nenhuma cláusula? Os libertos têm o direito de receber herança, aos escravos não são negadas as justas vantagens que um testamento lhes assegura. Só as nobres virgens, os ministros dos ritos divinos, são os únicos excluídos de herdar! Para que serve oferecer à salvação da pátria um corpo casto, fortalecer a eternidade do Império com o socorro celeste, estender sobre vossas armas e sobre vossas águias a salutar influência de suas virtudes e fazer por todos os cidadãos votos eficazes, se não as deixamos sequer gozar do direito comum?"[23]

Símaco vê na fome, que naquele ano assolou a Itália, a Gália e a Espanha, um sinal da vingança dos deuses. "A fome se fez logo sentir, uma triste colheita veio frustrar as esperanças das províncias. A falta não se deve a terra; nem se pode recriminar os astros; não foi a ferrugem que destruiu o trigo, nem o joio que impediu a colheita. Foi o sacrilégio que secou

[23] Símaco. *Relatio*, 13-14.

o solo".[24] Os pagãos tiveram, por muito tempo, o costume de atribuir aos cristãos todas as calamidades públicas. Diz Tertuliano: "Se o Tibre transborda, se o Nilo não inunda as margens, se o céu se cobre, se a terra treme, se a fome grassa, se a peste surge, imediatamente cristãos aos leões."[25]

Fiel às tradições, Símaco culpa os cristãos pela seca do ano 384. Por sua vez, os cristãos empregavam contra seus adversários os mesmos recursos para impressionar o povo. "Nós sofremos, exclama Teodósio II, porque em sua cólera, o céu mudou a ordem das estações. A perfídia obstinada dos pagãos rompeu o equilíbrio da natureza. Por que a primavera não oferece mais aqueles encantos? Por que o verão não retribui com a abundância das colheitas o esforço do trabalhador? Por que a aspereza do inverno destruiu a fecundidade da terra, estendendo sobre ela seus rigores inevitáveis?"[26] Sozômeno acusa o imperador Juliano de haver causado tremores de terra, desmoronamento de casas, peste, seca e fome.[27]

Ao longo do discurso, Símaco não perde a ocasião de fazer sua profissão de fé. É um detalhe que merece ser anotado. Esta atitude, que representa bem o caráter de elevação e de grandeza de Símaco, deve ter impressionado muito os devotos de seu tempo. Sua profissão de fé é a mesma dos pagãos que pretendiam estabelecer uma concordância entre suas crenças religiosas e opiniões filosóficas. Serviam-se desse ecletismo religioso nas polêmicas com os cristãos julgando poder oferecer aos dois cultos um meio de entender-se ou, pelo menos, tolerar-se.

---

[24] Símaco. *Relatio*, 15-16.

[25] Tertuliano. *Apologeticus adversus gentes pro christianis*, 40.

[26] Teodósio II. *Novell. 3 de Judaeis, Haereticis*... Apud Beugnot, A. *Op. cit.*, t. I, p. 423, nota c.

[27] Sozômeno, VI, 2.

Para motivar e convencer seus ouvintes, Símaco dá a entender que, na realidade, todas as religiões se confundem e que não são mais que formas diferentes de um mesmo sentimento. "Tudo o que os homens adoram, é justo considerar que seja um mesmo ser. Contemplamos os mesmos astros, o céu nos é comum, o mesmo mundo nos envolve; que importa com que meios cada qual busque a verdade? Um só caminho não basta para atingir tão grande mistério."[28]

Ao terminar o discurso, coloca o trono do imperador sob a proteção de todos esses deuses que ele se empenhou em reunir e conciliar. "Que os arcanos mistérios de todas as religiões sejam favoráveis à vossa Clemência, especialmente esses que outrora protegeram vossos antepassados. Para que vos defendam, deixai-nos venerá-los."[29]

O relatório de Símaco foi ouvido com interesse e muita simpatia. No conselho imperial havia pagãos e cristãos. Boissier acredita que todos, sem distinção de culto, concordaram que as reclamações de Símaco eram justas e que, portanto, deveriam ser atendidas. Todavia, o jovem imperador não aquiesceu. Valentiniano tinha apenas 14 anos e é provável que os conselheiros governassem o Império em seu nome. A eles cabia, sem dúvida, a direção dos negócios políticos e militares; não porém as decisões em assuntos de religião. No entanto, segundo a opinião de Morino,[30] é pouco provável que Valentiniano II tenha tomado sozinho a grande decisão de negar o pedido de Símaco e romper completamente com o paganismo. Se esta posição já estivesse definida pela convicção de fé

---

[28] Símaco. *Relatio*, 10.

[29] Símaco. *Relatio*, 19.

[30] Morino, C. *Op. cit.*, p. 185. Cf. também Dudden, F.H. *Op. cit.*, p. 226, nota 2.

do imperador, independentemente de qualquer influência externa, Ambrósio não teria sentido a necessidade de escrever-lhe a forte e decidida carta XVII, em que se sente a tensão das partes conflitantes e o esforço de mover o imperador em favor da causa dos cristãos. Não há a menor sombra de dúvida de que Ambrósio desempenhou o papel principal e decisivo nessa polêmica pública e na derrota definitiva do culto pagão e, sobretudo, na implantação do cristianismo como religião oficial do Império.[31]

2 — A resposta de Ambrósio ao discurso de Símaco

Desde o momento em que Ambrósio soube do procedimento do Senado e o resultado que havia deixado de lograr, apressou-se em escrever um primeiro protesto em que não podia responder detalhadamente aos argumentos do prefeito de Roma, posto que ainda não os conhecia. Contentou-se em lembrar ao príncipe seu dever, e o fez em termos enérgicos e imperiosos. Sem dúvida, Ambrósio era um súdito submisso; porém, tinha o sentimento de que era o intérprete de um poder superior ao dos reis: "Todos os homens submissos ao poder Romano, lutam por vós, imperadores e príncipes da terra, mas vós mesmos deveis combater pelo Deus onipotente e pela sagrada fé."[32]

Como fala em nome desse Senhor soberano, não roga, manda; não implora, ameaça: "Se uma decisão contrária (a revogação dos decretos de Graciano) for tomada, nós bispos,

---

[31] Baunard, M. L'Abbé. *Histoire de Saint Ambroise*. Tradução italiana: *S. Ambrogio*, Alba, 1940, p. 8-10.

[32] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 1.

não a poderemos aceitar, nem nos poderemos calar. Ser-vos-á permitido entrar na igreja; porém, ali não encontrareis nenhum sacerdote; se encontrardes algum, protestará. Que respondereis ao sacerdote que vos disser: a Igreja não tem interesse nos vossos donativos porque ornastes os templos dos pagãos; o altar de Cristo recusa vossos dons porque erguestes um altar aos ídolos?"[33]

Na primeira carta, Ambrósio se apóia na liberdade de consciência para justificar seus argumentos: "Deve-se dar atenção aos gentios quando se queixam da abolição dos privilégios dos pontífices que derramaram nosso sangue e destruíram nossas igrejas? Pedem que lhes concedas privilégios, eles recusaram a nós, pela recente lei de Juliano, o direito comum de falar e ensinar.[34] [...] Não proibis a ninguém sacrificar aos seus deuses, pois cada qual deve conservar e defender livremente o voto de sua consciência, mas que não nos forcem a adorar ídolos que nós detestamos. Os próprios pagãos condenam o procedimento de quem trai suas convicções.[35] [...] Se hoje um imperador erigisse um altar aos ídolos e forçasse os cristãos a comparecer e tomar parte nos sacrifícios, para ver e respirar a cinza dos altares, a chama do sacrilégio, a fumaça do crematório; se pronunciasse a sentença na mesma cúria onde os cristãos fossem forçados a prestar juramento aos ídolos antes de expressar seu pensamento (o altar é interpretado como testemunha de cada sessão onde se delibera sobre o interesse geral sob sua garantia; mas o Senado cristão já constitui a maioria), o cristão consideraria isso uma perseguição."[36]

---

[33] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 13-14.
[34] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 4.
[35] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 7.
[36] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 9.

Símaco tentara provar que sem o altar da Vitória o Senado não poderia subsistir. Ambrósio, ao contrário, sustenta que a presença desse altar é uma ameaça ao Senado cristão, pois, no seu entender, havia já então, de certa forma, dois senados: "O Senado dos cristãos está em perigo".[37]

Como seu adversário, Ambrósio termina o primeiro discurso com uma prosopopéia em que dá ao imperador o conselho de permanecer surdo às reclamações sacrílegas dos pagãos: "Considerai, ó imperador, que causareis injúria primeiro a Deus, depois a vosso pai e a vosso irmão se abolis este decreto".[38]

Esta carta não é propriamente mais que um exórdio, pois Ambrósio não aborda nela a questão das tradições, tão importante para todos os pagãos, e que Símaco trata com tanto ardor e convicção. Uma vez que tinha em mãos, como pedira, a cópia da requisição de Símaco,[39] Ambrósio pôde responder tranqüilamente. A resposta é longa, mais longa que a requisição; é de uma sábia e hábil argumentação, algumas vezes demorada e um tanto confusa, mas sempre viva e, acima de tudo, eloqüente. Sem a preocupação de seguir na argumentação uma exata seqüência, tentaremos resumir as razões que Ambrósio contrapõe a seu adversário.

Refuta, muitas vezes, com escárnio, os argumentos de Símaco. O porta-voz da tradição pagã sustentara que Roma reclamava de novo uma religião sob a qual havia sido sempre vitoriosa, que a salvara dos gauleses e a livrara de Aníbal. Ambrósio, sem o menor receio de ferir os costumes e sentimentos de seus leitores, aborda neste segundo discurso o pro-

---

[37] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 8.
[38] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 17.
[39] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 13.

blema da tradição, mais com franqueza e vigor que com moderação. Os gauleses incendiaram Roma, e se não tomaram o Capitólio, não foi o grande Júpiter, mas um ganso que lhes deteve os passos.[40] Foi a virtude dos antigos romanos e não o poder de seus deuses que deu a Roma o império do mundo, *legionum gratia, non religionum potentia.*[41] Diz-se que os deuses protegeram Roma contra Aníbal; porém, se vieram desta vez em seu auxílio, é preciso reconhecer que o fizeram de má vontade e pouco se empenharam. Por que esperaram, para decidir-se, até depois da batalha de Canas? Quanto sangue eles teriam evitado derramar, decidindo-se um pouco mais cedo! Além do mais, Cartago sendo pagã como Roma, adorava os mesmos deuses e tinha direito à mesma proteção. De duas uma: ou se sustenta que os deuses foram vencedores com os romanos, ou se nega que foram derrotados com os cartagineses. "Por ventura, tenho necessidade de negar que os deuses combateram pelos romanos? Aníbal também adorava os mesmos deuses. Que se prefere então? Escolha-se. Se os deuses venceram do lado dos romanos, foram vencidos do lado cartaginês, então não foram, em absoluto, úteis aos romanos".[42]

À famosa prosopopéia de Símaco que tanto sensibilizara os ouvintes, Santo Ambrósio crê que deve opor outra: é uma luta retórica. Ambrósio faz também Roma falar, mas em termos bem diferentes. "Por que ensangüentar-me todos os dias

---

[40] Ambrósio. *Epistola*, XVIII, 5. (Onde estava Júpiter? Porventura falou através de um ganso?)

[41] Ambrósio. *Epistola*, XVIII, 30.

[42] Ambrósio. *Epistola*, XVIII, 6. O dilema não está muito claro. Entendemos o argumento da seguinte forma: ou parte-se da vitória dos Romanos e, nesse caso, deve-se concluir pela a derrota dos deuses do lado cartaginês, ou parte-se da derrota dos cartagineses: da impotência dos deuses em ajudá-los é preciso concluir sua impotência em geral.

com o sacrifício inútil de um rebanho inocente? Não é nas entranhas das vítimas, mas na força dos guerreiros que se encontra o segredo da vitória. [...] Por que me propondes o exemplo dos antepassados? Odeio os ritos de Nero. [...] Arrependo-me dos erros do passado. Minha velhice encanecida enrubesce por haver derramado vergonhosamente o sangue. Mas, não me envergonho de converter-me com todo o mundo, apesar de minha idade avançada. É realmente verdadeiro o ditado segundo o qual nunca é tarde demais para aprender."[43]

Símaco apiedara-se muito da sorte das vestais que, com a legislação de Graciano, tiveram suas rendas confiscadas. Santo Ambrósio pensa que é preciso diminuir muito os elogios às vestais. Em primeiro lugar, faz notar que não são mais que sete e não é extraordinário encontrar em todo o Império sete jovens que façam voto de castidade e renunciem ao gozo da família para entregar-se ao culto dos deuses. Além do mais, não renunciam por completo e não fazem votos perpétuos. Tendo entrado aos dez anos no serviço de Vesta, devem aí permanecer durante trinta anos. Transcorrido esse tempo, estão livres e podem casar-se. "Escolhem-se apenas sete jovens para o serviço de Vesta. Ornam a cabeça com fitas, vestem-se de púrpura, sua liteira é cercada de um cortejo de servidores, seus privilégios são imensos, seus ganhos enormes e, enfim, o prazo para a observância da castidade é prescrito."[44] Que bela religião é essa que ordena às jovens sejam castas e permite às idosas sejam impudicas!"[45] Além do mais, não acredita em sua virtude pois há necessidade de amedrontá-las com terríveis

---

[43] Ambrósio. *Epistola*, XVIII, 7.

[44] Ambrósio. *Epistola*, XVIII, 11.

[45] Ambrósio. *De Virginibus*, I, 15; *De Virginitate*, IV, 15.

ameaças e castigos para conseguir que se mantenham no dever: são castas sob a ameaça de serem enterradas vivas. Santo Ambrósio pensa que um modo de vida assim, inspirado no temor, não constitui nenhuma virtude. Por fim, se as culpadas são severamente castigadas, cumulam-se de distinções e favores as que se comportam bem. Em sua residência, no Fórum, levam uma existência suntuosa; quando saem a passear, são conduzidas em carros magníficos; quando aparecem em público, se apresentam vestidas de túnicas de púrpura e fitas douradas. À sua passagem, todos se põem de pé para saudá-las. No circo e no teatro têm sempre lugares reservados, e os melhores.

A estas sacerdotisas de Vesta, tão ricas e tão honradas, Santo Ambrósio contrapõe as virgens cristãs. Estas se comprometem para a vida inteira e guardam fielmente seu voto, ainda que sejam livres para violá-lo; não são somente sete, como as vestais, mas enchem as cidades e povoam os ermos. Não necessitam, para consagrar-se a Deus, que se lhes prodigalize fortunas e privilégios; ao contrário, a pobreza e as privações as atraem. Vestem-se com traje de pano grosseiro, alimentam-se pior do que as escravas, exercem os mais vis ofícios. Ao lado dessas poucas mulheres de nobres famílias, virtuosas por medo ou por ambição, e que são a aristocracia da virgindade, Santo Ambrósio coloca as virgens cristãs, que ele chama de plebe do pudor (*videte plebem pudoris*). "Ergam (os pagãos) os olhos da alma e do corpo, e vejam a plebe do pudor, multidão íntegra, assembléia de virgindade. Elas não usam fitas para enfeitar a cabeça, mas um véu sem esplendor que só tem valor aos que entendem a castidade. Não procuram ser atraentes pela beleza física: ao contrário, escondem seus atrativos de beleza; não lhes interessam as insígnias de púrpura, nem as luxuosas delícias, mas a prática de jejuns; não lhes interessam os privilégi-

os, nem os lucros. [...] A verdadeira virgindade não é aquela que se adquire ao preço de dinheiro, mas a que se observa por amor à virtude. [...] A primeira vitória da castidade é vencer o desejo da cobiça, pois a preocupação do ganho impede o pudor de resistir às tentações. Imaginemos que se quisesse gratificar as virgens cristãs. Quantos recursos seriam necessários para as despesas! Que tesouro público seria suficiente para tantos gastos?"[46]

Tendo essa opinião a respeito das virgens, Ambrósio não acredita que o céu se tenha dado ao trabalho de vingá-las. Por isso, nega-se a crer que a fome do ano anterior tenha sido infligida ao Império para castigá-lo pelos decretos de Graciano. O argumento que Ambrósio apresenta é de que o flagelo não durou: a um ano estéril acaba de suceder outro ano abençoado. Nunca as colheitas foram tão boas e, contudo, os decretos continuam sempre em vigor: os sacerdotes continuam não recebendo os salários, e o Senado pede sempre o altar da Vitória. Se se sustenta que a penúria foi sinal da cólera dos deuses, é necessário reconhecer que a abundância que se seguiu, prova que se aplacaram e não reclamam já nenhuma satisfação.

Até aqui, Santo Ambrósio serviu-se praticamente só dos argumentos da apologética tradicional. Suas afirmações, às vezes superficiais, às vezes profundas, eram de uso comum na apologética cristã, e delas existem exemplos em outros autores. Mas, encontramos nele também argumentos originais que não se encontram em outros. A discussão o leva a sustentar princípios que a Igreja nem sempre acolheu bem e até surpreende encontrá-los nas afirmações de um bispo. Como temos visto, Símaco é um homem do passado; quer que se perma-

---

[46] Ambrósio. *Epistola*, XVIII, 12.

neça fiel às antigas crenças, considera um crime mudar algo nos usos antigos. Ambrósio, por sua vez, defende opinião contrária. O passado não é seu ideal; crê que nada é perfeito ao nascer e que tudo ganha no decorrer dos tempos. Se as mudanças desagradam, se se faz uma lei de voltar sempre atrás, por que deter-se no caminho? É necessário ir até o fim, volver às origens do mundo, à barbárie, ao caos; é necessário preferir às nossas artes, ao bem-estar de que gozamos e aos conhecimentos que temos adquirido, o tempo em que o homem não sabia construir para si uma casa, nem semear os campos; em que vivia sob as árvores e se alimentava de seus frutos; é preciso mesmo, para ser lógico, ir ainda mais longe, até o momento em que a luz não existia e o universo estava mergulhado nas trevas. Vemos o aparecimento do sol como o primeiro benefício da criação.

Por meio desses raciocínios expressos de maneira sutil e surpreendente, Santo Ambrósio quer levar-nos a pensar que não se deve condenar sem mais nem menos todas as inovações e preparar os seus interlocutores para a maior de todas, a introdução do cristianismo. "O próprio universo, que no começo foi formado pela combinação dos elementos, no seio vazio, quando o orbe celeste ainda era tenro, e onde reinavam as trevas, no horror confuso de uma obra ainda inorganizada, não tomou depois, quando o céu, o mar, a terra se separaram, as formas variadas de seres que o tornam tão belo?"[47]

E Ambrósio conclui nesses termos: "Com o passar dos tempos, tudo se aperfeiçoa. Na aurora, a claridade não é brilhante mas, à medida que a hora avança, tudo se inunda de luz e se inflama de calor".[48] Esta é a teoria do progresso de Santo

---

[47] Ambrósio. *Epistola*, XVIII, 23.

[48] Ambrósio. *Epistola*, XVIII, 23.

Ambrósio. Assim como na natureza tudo se aperfeiçoa e progride, também a religião se atualiza e se renova constantemente.

Há outro pensamento de Santo Ambrósio que também merece ser anotado. Símaco havia sustentado que era dever do Estado subvencionar os sacerdotes. Com efeito, quando o Estado e a religião estavam intimamente unidos, os sacerdotes eram funcionários como quaisquer outros e tinham o direito de desfrutar das mesmas vantagens. Símaco não consegue compreender por que o tesouro público cessou, de um momento para outro, de remunerar seus serviços. Ambrósio lhe responde que, em virtude da legislação de Graciano, o paganismo é tratado como as demais religiões do Império, que os sacerdotes cristãos não recebem nenhum salário e que as igrejas também não têm direito de receber heranças. Afirma, inclusive, que a legislação é mais severa com elas e que se vigia com mais cuidado para impedir que enriqueçam: "O testamento de viúva cristã em favor de sacerdotes dos templos é válido; o mesmo é proibido quando feito em benefício dos ministros de Deus".[49] É uma injustiça, mas Santo Ambrósio não se queixa disso. Prefere ver a Igreja pobre em dinheiro, mas rica em graças. A esse culto assalariado, essa *religio mendicans*, como a chama Tertuliano, que se confessa incapaz de viver sem o socorro do Estado e que estende a mão ao tesouro público, Ambrósio sente-se orgulhoso de contrapor o maravilhoso desenvolvimento da Igreja de Cristo, que cresceu e prosperou sem o apoio e apesar do Estado, sem necessidade da liberalidade do erário público para viver. "Nós nos gloriamos do sangue derramado, mas eles só são sensíveis ao dinheiro que lhes

---

[49] Ambrósio. *Epistola*, XVIII, 14.

foi negado. Nós consideramos o derramamento de nosso sangue como uma vitória, eles consideram a perda de seu dinheiro como uma injustiça. Jamais contribuíram tanto para o nosso sucesso do que quando supliciavam, proscreviam e matavam os cristãos. A religião transformou em recompensa o que sua perfídia julgava um suplício. Vede sua generosidade: nós crescemos através das injustiças, da privação e dos suplícios; eles crêem que suas cerimônias não poderão subsistir sem as subvenções".[50]

Daí se deduz, sem que se o diga explicitamente, que a situação da Igreja não dependente do Estado, mas que se basta a si mesma, lhe parece ser a melhor; não admite que se coloque a Igreja sob a custódia do Estado, aceitando seus benefícios em troca da liberdade.

A remoção do altar da Vitória da Cúria Júlia (sala de sessões do Senado!) e as tentativas de restabelecimento do mesmo são ocasião e motivo para o grave e decisivo conflito que se trava entre a velha e a nova religião, entre o velho Estado unido ao paganismo e sustentando-o, e o novo, desvinculado e até contrário ao antigo culto.

Enquanto estava em questão o altar da Vitória, tratava-se somente de uma preocupação mesquinha dos senadores cristãos; mas, quando a discussão envolveu também o problema monetário do culto, a questão se tornou bem mais grave. Admitido o princípio de que o governo não tem nenhuma obrigação de renovar a subvenção – já anteriormente negada porque favorecia o paganismo –, a união entre a antiga religião e o Estado estava rompida e, com isso, o machado estava posto à raiz do culto pagão.

---

[50] Ambrósio. *Epistola*, XVIII, 11.

No capítulo precedente indicamos que, no curso da história, houve sempre estreita vinculação entre Estado e crenças religiosas; estas servindo de suporte a apoio àquele. Com o advento do cristianismo, aconteceu uma efetiva separação porque a nova religião é intrinsecamente universal e, conseqüentemente, supranacional. Daí se pode auferir qual o sentido e o alcance do conflito e o empenho de Ambrósio nessa contenda. Se sua resposta não é, no dizer de estudiosos,[51] tão polida e tão brilhante, é, sem dúvida, mais viva e contundente que a de Símaco;[52] tanto mais que antes de intervir na questão, alguns membros do consistório estavam inclinados a condescender à petição do prefeito de Roma.[53]

Que direito tinha o Bispo de Milão de entrar, seja numa questão administrativa atinente a todo o Império, seja, sobretudo, numa contenda delicada que envolvia o Senado de Roma? É normal que se tenha feito porta-voz dos protestos dos cristãos transmitidos a ele pelo Papa Dâmaso; mas, com isso, estava encerrada sua missão. No entanto, justamente aqui começa a calorosa polêmica. Num momento de crise e de profunda transformação, a jurisdição do bispo é bem pouco definida; Ambrósio é o paladino da fé católica: combate e está sempre presente nas lutas contra os arianos, é enérgico defensor dos direitos do novo culto contra os sempre renovados ataques do paganismo. Ao escrever a epístola XVIII, Ambrósio não visava dirigir-se unicamente e em primeiro lugar ao imperador, mas àqueles a quem a carta era destinada, isto é, aos cristãos do consistório.[54] O Bispo não pretendia responder so-

[51] Dudden, F.H. *The life and times of St. Ambrose*. p. 267.

[52] Labriolle, P. De. *Saint Ambroise*. p. 66, nota 1.

[53] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 8.

[54] Rauchen, G. (*Jahrbücher der christlichen Kirche unter dem Keiser Theodosius d. Grosser*. p. 185) e Schultze, V. (*Geschichte des Untergangs des*

mente ao relatório do prefeito, mas refutar também argumentos pagãos. Ensina, por exemplo, que os pagãos negam a divindade de Cristo, quando na realidade Símaco nem sequer se refere a essa questão em seu relatório.[55] Ao longo de todo o discurso é a religião cristã que está em jogo, e é por isso que Ambrósio intervém com tanto ardor: "Se se tratasse de um processo civil, a parte adversa conservaria seu direito a uma resposta; mas trata-se de uma questão de religião: intervenho enquanto Bispo".[56] Não só ele mas todos os bispos intervêm se for tomada a decisão de revogar os decretos de Graciano: "É à vossa fé que eu, sacerdote de Cristo, me dirijo. Todos os bispos se unirão comigo se..."[57] O mesmo havia feito dois anos antes o Papa Dâmaso da Igreja de Roma.

Não é só importante mas até mesmo necessário sublinhar que a controvérsia não era simplesmente uma questão política, mas essencialmente religiosa. É exatamente por esse motivo que Ambrósio intervém. Os argumentos que aduz são eminentemente de ordem religiosa e muitos até de caráter dogmático. Daí deriva que a polêmica era entre a Igreja e o Estado; não o Estado em si mesmo mas enquanto unido ao paganismo; tão pouco – não tomando em consideração a intervenção de Ambrósio – era uma polêmica entre o imperador cristão e a religião pagã. Não se trata aqui, igualmente de um concurso de oratória. O assunto que se discutia ante o imperador e seus conselheiros era demasiadamente grave para que não se tivesse em conta mais que a eloqüência. Devemos to-

---

griechisch-römischen Heidentums, t. I, p. 243) são de opinião que os primeiros destinatários da Epistola XVIII de Ambrósio eram os cristãos do consistório de Valentiniano II.

[55] Ambrósio. *Epistola*, XVIII, 9.

[56] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 13.

[57] Ambrósio. *Epistola*, XVII, 10.

mar para nós mesmos o conselho que Ambrósio dá a Valentiniano quando lhe diz que "não dê atenção somente à elegância do estilo, mas ao valor das idéias".[58]

Nesse conflito, Ambrósio alcançou, graças à sua intervenção e seus argumentos, dois resultados: separação entre Estado e paganismo e liberdade de culto "em vista de ulteriores objetivos".[59]

Nas entrelinhas, percebe-se que o pensamento de Ambrósio vai mais longe, embora não haja argumentos que o mostrem claramente. Nesse sentido, temos um aceno no discurso lido no consistório quando afirma que o imperador cristão não só não pode fazer absolutamente nada em favor do culto pagão, mas que os pagãos, com as repetidas insistências em favor de seu culto, bem demonstram quanto efetivamente o imperador cristão deve fazer por sua religião: "Reclamando o retorno ao passado, lembram com seu próprio exemplo com quanto respeito os imperadores cristãos devem cercar a religião que seguem, uma vez que os imperadores pagãos concediam tudo às suas superstições".[60] Com essa afirmação Ambrósio adianta que o imperador cristão deve dar preferência à sua religião. Visa com isso, sem dúvida, não só o repúdio e o abandono do antigo culto por parte da administração imperial, mas a condenação e a supressão oficial do próprio paganismo.

---

[58] Ambrósio. *Epistola*, XVIII, 2.

[59] Palanque, J.R. *Op. cit.*, p. 363.

[60] Ambrósio. *Epistola*, XVIII, 10.

3 — Tentativas de revogação dos decretos de Graciano

Os pagãos tinham representantes expressivos no consistório imperial. Bauto, conde e *magister militiae*, que havia sido cônsul em 380, e o conde Rumorido, que chegou a ser cônsul em 403 e que havia sido educado no paganismo, lhes eram favoráveis. A delegação de Símaco podia, pois, alimentar esperanças de obter sucesso. Porém, como sabemos, não obteve mais que uma recusa formal. Inicialmente recebeu apenas a resposta negativa do imperador; depois, com o sucesso do discurso de Ambrósio que fez mudar de opinião o conselho, também recebeu a resposta negativa dos conselheiros. A mesma unanimidade com que se pronunciara a favor de Símaco, declarou-se depois a favor de Ambrósio. Ele mesmo diz que os pagãos não foram menos decididos em subscrever a decisão do imperador que os demais, os cristãos.[61] Estava, pois, decido que os decretos de Graciano seriam mantidos e executados. Símaco, por sua vez, acabrunhado de desgosto, e querendo abdicar das funções públicas que vinha exercendo,[62] teve o triste encargo de levar ao conhecimento dos senadores pagãos e de todos os amigos do antigo culto a notícia da derrota que acabava de sofrer.

"Cada dia, diz Beugnot, trazia seu tributo de revezes e de ultrajes à religião do Império".[63] Estudiosos do assunto afirmam que nessa circunstância Valentiniano e sua mãe Justina agiram intencionalmente porque podiam, sem perigo, contrariar os sentimentos e os interesses dos pagãos, enquanto

---

[61] Ambrósio. *Epistola*, 57, 3.

[62] Símaco. *Relatio*, 23.

[63] Beugnot, A. *Op. cit.*, t. I, p. 431.

que, atendendo o pedido, não teriam impunemente suscitado contra si o descontentamento dos bispos. Motivos de ordem política teriam, portanto, decido o grande debate.

Diante do sucesso de Ambrósio, a alegria dos cristãos foi incontida. Por toda parte celebrou-se o triunfo de Ambrósio. "Parecia, diz Beugnot, que desta vez havia sido consolidado o poder da cruz e resguardado para sempre o imperador contra as insistentes reclamações do Senado pagão".[64] Sem dúvida, reconhecia-se o valor da eloqüência de Símaco, mas empregara seu talento em favor de um passado irreversível e de uma causa perdida. No entanto, é preciso reconhecer que sua derrota, apesar de tudo, foi gloriosa e não parece ter sido tão funesta aos seus quanto parecia à primeira vista. Seu relatório circulou por todo o Império; foi lido por pagãos e cristãos. Ficou tão vivo na memória de todos que, vinte anos mais tarde, Prudêncio o retomou para uma nova refutação.

Seria subestimar o grau de obstinação dos pagãos crer que se tivessem dado por vencidos. Embora a questão em discussão já estivesse encerrada, suas esperanças não esmoreceram. Alguns anos mais tarde, como as leis de Graciano continuassem ainda em vigor, a facção pagã empreendeu novas tentativas. No outono de 387, Máximo rompeu a paz com seu colega Valentiniano II, e invadiu a Itália. No mês de janeiro de 388 tomou Roma. Teodósio, vindo em auxílio de Valentiniano II, chegou à Itália em 388, e no mês de junho do mesmo ano derrotou Máximo, permanecendo alguns anos na península. Os pagãos, ainda poderosos em influência, lhe enviaram delegados para obter a revogação das leis de Graciano.[65]

---

[64] Beugnot, A. *Op. cit.*, t. I, p. 432.

[65] Ambrósio. *Epistola*, 57, 4.

As fontes existentes não nos autorizam a dizer em que mês e ano a delegação se encontrou com Teodósio. Nas entrelinhas da carta de Ambrósio a Eugênio percebe-se que esta é a terceira delegação, e que aconteceu depois da primeira a Valentiniano II no ano de 384, mas antes da segunda ao mesmo imperador em 392. O encontro dos delegados com Teodósio aconteceu lá onde se encontrava Ambrósio,[66] isto é, em Milão, ou seja, entre outubro de 389 e maio do ano seguinte.[67] A chance de êxito era pequena. No entanto, Ambrósio dá a entender que Teodósio estava inclinado a ceder. O Bispo impôs sua autoridade: como o imperador não atendesse a seu apelo, julgou dever testemunhar seu descontentamento deixando de comparecer ao palácio e de visitar o imperador enquanto não recusasse o pedido dos pagãos. Esta primeira atitude de Teodósio, que para nós é inexplicável, não foi seguida de nenhum efeito; a delegação teve de retirar-se com aquela mesma resposta de sempre, aquela a que já estava acostumada: "Vós não representais o Senado".[68]

Apesar da recusa, os pagãos não desistiram da empresa. Em decorrência de funestas transformações na política imperial, a facção pagã do Senado aproveitou o ensejo de reiterar,

---

[66] Ambrósio. *Epistola*, 57, 4.

[67] Malunowicz, L. (*De ara Victoriae in Curia Romana quomodo certatum sit*, p. 82-84) discute longamente o problema referente à data e chega à conclusão que o acontecimento se deu no fim de 389 ou início de 390.

[68] Campenhausen, H. von. (*Ambrosius von Mailand als Kirchenpolitiker*) mostra que não tem fundamento os detalhes particulares acrescentados pelo pseudo-Próspero (*De prom. Et praed. Dei*, III, 38) em que o autor cristão narra o episódio dramático de uma nova embaixada presidida por Símaco junto a Teodósio. O imperador, irritado com as palavras do orador, teria ordenado retirar Símaco de sua presença e transportá-lo numa rústica carruagem para fora da cidade a uma distância de cem milhas.

em 391, seu pedido de revogação dos decretos. Valentiniano, que se encontrava na Gália, longe da influência de Ambrósio, vivia cercado de pagãos e vigiado por Arbogasto.[69] Como este também venerasse os deuses dos gentios, os pagãos podiam alimentar esperanças de obter algum êxito. Enviaram então ao imperador a quarta delegação. A respeito dessa, Santo Ambrósio diz o seguinte na carta a Eugênio: "Novamente a delegação enviada pelo Senado até a Gália nada pode extorquir do Imperador Valentiniano de augusta memória. No entanto, eu lá não estava, nem sequer lhe havia escrito".[70] A delegação encontrou-se com Valentiniano quando este se achava na Gália, entre a primavera de 391 e a de 392. Também desta vez a comitiva voltou decepcionada porque não trouxe mais que uma recusa.

A delegação havia se convencido de produzir algum efeito sobre a conduta do imperador citando o exemplo de seu pai, cuja tolerância havia sido manifesta. Porém, este recurso a que lançou mão, ficou sem efeito. Valentiniano teria retrucado nesses termos: "Como podeis julgar que eu restitua o que foi confiscado por meu religioso irmão, e que eu fira ao mesmo tempo a religião e a lembrança de um príncipe que eu quero igualar em piedade? Vós elogiais meu pai porque não vos suprimiu nada; quanto a mim, em que vos espoliei? Se meu pai vos concedeu alguma coisa, por que pretendeis

---

[69] Valentiniano II ficou encarregado de governar as províncias ocidentais e, por isso, estabeleceu-se na Gália. Sendo ainda muito jovem, seu poder era apenas de direito, pois, de fato, quem governava era seu tutor, o general franco Arbogasto. Quando Valentiniano pretendeu assumir o poder de fato, foi morto, provavelmente por ordem de Arbogasto, em 392.

[70] Ambrósio. *Epistola*, 57, 5.

que eu deva imitá-lo, restituindo o que tendes perdido? Quando ele mal havia restabelecido vossos privilégios, meu irmão os suprimiu, e eu prefiro seguir este último exemplo. Não era meu irmão em tudo um imperador como meu pai? Respeito igual deve ser dado tanto a um quanto a outro; ambos tiveram o mesmo amor à República; Conformarei minha conduta à deles. Não restituirei o que meu pai não pôde conceder, pois sob seu reinado nada vos foi retirado, e respeitarei o que tem sido feito por meu irmão. Que Roma minha mãe me peça qualquer outra coisa: conceder-lha-ei de bom grado; mas devo mais respeito ao autor da salvação".[71]

Na oração fúnebre a Valentiniano II, Santo Ambrósio narra que todos os membros do consistório, tanto cristãos como pagãos, eram de opinião que se concedesse aos enviados o que solicitavam, isto é, os direitos dos templos e os privilégios dos sacerdotes; mas que o imperador, qual outro Daniel, teria censurado a perfídia dos cristãos e desfeito as esperanças dos pagãos.[72]

As vivas insistências dos pagãos não eram tão sem cabimento quanto pareciam: Teodósio estivera na iminência de devolver ao clero pagão os seus bens, e o consistório do Ocidente aconselhara esta restituição a Valentiniano. Por sua vez, o grupo tradicional tinha numerosos e devotados amigos junto ao imperador e, a cada instante, acreditava ter chegado o momento oportuno de contar com seu apoio; mas suas esperanças sempre se chocavam contra a influência ativa e fecunda de Ambrósio e por isso fracassavam.

Em maio de 392, morreu Valentiniano II. Não se sabe se se suicidou ou se foi morto por ordem do chefe do exército, o

---

[71] Ambrósio. *De obitu Valentiniani consolatio*, 20.

[72] Ambrósio. *De obitu Valentiniani consolatio*, 19.

franco Arbogasto. O fato uma vez consumado, Valentiniano foi substituído pelo retor Eugênio, um cristão mas tíbio e só de nome.[73] Os senadores pagãos valeram-se da precária autoridade do novo imperador para tentar obter o restabelecimento do altar da Vitória e a devolução dos créditos do culto.[74] Foram enviadas duas delegações sucessivas ao imperador, mas nenhuma trouxe resultado satisfatório. Esta conduta de Eugênio deve ter surpreendido a todos; todavia, não estava em contradição com os compromissos assumidos pelo novo imperador. A restituição das imensas propriedades confiscadas ao clero pagão não podia animar nenhum príncipe, fosse ele pagão ou cristão, herdeiro ou usurpador da púrpura.

De mais a mais, depois de dez anos, os bens haviam recebido destinos diversos: serviam em grande parte à manutenção do exército e ao custeio de guerras externas, e a cada ano a restituição se tornava mais difícil. Provavelmente, os pontífices e os imperadores não chegavam a um acordo sobre esse ponto. Assim se explica a solicitude constante do Senado e seu ardor infatigável em convencer os imperadores com suas súplicas. O Senado sentia que o tempo, à medida que transcorria, consagrava a espoliação do clero.

Há poucos dados para estabelecer a data em que as delegações foram enviadas a Eugênio. O biógrafo de Ambrósio, Paulino, diz que aconteceram "não muito tempo depois" que Eugênio iniciou seu reinado.[75] Palanque situa a primeira delegação no início do reinado de Eugênio e a segunda depois de novembro de 392, isto é, depois que Teodósio decretou a lei contra os pagãos.[76]

---

[73] Ambrósio. *Epistola*, 57, 5.

[74] Ambrósio. *Epistola*, 57, 2.

[75] Paulino. *Vita Ambrosii*, 26.

[76] Palanque, J.R. *Op. cit.*, p. 278. CTh. XVI, 10, 12 (8 de novembro de 392).

Terceira delegação foi enviada a Eugênio. Esta era acompanhada por dois homens a quem era difícil que o novo senhor da Itália recusasse qualquer pedido: um era o conde Arbogasto, e o outro, Flaviano, prefeito da Itália. Os delegados intimaram o imperador a atender aos anseios do partido pagão. Sentindo-se numa situação sem saída, Eugênio os atendeu; "o*blitus fidei suae concessit*", diz o autor da vida de Santo Ambrósio.[77] Sentindo-se numa situação sem alternativa, Eugênio teria encontrado uma hábil solução: teria feito uma doação pessoal em dinheiro aos chefes da delegação para a manutenção do culto. Não subvencionando diretamente a religião pagã, o imperador esperava não entrar em conflito com o clero cristão. Ambrósio protestou não menos contra essa concessão, pois via também nisso um verdadeiro sacrilégio.[78]

Não se sabe quando a terceira delegação se encontrou com Eugênio. A maioria dos autores que estudaram o assunto situa a data no ano de 393. Palanque, por sua vez, baseado em acontecimentos políticos da época, situa a data no outono de 393.

A volta da delegação a Roma foi um triunfo. Passando por Milão, anunciou que transformaria logo os templos cristãos em estrebaria e que destituiria o clero cristão. Depois de sete delegações enviadas a quatro príncipes diferentes, obtiveram finalmente, ao menos em parte, o que tanto reclamavam. Contudo, o entusiasmo e os propósitos duraram pouco. Teodósio, tendo derrotado Eugênio em setembro de 394, revogou os decretos deste referentes à religião dos gentios. Assim, frustraram-se para sempre as esperanças do antigo culto.

---

[77] Paulino. *Vita Ambrosii*, 26.

[78] Paulino. *Vita Ambrosii*, 27.

4 — Prudêncio e a resposta a Símaco

Aurélio Prudêncio Clemente nasceu em 348, durante o reinado de Constâncio, em Tarragona, Zaragoça ou Calahorra, no norte da Espanha. Como não fala de sua conversão, admite-se que nasceu no seio de uma família cristã.[79] Os escassos dados biográficos que existem a seu respeito, devemo-los quase que exclusivamente a ele mesmo. Esboça um quadro de sua vida à maneira de Rembrandt em que é preciso adivinhar muito de seus traços. Foi advogado e exerceu com grande sucesso funções públicas. No prólogo de suas poesias, apresenta-se velho e triste, pensando no fim da vida que se aproxima. Compôs a obra *Contra Symmachum* em 402-403; a data de sua viagem a Roma oscila entre 401 e 403.[80]

Prudêncio é inapreciável testemunha e grande retratista dos acontecimentos ocorridos em seu tempo. Sem ele, conheceríamos de modo incompleto a crise decisiva do século IV, esta curiosa jornada parlamentar que, graças à intervenção pessoal do imperador vitorioso – Teodósio –, pôs em derrota a minoria pagã do Senado romano, e concedeu liberdade plena e total aos cristãos, até então dominados por pequeno número de líderes obstinados da religião tradicional.

A obra literária de Prudêncio divide-se em duas partes distintas; diferem segundo o assunto que apresentam e a métrica de que se serve. Uma contém poesias líricas e a outra poemas didáticos. O último e o mais célebre destes é a resposta a Símaco (*Contra Symmachum*), em dois livros. Enquanto nos poemas anteriores refuta as heresias, neste, investe con-

---

[79] Guillen, J. e Rodrigues, I. *Aurélio Prudêncio*. Obras completas. Ed. Bilingüe. Col. BAC, 58. Madrid, 1950. Introdução geral, p. 3-4.

[80] Guillen, J. e Rodrigues, I. *Op. cit.*, p. 17; Malunowicz, L. *Op. cit.*, p. 100.

tra a religião pagã. No "Contra Símaco" não responde só à requisição do prefeito de Roma, mas ao longo de todo o primeiro livro ataca de modo geral o paganismo. O argumento do primeiro livro é exposto pelo poeta no início do segundo com estas palavras: "Até aqui expusemos as primeiras origens dos antigos deuses e as causas pelas quais se formou, no mundo, o triste erro da idolatria, mas agora Roma já crê no nosso Cristo".[81] Só no segundo livro empenha-se em responder diretamente a Símaco; e responde de tal modo que, sempre que a ocasião se apresenta, faz uma digressão para expor ou defender alguma questão da doutrina de Cristo e convencer os pagãos de seus erros.[82]

O poema *Contra Symmachum* é obra importante, com múltiplos e variados méritos, cujo estudo seria longo se pretendesse ser completo.[83] Limitamo-nos, nessa secção, a mostrar alguns aspectos mais específicos relacionados com o nosso assunto.

Vimos como Símaco, em nome do patriotismo, defendia o antigo culto. Acusava os cristãos de serem inimigos da pátria e queria torná-los responsáveis pelas desgraças públicas. Era uma antiga acusação que os pagãos faziam com renovada insistência contra a nova religião. Os apologetas do cristianismo já estavam cansados de refutar essa acusação. Porém, ninguém mais que Prudêncio se empenhou e o fez com tanta convicção, boa fé e sinceridade.

---

[81] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 1-3.

[82] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 168-181; 184-269; 461-487.

[83] Allard, P. ("Rome au IVe. siècle d'après les poèmes de Prudence", in: *Revue des Questions Historiques*, 36 (1884), p. 5-61) apresenta excelente estudo sobre a arte, a moral e arqueologia pagã e cristã de Roma no século IV, baseando-se nos poemas de Prudêncio.

Símaco, ao longo de todo o seu discurso, admite, como verdade incontestada, que os Romanos devem a seus deuses a riqueza e o poder. É o argumento no qual baseia toda sua discussão.[84] Prudêncio, por sua vez, responde-lhe que a riqueza e o poder não são os bens mais preciosos e que o Deus dos cristãos concede outros bens, muito mais importantes.[85] Mas este argumento, que Santo Agostinho retoma na *Cidade de Deus*, não lhe basta: o cristão poderia, a rigor, contentar-se com esses bens; falta outra coisa ao patriota. Não concorda com a afirmação dos pagãos de que Roma deve seu poder à proteção dos deuses. Os outros mestres da apologética já haviam combatido tais afirmações, mas os argumentos de Prudêncio são originais e muito mais pessoais. Refuta a opinião de Símaco em nome da honra dos próprios romanos. Diz ele que rebaixamos o valor dos romanos quando atribuímos seu sucesso a falsas divindades; fazemos-lhes injúria quando afirmamos que tiveram necessidade do socorro dos deuses para vencer. Diz o poeta encolerizado: "Não admito que se denigra o nome romano e as guerras que custaram tanto suor e as honras conquistadas ao preço de tanto sangue. Faz injustiça às legiões invencíveis e diminui a glória de Roma aquele que atribui a Vênus o mérito de todos nos combates corajosos: retira a palma aos vencedores. Assim, admiramos inutilmente as quadrigas colocadas no alto dos arcos de triunfo e os generais de pé nos carros altivos. [...] e sob seus pés, os cativos submetendo-se curvados sob o jugo, carregando, suspensos a um pesado tronco, os despojos das vitórias".[86]

---

[84] Símaco. *Relatio*, 3-10.
[85] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 105.
[86] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 550-562.

Assim, invertem-se os papéis: os pagãos não têm mais o privilégio de serem os únicos guardiães zelosos da glória de Roma. Prudêncio faz profissão de enaltecê-la ainda mais, e até defendê-la contra eles. Não seria possível tomar nesse grande debate uma posição mais feliz e mais enérgica. Prudêncio se empenha em mostrar que, mais que qualquer outro, admira os grandes feitos dos Romanos; está tomado de admiração e reconhecimento por eles; agradece-os em nome dos próprios povos por eles vencidos, por haverem estabelecido a paz e a unidade do mundo. "Agora vive-se por toda parte como se só houvesse cidadãos do mesmo sangue, abrigados pelas muralhas da mesma cidade natal; e todos estamos unidos pelo culto do mesmo ar ancestral. Habitantes de regiões distantes umas das outras, litorais separados pelo mar se encontram, seja no mesmo fórum comum para onde os chama a promessa de comparecer diante do tribunal, seja numa feira bem freqüentada onde trocam os produtos de sua atividade, seja nas núpcias onde exercem seu direito de esposar um estrangeiro. Pois hoje os sangues se misturam e uma única raça está em vias de formação da qual participam cada vez mais todos os povos".[87]

Esta significativa passagem lembra outras, de outros autores. Todos os grandes poetas dessa época celebram os benefícios da unidade romana: era um bem cujo valor se percebia quando surgia alguma ameaça de perdê-lo; o medo que se sentia de sua privação, caso os bárbaros invadissem o Império, fazia com que parecesse ainda mais precioso. Claudiano também felicita Roma por haver acolhido em seu seio os vencidos e feito do gênero humano um só povo: "Foi ela, bem mais mãe que senhora do gênero humano (*domina humani generis*),

---

[87] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 610-617.

que por primeiro abriu seu seio aos vencidos, estendeu seu nome protetor ao universo inteiro, deu o título de concidadãos aos povos conquistados e uniu pelos laços do reconhecimento as regiões mais distantes".[88]

Claudiano, como Prudêncio, celebra esta paz imposta ao mundo, que permite que se possa viajar sem receio, que faz com que seja um divertimento visitar as regiões mais longínquas, e que o estrangeiro que as percorre encontre por toda a parte a pátria. Alguns anos mais tarde, Rutílio Numaciano retoma o mesmo elogio. Repete que é uma felicidade para todos os povos terem sido vencidos por Roma que, ao transmitir-lhes suas leis, fez do universo uma só urbe. "Chamando os vencidos a compartilhar com teus direitos, fizeste do universo uma só cidade".[89]

Dos três poetas que expressam os mesmos sentimentos e praticamente nos mesmos termos, nenhum era natural de Roma e nem sequer da Itália. Não importa! Esses filhos de povos vencidos tinham, há muito tempo, esquecido a cólera e o ódio que animaram seus antepassados. Os filhos desta geração já se sentiam favorecidos pelos benefícios de uma dominação que lhes proporcionava a civilização e a paz. Boissier, falando dos provincianos que se romanizavam, expressa-se numa frase lapidar nestes termos: "Transformados em romanos de coração como de nome, não vislumbravam no futuro mal maior que deixar de sê-lo".[90]

Em Prudêncio, esses sentimentos nos surpreendem mais que nos outros: apesar de seu grande amor à terra natal, canta apaixonadamente a grandeza e a glória de Roma. A profun-

---

[88] Claudiano. *In secundo consulato Stiliconis*, 150-153.

[89] Rutílio. *Itinerarium de reditu suo*, 63-65.

[90] Boissier, G. *Op. cit.*, t. II, p. 138.

da afeição que sentia por sua pequena pátria, a Espanha, não diminuía o amor à grande pátria do povo romano. Sem dúvida, fala com orgulho de Barcelona e de Saragoça e celebra os santos de quem se gloria; mas acima de todas essas cidades, a que está ligado pelos costumes e pela amizade, acha-se Roma que o domina e ocupa lugar de destaque nas suas afeições, apesar do que ela tem de mais vil e mais baixo. De longe, antes de conhecê-la, a saúda: "Oh! Três, quatro, sete vezes feliz o habitante de Roma, que pode venerar-te lá onde se encontram teus restos mortais" (refere-se ao mártir São Lourenço!).[91]

Entre 401 e 403, Prudêncio residiu em Roma. Contempla e admira a cidade. Por toda parte há festas e jogos.[92] Cita o nome de muitos templos e estátuas que ornam o Fórum.[93] Nomeia ainda muitos outros templos pagãos espalhados pela cidade.[94] Não lhe passa desapercebido o aspecto cosmopolita da cidade. Roma, que reúne monumentos de todos os cultos, dá-lhe a impressão de ser um imenso panteão.[95] Não percebe só o esplendor e a grandeza. Encontra também sinais de um culto mais humilde, mais familiar e local, aquele dos pequenos deuses, os inumeráveis gênios tutelares que a imaginação pagã havia implantado por toda a parte.[96]

O aspecto religioso da cidade não é o único que atrai seus olhares. É sensível também à sua magnificência e ao esplendor de seus monumentos. Para ele, não menos que para

---

[91] Prudêncio. *Peristephanon*, II, 529-530.
[92] Prudêncio. *Contra Symmachum*, I, 215-218.
[93] Prudêncio. *Contra Symmachum*, I, 226-231; 237-240.
[94] Prudêncio. *Contra Symmachum*, I, 120-121.
[95] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 351-358.
[96] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 444-448.

Claudiano e Rutílio, Roma é a cidade de ouro, a *aurea Roma*.[97] Entra-se em Roma pelas grandes vias bordadas de mármore onde se lê a invocação dos deuses manes, verdadeiras avenidas de túmulos que formam como que os vestíbulos grandiosos da cidade senhora do mundo (*domina mundi*).[98]

"Roma formosa" está diante dos olhos e no coração desse provinciano que passou a maior parte de sua vida longe dela. Lendo os poemas de Prudêncio, percebe-se em cada página a impressão que a grandeza de Roma causou em seu espírito. Manifesta grande júbilo ao ver finalmente Roma convertida ao cristianismo. Durante tantos anos resistiu à nova fé, mas por fim deixou-se vencer. "Os mesmos luminares do Senado que antes haviam sido lupercos ou flâmines, beijam agora os umbrais dos templos dos apóstolos e dos mártires".[99] "O pontífice, que antes se ornava com as sagradas fitas para o sacrifício, é agora marcado na fronte com o sinal da cruz; e, diante do altar de Lourenço, ajoelha-se Cláudia a vestal".[100] Tudo isto era uma grande conquista, a última que restava fazer ao cristianismo. Ninguém se alegrou com ela mais que Prudêncio; por isso podia entregar-se sem escrúpulo aos afetos que Roma lhe inspirava.

Outra razão que torna surpreendente em Prudêncio mais que em Claudiano e Rutílio esta paixão pela *Urbs* é que ele é cristão. Poderá talvez parecer-nos que os cristãos não tivessem muito interesse em comprometer-se com um Império

---

[97] Prudêncio. *Apotheosis*, 385; *Contra Symmachum*, II, 697; 831; 1113. Cf. Claudiano. *De consolatu Honorii*, 52; Ausônio. *Ordo nobilium urbium*, I, 1; Rutílio. *Itinerarium de reditu suo*, I, 95.

[98] Prudêncio. *Contra Symmachum*, I, 403-405.

[99] Prudêncio. *Peristephanon*, II, 517-520.

[100] Prudêncio. *Peristephanon*, II, 525-528.

que os maltratou tão duramente durante mais de dois séculos. Na verdade, mesmo na época em que eram perseguidos, orgulhavam-se de serem bons cidadãos como os demais; e desde quando Constantino os fez co-participantes do poder, já não havia mais motivo para descontentamento. Os escritos de Santo Ambrósio e Santo Agostinho mostram que os cristãos, longe de desejarem a ruína do Império Romano, se empenhavam energicamente para salvá-lo. Os biógrafos de Prudêncio não hesitam em afirmar que não houve nessa época outro patriota mais convicto e mais zeloso do que ele.[101]

Prudêncio não se contentava em celebrar a grandeza de Roma nesses versos que citamos. Quer ainda mostrar que os cristãos têm motivos particulares que os prendem a Roma e que a gratidão os une ao Império tanto quanto o dever. Roma não deve sua grandeza e seu poder aos deuses nacionais como pensam os pagãos. Menos ainda ao acaso. O acaso é uma palavra "com que encobrimos nossa ignorância". O Deus verdadeiro, o Deus dos cristãos foi o único que pôde dar-lhes poder. Roma e sua grandeza estavam no plano de Deus em vista da vinda e da vitória de Cristo.[102] Entre povos divididos, entre nações sempre em luta, no meio do ruído das armas, a palavra de Deus não teria sido ouvida; a palavra de Deus teria encontrado obstáculos, de um povo para outro, na multiplicidade dos deuses nacionais.[103] Entretanto, uma vez estabelecida a paz sobre a terra e o universo reunido sob o mesmo cetro, o caminho estava aberto para a nova religião; Cristo podia aparecer, e o mundo estava disposto a recebê-lo: "Vem,

---

[101] Boissier, G. *Op. cit.*, t. II, p. 139.

[102] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 618-621.

[103] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 622-627.

pois, ó todo-poderoso, desce à terra onde reina a concórdia! De hoje em diante o mundo Te acolhe, ó Cristo, o mundo que a Paz e Roma mantêm estreitamente unido".[104]

Desta forma, Prudêncio procura demonstrar que a grandeza de Roma está associada ao nascimento de Cristo. Estabeleceu-se um laço entre esses dois poderes que se desconheciam mutuamente. O poder de Roma e o de Cristo já não são mais dois poderes antagônicos ou dois inimigos irreconciliáveis, mas ambos estão a serviço dos mesmos planos da Providência Divina. Cipião, César, Augusto e todos esses grandes personagens, cujos nomes os pagãos têm sempre na boca e com os quais pretendem insultar a nova religião, cooperaram, sem sabê-lo, para essa obra; por isso é lícito honrá-los. Prudêncio apresenta o cristianismo como o termo e o coroamento de toda a história romana.

Tendo em mente esse plano da Providência Divina, Prudêncio acredita que os antagonismos entre Roma e o cristianismo deixaram de ter suas razões. A Igreja não só aceita mas se interessa vivamente pela preservação do Império contra a ameaça dos bárbaros. Como se sabe, nessa época os bárbaros haviam se estabelecido nas províncias como lavradores ou como soldados. Demonstravam cada vez mais ares de rebeldia. Não havia como combater os usurpadores e os primeiros invasores pois o *limes* estava desguarnecido e, portanto, as províncias sem defesa. Em 402, os Vândalos e os Alanos penetram na Récia e na Nórica, no alto Danúbio; em 406, Radagásio, à frente de inúmeros bandos, atravessa os Alpes e entra na Cisalpina. Estilicão extermina o exército de Radagásio perto de Florença e rechaça o chefe dos Godos em Polência.

---

[104] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 633-635.

Claudiano canta, em versos soberbos, a derrota de Alarico: "Polência, tua glória, celebrada nos meus versos, viverá para sempre! Polência! Sim, tu bem mereces esse nome, justificado por nossos brilhantes feitos. Solo para sempre memorável, o destino predestinou-te para seres o palco da virtude romana, para seres o túmulo do furor dos bárbaros".[105]

O entusiasmo de Prudêncio é ainda mais vivo e mais comovente que o de Claudiano. Num de seus mais eloqüentes escritos, faz com que Roma tome a palavra e se dirija ao vencedor: "Sobe no teu carro triunfal, recolhe teus troféus e volta com a proteção de Cristo. Quebra as algemas dessa tropa de cativos. Ó multidão de mães e jovens, rompei as amarras da longa servidão! Que o ancião, exilado do lar materno, esqueça a escravidão, e que a criança, agora que a mãe voltou para a soleira de seus antepassados, aprenda a sentir-se livre; não há mais motivo para temor. Vencemos; é justo que nos alegremos".[106]

Este júbilo, como se sabe, durou pouco; esses belos dias não tiveram um amanhã. Eliminando Estilicão que defendia o norte da Itália, Alarico apoderou-se de Roma e pilhou a cidade durante três dias. Podemos estar certos que, se Prudêncio ainda vivia em 410, foi um desses patriotas a quem o saque de Roma terá ferido profundamente o coração.

Em nosso estudo sobre Prudêncio, resta-nos abordar uma questão importante: a remoção do altar da Vitória e a supressão das subvenções aos sacerdotes e vestais.

Por que Prudêncio compôs o poema *Contra Symmachum* trazendo novamente a público o velho debate? Prudêncio já não era mais jovem quando escreveu os poemas que chega-

---

[105] Claudiano. *De bello getico*, 635-638.

[106] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 730-737.

ram até nós. No prefácio nos diz que renunciou a todas as ambições do mundo, que espera a morte e que só pensa em preparar-se para ela.[107] É bem provável que um homem, imbuído de tais disposições, não pensasse em escrever só pelo prazer de escrever ou pela glória que disso lhe poderia advir. Deve ter havido algum motivo mais sério. Censura-se a si mesmo de não ter feito nada útil até então; compondo os versos, espera servir de alguma forma à sua religião que defende e expõe com tanto ardor. Mas que espécie de serviço pretende prestar? Podemos talvez sabê-lo investigando a quem se dirigiam seus versos e para que público os compôs especificamente.

Prudêncio, filho de nobres, na qualidade de nobre, dirige-se à nobreza. Escreve para gente que, mesmo não sendo sábia *ex officio*, tem conhecimentos de gramática e de retórica. Nessa época, como em toda a antiguidade, a instrução limitava-se à pequena parcela da população que constituía a elite do povo.

Quando Prudêncio redigiu a "resposta a Símaco", já fazia vinte anos que Símaco havia composto e declamado sua *Relatio* diante do imperador Valentiniano II, solicitando o restabelecimento do altar da Vitória e a restituição dos privilégios financeiros do clero e das vestais; e já fazia tempo que Santo Ambrósio havia respondido. Se o problema estava resolvido em favor dos cristãos, quais então os motivos que o levaram a retomar a questão? A troco de quê recomeçar uma polêmica na qual os cristãos vitoriosos não tinham nada a ganhar? É mais difícil ainda compreender por que Prudêncio reiniciou as hostilidades contra o paganismo quando se considera que, no entender do próprio Prudêncio, quase não havia

[107] Prudêncio. *Cathemerinon*, prefácio, 1-5.

mais pagãos em Roma. "Volve teus olhos para o povo. Quantos desprezam o altar de Júpiter coberto de sânie? A multidão que mora nos andares superiores, que para ir ao trabalho vai a pé, e que se nutre com pão distribuído na grade, freqüenta o túmulo no sopé do monte Vaticano onde se acham as cinzas notáveis do pai amável de nossa fé, ou acorre em grande número ao templo de Latrão para receber a marca sagrada feita com o óleo real (Crisma)".[108] "Não me comove que apenas ínfima minoria não abra à luz os seus olhos, e vá errando em seu caminho".[109] "Emudeça a débil voz e permaneça em silêncio, num canto modesto, a minoria insignificante".[110] "Observa como a imensa maioria do Senado declara infame o templo de Júpiter e determina que a idolatria há de ser exterminada na cidade já santificada".[111]

Se a situação era como Prudêncio a pinta, quase já não havia mais pagãos em Roma e, portanto, não valia a pena escrever mais de dois mil versos para combatê-los. No entanto, é preciso ser realista. No fundo, a conversão de Roma não era tão completa quanto Prudêncio quer mostrar. Nesses cristãos de última hora, o paganismo não estava de todo extirpado. "Os ídolos, diz santo Agostinho, estão radicados mais firmemente nos corações dos pagãos que nos templos".[112]

Prudêncio não o ignora. Em alguns versos bem expressivos, mostra como esses neófitos ainda conservavam as impressões do passado.[113] Quando olha a cidade em festa e a

---

[108] Prudêncio. *Contra Symmachum*, I, 581-587.
[109] Prudêncio. *Contra Symmachum*, I, 591-592.
[110] Prudêncio. *Contra Symmachum*, I, 606-607.
[111] Prudêncio. *Contra Symmachum*, I, 608-610.
[112] Agostinho. *Enarratio in Psalmis*, XCVIII, 2.
[113] Prudêncio. *Contra Symmachum*, I, 574-577.

multidão enfeitada que passa diante dele, o poeta cristão nem sempre reconhece a vestimenta modesta e as atitudes sérias dos verdadeiros discípulos do Evangelho.[114] As lembranças da infância protegiam e conservavam nos recém-convertidos as crenças antigas; aquele que havia visto sua mãe levar o incenso ante o altar doméstico, dificilmente podia relegar o passado de um momento para outro. O que mais contribuía para manter o espírito, ou então, a raiz do paganismo, era a educação. Na escola do gramático e retórico, o jovem ouvia e lia os autores que haviam inspirado o antigo culto. A admiração pelos autores clássicos profanos os premunia contra a nova religião. Daí que, mesmo quando faziam sua profissão de fé, não chegavam a desvencilhar-se completamente das antigas crenças. Muitos se acomodavam a uma duplicidade: cristão no seu íntimo, no seio da família, e pagão nas ocasiões ordinárias da vida. Esta atitude ambígua um cristão, como Prudêncio, não podia suportar.

Prudêncio sentiu a necessidade de provar que o cristianismo não é religião dos ignorantes e dos pobres de espírito, mas que se destina também aos espíritos cultos, e que é capaz de inspirar escritores de talento e criar uma literatura vasta e original. Na verdade, ninguém podia duvidar da existência de uma genuína literatura cristã se lesse os apologistas como Tertuliano, Minúcio Felix, Lactâncio, ou os teólogos como Ambrósio e Agostinho. Mas, ao que parece, a verdade não era convincente. Os pagãos continuavam insultando os cristãos, demonstrando-lhes desprezo, chamando-os de ignorantes, néscios, gente sem talento e sem cultura.[115] Qual a razão desse procedimento? Pode haver uma só explicação: para esses

---

[114] Prudêncio. *Contra Symmachum*, II, 264-272.

[115] Agostinho. *Enarratio in Psalmis*, XXXIV, 4.

pagãos recalcitrantes, as obras de polêmica ou de edificação espiritual ou moral não pertenciam à literatura porque tinham em conta a prosa. Para eles, o verdadeiro idioma das letras clássicas era o dos versos. Estas são, em última análise, as pessoas a quem Prudêncio dirige sua obra. Escreve para letrados que, tendo lido e estudado Homero e Virgílio, viviam obcecados pela literatura pagã. Prudêncio se propõe a atraí-los para suas fileiras, apresentando-lhes a nova religião sob forma mais atraente. Para chamar a atenção dos pagãos sobre seus versos e para sua própria firmeza doutrinal, escolhe entre os mais ilustres literatos pagãos e entre os maiores doutores da Igreja alguma obra importante que sirva como pano de fundo para seus versos. Retoma a *Relatio* e se apóia na epístola XVII e XVIII de Santo Ambrósio para dar sua resposta a Símaco. Prudêncio não se limita a uma simples interpretação ou transformação em versos dessas obras; em tudo imprime a marca de seu gênio particular.

Prudêncio não era cristão fanático, mas homem de fé inabalável. Os exageros de qualquer natureza lhe desagradavam. Por outro lado, também não era partidário da tolerância. Os vencidos a pediam agora para si, mas a negavam quando eram os vitoriosos. Prudêncio julga que forçar pagãos a praticar a verdadeira religião é prestar-lhes generoso serviço, enquanto que deixá-los livres para crer em quem quisessem, seria contribuir para sua perdição.[116] No entanto, detesta a violência. É a favor que se fechem os templos, mas deseja que se respeitem as estátuas; são obras de grandes artistas e objetos de decoração da cidade.[117] Tributa profundo respeito e tece elogios a Símaco, o último dos pagãos sinceros; coloca a eloqüência

---

[116] Prudêncio. *Contra Symmachum*, I, 25-26.

[117] Prudêncio. *Contra Symmachum*, I, 504-505.

de Símaco acima da de Cícero; fala, com emoção, das belezas de seu livro que refuta, mas recomenda que não seja destruído nem diminuído seu valor. O que é mais curioso ainda é que o ressentimento que ele, como todos os amigos de sua religião, tem de Juliano, não o levam a ser injusto para com ele: condena sua apostasia, mas reconhece suas virtudes e seus talentos militares. "Traiu seu deus, diz Prudêncio, mas não sua pátria".[118]

Prudêncio foi poeta cristão sincero. Em seus versos sente-se profunda convicção. Para atrair os homens do mundo ao cristianismo, serviu-se da forma e do estilo a que estavam acostumados. Estava convencido de que sua obra não seria um projeto inútil. No epílogo diz que, nos últimos dias, outras almas mais felizes apresentarão a Deus suas virtudes e sua caridade enquanto que ele, pobre e pecador, só terá para oferecer seus versos, mas acrescenta que espera que Deus o acolherá e levará em conta seu canto de louvor a Cristo.

[118] Prudêncio. *Apotheosis*, 454.

Considerações finais

Não raro, a literatura histórica insinua que a antiga religião romana desapareceu de um momento para outro sob os golpes da impiedosa legislação do imperador Teodósio I. No entanto, estudando mais a fundo a questão, chega-se a concluir que o desaparecimento do paganismo e a cristianização do Império Romano foi processo lento, laborioso e complexo. Apesar de nominalmente cristãos, os poderes instituídos demonstravam escasso respeito pelas opiniões dos bispos católicos quando estes intervinham para tornar menos brutal a elevação dos impostos, impedir o tráfico de escravos ou outras medidas inspiradas nos ensinamentos da nova religião. Os sábios pagãos tinham se mantido por toda parte como heróis da cultura; tinham seus imitadores nas cidades. Eram homens de estilo de vida elevado, associado a poderes mágicos. Seu imenso prestígio garantia que os antigos ritos, embora tecnicamente abolidos pelas leis imperiais, nunca fossem prontamente descartados. Para o pagão instruído, tornar-se cristão era perder o contato com uma tradição gloriosa: "haverei eu de me tornar o que é meu porteiro, e não um Platão ou um Pitágoras?"

O cristianismo não apareceu em Roma como uma religião a mais entre tantas outras já existentes, sem maiores conseqüências para a vida e a sociedade. Pelo contrário, em virtude dos princípios internos que o norteiam, pressupunha, para concretizar seus objetivos, uma transformação radical das instituições e da mentalidade tradicionais. A política religiosa de Graciano veio, em parte, responder a essa necessidade quan-

do reduziu o Estado romano, até então oficialmente pagão, a Estado leigo, isto é, aconfessional.

O trágico desaparecimento do Imperador, em 383, não modificou, em nada, a política religiosa por ele implantada. Teodósio, associado ao governo desde 379, deu-lhe continuidade e fê-la produzir seus frutos. Promulgou leis severas e decisivas contra o antigo culto com o fito de suprimi-lo e extingui-lo.

Mediante a lei de 24 de fevereiro de 391, vetou, na cidade de Roma, todas as cerimônias pagãs como: sacrifícios, visitas aos templos, homenagens aos ídolos. O mesmo texto legal previa também pesadas multas para os funcionários que negligenciassem a aplicação da norma. Do mesmo modo, com a lei de 16 de junho de 391, proibindo o culto tradicional em todo o Egito, determina que ninguém terá mais permissão para sacrificar, de freqüentar templos e prestar culto nos santuários pagãos. Ainda mais grave se mostra o edito de Constantinopla, de 8 de novembro de 392, coroamento de toda a legislação contra a religião romana tradicional. A todos, seja qual for a origem ou posição social, é negado, mesmo de forma privada, realizar sacrifícios, honrar os Lares com o fogo, os Gênios com as libações, os Penates com o incenso e ornar os altares. A lei previa, igualmente, pesadas multas e confiscações para os infratores.

Diante dessas e de outras normas restritivas, perguntamo-nos qual terá sido a posição de Ambrósio: tê-las-á solicitado, sugerido ou aprovado?

Em linhas gerais, pode-se afirmar, sem no entanto demonstrá-lo explicitamente, que Ambrósio exerceu influência, se não direta, pelo menos indireta na formulação e promulgação da legislação de Teodósio. A lei de 391, proibindo o culto pagão em Roma, parece efetivamente emanada de sua

sugestão direta; as demais resultam da sua influência indireta em conseqüência da penitência e da reconciliação do Imperador.

Não se pode prescindir que Teodósio era cristão sincero, preocupado com a sorte da Igreja tanto quanto o eram os próprios bispos, razão pela qual é admissível que tais leis fossem decisão espontânea de seu ânimo, especialmente as que foram baixadas depois de sua penitência pelo massacre de Tessalônica. Mediante tal gesto, o Imperador demonstraria reconciliar-se, em definitivo, com a Igreja e ser seu defensor. Nas entrelinhas do discurso fúnebre dedicado a Teodósio, percebe-se que suas leis tiveram explícita aprovação e louvor de Ambrósio.

Há uma outra questão para a qual urge fornecer uma resposta: até que ponto o Bispo de Milão pode ser considerado como tolerante quando admite que a religião cristã seja imposta pelas leis e pela força? Não parece que Símaco, pelas razões anteriormente aduzidas, pleiteia e defende a tolerância?

Os dois líderes religiosos, Ambrósio e Símaco, partem de posições diametralmente opostas. Para este, o ser supremo era ainda um grande mistério, e mais de um caminho conduziria a ele. Por conseguinte, toda e qualquer religião é boa e digna de respeito. Numa das mais expressivas passagens da *relatio*, Símaco sustenta que todas as religiões têm direitos idênticos e pretende que sejam tratadas com igualdade e benevolência. Na verdade, Símaco não defende a tolerância, e sim a dominação, pois, em confronto com essas idéias amplas, ecumênicas, sem preconceitos, há outras que levam a conclusões totalmente contrárias. Afirma que cada nação é agraciada pela divindade suprema com entidades particulares para sua proteção e defesa. Se estes são verdadeiramente os deuses próprios da

cidade, tão inseparáveis dela – segundo sua própria expressão –, como a alma o é do corpo, todos os cidadãos lhes devem culto. Por esse argumento, Símaco pleiteia uma religião estatal e, como sói acontecer, toda religião de Estado pende à intolerância.

Cometeria grave erro e inverteria os papéis quem pretendesse apresentar Símaco como defensor e Ambrósio, como inimigo da liberdade de consciência. Foi justamente em razão desta liberdade que os Senadores cristãos exigiram do príncipe que suprimisse o altar da Vitória. Por que, diziam eles, esta parcialidade em favor de um culto? É justo que num lugar onde todos se reúnem para a mesma finalidade, alguns tenham privilégios em detrimento dos direitos de outros?

Em oposição ao pensamento de Símaco, para Ambrósio, Deus não é totalmente um mistério porque se revelou a si mesmo e a via de acesso a Ele é a fé nele mesmo como Ser Supremo. Não pode, portanto, haver mais de um caminho que conduza ao Deus único e verdadeiro.

Segundo a idéia ou, pelo menos, a afirmação de Símaco, é conciliável que o imperador cristão honre deuses pagãos e subvencione seus cultos. Para Ambrósio, isso é contraditório e absolutamente inviável, uma vez que o imperador cristão aprendeu a honrar um só altar, o de Cristo.

Ambrósio é radical e Símaco reacionário. Ambrósio representa a antiga e rígida disciplina e, como tal, se opõe decididamente a toda e qualquer fusão ou contaminação de costumes cristãos e pagãos. É igualmente contrário a um cristianismo somente de aparência ou de conveniência. No entanto, embora rígido e severo com respeito às superstições e práticas pagãs, e atento aos perigos espirituais provenientes do contato com as mesmas, mostra-se compreensivo e afável no trato pessoal com os adeptos do antigo culto.

Destarte, a legislação de Graciano e Teodósio, sob a influência pelo menos indireta de Ambrósio, fez cessar oficialmente, em Roma e no Império, o culto pagão. Na prática, continuou, quando não por toda parte, pelo menos nos meios rurais; mas, de direito, tinha seu fim decretado. Todo culto pagão tornava-se, depois de 391 e 392, um ato delituoso. No entanto, a intolerância para com as antigas práticas religiosas contrasta durante o reinado de Teodósio, com a grande tolerância para com as pessoas de crença pagã. Neste particular, Teodósio seguiu a política traçada, em princípios gerais, por seus predecessores depois de Constantino. Não só não inquietou ninguém quanto à consciência religiosa, mas na atribuição de honras e cargos oficiais jamais fez distinção entre pagãos e cristãos.

Os futuros imperadores não farão mais do que aplicar os princípios da política religiosa delineada por Ambrósio e transformada em medidas legislativas por Graciano e Teodósio.

Bibliografia

1. Obras de autores antigos

AGOSTINHO – *Opera omnia*. Patrologiae cursus completus. Series latina prior. T. XXXI-XLVII. Parisis, J. P. Migne, 1865-1902.

AMBRÓSIO – *Opera omnia*. Patrologiae cursus completus. Series latina. T. XIV-XVI.Parisis, J. P. Migne, 1880-1887.

AMIANO MARCELINO – *Rerum Gestarum* libri qui supersunt. Recensuit Victor Gardthausen. Stutgardiae in aedibus B. G. Teubneri, 1967. 2 vol.

AUSÔNIO – *Ouvres*. Trad. E. -F. Corpet. Seconde série de la Bibliothèque Latine-Française. Paris,C. L. F. Panckouck, Éditeur, 1843.

BANDURI – *Numismata Imperatorum Romanorum*. Parisis, 1718, 2 vol. Inf-fol.

CELSO – *Contra os cristãos*. Porto: Martins Fontes, 1972.

CÍCERO, Marco Túlio – *Scripta quae mansuerunt omnia* (Epistolae e De natura deorum). Recognovit C. F. W. Mueller. Lipsiae, 1910, in Aedibus B. G.Teubneri. Biliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana, Lipsiae, 1910.

CLAUDIANO, Cláudio – *Carmina omnia*. Edidit Julius Koch. Biliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana. Lipsiae, 1893.

CODE DE L'EMPEREUR JUSTINIEN – Les douze livres de la séconde édition. Traduits en français par P. A. Tissot. Metz, Béhmer et Lamort, 1807, 4 vols.

CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM – Collegerunt Guilelmus Henzen et Iohannes Baptista de Rossi. Ediderunt: Eugenius Bormann et Guilelmus Henzen. Berolini, apud Gerogium Reimerum, 1876. Impressionem alteram lucis ope perfecit officina Walter de Gruyter, 1959, 14 vols.

DIGESTA – Traduits en français par M. Hulot, pour les quarante quatre premiers livres et pour les six derniers par M. Berthelot. Metz, Béhmer et Lamort, 1804, 7 vols.

DION CASSIO – *Histoire Romaine*. Paris: Firmim Didot Frères, 1845, 3 vols.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO – *Roman Antiquites*. Trastaled by E. Cary. London, William Heinemann, 1950, 7 vols.

DONATI – *Ad novum thesaurum veterum inscriptionum Muratori supplementum*. Lucae, 1756, 2 vols. In-fol.

DUBOIS, N. A. *Oeuvres de Macrobe*, Paris: C. L. F. Panckouck.

ENCHIRIDION Fontium Historiae Ecclesisticae Antiquae. Organizado por KIRCH, Conradus. Barcelona: Herder, 1960.

EUSÉBIO de Cesaréia – *História Eclesiástica*. Texto, version española, introducción y notas por Argimiro Velasco Delgado. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1973.

_____ – *Opera omnia quae existant*. Patrologiae cursus completus. Series Graeca. J. P. Migne. T. XIX-XXIV. Parisiis, 1857.

FÍRMICO MATERNO – *De Errore profanarum religionum*. Patrologiae cursus completus. Series latina prima. T. XII. J. P. Migne. Parisiis, 1845.

GÉLIO, Áulio – *Noctes Atticae*. Edidit Carolus Hosius. Bibliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana. Lipsiae, 1903.

HERMES TRISMEGISTOS – *Corpus Hermeticum e Discurso de Iniciação* com a Tábua de Esmeralda. São Paulo: Hemus, 1974.

JERÔNIMO – *Opera omina*. Patrologiae cursus completus. Series latina. T. XXII-XXX. J. P. Migne. Parisiis, 1865-1890.

JULIANO – *The works of the emperor Julian*, with an English translation by Wilmer Cave Weight. Cambridge: Harvard University Press, 1954.

LACTÂNCIO, Lúcio Cecílio. *De mortibus persecutorum*. Texto e tradução de J. Moreau. Col. Sources Chrétiennes, nº 39, 2 vols. Paris, 1954.

MACRÓBIO – *Saturnalia* et *Somnium Scipionis*. Edidit Franciscus Eyssenhardt. Bibliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana. Lipsiae, 1893.

NAZIANZENO, Gregório – *Opera quae existant omnia*. Patrologiae cursus completus. Series Graeca. T. XXXVI. Parisiis, 1866.

NUMACIANO, Cláudio Rutílio – *De reditu suo itinerarium*. Trad. M. E. Despois. Seconde Serie de la Bibliothèque Latine - Française. Paris: C. L. F. Panckouck, 1943.

ORÓSIO, Paulo – *Opera omnia*. Patrologiae cursus completus. Series latina. T. XXI. J. P. Migne. Parisiis, 1846.

PAULINO, de Milão – *Vita Sancti Ambrosii*. Patrologiae cursus completus. Series Latina. T. XX. J. P. Migne. Parisiis, 1845.

PLÍNIO, o Jovem – *Letres*. Trad. De Sacy. Nouvelle édition revue et corrigée par Jules Pierrot. Bilbiothèque Latine-Française. Paris: C. L. F. Panckouck, 1833.

PLUTARCO – *Vitae Paralellae* iterum recognovit Carolus Sintenis. Lipsiae, in Aedibus B. G. Teubneri, 1884, 5 vols.

PRUDENCE – *Oeuvres*. Texte établi et traduit par M. Lavarenne. Paris: Les Belles Lettres, 4 vol., 1943-1951

PRUDÊNCIO, Aurélio – *Obras completas*. Organizado por GUILLEN, J. & RODRIGUES, I. Ed. Bilingüe. Madrid, Biblioteca Autores Cristianos, 1950.

QUODVULTDEUS – *Opera*. Edidit R. Braun. Corpus Chistianorum. Series Latina, LX - Turnholti (Belgium), 1976.

RES GESTAE Divi Augusti ex monumentis Ancyrano et Antiocheno latinis. GAGÉ, Jean. Paris: Belle Lettres, 1977.

SALVIANO – *De Gubernatione Dei*. Patrologiae cursus completus. Series latina. T. LIII. J. P. Migne. Parisiis, 1864.

SÓCRATES – *História Eclesiástica*. Patrolgiae cursus completus. Series graeca prior. T. LXVII. J. P. Migne. Parisiis, 1864.

SOZÔMENO – *História Eclesiástica*. Patrologiae cursus completus. Series graeca prior. T. LXVII. J. P. Migne. Parisiis, 1864.

SÍMACO, Quinto Aurélio – *Monumenta Germaniae Historica*. Edidit Otto Seeck. Edidit Societas Aperiendis Fontibus Rerum Germanicarum Medii Aevi. Auctorum Antiquissimorum. Tomi VI, pars prior. Symmachi opera. Berolini apud Weidmannos, 1883. Editio Nova Lucis Opere Expressa, 1961.

_____ – *Lettres*. Tome I, livres I-II. Texte établi, traduit et commenté par Jean Pierre Callu. Paris: Belles Lettres, 1972.

TÁCITO, Cornélio – *Annalium*. Edidit Carolus Halm. Bibliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana. Lipsiae, 1909.

TERTULIANO – *Opera omnia*. Patrologiae cursus completus. Series Latina. J. P. Migne. Parisiis, 1879.

TEODORETO – *História Eclesiástica*. Patrolgiae cursus completus. Series Graeca prior. T. LXXXI-LXXXIV. J. P. Migne, Parisiis, 1864.

THEODOSIANI Libri XVI cum Constitutionibus Sirmondianis – [Código Teodosiano – Cth.] Adsumpto apparatu P. Kruegeri. Th. Mommsen. Apud Weidmannos. Berolini, 1954.

TITO LÍVIO – *Ab Urbe condita libri*. Edidit Guilelmus Weissenborn. Bibliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana. Lipsiae, 1894.

ZÓSIMO – *Storia Nuova*. I Classici di Storia. Sezione Grecoromana. Direzione di Ida Calabi Limentani. Cosulenza per la traduzione di Francesco Maspero. Vol. XXX. Milano, 1977.

2. Obras gerais

ALFÖLDI, A. – *The conversion of Constantine and pagan Rome*. Oxford, 1948.

ALLARD, Paul – *Julien l'Apostat*. Paris: Librairie Victor Lecoffre, 1903.

BARDY, Gustave – *L' Église et les derniers romains*. Paris: Editions Robert Laffont, 1948.

_____ – *Litterature latine chrétienne*. Divione: Libraire Bloud Gay, 1929.

BATIFFOL, Pierre – *La paix Constantienienne et le catholicisme*. Paris: Libraire Lecoffre – J. J. Gabalda, 1929.

BAUNARD, M. L'Abbé. *Histoire de Saint Abroise*. Tradução italiana: *S. Ambrogio*, Alba, 1940

BAYET, J. – *Histoire politique et psichologique de la religion romaine*. Paris: Payot, 1947.

BEUGNOT, A. – *Histoire de la destruction du paganisme en Occident*. Paris: Firmin Didot Frères, 1835.

BIHLMEYER, Karl TUECHLE, Hermann – *História da Igreja* (Antiguidade cristã). São Paulo: Paulinas, 1964.

BOISSIER, G. – *La fin du paganisme*. Étude sur les dernières luttes religieuses en Occident au quatrième siècle. Paris: Hachette, 1894.

BOUCHE-LECLERQ – *Les pontifices de l'ancienne Rome*. Paris, 1871.

BOULENGER, A. – *Histoire générale de l'Église*. V. I. - L'Antiquité chrétienne. pt. III: *l'Église et l'État Chrétien* (313-476). Paris: Librairie Catholique Emmanuel Vitte, 1932.

BREZZI, Paolo – *Cristianesimo e Impero Romano*. Roma: Editrice A. V. E., 1974.

_____ – *Fonti e studi di storia della chiesa* (Evo antico). Milano: Marzorati Ed., 1962.

BROGLIE, Albert de – *L'Église et l'Empire Romain au IVe. siècle*. Paris: Albert de Perrin, 1902.

_____ – *Saint Ambroise*. Paris: Librairie Victor Lecoffre, 1908.

BURCKHARDT, J. – *Del paganismo al cristianismo. La época de Constantino el Grande*. México: Fondo de Cultura Economica, 1945.

CALDERONE, Salvatore – *Constantino e il cattolicesimo*. Firenze: Felice Le Mounier, 1962.

CAMPENHAUSEN, H. von – *Ambrosius von Mailand als Kirchenpolitiker*. Berlin, 1929.

CARCOPINO, J. – *Aspects mystiques de la Rome païenne*. Paris: L'Artisan du Livre, 1948.

COHEN, Henry – *Description historique des monnaies frappées sous l'Empire Romain, commument appelés Médiailles Imperiales*. Graz, Akademische Druk. V. Verlagsanstalt, 1955, 8 vols.

COVOLO, Enrico e UGLIONE, Renato (Org.) – *Chiesa e Impero da Augusto a Justiniano*. Roma: Libreria Ateneo Salesiani (LAS), 2001.

CUMONT, Franz – *Les religions orientales dans le paganisme romain*. Paris, 1909.

DANIÉLOU, Jean MARROU, Henri – *Nouvelle histoire de l'Église*. T. I – "Des origines à Gregoire le Grand". Paris: Éditions du Seuil, 1963.

DODDS, E. R. – *Pagani e cristiani in un'epoca di angoscia*. Aspetti dell'esperienza religiosa da Marco Aurelio a Constantino. Firenze: La Nuova Italia Editrice, 1970.

DOERRIES, H. – *Constantine the Great*. New York: Harper Torchbooks, 1972.

DÖLLINGER, J. J. I. – *Paganisme et judaisme*. Burxelles, 1858.

DOUCHESNE, L. – *Histoire ancienne de l'Église*. Paris: E. de Boccard, 1911.

DUDDEN, F. H. – *The life and times of St. Ambrose*. Oxford, 1935.

FLASH, F. M. – *Konstantin d. gr. als erster Christlicher Kaiser*. Würtzburg,1891.

FORTINA, M. – *L'Imperatore Graziano*. Torino, 1953.

GAGÉ, Jean – *Romulus – Augustus*. Paris: De Boccard, 1930.

GEFFCKEN, J. – *Der Ausgang des Griechisch-römischen Heidentums*. Heidelberg, 1929.

GERHARD, O. – *Streit um den Altar der Victoria*. Siegen, 1860.

GIBBON, E. – *Histoire du déclin et de la chute de l'Empire Romain*. Paris: Robert Laffont, 1983.

GIGLI, G. – *La dinastia dei Secondi Flavii: Constantino II, Constante, Constanzo II (337-361)*. Roma, 1959.

GRINDLE, G. E. A. – *The destruction of paganism in the Roman empire from Constantine to Justinian*. Oxford, 1892.

HADOT, Pierre – "La fin du Paganisme", in: *Histoire des religions* – II., Encyclopedie de la Pleyade.

HARNACK, A. – *Missioni e propagazione del Cristinesimo nei primi tre secoli*. Milano: Fratelli Bocca Editori, 1906.

HOMO, Léon – *De la Rome païenne à la Rome chrétienne*. Paris, 1950.

_____. *Les empereurs romains et le christianisme*. Paris: Payot, 1931.

HUTTMAN, M. A. – *The establishment of christianity and the proscription of paganism*. New York, 1914.

KNECHT, A. – *In Gregor von Nazianz gegen die Putzsucht der Frauen*. Heidelberg, 1972.

KOCH, H. – *Konstantin d. Gr. und das Christentum*. Munich, 1913.

LABRIOLLE, Pierre de – *Histoire de la litterature latine Chrétienne*. Paris: Belles Lettres, 1924.

_____ – *Saint Ambroise*. Paris, 1908.

LECLERQ, Henri – *La vie chrétienne primitive*. Paris: Les Éditions Rieder, 1928.

LÉCRIVAIN, Ch. – *Le sénat romain depuis Dioclétien, à Rome et à Constantinople*. Paris, 1888.

LIETZMANN, H. – *Histoire de L'Église Ancienne*. Paris: Payot, 1941.

LOMÉNIE, E. Beau de – *A Igreja e o Estado. Um problema permanente*. São Paulo: Editora Flamboyant, 1958.

LOT, Ferdinand – *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1980

MALUNOVICS, L. – *De Ara Victoriae in Curia Romana quomodo certatum sit*. Wilno, 1937.

MARQUARDT, Joachim – *Le culte chez les romains*. Paris: Ernest Thorin, 1890.

MARROU, Henri Irinée – *Saint Augustin et la fin de la culture antique*. Bibliothèque des écoles françaises d'Athènes et de Rome 145, Paris: Boccard, 1949, p. 331-540.

MAURICE, Jules – *Numismatique Constantinienne*. Paris, 1911.

MESLIN, Michel – *Le Christianisme dans l'Empire Romain*. Paris: Presses Universitaires de France ,1970.

MOMIGLIANO, A. – *Il conflitto tra paganesimo e cristianesimo nel IV secolo*. Torino, 1968.

MOMMSEN, T. – *Disegno del diritto púbblico romano*. Milano, 1864.

_____ – *Histoire romaine*. Paris: Librairie Marpon & Flammarion, 1891.

MORINO, C. – *Chiesa e Stato nella dottrina di S. Ambrogio*. Roma: Editrice IDEA, 1963.

MOURRET, Fernand – *Les origines chrétiennes*. Paris: Libraire Bloud et Gay, 1919.

NERI, V. – *Medius Princeps. Storia e immagine di Costantino nella storiografia latina pagana*. Bologna, 1992.

PALANQUE, J. R. – *Saint Ambroise et l'Empire Romain*. Paris: Boccard, 1933.

PAREDI, A. – *S. Ambrogio e la sua età*. Milano, 1960.

PETIT, Paul – *Libanius et la vie municipale à Antioche au IVe. siècle ap. J. C.* Paris, 1955.

PIGANIOL, A. – *L'Empereur Constantin*. Paris, 1932.

_____ – "L'Empire Chrétien (325-395)". In: GLOTZ, G. – *Histoire Romaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.

PILATI, Giovanni – *Chiesa e Stato nei primi quindici secoli*. Roma: Desclée Cia., Editore Pontifici, 1961.

RAHNER, Hugo – *Chiesa e strutura politica nel cristianesimo primitivo*. Milano: Jaca Book, 1975.

REINESIUS – *Syntagma inscriptionum antiquarum a Grutero omissarum*. Lipsiae, 1682. In-fol.

RENAN, E. – *Marco-Aurélio e o fim do mundo antigo*. Porto: Livraria Lello, 1946.

ROSE – *De dea Victoriae et ara deae in Curia Julia*. Halle, 1741.

SALVATORELLI, L. – *Constantino il Grande*. Roma, 1928.

SCHULTZE, V. *Geschichte des Untergangs des Griechischrömisches Heidentums*. Jena, 1887-1892.

SCHWARTZ, E. – *Kaiser Konstantin und die Christliche Kirche*. Leipzig, 1913.

SEECK, O. – *Entwicklung der Geschichte des Christentums* (Sonderadbruck aus der Geschichte des Untergangs der Antiken Welt). Stuttgart, 1919.

VOGT, Joseph – *Constantin der Grosse und sein Jahrhundert*. München: Bisher F. Bruckmann Verlag, 1949.

WISSOWA, G. – *Religion und Kultus der Römer*. München, 1902.

WYTZES, J. – *Der Streit um den Altar der Viktoria*. Die Texte, der betreffenden Schriften des Symmachus und Ambrosius mit Einleitung, Ubersetzung und Kommentar. Amsterdam, 1936.

3. Artigos de periódicos

ALLARD, P. – "La polémique contre le paganisme au IVe. siècle d'après les poèmes de Prudence". In: *Le Contemporain*, 25 (1883), p. 619-648.

_____ – “Rome au IVe. siècle d’après les poèmes de Prudence”. In: *Revue des Questions Historiques*, 36 (1884), p. 5-61.

ANASTOS, M. – “The edict of Milan (313). A defense of its traditional authorship and designation”. In: *Revue des Études Byzantines*, 25 (1967), p. 13-41.

AUER – “Der Altar der Göttin Viktoria in der Curia Julia”. In: *Jahresberichte d. akad. Gymansiums zu Wien*, 1859.

BLEICKEN, J. – Constatin der Grosse und die Christen. In: *Historische Zeitschrift*, 15. München, 1992.

BRIEGER, Th. – “Konstantin d. gr. als Religionspolitiker”. In: *Zeitschrift für Kirchengeschichte*, 4 (1881), p. 161-293.

CASINI, Nilo – “Le discussioni sull’ “Ara Victoriae” nella Curia Romana”. In: *Studi Romani*, 5 (1957), p. 501-517.

DUPONT, Clémence – “Les privilèges des clercs sous Constantin”. In: *Revue d’Histoire Eclésiastique*, Louvain, 63 (1967), p. 729-752.

FUNK, F. X. – “Konstantin d. gr. und das Christentum”. In: *Theologisiche Quartalschrift*, 78 (1896), p. 429-462.

GLAESENER, H. – “L’Empereur Gratien et Saint Ambroise”. In: *Revue d’Histoire Eclésiastique*, 52 (1957), p. 466-488.

JOANNOU, Périclès-Pierre – “La legislation impériale et la christianisation de l’Empire Romain (311-476)”. In: *Orientalia Christiana Analecta*, 92. Pontificium Institutum Orientalium Studiorum, Roma, 1972.

JOUTARD – “Le poème de Prudence ‘Contre Symmaque’: sa composition et ses sources”. In: *Revue des Études Latines* 12 (1934), p. 416.

KNIPFING, J. – R. – “Das angebliche Mailänder Edikt vom J. 313 im Lichte der neueren Forschungen”. In: *Zeitschrift für Kirchengeschichte*, 40 (1922), p. 206-218.

LECLERQ, H. – “Paganisme”. In: *Dictionaire d’Archéologie Chrétienne et de Liturgie*, vol. 13. p. 241-375.

MARTROYE, F. – “Le titre de pontifex maximus et les empéreurs chrétiens”. In: *Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France*, Paris, 1928, p. 192-197.

_____ – “L’Édit de Milan”. In: *Bulletin d’Ancienne Littérature de d’Archéologie Chrétienne*, 1914.

NESSELHAUF, H. “Das Toleranzgesetz des Licinius”. In: *Historisches Jahrbuch*, 74 (1955), p. 44-61.

PALANQUE, J. R. – “L’empéreur Gratien et le grand pontificat”. In: *Byzantion*, 8 (1933), p. 41-47.

PICARD, C. – “La Victoria d’Auguste dans la Curie Romaine”. In: *Revue Archéologique*, 13 (1939), p. 270 e ss.

SEECK, O. – “Das Sogenante Editkt von Mailand”. In: *Zeitschrift für Kirchengeschichte*, 12 (1891), p. 381-386.

STEIN, E. – “A propos d’un livre récent sur la liste des préfets du prétoire”. In: *Byzantion*, 9 (1934), p. 327-353.

SULZBERGER, M. – “Le symbole de la croix et le monogramme de Jésus chez les premiers chrétiens”. In: *Byzantion*, 2 (1925), p. 337-448.

Estas medidas suscitaram vivo protesto por parte dos pagãos cujo líder era o senador Símaco. Houve várias tentativas no sentido de mover o imperador a anular esses decretos. Todas as tentativas ficaram sem efeito e o caminho estava aberto para a proscrição do paganismo e a adoção do cristianismo como religião oficial do Estado Romano.

O autor

Valberto Dirksen, natural de São Martinho (SC), estudou filosofia e teologia em Brusque e Taubaté. Doutorou-se na USP em Ciências Humanas, na área de História Social (1980). Estudou e realizou pesquisas em Roma (1983) e Paris (1984). Fez pós-doutorado na FU de Berlim (1997). Lecionou na Fundação Educacional de Brusque (FEBE), na Universidade Regional de Blumenau (FURB) e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Dedica-se ao estudo da imigração alemã em Santa Catarina com ênfase à região Sul do Estado. Publicou: Viver em São Martinho (1995), Dona Emma, história do município (1996), Rio do Sul, uma história (co-autor) (1999) e Presença e Missão Dehoniana no Sul do Brasil. 1903-1913 (2004). É membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.